



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARCELA ARANTES RIBEIRO

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:
RESSIGNIFICAÇÃO SOCIOCULTURAL DA INFORMAÇÃO, A PARTIR DAS
COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

**MARÍLIA/SP
2024**

MARCELA ARANTES RIBEIRO

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:
RESSIGNIFICAÇÃO SOCIOCULTURAL DA INFORMAÇÃO, A PARTIR DAS
COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da informação.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

MARÍLIA/SP
2024

R484m Ribeiro, Marcela Arantes
Mediação da informação para transformação social :
Ressignificação sociocultural da informação, a partir das cotas para
ingresso nas universidades públicas / Marcela Arantes Ribeiro. --
Marília, 2024
244 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

1. Mediação da informação. 2. Apropriação da informação. 3.
Diversidade sociocultural. 4. Usuário da informação. 5. Ações
afirmativas para o ensino superior. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

Considerando a proposta e os resultados desta investigação, e com base no exposto no *site* das Nações Unidas Brasil, em que são identificados os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil, esta pesquisa pode contribuir com aspectos educacionais e sociais, em contextos contemporâneos, no que tange ao 4º objetivo: “Educação de qualidade: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Nessa perspectiva, espera-se que a pesquisa contribua também para impulsionar os usuários da informação a uma compreensão mais clara sobre o ingresso discente no ensino superior por meio da reserva de vagas, conforme determina a legislação brasileira.

Potential impact of this research

Considering the proposal and results of this investigation, and based on what is exposed on the United Nations Brazil website, in which the sustainable development objectives in Brazil are identified, this research can contribute to educational and social aspects, in contemporary contexts, regarding to the 4th objective: “Quality education: guarantee access to inclusive, quality and equitable education, and promote lifelong learning opportunities for all”. From this perspective, it is expected that the research will also contribute to encouraging information users to have a clearer understanding of student entry into higher education through the reservation of vacancies, as determined by Brazilian legislation.

Impacto potencial de esta investigación

Considerando la propuesta y los resultados de esta investigación, y con base en lo expuesto en el sitio web de las Naciones Unidas Brasil, en el que se identifican los objetivos de desarrollo sostenible en Brasil, esta investigación puede contribuir a los aspectos educativos y sociales, en contextos contemporáneos, relacionados con la 4º objetivo: “Educación de calidad: garantizar el acceso a una educación inclusiva, de calidad y equitativa, y promover oportunidades de aprendizaje permanente para todos”. Desde esta perspectiva, se espera que la investigación también contribuya a incentivar a los usuarios de la información a tener una comprensión más clara del ingreso de los estudiantes a la educación superior a través de la reserva de plazas, según lo determina la legislación brasileña.

MARCELA ARANTES RIBEIRO

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:
RESSIGNIFICAÇÃO SOCIOCULTURAL DA INFORMAÇÃO, A PARTIR DAS
COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da informação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Orientador)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - PPGCI/Unesp e
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Profa. Dra. Sueli Bortolin (membro)
Universidade Estadual de Londrina - PPGCI/UEL

Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto (membro)
Universidade Federal do Pará – PPGCI/UFPA e PPGCI/UEL

Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo (membro)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - PPGCI/Unesp/Marília e
Unesp/Bauru

Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho (membro)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - PPGCI/Unesp/Marília e
USP/Ribeirão Preto

Marília, 08 de março de 2024.

*A todas as pessoas que lutam
e nunca desistiram da educação para todos.*

*Às pessoas entrevistadas,
que, nas suas vozes,
mostraram a importância de deixar a vida melhor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda a caminhada pela vida, pelas oportunidades, pela força, pelas pessoas boas que fizeram e fazem parte da minha vida com contribuições na minha formação enquanto ser humano e pela força invisível e impalpável que me movimenta.

À Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por oportunizar a qualificação de seus/suas servidores/servidoras, pelo esforço e envolvimento na produção e disseminação de conhecimento em prol de uma sociedade e de uma instituição cada vez melhor; em especial, às pessoas da Pró-Reitoria de Graduação, pelo apoio, compreensão e motivação. Muito obrigada.

À Universidade Estadual Paulista (Unesp) “Júlio de Mesquita Filho”, no corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), por oportunizar a realização do doutorado em um curso com avaliação CAPES nível 7. Aos integrantes do grupo de pesquisa Informação: Mediação, Cultura, Leitura e Sociedade e do grupo de pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional, que me oportunizaram discussões e experiências que impulsionaram o desenvolvimento científico para além desta tese.

Ao meu orientador e amigo, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, pelo ser humano incrível que é, que se materializou no processo de orientação para construção desta tese. Serei eternamente grata pela confiança que depositou em mim e acolheu-me com paciência e com conselhos valiosos, se tornando uma mão amiga que apoiou e incentivou. Graças a seus ensinamentos conseguimos trilhar os últimos quatro anos e projetar os próximos anos, alinhados, desde já, com saudades e lembranças dos diálogos ocorridos nos últimos anos.

Aos professores Marta Valentim, Marcia Pazin, Rosangela Caldas, Carlos Bitencourt, Jonathas Carvalho, Cláudio Marcondes, Tamara Guaraldo, Sueli Bortolin, Elaine, Luana Woida, Maria Eugênia Porém, Ieda Damian, João Arlindo, Luís Fernando Bulhões, Fábio Ramos Barbosa Filho e Rogério Modesto, que, de forma direta ou indireta, fazem parte desta construção.

Às amigas e amigos do “Clube de Leitura”, que surgiu de uma disciplina do Oswaldo e foi além das leituras literárias, ajudando-nos a passar pela tristeza da pandemia da COVID-19, assim como às meninas do pilates *on-line*, que ultrapassou

o período da pandemia, trabalhou o corpo para acompanhar a mente e se tornou uma rede de apoio incondicional nesse momento.

Às amizades que nasceram do vínculo com o PPGCI/Unesp, na convivência durante as disciplinas e nos grupos de pesquisa, bem como nos bastidores virtuais da vida, que marcaram nosso ingresso como “a turma pandemia” e fluíram tanto pelo *Meet* como, posteriormente, nas oportunidades presenciais; receio esquecer algum nome neste momento de emoção, mas tenho certeza da contribuição de todos para a minha caminhada.

A Beatriz de Oliveira Benedito (Bia), por uma amizade que ultrapassou as produções e discussões teórico-metodológicas e se tornou uma grande amiga para todos os momentos da vida.

Aos amigos e amigas de longa data, que compreenderam minha ausência e mantiveram o vínculo nas pequenas oportunidades e, em especial, a minha família pelo apoio e assessoramento tantas vezes necessários nesses últimos anos.

Ao meu marido, Anderson, companheiro e amigo, que exercitou a paciência, assessorou e respeitou esse momento das nossas vidas.

Por fim, agradeço às pessoas que concederam as entrevistas e compartilharam suas histórias de vida. Que possamos visualizar a construção de relações humanas justas e representativas nos detalhes do dia a dia e perceber a informação, nas suas vozes mediadas por lutas e mudanças sociais em prol de oportunidades e dignidade para grupos histórica e socialmente excluídos!

*Uma criança,
um professor,
uma caneta
e um livro
podem mudar o mundo
(Malala)*

RESUMO

Esta pesquisa se insere no campo da Ciência da Informação, com foco na mediação e apropriação da informação. O estudo desenvolvido teve por objetivo analisar os processos de mediação e apropriação social da informação acerca dos processos seletivos discentes para ingresso no ensino superior de grupos socio-historicamente excluídos, focando especialmente as informações contidas na Lei 12.711/2012. O primeiro recorte da pesquisa se volta para as instituições de ensino superior e o segundo aborda um dos grupos sociais atendidos pela Lei, a partir da história de vida de pessoas que se identificam como negras/pretas. Com o desenvolvimento do trabalho de campo, apresenta-se a inter-relação entre possíveis abordagens das informações no contexto sociocultural, no que tange às demandas da atual sociedade brasileira, ao ressignificar a informação para esse grupo social, com base nas concepções teóricas de Claval (2007), Dallari (2007), Geertz (1989, 2001), Linton (2000), Mello (2000), Santos (2008), Thompson (1995) e Weber (1982, 2003), bem como nas concepções sociais da informação contextualizada e dinâmica na relação do usuário com o espaço e o tempo. No campo da mediação da informação, que conduz à apropriação, a discussão se baseia na proposta de Almeida Júnior (2015) e nos estudos de Carvalho (2010), Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017), Araújo (2010, 2021) e outros. O delineamento metodológico compreende a inter-relação de dois métodos de pesquisa: o da História Oral, proposto por Meihy (2005), para o desenvolvimento do trabalho de campo, coleta e tratamento das entrevistas; o método da Análise de Discurso, proposto por Orlandi (2020), para interpretação discursiva das entrevistas. Os resultados apontam que o processo de mediação da informação pode modificar determinada situação e/ou solucionar problemas; as histórias de vidas de pessoas que lutam pelas ações afirmativas demonstram que elas compreendem os efeitos dessas ações para além das oportunidades de acessar o ensino superior, haja vista que os participantes apontaram: a necessidade de cotas tanto no sistema público de ensino como no privado; como cotas no âmbito profissional, também no público e privado; o uso dos atuais meios e instrumentos informacionais (mídias sociais) para disseminar informações. Todas essas ações geram novas demandas informacionais.

Palavras-Chave: Mediação da informação. Apropriação da informação. Diversidade sociocultural. Usuário da informação. Ações afirmativas para o ensino superior. Cotas

ABSTRACT

This research falls within the Information Science field, focusing on the mediation and appropriation of information. The study developed aimed to analyze the processes of mediation and social appropriation of the information regarding student selection processes for entry into higher education from socio-historically excluded groups, especially the information contained in Law 12,711/2012. The first section of the research focuses on higher education institutions and the second addresses one of the social groups served by the Law, based on the life stories of people who identify as black. With the fieldwork development, it is presented the interrelationship between possible approaches to information in the sociocultural context, regarding to the current Brazilian society demands, by giving new meaning to information for this social group, based on Claval's theoretical conceptions (2007), Dallari (2007), Geertz (1989, 2001), Linton (2000), Mello (2000), Santos (2008), Thompson (1995) and Weber (1982, 2003), as well as in social conceptions of information contextualized and dynamic in the user's relationship with space and time. In the field of information mediation, which leads to appropriation, the discussion is based on the proposal by Almeida Júnior (2015) and the studies by Carvalho (2010), Santos Neto, Bortolin and Almeida Júnior (2017), Araújo (2010, 2021) and others. The methodological design comprises the interrelationship of two research methods: Oral History, proposed by Meihy (2005), for the development of fieldwork, collection and processing of interviews; the Discourse Analysis method, proposed by Orlandi (2020), for discursive interpretation of interviews. The results show that the information mediation process can change a given situation and/or solve problems; the life stories of those people who fight for affirmative action show that they understand the effects of these actions on other social spaces, in addition to the opportunities to access higher education, given that the participants pointed out: the need for quotas in public and private education systems; quotas in the professional sphere, also in the public and private spheres; the use of current information media and instruments (social communication media) to disseminate information. All these actions generate new information demands.

Keywords: Information mediation. Information appropriation. Sociocultural diversity. Information user. Affirmative actions for higher education. Quotas.

RESUMEN

Esta investigación se encuadra en el campo de las Ciencias de la Información, centrándose en la mediación y apropiación de la información. El estudio desarrollado tuvo como objetivo analizar los procesos de mediación y apropiación social de la información relativa a los procesos de selección de estudiantes para el ingreso a la educación superior de grupos sociohistóricamente excluidos, especialmente la información contenida en la Ley 12.711/2012. La primera sección de la investigación se centra en las instituciones de educación superior y la segunda aborda uno de los grupos sociales atendidos por la Ley, a partir de las historias de vida de personas que se identifican como negras. Con el desarrollo del trabajo de campo, se presenta la interrelación entre posibles enfoques de la información en el contexto sociocultural, con respecto a las demandas de la sociedad brasileña actual, al dar un nuevo significado a la información para este grupo social, a partir de las concepciones teóricas de Claval (2007), Dallari (2007), Geertz (1989, 2001), Linton (2000), Mello (2000), Santos (2008), Thompson (1995) y Weber (1982, 2003), así como en concepciones sociales de información contextualizada y dinámica en la relación del usuario con el espacio y el tiempo. En el campo de la mediación de la información, que conduce a la apropiación, la discusión se basa en la propuesta de Almeida Júnior (2015) y en los estudios de Carvalho (2010), Santos Neto, Bortolin y Almeida Júnior (2017), Araújo (2010, 2021) y otros. El diseño metodológico comprende la interrelación de dos métodos de investigación: la Historia Oral, propuesto por Meihy (2005), para el desarrollo del trabajo de campo, recolección y procesamiento de las entrevistas; el método de Análisis del Discurso, propuesto por Orlandi (2020), para la interpretación discursiva de las entrevistas. Los resultados muestran que el proceso de mediación de la información puede cambiar una determinada situación y/o resolver problemas; las historias de vida de las personas que luchan por la acción afirmativa muestran que entienden los efectos de estas acciones más allá de las oportunidades de acceso a la educación superior, dado que los participantes señalaron: la necesidad de cuotas en los sistemas de educación pública y privada; cuotas en el ámbito profesional, también en las esferas pública y privada; el uso de los medios e instrumentos informativos actuales (medios de comunicación social) para difundir la información. Todas estas acciones generan nuevas demandas de información.

Palabras clave: Mediación de la información. Apropiación de información. Diversidad sociocultural. Usuario de la información. Acciones afirmativas para la educación superior. Cuotas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mediação da informação para transformação social	90
Figura 2 - Representação relacional da ação de mediar	92
Figura 3 - Organograma metodológico.....	129
Figura 4 - Fluxograma de etapas de tratamento das entrevistas.....	132
Figura 5 - Fases da Análise de Discurso desenvolvidas na pesquisa	135
Figura 6 - Mediação da Informação visando a mudanças sociais	156
Figura 7 - Informação no Manual do Candidato UNIR/2021	1622
Figura 8 - Informação sobre o ingresso discente na UNIR	1633
Figura 9 – Divulgação do Processo Seletivo Discente na UNIR	165
Figura 10 - Homepage CPSD.....	1677
Figura 11 - Ingresso discente	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Dimensões da Mediação da Informação.....	97
Quadro 2 -	Estudantes de escolas públicas.....	152
Quadro 3 -	Estudantes de escolas públicas com renda igual ou inferior a 1 salário-mínimo.....	153
Quadro 4 -	Estudantes de escolas públicas/sujeitos sociais	154
Quadro 5 -	Relação por associação da informação inicial.....	159
Quadro 6 -	Fragmentos discursivos enunciados no edital do processo seletivo discente - 2022 (recorte discursivo: ano que a lei completou uma década)	166

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAs	Ações Afirmativas
AD	Análise de Discurso
CI	Ciência da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPIM	Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MI	Mediação da Informação
MNU	Movimento Negro Unificado
MPF	Ministério Público Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPI	Preto, Pardo e Indígena
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
STF	Supremo Tribunal Federal
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 CULTURA E SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO TEÓRICA	28
2.1 Cultura e diversidade	32
2.2 Sociedade: uma reflexão nas relações sociais	45
3 DA INFORMAÇÃO À APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	53
3.1 Informação como ponto de partida	57
3.2 Informação e lugar(es)	66
3.3 Apropriação da informação: das relações às inter-relações	72
4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	85
5 UMA LEITURA CONTEXTUALIZADA DA POLÍTICA DE COTAS	101
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	121
7 INFORMAÇÃO PARA O SOCIAL	137
7.1 Da informação às ações afirmativas e a Lei 12.711/2012: uma análise inicial	140
8 AS NARRATIVAS/ENTREVISTAS	170
Colaborador/a 1	171
Colaborador/a 2	177
Colaborador/a 3	184
Colaborador/a 4	190
9 A VOZ MEDIADA PELA INFORMAÇÃO	196
9.1 O usuário da informação e as ações afirmativas	197
9.2 Mediação da informação: sentido e significação da informação	206
9.3 A mediação da informação nas relações sociais	217
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS	232

APRESENTAÇÃO

A construção discursiva desta pesquisa, com foco na Mediação da Informação, perpassa pelas experiências de vida de todas as pessoas envolvidas na investigação; por isso, foi construída a partir do caminhar acadêmico alinhado a reflexões sobre a sociedade, especificamente sobre mudanças nas relações, através das quais as pessoas mudam, se transformam, organizam e demandam por alterações mais amplas e coletivas no âmbito social.

Dessa forma, destacamos alguns pontos em nossa caminhada acadêmica para a construção desta tese de doutorado: Graduação em História, com participação voluntária no Programa de Iniciação Científica, desenvolvendo estudos referentes ou relacionados a cultura, educação e Amazônia; Mestrado em Geografia, com pesquisa fundamentada na Geografia Humana e na Geografia Cultural, sendo as leituras desenvolvidas predominantemente no campo teórico da cultura; experiência profissional como servidora técnica de nível superior na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), desenvolvendo atividades profissionais na Coordenadoria de Processo Seletivo Discente, trabalhando e vivenciando a aplicação da Lei de Cotas no ensino superior, no contexto do Estado de Rondônia.

Mais recentemente, temos as experiências e oportunidades vivenciadas no doutorado, destacando algumas das disciplinas cursadas: Métodos de Pesquisa Aplicados à Ciência da Informação; Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional; Gestão da inteligência e do Conhecimento em Organizações Competitivas e Inovadoras; Aspectos Influenciadores da Gestão do Conhecimento nas Organizações; Fundamentos da Informação; Informação e Comunicação na Gestão Organizacional para a Diversidade: Sentidos, Discursos e Práticas Sociais; e Mediação da Informação. Essas duas últimas disciplinas foram fundamentais para a construção epistêmica da pesquisa. Também, foi cursada a disciplina Tópicos em Análise de Discurso: Materialismo, Psicanálise e Teoria do Discurso, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com a finalidade de alinhar metodologicamente a pesquisa, perpassando pelo arcabouço teórico da Análise de Discurso.

Dentre os eventos, cursos e oficinas que contribuíram diretamente para a construção desta tese, registramos: XII Reunião da Linha de Pesquisa Gestão,

Mediação e Uso da Informação (2020); IX Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad (2020); III Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (III EPIM) (2021); minicurso de extensão Discurso e Racialidade, oferecido pelo II Ciclo de (In)Formação do Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade (GEDIS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Todos esses eventos foram realizados de forma remota.

Neste estudo, inter-relacionamos os elementos aludidos anteriormente, partindo de uma percepção ampla de construção histórica das relações na sociedade e concebendo a informação como fluida, que perpassa tempos e espaços, consolida, desconstrói ou reorganiza modos de vida dos grupos na sociedade.

Nesse processo, a investigação se pauta na Mediação da Informação, considerando a possibilidade de mudanças nas relações sociais a partir das demandas dos sujeitos, mais precisamente as demandas por acesso ao ensino superior, destacando-se o acesso a cursos de grande concorrência por vaga, a exemplo do curso de Medicina; depois de dez anos da aplicação da lei e acompanhando da mídia virtual, percebemos um outro cenário no corpo discente nos espaços relacionais das universidades públicas e mudanças sociais para além dos limites relacionados ao ambiente do ensino superior.

Portanto, trazemos uma discussão acerca de uma das ações afirmativas para ingresso no ensino superior, a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), que abrange a todas as Instituições Federais de Ensino (IFES). Aqui, nossa argumentação contextual se volta para as universidades federais, ao vislumbrar o ensino superior como um caminho para ascensão social e transformação nas relações e espaços na sociedade.

Na pequena (porém importante) experiência profissional, a convivência e os diálogos com as pessoas, em especial com a Prof^a. Dr^a. Lilian Moser, nos possibilitaram o envolvimento com as particularidades da política de cotas para o ingresso discente em cursos de ensino superior e conhecer um pouco da diversidade envolta nesse contexto sociocultural, que funciona como uma “porta de entrada” na universidade para pessoas histórica, social e economicamente desfavorecidas.

Destacamos o ano de 2022 como um ponto importante, pois é um período em que se intensificaram as discussões sobre a Lei de Cotas em mídias, grupos sociais, espaços acadêmicos e no âmbito político, o que identificamos a partir do mecanismo de busca via *Google* e *Google Alerts*, em virtude dos 10 anos referida Lei, que prevê

a revisão do programa especial para o acesso às IFES; concomitante, temos a explicitação do êxito dessa ação afirmativa na desconstrução de hegemonias construídas historicamente e amparadas nas subjetividades das relações sociais, bem como o fortalecimento da importância dessa ação para a transformação social.

Nesse viés, as análises, avaliações e acompanhamentos dos impactos dos programas de ações afirmativas para ingresso no ensino superior são relevantes, dada a importância da apropriação da informação para o ingresso de pessoas em condições desfavoráveis, visando à equidade no processo de igualdade.

Desse modo, é possível vislumbrarmos os impactos social e educacional da política de cotas para o desenvolvimento do coletivo social, por meio do acesso ao ensino superior público oportunizado aos sujeitos de diferentes contextos socioculturais.

Convém lembrar que a Lei 12.711/2012 é resultado das demandas de grupos sociais, em especial do movimento negro, que ampliou suas conquistas para outros grupos; anteriormente a essa Lei, algumas universidades públicas aplicavam cotas para ingresso de discentes como demandas locais.

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) incentivou a implantação de cotas pelas instituições; então, o contexto anterior preparou as condições para o surgimento e consolidação da ação afirmativa no âmbito das universidades federais, ou seja, a Lei 12.711/2012, com um período de transição, até a implantação do total da reserva de vagas (no mínimo 50%) por curso e turno de graduação. Vale ressaltar que a Lei de Cotas também se reporta aos institutos federais de educação.

Assim, com a alteração e ampliação da Lei 12.711/2012 possibilitou/possibilita o ingresso de pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiência; pessoas com renda igual ou inferior a um salário-mínimo; pessoas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Isso redesenhou o espaço da universidade pública. Nesse cenário, as cotas são fundamentais para esses grupos, a fim de ascender profissionalmente, bem como para transformar as relações, sejam as internas, no espaço universitário, sejam as externas, como egressos, transformando a sociedade.

Nesse contexto, alinhamo-nos às discussões sobre a informação das ações afirmativas e o sujeito social, com a abordagem da construção das relações na sociedade e compreendendo que os efeitos das relações locais se inter-relacionam

às relações macro e vice-versa. Dito isso, as argumentações por nós apresentadas vislumbram a política de cotas como um meio para concludentes de cursos do ensino superior adentrarem no mercado de trabalho como profissionais qualificados, almejando profissões e espaços anteriormente inacessíveis; além disso, tensionamos as relações que racializam o discurso social para ascensão de grupos historicamente excluídos e que permanecem na exclusão social.

Por fim, esta pesquisa, embora não conclusiva, possibilita diversas releituras. No âmbito educacional, nossas reflexões podem colaborar com as discussões acerca da educação pública para todos; no âmbito social, temos a importância da informação sobre o ingresso no ensino superior para indivíduos excluídos socialmente, bem como a luta pela desconstrução de discriminações entre sujeitos; no âmbito da Ciência da Informação (CI), podemos fortalecer a Mediação da Informação como um processo que visa à apropriação da informação em contextos que possibilitam transformações sociais.

1 INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento, intitulada *Mediação da Informação para transformação social: ressignificação sociocultural da informação, a partir das cotas para ingresso nas universidades públicas*, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Linha de Pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da Informação”, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) “Júlio de Mesquita Filho”, campus Marília.

Como objetivo principal deste estudo, buscamos: analisar os processos de mediação e apropriação social da informação acerca dos processos seletivos discentes para ingresso no ensino superior de grupos socio-historicamente excluídos, enfocando especialmente as informações contidas na Lei 12.711/2012, negros/pretos/negras/pretas, através de experiências de vida de sujeitos entrevistados, que impulsionam as vozes que reverberam na subjetividade e fluidez das relações na sociedade e delineiam as demandas informacionais em todos os locais de convivência dos seres humanos, possibilitando as transformações sociais.

Por meio dessas entrevistas, analisamos a percepção, ou seja, a interpretação dos possíveis estímulos informacionais dessas pessoas acerca da informação sobre a política de cotas, refletindo sobre a mediação da informação nesse processo de garantia do direito social à educação superior, pelo viés teórico da Ciência da Informação (CI) e a partir da história de vida dos/as entrevistados/as.

O contexto do desenvolvimento da tese considerou a informação na discussão social, com abordagem no coletivo; com isso, pretendemos fortalecer o enfrentamento às maneiras tradicionais de pensar as relações sociais, somando-se a reflexões que perpassam pelo rompimento da predominância do discurso sobre a dominação cultural e socioeconômica em relação a determinados grupos sociais, demonstrando uma sociedade pautada na diversidade.

Tais reflexões consolidam caminhos que corroboram aspectos da diversidade da sociedade, bem como o impacto teórico e social da Mediação da Informação no processo de transformação social a partir do acesso ao ensino superior e da possibilidade de ascensão socioeconômica de grupos sociais historicamente excluídos.

A pesquisa tem como princípio o estabelecimento de uma relação discursiva fundamentada nos teóricos da CI, destacando, principalmente as produções que

transcorrem princípios epistemológicos que abordam a importância das relações subjetivas entre o usuário e a informação. Temos, assim, as reflexões sobre a apropriação da informação - dada sua importância no campo organizacional, social e cultural - que apresenta crescente interesse de investigação nas múltiplas áreas de conhecimento que abordam os indivíduos e a sociedade.

Compreender como a informação é mediada instiga não somente a análise da apropriação social da informação, como também a compreensão dos dispositivos que impulsionam a percepção e a apropriação da informação (Almeida Júnior, 2015; Araújo, 2010; 2021; Carvalho, 2010). Afinal, conforme é disseminada, a informação recebe acréscimos e contribuições dos envolvidos, tanto daqueles que a produzem quanto daqueles que a ressignificam. Nessa dinâmica, temos o processo de mediação da informação, reconhecendo o desdobramento social da informação para a sociedade.

Tal análise parte do pressuposto de que a informação deve ser acessível e objetiva a todos os possíveis usuários, no que tange a fortalecer a publicidade e disseminar as informações em meio à diversidade sociocultural que compõe a sociedade. Nessa perspectiva, emerge a importância da discussão e da reflexão acerca do processo de ressignificação da informação sobre as ações afirmativas para ingresso nas IFES, a Lei 12.711/2012, uma das políticas governamentais que consiste em uma forma eficaz para os estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas almejarem o ingresso em qualquer curso de ensino superior em uma instituição pública federal.

O contexto discursivo identifica lutas por um ensino superior democrático no Brasil, marcado pela presença dos movimentos negros, cujas conquistas se ampliam a outros grupos excluídos (Lázaro, 2012). Tal situação ocorre quando percebemos a interrelação de outros critérios de inclusão na política de cotas para ingresso no ensino superior (Lemes; Severi, 2015). Portanto, a promoção das pessoas pertencentes a grupos sociais – reconhecidamente, em situações históricas de desvantagens - perpassa pelo processo de mediação da informação, visando à apropriação social da informação por parte desses sujeitos.

Diante da atual realidade social, discorreremos o contexto, a percepção e a apropriação da informação sobre as ações afirmativas a uma vaga no ensino superior, perpassando pelos tempos históricos e considerando suas complexidades, dinamismo e alcance, relacionado o tema ao campo teórico-científico da CI,

envolvendo, ainda, as múltiplas possibilidades discursivas sobre a informação (Araújo, 2014; 2018; Capurro, 2003; 2008; Frohmann, 2013; Silva 2017, Tálamo; Smit, 2007). Em nosso estudo, a apropriação da informação envolve a subjetividade da construção de um grupo social, no seu contexto histórico e sociocultural; por isso, ao refletir sobre o usuário na sociedade, consideramos que, uma vez apropriada, a pessoa modifica sua realidade e atribui sentido a essa informação.

No universo da CI, envolvendo a temática de nossa discussão, destacamos a tese de Carvalho (2010), que discorre sobre políticas públicas a partir da apropriação da informação, para alcançar a inclusão digital. Assim, avançamos na pretensão de discutir a informação com outras áreas do conhecimento, que possibilitam abordar o lugar social da informação e defender as informações sobre as ações afirmativas como meio eficiente para transformação, impulsionando novos olhares, percepções e efeitos de sentido sobre o ingresso de discentes oriundos de diferentes grupos sociais, que representam a diversidade da sociedade brasileira no espaço universitário.

O discurso das políticas públicas que dispõem sobre o ingresso em IFES e as lutas de grupos por mudanças sociais têm a mediação da informação e a apropriação social da informação, uma vez que, a partir desses processos, o sujeito buscará seus direitos ou lutará para tê-los; nesse sentido, o acesso, a compreensão e a apropriação social da informação perpassam pela discussão de Frohmann (2013, p. 7), ao explicar que “existe um caminho direto a partir da análise do discurso de Foucault (a análise dos enunciados) para o estudo da materialidade da informação”.

No transcorrer da compreensão, o autor enfatiza a materialização da informação como configuração da vida social; assim, a informação sobre as ações afirmativas para o ingresso discente está diretamente relacionada aos contextos históricos e de vivência dos indivíduos que lutam por igualdade e equidade social.

As instituições públicas de ensino superior e a sociedade precisam ter uma relação estreita, pois a informação sobre os processos seletivos discentes se configura na vida social e nas particularidades locais, regionais e nacionais fundamentando as demandas de grupos para acesso de indivíduos que, subjetivamente, são excluídos do espaço acadêmico.

Diante da complexidade de apropriação social da informação sobre o atual modelo do processo seletivo, após a implantação da Lei 12.711/2012 e suas atualizações, é evidente a importância de que os egressos do ensino médio das escolas públicas e as pessoas que lutam por esse direito conheçam como funciona o

processo das ações afirmativas e o utilizem para ingressar no nível superior (Brasil, 2012b). Logo, é fundamental pontuar a percepção dos sujeitos sobre essa informação; são sujeitos sociais que lutam por esse direito, para grupos excluídos histórica e socialmente, bem como o desdobramento da informação produzida pelas instituições: “convém lembrar que os textos agem sobre o mundo, e circulam em redes práticas e instituições que nos ligam a situações” (Latour, 2004, p. 05). Assim, as práticas das IFES são os mecanismos iniciais que disseminam a informação, integrando as ações afirmativas com a sociedade.

Como hipótese, nossa pesquisa parte da tese de que existe uma lacuna sociocultural na informação para compreensão do ingresso discente em universidade pública dos candidatos excluídos socialmente, expostos na conhecida Lei de Cotas a partir da reserva de vagas, por curso e turno, que devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência¹; considerando as distinções culturais assimétricas resultantes das relações de dominação existentes na sociedade e sendo responsáveis pela educação superior, essas instituições públicas, ao executarem os processos seletivos discentes com sistema de cotas, podem considerar a percepção de sujeitos sociais sobre essa política pública, a fim de amenizar ruídos que possam existir na mediação da informação quanto ao direito de acesso à educação superior.

Nossa discussão envolve, portanto, a apropriação social da informação acerca da política de ingresso discente nas IFES, dada a necessidade de oportunizar às pessoas que foram - e ainda são - historicamente injustiçadas quanto às oportunidades de conquistas sociais, dentre elas o direito à educação superior; enfocamos um dos grupos da sociedade atendidos pela Lei de Cotas, a partir da história de vida de indivíduos autodeclarados negros/pretos, negras/pretas.

No contexto histórico-cultural, somando-se a reflexão supracitada, temos a luta de grupos específicos da sociedade direcionada aos alunos de escolas públicas e de grupos étnico-raciais que, historicamente, se apresentam à margem da sociedade

¹ Tem-se as terminologias utilizadas pelo IBGE das pessoas de cor ou raça pretas ou pardas, bem como as pessoas negras na soma das pretas e pardas. Ribeiro (2020) reconhece a complexidade da discussão sobre o termo “negro”, que alinha as lutas sociais, projetos políticos e mobilização social no enfrentamento às desigualdades construídas historicamente. Assim, optamos por usar negro/preto evidenciando a luta do movimento negro para a conquista da política de cotas para ingresso no ensino superior, especificando o recorte do grupo social por nós focado. Vale ressaltar que o objeto da pesquisa é o processo de mediação da informação, tendo como universo a informação sobre a política de ação afirmativa para ingresso nas universidades federais, como impulsionadora para transformação social.

brasileira (Lemes; Severi, 2015). Nessa perspectiva, consideramos o pensamento de Tálamo e Smit (2007), por compreender que, na sociedade atual, há cada vez mais demanda qualitativa da informação. Por isso, é necessária a identificação e atribuição do sentido por parte do usuário, bem como a contextualização da sociedade no tempo e no espaço atuais. Tais ações perpassam pela identificação das mudanças que movimentam as relações entre pessoas, grupos e comunidades, que conduzem a rupturas de padrões construídos.

A pesquisa teve a pretensão de apresentar como ineditismo a inter-relação da discussão sobre a mediação da informação em contextos subjetivo e sociocultural dos indivíduos geradores de informações que transformam as relações na sociedade, seja de forma imediata ou não. Avança, ainda, em inter-relacionar dois métodos de pesquisa para o campo discursivo da CI, ambos qualitativos que possibilitam individualizar as análises, a partir da história de vida das pessoas e as experiências individuais se relacionam às experiências coletivas impulsionadoras na construção e significação da informação no coletivo.

Assim, do ponto de vista teórico, a relevância desta pesquisa se caracteriza pelo seu potencial em fomentar e buscar consolidar a discussão, na CI, sobre a temática da mediação da informação como mecanismo para transformações sociais. A esse respeito, buscamos contribuir para o entendimento da percepção sobre a informação que impulsiona para mudanças sociais, tendo como referência a mediação, a apropriação e a (re)significação da informação para os usuários da política de cotas.

Do ponto de vista prático, propomos reflexões, na intenção de otimizar os procedimentos institucionais que possibilitam aos usuários da informação a compreensão sobre o ingresso discente por meio das reservas de vagas. Salientamos que nossa pesquisa se reporta predominantemente ao âmbito acadêmico, agregando-se ao fato de que todos têm o direito social à educação, conforme destacam os art. 6º e 205 da nossa Constituição Federal.

Na Lei 12.711/2012 e suas atualizações, a importância da informação perpassa pela definição dos critérios de ingresso discente por meio das reservas de vagas: escola pública, renda familiar *per capita*, pessoa com deficiência e etnia (Brasil, 2012b). Essa Lei é fundamental para a promoção dos sujeitos, usuários dessa informação, que almejam mudança social. Nessa perspectiva, as ações afirmativas consistem numa ação que visa “tratar diferentes diferentemente e dar oportunidade a

todos os brasileiros e brasileiras, respeitando suas limitações e trabalhando por um país mais justo” (Zimmerman, 2013, p. 9).

Para discutir a apropriação social da informação como elemento de mudanças sociais, defendemos que o processo de mediação da informação apresenta mecanismos diferentes, que oportunizam a todos os que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas a possibilidade de inserção no ensino superior público, protegendo aqueles que sofrem prejuízos socioeconômicos.

Compreendemos que a mudança social inicia com a apropriação da informação pelo sujeito, entendido como protagonista, para modificar a realidade social a partir do ato de atribuir sentido e significado à informação, para que se torne instrumento para mudanças. No caso desta pesquisa, o processo informacional se volta para a mediação da informação, que impulsiona a apropriação da informação sobre o direito social de acesso às universidades públicas a grupos excluídos historicamente; nosso recorte compreende apenas um dos grupos atendidos pela Lei de Cotas: os sujeitos sociais autodeclarados negros/pretos, negras/pretas.

A mediação da informação, visando à apropriação da informação, reconhece o usuário em um contexto sociocultural que influencia a percepção, a compreensão e a construção da informação. Desse modo, no processo de mediação, as ações de mediar se apresentam nas ações de interferência realizadas por um profissional da informação (Almeida Júnior, 2015), bem como na percepção do outro.

Mediar está intrínseco às relações humanas, direta ou indiretamente; o usuário da informação é quem apresenta as necessidades informacionais que delineiam as ações de mediar. Assim, conhecer o universo discursivo que fundamenta as ações afirmativas para ingresso no ensino superior é importante para o processo de mediação da informação. Nesse sentido, a presente pesquisa se pauta nos seguintes questionamentos norteadores:

a) Se ocorre, como ocorre a inserção e disseminação social da informação sobre as ações afirmativas dos processos seletivos discentes, considerando a diversidade sociocultural de condições locais de recepção dessa informação?

b) Qual a percepção das pessoas entrevistadas acerca da informação sobre a política de cotas e como refletir sobre a mediação da informação nesse processo de garantia do direito social à educação superior?

c) O que a informação sobre a reserva de vagas, disseminada pela universidade federal, significa para determinados sujeitos sociais que fazem parte da diversidade sociocultural?

Diante desses questionamentos, bem como da possibilidade de analisar a mediação da informação como elemento para mudança nas relações da sociedade brasileira, temos como objetivo geral: analisar os processos de mediação e apropriação social da informação acerca dos processos seletivos discentes para ingresso no ensino superior de grupos socio-historicamente excluídos, enfocando especialmente as informações contidas na Lei 12.711/2012. Esse objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

a) Contextualizar as ações afirmativas dos processos seletivos discentes no atual cenário social, visando ao processo de inserção social da informação para os indivíduos social e historicamente excluídos;

b) Verificar a percepção de sujeitos sociais - lideranças - sobre as ações afirmativas, partindo da perspectiva e da realidade sociocultural dessas pessoas, no âmbito de sua identificação como pessoas negras/pretas da nossa sociedade;

c) Ressaltar a informação no contexto sociocultural como elemento essencial no processo de mediação da informação, construção de sentidos e representação na contemporaneidade, enfatizando o papel social do usuário.

d) Apresentar uma reflexão discursiva no âmbito da mediação da informação, a partir do viés das relações socioculturais dos sujeitos, para fins de interpretar a significação da informação com potencial para transformação social.

A partir desses objetivos, a tese está estruturada em 10 capítulos, sendo o primeiro esta Introdução, em que apresentamos o universo da pesquisa e evidenciamos a informação sobre a política de ação afirmativa para ingresso nas universidades federais como impulsionadora para transformação social, apresentando a mediação da informação nesse processo de ressignificação da informação para a sociedade. Apresentamos, ainda, os pressupostos teóricos, a hipótese pesquisa, a justificativa, os problemas e os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo, discorreremos sobre as relações sociais, considerando o ser humano como fundamental para a constituição da nossa sociedade; tratamos sobre sociedade, cultura, relações e inter-relações que movimentam as concepções e posicionamentos dos indivíduos sociais e geram mudanças e novas demandas nas relações da sociedade.

No terceiro capítulo, adentramos na discussão da CI, evidenciando os múltiplos caminhos de abordagem e delineamos os argumentos na concepção social; vislumbramos a informação interpretada conforme o meio sociocultural da pessoa. Neste ponto, discorremos sobre os lugares da informação, enfatizando a experiência de vida do sujeito a partir do contexto histórico de construção das relações sociais.

Apontamos, ainda, para o campo teórico que envolve as relações dos lugares e entre-lugares como fissuras sociais, que impulsionam as reflexões das condições que fazem emergir as ações afirmativas, rompendo com os efeitos de silenciamento de grupos sociais. Ademais, discorremos sobre a apropriação da informação com o olhar para o contexto sociocultural do usuário, considerando sua experiência de vida como impulsionadora do processo de apropriação da informação.

Nesse sentido, enfatizamos a interação como forma material para a apropriação da informação e a inter-relação com a intenção do usuário de atribuir significado a uma possível informação, que impulsiona a apropriação dessa informação.

No quarto capítulo, abordamos a discursividade da mediação da informação, conforme Almeida Júnior (2015), estruturada como objeto de pesquisa, visando à transformação social. A discussão conceitual adentra em reflexões que caracterizam tal mediação como um processo contínuo entre um usuário da informação, a informação e um terceiro elemento.

No quinto capítulo, alinhamos o campo teórico da CI, acompanhando a proposta do método para análise de discurso, apresentamos os conceitos argumentativos sobre as ações afirmativas como uma informação em potencial para movimentar as relações na sociedade. Contextualizamos a informação nas relações entre sujeitos sociais, delineando a demanda dos movimentos sociais, em específico a importância do movimento negro para a política de cotas no ingresso ao ensino superior.

No sexto capítulo, trazemos os procedimentos metodológicos: a natureza, a abordagem, o tipo, o *lócus*, característica, fases da coleta de dados, o desenvolvimento e o universo da pesquisa.

No sétimo capítulo, desdobramos a argumentação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que determina a implantação da reserva de vagas em todas as IFES e analisamos essa informação como social, considerando um espaço universitário diversificado.

O capítulo oitavo é constituído pelas entrevistas coletadas durante o trabalho de campo, às quais aplicamos o método da História Oral (Meihy, 1995), em que pese a história de vida, no processo de desenvolvimento da pesquisa e na estruturação das entrevistas. No capítulo seguinte, apresentamos uma possível análise interpretativa das entrevistas com base na Análise de Discurso (Orlandi, 2020), predominantemente, pelo viés teórico da mediação da informação e em atendimento aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas demonstram as percepções, compreensões e visões de pessoas que lutam por melhores relações na sociedade a partir das histórias de vida, bem como possibilitaram apontamentos na Análise de Discurso que se vinculam ao contexto da Lei de Cotas demonstrando a importância de dar oportunidades iguais a todos os indivíduos da sociedade. As análises das entrevistas ultrapassam o momento vivido e podem se tornar informações impulsionadora de grande valia para outros caminhos que se fazem necessários na luta que existe e ainda há de continuar para gerações futuras.

Na sequência, o décimo capítulo traz nossas considerações finais e os aspectos geradores deste trabalho, considerando os campos educacional e social; aqui, compreendemos que nenhuma pesquisa finda e, ao mesmo tempo, abre espaço para outras demandas informacionais diante de um tema complexo em que leva o conhecimento de situações presentes na atualidade e silenciadas pela sociedade como um todo. Demonstra o grande passo da lei das cotas, a destacar a possibilidade de efeitos de sentido para a construção de um país menos desigual e humanitário.

Com este trabalho, portanto, socializamos uma pesquisa em que discutimos a mediação da informação no ingresso discente em instituição pública do ensino superior, vinculando-a à apropriação da informação por grupos sociais pertencentes a uma sociedade que está em constantes mudanças nas suas relações socioculturais.

2 CULTURA E SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

O ser humano vive e se relaciona em sociedade. Somos socializados na linguagem, no ato de pensar, de nos expressar e interagir com o outro e com o meio. A compreensão da busca do indivíduo pelo lugar social transversaliza as ciências que estudam o ser humano nas mais variadas interações, considerando, por exemplo, o funcionamento, as características, as diferenças e os grupos que compõem a humanidade, em âmbito global. Diante disso, surgem reflexões e perspectivas diferentes, que possibilitam abordar a vida na coletividade por caminhos que atendam momentaneamente às demandas dos indivíduos, uma vez que há mudanças nas relações e, conseqüentemente, das ações sociais.

A complexidade da vida humana esbarra nas múltiplas formas de viver em diferentes espaços e em determinado tempo histórico, que produzem as condições sociais para as relações entre os seres humanos. Nesse sentido, defendemos a construção de uma sociedade que dê oportunidades aos indivíduos, de forma igualitária, pautando-se nas demandas sociais que resultam de conquistas de uma sociedade democrática.

Matta (1987, p. 48) apresenta a sociedade como “uma totalidade ordenada de indivíduos que atuam como coletividade”. Em defesa da (re)construção das relações sociais, ressaltamos o termo “coletividade”, pois compreendemos que, por mais que o indivíduo seja único, suas relações e desenvolvimento ocorrem no coletivo, em relação direta (e indireta) com os outros indivíduos que compõem a sociedade.

Então, a sociedade é constituída por um conjunto de pessoas que vivenciam experiências na coletividade, gerando ações que retornam ao coletivo a partir da (re)significação das experiências vivenciadas no plano individual. Desse modo, as relações sociais são dinâmicas - e, na atual conjuntura, cada vez mais globais e diferenciadas -, marcando a composição da sociedade, seja por atritos, conflitos, conquistas, unidade e as mais variadas formas de relacionar-se no coletivo ou na individualidade de pequenos grupos sociais.²

² Referimo-nos à identificação entre os seres humanos de grupos sociais, nos diversos contextos históricos e sociais, com experiências próximas, em que o indivíduo “usaria naturalmente e sem esforços para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem pensam, imaginam, etc.” (Geertz, 1997, p. 87). Em analogia às reflexões do autor, temos que, nas semelhanças, há uma identificação entre indivíduos e a constituição dos grupos sociais.

A complexidade social se (re)define nas relações humanas, percebendo que “os agrupamentos humanos caracterizam-se como sociedade quando têm um fim próprio e, para sua consecução, promovem manifestações de conjunto ordenadas e se submetem a um poder” (Dallari, 2007, p. 46). Implicitamente, é possível identificar a existência de elementos comuns aos indivíduos, que são construídos pelo ser humano e possibilitam a junção em grupos sociais de forma ordenada. Compreendemos que esses elementos estão relacionados ao modo de vida de cada indivíduo e destacamos a linguagem como um dos elementos de maior influência para a constituição da sociedade. Outro ponto compete à relação de submissão ao poder³, considerando-se o poder visível, executado pelas instituições, e o implícito, vinculado à construção histórico-sociocultural de cada sociedade.

O ser humano é social e imerso em manifestações, que podem ter a finalidade de manter a unidade coletiva, mesmo que tais manifestações sejam divergentes entre os grupos que compõem a sociedade; logo, reconhecemos que há sempre elementos de unidade entre os indivíduos, determinando a junção social. Dentre esses elementos, destaca-se a língua⁴; afinal, a sociedade é composta por indivíduos diferentes e dos mais complexos posicionamentos, em que há trocas de relações e de produtos que movimentam os fatos e acontecimentos na História. O ato de se comunicar estabelece associações entre indivíduos com interesses comuns, criam-se as regras entre os indivíduos e a relação de poder gera a submissão de alguns grupos em relação a outros.

Nas relações implícitas, as regras podem ser compreendidas como comportamentos, posicionamentos e crenças, que se sustentam por meio da cultura; nas relações explícitas, temos as regras institucionais, legalizadas, normatizadas (Weber, 1982). Weber (2003, p. 81) discute sobre a “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais, como “a influência indireta das relações sociais, instituições e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses ‘materiais’ estende-se (muitas vezes de modo inconsciente) por todos os domínios da cultura”. O autor argumenta que, evidenciando as relações, temos o movimento da vida, seja por força

³ Mantendo o posicionamento de Dallari (2007), o poder concebido e marcado pela organização do indivíduo na vida social, sendo o ser humano um ser social.

⁴ Em Pêcheux (1995, p. 22), temos que “a ‘língua’, como sistema, se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à ‘história’ e aos sujeitos falantes”. Registramos a compreensão de língua no sentido amplo, social e comum, que impulsiona a interligação dos indivíduos de uma sociedade; compreendemos a “linguagem na sociedade tomada pela história” (Orlandi, 2017, p. 74). Assim, inter-relacionam-se elementos discursivos que consolidam as relações em uma sociedade.

de desejos materiais, seja pelo reconhecimento da cultura historicamente dada, que influencia na constituição social do ser. Nessa discussão, há um entrelaçamento das relações visíveis e invisíveis, que moldam e/ou causam as mudanças sociais.

A partir dos valores atribuídos às ações pelos sujeitos e vivenciados em agrupamentos humanos, surgem ações sociais no sentido de manter a unidade ou transcender as relações consolidadas. Atualmente, como relações e ações sociais, a sociedade ultrapassa o estático e ganha mecanismos⁵ que demonstram as diferenças existentes em cada agrupamento humano, potencializando mudanças, bem como o surgimento de outras relações que caracterizam as formas pelas quais o indivíduo se apresenta na sociedade.

Como um complexo, a sociedade é caracterizada pelas diferenças que compõem uma totalidade, com ações na coletividade e infinitas possibilidades de ações por parte dos indivíduos que a compõem. Em meio a essa complexidade, os valores sociais são construídos nas relações entre indivíduos e/ou com o meio em que vivem; por isso, destacam-se os processos culturais na (re)significação dos valores, crenças e modo de vida em um determinado tempo e espaço. É relevante compreendermos que demandas sociais geram outras demandas de valores, uma vez que há mudanças nas relações coletivas dos grupos sociais.

A sociedade é uma unidade, ao mesmo tempo composta por diferentes sujeitos, evidenciando relações construídas para um fim próprio, com tempo de se organizar e se relacionar na vida social (Linton, 2000; Santos, 2008; Weber, 1982, 2003). Então, essa unidade se constitui na complexidade social, reconhecendo-se, no entanto, as particularidades, as individualidades e as microrrelações em que os indivíduos constroem e compartilham o sentido das ações nas relações sociais.

Assim, percebemos o ser humano em suas relações como o princípio para pensar a sociedade e defendemos que este não vive na individualidade social, pois as relações refletem em todos os elementos e sentidos de uma sociedade. As ações se inter-relacionam e movimentam o todo, transcendem o tempo e adentram outros espaços das relações humanas na constituição da sociedade. Na sua complexidade,

⁵ Compreendemos a sociedade em rede nas reflexões de Mattelart (2002, p. 49): “o século XIX, com a aceleração da velocidade dos fluxos de informação e de comunicação, já gerou uma opinião de dimensão planetária e que a emergência dos ‘públicos’ modernos é o resultado de meios de comunicação que não cessam de ampliar o ‘círculo social’”.

as transformações na sociedade atendem aos anseios de grupos que movimentam as relações sociais na completude (Claval, 2007; Dallari, 2007; Geertz, 1989).

No movimento das relações sociais, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, temos a presença das condições históricas. Compreendemos, então, que o sentido das ações na sociedade está imerso nos elementos socio-históricos e culturais em que as relações ocorrem. As condições históricas perpassam a formação de uma sociedade e perduram nos tempos históricos e nas vontades humanas; por isso, o entrecruzamento de situações se materializa nas relações espaciais, onde a forma-homem-em-sociedade (Moreira, 2012) representa a vida humana na plenitude da diversidade constitutiva histórica, social e culturalmente.

A complexidade da discussão sobre sociedade envolve, ainda, elementos históricos subjetivos que perduram por tempos, haja vista que o ser humano deixa “vestígio das suas relações sociais e valores naquilo que usou, negociou, adorou e entesourou com ganância, sabedoria ou generosidade ao longo dos tempos” (Matta, 1987, p. 31). Ao abordar a existência de vestígios nas relações sociais construídos ao longo do tempo, desmaterializando a concepção de vestígios, perpassando pela compreensão do modo como a humanidade se relaciona em sociedade, compreendemos que as relações são historicamente construídas e se desenvolvem na coletividade.

Nesse sentido, concebemos o espaço como relações inseparáveis, em que temos “de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (Santos, 2008, p. 28). Ao inter-relacionar a sociedade com/nos espaços de forma fluida e em constante movimento, podemos encontrar as diferenças no modo de se relacionar entre indivíduos e com o meio, como possibilidades de transformações, mudanças, alterações que pactuam nos arranjos sociais e culturais, redesenhando os espaços sociais.

Assim, compreendida como vida e movimento, a sociedade possibilita o rompimento de determinado poder construído socio-historicamente, uma vez que aponta para o comportamento humano por épocas e lugares (Dallari, 2007), bem como a possibilidade desse conhecimento ser transmitido de geração para geração (Laraia, 1986). Nesse sentido, observamos um processo de (re)significação das relações, enfatizando suas construções no movimento das vivências humanas, especificamente na essência social e sociável do ser humano.

Outro ponto de discussão se refere à sociedade composta por diferentes grupos sociais, com maneiras distintas de se organizar e pensar seu modo de vida; os elementos comuns potencializam a socialização dos integrantes de um determinado grupo social, bem como as relações forma-homem-em-sociedade. Com sua complexidade sociocultural e em constantes mudanças/movimentos, a sociedade abarca tanto os grupos como os indivíduos e constrói caminhos para a permanência de todos no coletivo, buscando novas necessidades e construindo e/ou ressignificando relações subjetivas, que organizam e identificam os indivíduos como integrantes de uma sociedade.

A partir dessas considerações, podemos dizer que a sociedade é pautada nas relações entre indivíduos, as quais ultrapassam o sentido de interações na superficialidade e adentram os significados nas/das relações que potencializam as ações sociais dos indivíduos no coletivo e em um determinado contexto, construído social e historicamente (Orlandi, 2007, 2017a).

Assim, compreendemos que “o conceito de sociedade deve ser sempre complementado pela noção de cultura que remete ao texto e aos valores que dão sentido ao sistema concreto de ações sociais visíveis” (Matta, 1987, p. 56). Na inter-relação entre sociedade e cultura, no tempo e espaço, constroem-se os diálogos, as crenças, os comportamentos e todo o modo de vida de grupos sociais.

Cultura e diversidade serão discutidas a seguir, acompanhadas de uma breve discussão sobre cultura e sociedade, pois a sociedade é composta de pessoas que pensam e agem nos seus ciclos sociais, com base em valores construídos historicamente e que se materializam nas múltiplas relações sociais.

2.1 Cultura e diversidade

Os seres humanos têm hábitos de vida diferentes e a forma como vivenciamos o dia a dia se diversifica conforme o sentido que atribuímos às nossas vivências. A sociedade é permeada pela diversidade social e cultural, múltiplos comportamentos e costumes diferentes, o que reflete na diversidade de ações sociais, seja no plano individual ou em pequenos grupos, seja no coletivo característico de uma sociedade ou mesmo no âmbito global.

A partir da compreensão dessa complexidade e subjetividade que envolve a sociedade, abordamos a construção cultural como uma discussão possível para

compreendermos a socialização/relações entre os grupos sociais e as vozes dos sujeitos que lutam por conquista, por espaço e visibilidade, com respaldo na historicidade e na constituição da diversidade, com diferentes aprendizados, hábitos e crenças.

Há de se reconhecer a diferença na construção do processo cultural da humanidade, o que se torna mais complexo quando percebemos que, nas múltiplas relações cotidianas, costumes e percepções diferentes são social e historicamente construídos e correspondem às pessoas com quem nos relacionamos e compartilhamos nossas experiências, sentidos, significados, lutas e conquistas. Assim, a cultura é vista de forma intangível, impalpável e invisível, fortalece o reconhecimento e as relações entre indivíduos.

Conforme Laraia (1986), Mello (2000), Thompson (1995), tem-se a discussão inicial sobre o termo cultura, na expressão no latim *colere* (cultivar ou instruir) e *cultus* (cultivo, instrução). Ao longo dos tempos, o conceito de cultura se ampliou, ultrapassando a ideia material vinculada ao cultivo agrícola e adentrando a construção do modo de vida do ser humano no espaço e no tempo, perpassando, ainda, pela complexidade da significação e representações nas relações entre indivíduos e com o meio.

O processo de (re)construção e (res)significação da cultura considera as diferenças e diversidades que envolvem todos os grupos sociais, transcorrendo pela contextualização do espaço e do tempo; considera, ainda, o campo de posições de interações dos indivíduos nesses grupos, diante de suas regras e convenções, que, de forma implícita, significam sua cultura e posicionamento na sociedade.

Ultrapassando a ideia de cultura como grau de instrução educacional, bem como seu vínculo elitista com as artes e instrução educacional institucional, destacamos as reflexões conceituais de Edward B. Taylor (1871, p. 1 *apud* Laraia, 1986, p. 25), que apresenta a cultura como um “todo complexo que inclui o conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Como membro da sociedade e na subjetividade das relações, o ser humano possui hábitos e aptidões adquiridos e isso é evidenciado na construção das relações, que são passíveis de alterações em prol da coletividade. Na imersão social, a cultura é criada, recriada, significada e ressignificada, materializando-se nas regras

subjetivas, no convívio social e potencializando-se nas relações dos grupos que compõem a sociedade.

Reforçando a discussão sobre sujeito⁶, sociedade e cultura, Matta (1987, p. 32) analisa o ser humano “chamando atenção para o fato crítico de que ele é um animal capaz de pensar e seu próprio pensamento”. Assim, as relações humanas constituem a discussão reflexiva central deste capítulo, em que consideramos a cultura como elemento que situa o ser humano em um grupo social, alimentando os interesses e valores culturais desse grupo. Nessa esteira, compreendemos que cada grupo social, bem como cada sociedade, é diferente no que tange a sua cultura, em relação a outras sociedades, seja no âmbito das relações micro ou macro; cada uma se (re)organiza nas suas relações sociais. Ademais, a partir da subjetividade cultural, o sujeito percebe, se relaciona e vivencia o presente, marcado pela historicidade da construção social e cultural de cada sociedade.

Nessa discussão, temos o indivíduo como integrante de uma sociedade, que precisa se identificar e socializar a partir de um grupo social, com relações e costumes que o particularizam como sujeito desse grupo. Na interação, a produção de conhecimento e o repensar o pensamento movimentam o modo de convivência e a percepção da realidade vivida. Na fluidez da cultura, temos as múltiplas maneiras do ser com seus símbolos⁷, valores e crenças, compartilhados no mesmo ambiente social, os quais, quando ultrapassam o tempo histórico, são (re)significados na subjetividade da herança sociocultural, percebendo a cultura transmitida de geração a geração (Claval, 2007, 2008; Laraia, 1986).

Os sentidos atribuídos aos costumes, gestos, leis, crenças e sinais se transversalizam na cultura e se materializam⁸ nas experiências sociais, no sentido mais amplo possível, que constituem os indivíduos com valores, ideias, crenças e

⁶ Nessa perspectiva discursiva, a compreensão de sujeito perpassa pela concepção de Orlandi (2020, p. 44): “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o que dizer”. Ou seja, o sujeito é constituído na subjetividade das relações sociais contextualizadas em processo histórico-social de constituição das relações na sociedade.

⁷ Destacamos que “todo símbolo é cultural. Isso porque supõe uma ordenação inteligente de todo o mundo visível é esta ordenação ou sistematização que permite a classificação das coisas, dos animais e dos homens” (Mello, 2000, p. 48). Assim, os símbolos são sociais por serem criados pelo indivíduo e representar uma sociedade em suas mais diversas formas de relacionar.

⁸ Fundamentamo-nos na discussão de materialidade apresentada por Orlandi (2017b, p. 72), quando parafraseia Pêcheux (1996): “a materialidade é o que permite observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente”. Mantemos as reflexões no campo subjetivo e social, bem como compreendemos o sujeito como indivíduo social, que interage com o outro e com o meio.

costumes no processo contínuo de formação de uma sociedade. Na subjetividade da discussão e na complexidade social, compreendemos que a cultura transmitida, (re)construída e (re)pensada pelo sujeito pode perpassar pelos tempos e relações histórico-espaciais e adentrar a atualidade.

Nessa reflexão, Weber (2003, p. 92) afirma que “o conceito de cultura é um *conceito de valor*. [...] Ela abrange aqueles e *somente* aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se *significativos* para nós”. A partir desse autor, reforçamos que a significação é atribuída pelos sujeitos nas relações e compreendemos que há um valor subjetivo às ações significativas para a cultura de uma sociedade. Esse processo é construído nas relações e, uma vez atribuído sentido, este se torna significativo para um determinado grupo social e/ou sociedade. Nossa argumentação é corroborada pelas seguintes palavras de Geertz (2001, p. 75):

A percepção de que o sentido, sob a forma de sinais interpretáveis – sons, imagens, sentimentos, artefatos, gestos, só passa a existir dentro dos jogos de linguagem, das comunidades discursivas, dos sistemas de referência intersubjetivos e das maneiras de construir o mundo; de que ele surge no contexto de uma interação social concreta, em que uma coisa é uma coisa para um você e um eu.

Nos mais diversos sentidos materializados na linguagem e no comportamento social, encontram-se, também, as intersubjetividades que movimentam as relações em determinado tempo e espaço, ou seja, no contexto de interação, percebemos posicionamentos e interpretações diferentes de situações, comportamentos etc. Conforme Geertz (2001), tal situação considera os fluxos de acontecimentos; compreendemos que o ser humano é um ser socializado e, nesse processo, há impulsos variáveis, que geram diferenças que podem ou não acentuar certos aspectos em relação a outros.

Nesse viés, consideramos as percepções, os contatos e as identificações com o outro, no lugar social, que delineiam condutas apropriadas na cultura e impulsionam as ações das pessoas. Tais ações são socialmente construídas, definidas e determinadas, porém são fluidas e, nas relações, estão sujeitas a se transformar, mudar, desaparecer, se fortalecer e/ou permanecer no modo de vida dos indivíduos. No processo subjetivo e simbólico, o ser humano constrói e reconstrói relações que modificam a vida humana; assim, é no processo cultural de cada grupo social que os indivíduos se diferenciam.

Pensar a cultura na subjetividade das relações sociais possibilita-nos verificar as diferenças existentes entre indivíduos, grupos e sociedade, bem como o modo de vida construído e adquirido pelo ser humano como parte de um coletivo. Assim, à heterogeneidade e multiplicidade das relações sociais, alinha-se o processo de resignificação das ações cotidianas, rompimento ou fortalecimento de crenças e hábitos vivenciados na diversidade cultural dos sujeitos.

O processo de significação e sentido das ações do ser humano em sociedade perpassa pela compreensão de hábitos comuns aos indivíduos do mesmo grupo, que ultrapassam suas microrrelações e moldam os procedimentos de comportamento na sociedade. Na concepção de Claval (2007, p. 63),

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra.

Há de se reconhecer a cultura é a soma do entrelaçamento de complexidades que podem, em algum momento, ter determinados elementos com maior potencialidade em relação a outros. Então, é nas relações sociais que os indivíduos se posicionam no emaranhado da soma desses; destarte, no acumulado durante a vivência e nas particularidades que cada indivíduo constrói e reconstrói o processo cultural de cada grupo da sociedade (Claval, 2007; Geertz, 1989; Laraia, 1986; Mello, 2000). Desse modo, a diversidade sociocultural se consolida e movimenta as mudanças na/da sociedade.

Por definição, a cultura envolve a discussão de comportamentos humanos no sentido mais amplo, os valores e significados que o indivíduo atribui às ações e percepções que o envolvem em um “todo” complexo, demonstrando os hábitos adquiridos/construídos pelo ser humano, que é capaz de pensar e repensar seus pensamentos. Salientamos a possibilidade de mudar os pensamentos e, conseqüentemente, o comportamento social, pois a cultura é mutável, fluida e transmitida de geração a geração. Nesse processo de transmissão e relações com grupos sociais diferentes, há um caminho para (re)significação das ações e valores dos indivíduos na sociedade.

Parafrazeando Geertz (1989, p. 23), reforçamos que “a cultura consiste em estruturas de significação socialmente estabelecidas, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas”. A ideia de as ações serem socialmente construídas

fortalece a (re)significação de valores e significados que afetam e/ou determinam o comportamento humano, especificando o posicionamento de um sujeito em relação ao outro. Mello (2000, p. 49) afirma que “o homem é cultural, é uma criação da cultura, ele é formado pela cultura e todo o seu comportamento é pautado na cultura interiorizada (cultura subjetiva)”.

Logo, todo ser humano é integrante de uma coletividade, em que cria e é criado pela cultura, na subjetividade do todo, envolvendo ações que, ao mesmo tempo, são individuais, particulares e diferentes das ações do outro. Nesse contexto, a cultura “não é [...] um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos” (Claval, 2007, p. 63). Portanto, as relações socioculturais também serão abertas, mutáveis e passíveis de transformações; dessa forma, “deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento que as formas culturais encontram articulares” (Geertz, 1989, p. 27).

Considerando as particularidades, individualidades e especificidades dos indivíduos transversalizadas com o comportamento social, no que tange às articulações das formas culturais no coletivo, enfatizamos a importância de compreender as ações sociais no contexto histórico-cultural, ultrapassando a identificação dos elementos simbólicos de uma cultura e adentrando na discussão da relação significativa estabelecida em meio às ações sociais, em um determinado grupo. Ressaltamos, ainda, que o significado dos comportamentos sociais e pensamentos são construções socioculturais.

Enfatizamos, então, que escolhas, julgamentos, posicionamentos e atitudes respaldam o processo de construção cultural de que os indivíduos fazem parte; esses elementos mudam conforme a cultura dos sujeitos e, no processo de relações e interações, eles se modificam, se transformam, são (re)significados, alterando o sistema hierarquizado de preferência e de valores (Claval, 2007).

Desse modo, é preciso pensar o processo cultural, demonstrando a heterogeneidade dos indivíduos na sociedade, com valores e comportamentos construídos, que se alteram no processo de vivência; independentemente da proporção das relações, as trocas culturais adentram as gerações e (re)constróem a sociedade, alterando as ordens hierárquicas de preferências e valores, bem como posicionamentos nas tomadas de decisão e nas ações sociais.

Em princípio, os seres humanos conferem sentidos, atribuem significados aos comportamentos e os vivenciam, no seu modo de vida, pautados em construções

culturais que se diferenciam de outros indivíduos e de outros grupos sociais. Considerando-se os símbolos, signos e significação de cada grupo social, a sociedade apresenta uma diversidade cultural marcada por elementos histórico-sociais que delineiam as estruturas significativas do comportamento humano. Logo, as amarrações, conexões e ações entre indivíduos se pautam na construção cultural em que estão inseridos. Nesse sentido, Thompson (1995, p. 176) afirma que:

cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças.

O referido autor reforça a relação entre indivíduos no processo de construção social, destacando o compartilhamento das experiências que envolvem trocas de valores subjetivos, formas simbólicas e significados que inter-relacionam as culturas dos grupos. Há de se considerar que, nas relações entre indivíduos, as trocas de elementos simbólicos podem ocorrer consciente ou inconscientemente, de imediato ou não, podendo gerar um novo processo de (re)significação do comportamento humano.

Cabe-nos, também, pensar o processo histórico-social em que são construídos os valores significados e atribuídos às formas simbólicas na relação entre os indivíduos que os produzem, recebem e transmitem os valores culturais nas ações sociais. Assim, comportamentos e posicionamentos que os sujeitos adquirem nas tradições significam nas relações e (re)significam nas experiências de vida, a considerar o tempo e os espaços em que ocorrem as relações entre os mais variados tipos de sujeitos sociais.

No contexto das relações sociais, temos um processo de significação, sistemas significativos que delineiam a compreensão e o posicionamento do indivíduo na sociedade, dependendo do lugar simbólico e do tempo experienciado. Assim, nas particularidades e individualidades, as explicações sociais modificam o entendimento, os valores, a razão, o comportamento e o posicionamento dos indivíduos de um determinado grupo, em que se identifica uma relação de pensamentos e comportamentos iguais entre seus membros.

No processo cultural e na multiplicidade das culturas, a(as) subjetividade(s) delinea(m) a formação de atitudes dos indivíduos e as maneiras como as suas vidas são conduzidas na sociedade. A cultura permite ao sujeito sua inserção no tecido

social (Claval, 2007), demonstrando a conexão entre as significações das culturas na formação da sociedade. Por isso, há uma organização social nos significantes construídos socialmente, como forma de explicação das relações, pois é no significado que as informações fazem sentido para o sujeito e é a partir de um lugar social que as conexões entre construções se consolidam na sociedade.

Com relação à caracterização das formas simbólicas na cultura, Thompson (1995, p. 192) esclarece que “as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos socio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas transmitidas e recebidas”. Consideramos que esse processo ocorre nas relações e em grupos com experiências semelhantes e que definem o que significamos e atribuímos sentidos nos nossos posicionamentos, enquanto sujeitos sociais inseridos em determinados contextos histórico-sociais.

Há uma inter-relação entre as formas simbólicas que construímos e significamos socialmente, em um determinado contexto social, que, por sua vez, se consolida no contexto histórico. Há valores e qualidades intrínsecas nas relações cotidianas de cada indivíduo, considerando as particularidades e as experiências de vida, que influenciam nos posicionamentos sociais, no comportamento, nas crenças, nos hábitos e nas escolhas, bem como na forma de interpretar as relações na sociedade.

São os sujeitos sociais que produzem e conferem sentidos, significados e valores às relações e aos símbolos que as envolvem e são partilhados por indivíduos da mesma cultura, direta ou indiretamente, na infinidade dos processos de significação que ocorrem nas relações. Portanto, devemos considerar a possibilidade de o sujeito (re)construir posicionamentos e pensamentos diante de sentidos e valores construídos socialmente.

Nesse sentido, ao inter-relacionar a cultura na complexidade social e na fluidez das relações dos sujeitos, temos os signos, que, segundo Claval (2007, p. 137), “falam dos lugares, da vida, dos seres ou das técnicas: têm um valor descritivo. Como adquirem conotações no decorrer da existência, ganham uma carga emotiva”. O autor discorre sobre a cultura dos signos vinculados às palavras, que recortam, estruturam e organizam a realidade, analisando que, em toda forma de linguagem, seja escrita ou não, há signos culturais que potencializam as crenças, que dependem dos sujeitos para permanecer ou não. Por isso, existe a possibilidade de rompimentos, ressignificação ou reconstrução de crenças, comportamentos e pensamentos,

passando por processos de transformação de significados nas relações sociais em determinados tempos e espaços.

Ampliando nossa discussão, temos que “a ‘cultura’ é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu - do ponto de vista do *homem* - um sentido e uma significação” (Weber, 2003, p. 96). Por isso, há vontades e capacidades para construir e reconstruir posições, tomar decisões, a partir do sentido conferido às situações e vivências nas relações significantes culturalmente. Nessa multiplicidade infinita de relações, os efeitos das ações sociais representam as culturas, seja no âmbito coletivo, o todo da sociedade, seja no âmbito das microrrelações de seus grupos sociais.

Nas possibilidades de deslocamentos da cultura, a multiplicidade cultural se constrói a partir do entrelaçamento do pensamento, sentido e significação individual, que, ao mesmo tempo, é finito e infinito no processo de relações, expandindo-se para o coletivo social. Então, temos a cultura vivenciada pelos indivíduos de um determinado grupo em um determinado tempo/espaço.

Há de se considerar a atual complexidade de relações espaciais no mundo. Nesse sentido, ao discutir a heterogeneidade do espaço habitado, Santos (2008, p. 44) afirma que:

Uma das características do espaço habitado é, pois, a sua heterogeneidade, seja em termos da distribuição numérica entre continentes e países (e também dentro destes), seja em termos de sua evolução. Aliás, essas duas dimensões escondem a incluem outra: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida e etc.

Levando em conta a complexidade da discussão sobre cultura, mesmo diante das semelhanças, permanece a diversidade nas multiplicidades de combinações de interações e relações. Santos (2008) discute a heterogeneidade na formação do espaço social, seja local ou continental, expandindo sua abordagem para o reconhecimento da diversidade, que, nos termos do autor, é qualitativa, uma vez que apresenta a potencialidade da sociedade na subjetividade nas diferenças de forma geral. Ao afirmar que as diferenças enriquecem a sociedade, o autor adentra na discussão sobre diversidade na relação entre indivíduos de culturas diferentes, no sentido microrrelacional, que compõem a sociedade brasileira.

Como ponto de equilíbrio dessas reflexões, consideramos o reconhecimento das diferenças nas relações sociais e padrões próprios de cada indivíduo/sujeito da sociedade, que demonstra necessidades particulares diante das ações sociais. Na

diversidade, as culturas se entrelaçam, criando novas demandas, gerando o movimento social necessário para consolidação e visibilidade dos mais variados grupos sociais. Nos processos culturais, as inter-relações nas trocas e conexões perpassam pelas abstrações permutáveis dos comportamentos e demonstram as diferenças entre indivíduos. Em uma reflexão interpretativa, a diversidade cultural e social se materializa nas diferenças entre sujeitos e nas relações sociais.

Nesse sentido, “a cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio” (Claval, 2007, p. 63). Notamos os caminhos para a transformação do conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e hábitos (Taylor, 1871 *apud* Laraia, 1986), ou seja, a forma como organizamos as relações sociais, a partir das ações e processos sociais, são passíveis de transformações e transversalizam a diversidade cultural, uma vez que todos os indivíduos são membros da sociedade e, ao mesmo tempo, particularizam suas experiências de vida.

As múltiplas formas de interações e aspectos que diferenciam os indivíduos de uma mesma sociedade perpassam pelo processo de transformações de significados, sentidos, valores, enfim, um conjunto de elementos variados, que integram o comportamento do indivíduo no todo-coletivo-social. Nesse contexto e nas relações de convivência, temos a diversidade, a multiplicidade de formas de os indivíduos interagir com os outros e com o meio, principalmente de uma mesma sociedade.

Segundo Geertz (1997, p. 29), “o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las”. Nesse sentido, reconhecemos a relevância da cultura para percebermos, reconhecer e defender as diferenças como cada indivíduo e/ou grupos explicam, vivenciam e se posicionam em determinado momento e a partir da identificação de si mesmos no momento vivido.

No sentido mais profundo das relações de interação com o outro e com o meio, pensar as diferenças requer pensar em comportamentos e posicionamentos semelhantes, que possibilitem a constituição de uma sociedade com o reconhecimento das diferenças de vivências, em que se consolidam as diversidades no processo histórico, social e cultural de formação do indivíduo social. Portanto, as diferenças no modo de vida exposto nas relações buscam, no passado longínquo, sustentação para discussões que proporcionem explorar todas as possibilidades de diversidade que compõem a sociedade, gerando ou não confrontos, enfrentamentos e mudanças.

Claval (2008, p. 29) considera “a significação de outros mundos na estruturação do nosso, o levar em conta o futuro, a curiosidade para a diversidade das sensibilidades humanas”. A vivência do indivíduo ocorre a partir das interações simbólicas em que o sujeito social apresenta, em sua constituição, em seu comportamento, a identificação de valores e aspirações da formação da sociedade com um todo; além disso, no processo de identificação com determinado grupo, há uma sensibilidade de projeção da pessoa em relação a esse grupo social. Nessa complexidade, e considerando-se a diversidade, o indivíduo pertencente a um determinado grupo envolve os processos relacionais de toda a sociedade.

Laraia (1986, p. 74) comenta que “o costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade”. Aqui, temos o enfrentamento às discriminações da diversidade, destacando-se as múltiplas percepções sociais diante das mesmas demandas; são concentrações de pessoas com experiências de vida e origem em uma mesma sociedade complexa e, por isso, cada uma participa parcialmente da movimentação das relações da sociedade.

A pessoa pode vivenciar os elementos da cultura de uma sociedade, com efeito na construção das relações sociais. Dessa maneira, nos grupos, há um reconhecimento, uma identificação, de forma direta ou indireta, que possibilita articulação e participação no convívio social e no coletivo, de forma que o grupo se fortalece enquanto integrante da sociedade.

As relações herdadas e reconstruídas no meio social são modificáveis, impulsionadas na intensidade das comunicações, com símbolos e significados que se diferem e caracterizam a diversidade da sociedade brasileira. Nesse contexto, a evolução das técnicas, em especial das tecnologias, estimula as transformações das relações e, conseqüentemente, da cultura e do modo de vida (Claval, 2007).

Na diversidade social e cultural (diversidade sociocultural) temos o ponto de encontro das tensões sociais e o caminho para a construção e/ou (re)significação de sentidos nas relações, um processo discursivo que delinea as relações sociais em determinado tempo e espaço, ultrapassando as temporalidades e adentrando a outras espacialidades. Nessa perspectiva, de acordo com Hall (2015, p. 3),

existem diferenças de todo tipo no mundo, e que a diferença é um tipo de existência anômala por aí, uma série randômica de todo tipo de coisa que a gente chama de mundo e não há motivo para negarmos essa realidade ou essa diversidade.

A discussão sobre a diversidade decorre do reconhecimento das diferenças, sejam locais ou globais, individuais ou coletivas, particulares ou plurais, de forma irregular e aleatória, que moldam, delimitam e impulsionam as relações histórico-sociais e culturais dos seres humanos. Na interação entre seres humanos, a diversidade se materializa, identifica, e permite o desenvolvimento do indivíduo, enquanto sujeito, membro de uma sociedade pautada nas diferenças. Assim, com base no signo e significado das diferenças, a diversidade se constitui no processo de formação sociocultural de um grupo e/ou uma sociedade.

Pautando-se nas relações, a diversidade se delimita nas particularidades das construções culturais, ampliando as possibilidades de (re)significações de comportamentos e percepções em relação ao outro, bem como posicionamentos e compreensões interpretativas diante de situações de mundo. Nas margens das tensões sociais, diante das diferenças socioculturais na formação e na história de vida dos sujeitos, a diversidade multi-relaciona as relações, conduz, prepara e impulsiona para a (re)construção de uma sociedade de enfrentamento às desigualdades construídas historicamente e que afetam as condições sociais dos indivíduos.

Canclini (2007, p. 239) discute as conexões limitadas, a diversidade seletiva, a fim de:

Conceber a sociedade de modo multifocal e com relativa descentralização. Esta afirmação geral adquire sentidos distintos nas ciências e nos sistemas de representação sociocultural. Em relação à universalidade do conhecimento, implica buscar a compatibilidade entre saberes científicos e aqueles que correspondem a outras ordens de experiências simbólicas e modelos cognitivos.

O autor enfatiza o reconhecimento da sociedade na sua complexidade multi-relacional, sob a visão multifocal das relações sociais, e defende a descentralização do foco de análise, no sentido de perceber as identificações socioculturais, bem como entrelaça as experiências simbólicas como elementos que caracterizam os grupos sociais. A esse entendimento, alinhamos a compreensão da significação construída, reconstruída e transmitida por indivíduos, destacando a interação, tanto no fortalecimento das significações, como no enfrentamento a situações de desigualdades, exclusão ou determinações em detrimento ao outro.

Nesse último apontamento, temos a diversidade na linha de confronto entre sujeitos, sob uma abordagem multifocal da sociedade, considerando-se as diferenças nas histórias de vida dos sujeitos sociais. Pontuamos que, na diversidade, na

individualidade e na particularidade, as relações são transformadas; há crescimento, criação e desenvolvimento do ser humano na complexidade social e globalizada em que vivemos atualmente.

No entrelaçamento dos autores apresentados até o momento, quanto às relações entre sujeitos sociais pautadas na diversidade, compreendemos a importância e a necessidade de soluções para as adversidades sociais, bem como de oportunizar a (re)construção de uma sociedade diversificada, baseada na equidade e em busca da igualdade de oportunidades para todos. A diversidade dos grupos, engrandecida no encontro de indivíduos de construções culturais diferentes, seja nas relações sociais micro ou macro, expõe igualdades e desigualdades no que tange às relações de poder⁹ construídas historicamente. Nesse sentido, pactuamos com o seguinte pensamento de Hall (2015, p. 2):

coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infindável de constante ressignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos.

O sentido construído, reforçado e/ou reconstruído pelos seres humanos, envolto em sistemas de valores subjetivos, reflete os comportamentos sociais nas relações e modifica-se conforme as relações mudam, demonstrando sua fluidez, que se materializa na apropriação, por parte do indivíduo, que atribui outros sentidos. Esse é um processo contínuo, que se apresenta nas diferenças e interfere na diversidade humana. Nesse processo, o indivíduo é construído e socializado no grupo, bem como vivencia os sistemas de valores e os símbolos construídos socialmente, característicos desse grupo. Na diversidade, há de se considerar as múltiplas vivências dos indivíduos em variados grupos sociais. Destarte, as relações que se transformam a cada troca de experiências e inter-relacionam os grupos sociais demonstram tanto a igualdade como as desigualdades existentes na sociedade.

⁹ A Análise de Discurso, método utilizado nesta pesquisa, “trabalha as relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida” (Orlandi, 2017a, p. 55). Compreendemos, então, que a discursividade possibilita a abordagem das relações de poder explícitas, que determinam as desigualdades econômicas entre indivíduos, e as implícitas, que são construídas histórica, social e culturalmente, a partir da condição de sexo/gênero, identidade de gênero, raça/etnia, classe e outras marcas discriminatórias.

Assim, reiteramos a inter-relação da cultura com a construção dos processos sociais de significação (Canclini, 2007; Hall, 2015) que fazem parte da vida dos sujeitos e, aplicados à discussão sobre a diversidade, permeiam as relações da sociedade em constante transformação. Compreender a diversidade é fundamental para as discussões no campo acadêmico, sobre as relações históricas na sociedade, especificamente da sociedade brasileira, e da disseminação da informação de uma sociedade composta por indivíduos culturalmente diferentes.

Nesse contexto, nossa pesquisa perpassa pela discussão sociocultural, uma vez que o sujeito é constituído nas relações sociais e culturais e a diversidade demonstra as diferenças dessas construções, apresentando as particularidades e individualidades de cada indivíduo, de cada grupo, bem como de cada sociedade. As relações sociais acontecem a partir de comportamentos designados historicamente e consolidados socialmente no processo de interação e construção de elementos simbólicos, de identidades e representações, em fluxos que (re)estabelecem relações sociais e caracterizam uma sociedade diversificada.

2.2 Sociedade: uma reflexão nas relações sociais

A sociedade se organiza no espaço social, mediante as relações historicamente construídas e socialmente vivenciadas. Os grupos sociais apresentam seu modo de pensar e agir dentro do processo cultural e refletem as múltiplas histórias de vida dos indivíduos. As relações entre indivíduos no espaço representam os valores atribuídos pelo sujeito às ações, percepções e interpretações sociais. O modo de vida organiza a construção do espaço, reporta-se às relações historicamente construídas e demonstra uma sociedade diversificada, constituída por grupos sociais, com indivíduos diferentes no que tange a comportamento, crenças, hábitos, pensamentos, conjunto de símbolos e signos. Claval (2008, p. 26) esclarece que:

existem diversos processos culturais ou sócio-culturais. A ênfase vai em primeiro lugar para a comunicação, graças a quem a cultura é transferida de um indivíduo a outro, de uma geração a outra. Através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa, com uma identidade pessoal e social. Graças à cultura, o homem torna-se um ser social.

Ao compreender o ser humano como um ser social, constituído na diversidade, enfatizamos as diferentes relações e percepções de situações que caracterizam, delineiam e representam uma determinada sociedade, em um contexto cada vez mais

globalizado, no qual os valores culturais se alteram nos espaços, sejam materiais ou virtuais, avançando no tempo e reconstruindo relações com o outro. Nessa complexidade, com seus diversos processos sociais e culturais entranhados na interiorização das práticas relacionais entre indivíduos, a sociedade passa por constantes mudanças e transformações, uma vez que, nas relações, a diversidade flui e fortalece constantemente as relações socioculturais, permeando um processo infinito de significação e ressignificação.

Matta (1987, p. 37) entende que “o homem realizou simultaneamente as suas variadas diferenciações internas, inventando formas sociais diferentes”; respaldando-nos nas diferenciações, temos novas situações cada vez mais adaptadas às contínuas experiências vividas. Desse modo, as assimilações e acomodações das diferenças, no âmbito social, constituem um processo contínuo, que atende às relações e ao tempo vivido. Nesse contexto, Claval (2007, p. 81) destaca que “o que lemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar”

Nesse processo cultural, os movimentos das relações sociais deslocam as lógicas construídas, (re)constróem significados para além do egocentrismo e demonstram as diferentes compreensões e posicionamentos dos sujeitos diante de determinadas situações, fatos e demandas sociais. Essa multiplicidade marca nossa sociedade com seus múltiplos espaços sociais, em sucessivas relações que se acumulam, constroem e reconstróem os movimentos na sociedade.

Considerando a existência de diferentes culturas e que a sociedade se constituiu uma diversidade cultural nos processos de acumulação e aculturação por tempos históricos, temos, então, uma sociedade imersa em valores subjetivos, em todas as relações e inter-relações dos mais variados processos culturais, ultrapassando, inclusive, os limites territoriais a adentrando as relações globalizadas da contemporaneidade. Nesse sentido, Thompson (1995, p. 165) assegura que:

a vida social não é, simplesmente, uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural: ela é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmo e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem.

Pensar a vida social na dimensão de espaços de diversas conjunções amplia a compreensão de relações que promovem outros contextos relacionais entre os

indivíduos com processos culturais distintos, ações e expressões particularizadas, que compõem o todo sociocultural de uma sociedade. Dessa forma, a sociedade é complexa por ser constituída pelos mais diferentes processos culturais; em meio à diversidade, há múltiplos conflitos de rejeição (econômicos, raciais, gênero, etnia dentre outros), bem como conflitos que potencializam a ressignificação das relações entre os indivíduos.

Nas relações sociais, os indivíduos vivenciam e interpretam experiências culturais em determinados contextos sociais; assim, “uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos” (Laraia, 1986, p. 45). Ao entender que as relações na sociedade são fluidas e passíveis de mudanças, temos, continuamente, a ação de socialização do ser humano na diversidade cultural; enfatizando a história de vida de cada um, pactuamos com a afirmação de Santos e Nunes (2003, p. 33): “a ideia de movimento, de articulação de diferenças, de emergência de configurações culturais baseadas em contribuições de experiências e de histórias distintas”.

A sociedade com diversidade cultural amplia a possibilidade do ganho social coletivo, que impulsiona as inovações e invenções entre sujeitos sociais. Nas diversas relações, coexistem interpretações distintas de situações, momentos e vivências ocorridas em determinado tempo e espaço e que possibilitam o impulsionamento de ações inovadoras, seja no âmbito local ou global.

Assim, nas relações produz, modifica e ressignifica as ações humanas. Os conflitos sociais que evidenciam as desigualdades revelam as diferenças socioculturais que constituem a sociedade brasileira; essa reflexão se respalda na compreensão de que “as condições mudam quando as sociedades são definidas pelas culturas abertas e suscetíveis de se transformar e de se enriquecer” (Claval, 2007, p. 103).

As relações se alteram, enfrentam, transformam e enriquecem as culturas, modificam os hábitos na interação, em um conjunto particular de circunstâncias. Nesse sentido, as análises de processos específicos, nos quais estão envolvidas as manifestações, as demandas e as percepções humanas, demonstram a multiplicidade das relações em uma sociedade. Na complexidade existente entre os indivíduos, há mudanças culturais e sociais; assim, segundo Laraia (1986, p. 101), “é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema”.

Para além do reconhecimento das diferenças sociais e culturais entre países, as diferenças ocorrem, também, na dinâmica interna de uma sociedade que constitui um único país. A diversidade, conforme Hall (2015), constituída nas relações histórico-sociais e culturais perpassa pelas diferenças, desigualdades e igualdades dos grupos sociais e geram demandas por estratégias, predominantemente governamentais, que possam enfrentar as desigualdades sociais e os confrontos culturais presentes em uma sociedade. Na complexidade dessas relações, especificamente na sociedade brasileira, temos o processo de construção histórica que se consolida nas relações sociais (relações histórico-sociais) e se vivencia na diversidade cultural (relações histórico-socioculturais). Nesse sentido, Prado Júnior (1961, p. 85) assevera que:

Debalde se querará simplificar o problema, e como tem sido feito, no caso dos negros em particular, esquecer aquela diversidade sob pretexto que a escravidão foi um molde comum que os identificou. A distinção apontada se impõe, e se manifesta em reações muito diferentes para cada um dos vários povos africanos ou indígenas que entraram na constituição da população brasileira; diferença de reações perante o processo histórico da colonização que não pode ser ignorada.

A discussão sobre a formação da sociedade brasileira, em sua diversidade sociocultural, remete ao período colonial como determinante na construção das relações que perduram ainda hoje; daquele período, repercutiu a impossibilidade de adentrar as discussões sobre unidade e igualdade social e reconhecer as diferentes reações dos povos que fazem parte do processo histórico de construção da sociedade brasileira, em destaque os africanos e indígenas.

O rompimento da ideia de naturalização da homogeneidade no processo de construção da sociedade brasileira enfatiza as diferenças entre dos indivíduos existentes no país, quando da chegada dos portugueses, bem como os grupos sociais trazidos do continente africano, perpassando, ainda, pelos processos imigratórios ocorridos - e que ainda ocorrem - no movimento da história do país (Oliveira, 2002; Prado Júnior, 1961; Ribeiro, 1996).

A complexidade dos grupos que, historicamente, fazem parte da sociedade brasileira, transcorrendo pela injustiça social e racial¹⁰, por séculos de violências e todos os tipos de injustiças vivenciadas ainda hoje por diversos grupos. Pensamos o

¹⁰ Consideramos o contexto da política pública para ingresso discente nas universidades e nos respaldamos, inicialmente, em Hall (2003, p 169): “‘Raça’ é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo”.

processo sociocultural do Brasil no encontro da diversidade, podendo este ser positivo ou de confronto; porém, é necessário reconhecer e enfrentar as diferenças de reações ao processo histórico de construção da sociedade brasileira. Somando-se a nossa compreensão, trazemos a seguinte reflexão de Ribeiro (1996, p. 110):

Aqueles surtos de expansão econômica se fizeram principalmente com mão-de-obra escrava, trazida da África, após o fracasso do colonizador em seus esforços para basear a produção no braço indígena. Assim foram, em grande parte, populações negras destribalizadas que sucederam às indígenas nas áreas açucareira e mineradora. O novo surto e a nova sucessão se fariam com os excedentes da população criados no próprio país, pelo caldeamento dos contingentes alienígenas negros e brancos com os índios subjugados e escravizados. Eram populações deslocadas de suas regiões de origem, pelas secas nas caatingas do Nordeste ou pela decadência das lavouras de cana, de algodão e de fumo das antigas matas litorâneas ou, ainda, pelo abandono das minas exauridas. Contribuíram também, ponderavelmente, contingentes alienígenas – dessa vez imigrantes europeus, vindos como colonos.

No trecho acima, observamos a presença dos indígenas, povos originários do Brasil, dos negros (pessoas trazidas da África e escravizadas no Brasil), do europeu branco colonizador, dos imigrantes europeus colonos e, por fim, da população criada no país, após a chegada dos portugueses. Essa diversidade de grupos sociais na constituição da sociedade brasileira, na perspectiva de Prado Júnior (1961) e Ribeiro (1996), é impulsionada por questões econômicas; dessa forma, temos uma relação subjetiva de poder, em que um (ou mais) grupo será dominado por outro(s). Na construção das relações dos indivíduos na sociedade brasileira, esse pensamento se perpetuou e foi ressignificado por séculos, demandando, na linha de confrontos, ações que buscam sanar as desigualdades, tanto sociais e raciais, como as desigualdades justificadas pela diversidade cultural e físico-biológica.

Na contradição e nos confrontos de pensar a sociedade, em especial a brasileira, reforçamos a discussão sobre os diversos processos socioculturais construídos historicamente e que tornam o ser humano social, mesmo nas diferenças. As particularidades dos grupos sociais, os efeitos das relações construídas desde o período histórico do Brasil Colônia perduram na subjetividade da contemporaneidade, delineando os espaços de relações de grupos sociais como os indígenas, os negros e os brancos. Oliveira (2002, p. 9) reflete sobre os imigrantes na formação da sociedade brasileira, conforme o trecho em destaque:

A identidade do Brasil, desde meados do século XIX, é pensada como resultado da fusão das três raças formadoras da nacionalidade – o branco, o índio e o negro. A participação do negro, entretanto, apresentava problemas. Vindo e vivendo como escravo, considerado como inferior, o negro se integra

à nação através da miscigenação, mas não encontra lugar na construção ideológica da identidade brasileira. Um lugar relevante é destacado para o índio apresentado na literatura romântica. O índio idealizado é reconhecido, ainda que o índio histórico já tenha sido quase dizimado.

Nas narrativas acerca da sociedade brasileira, a autora evidencia a ideia construída de inferioridade do negro e sua exclusão das discussões teóricas e culturais; nesse mesmo sentido, o indígena apresentado na literatura romântica e, como pontuado por Ribeiro (1996), já quase exterminado da nossa sociedade. Essas ideias construídas perpassam pela vida social com expressões significativas, manifestações subjetivas e que delinham os espaços subjetivos de relações de cada indivíduo e/ou grupo social na sociedade.

É nesse contexto que os apontamentos encontrados nas argumentações histórico-sociais¹¹ precisam ser considerados, para fins de entendimento e enfrentamento das desigualdades sociais existentes atualmente; nos limites das tensões sociais, identificamos as heterogeneidades, as diferenças e as diversidades, demonstrando os efeitos dos caminhos conflituosos que permanecem movimentando e ressignificando as relações na sociedade ainda hoje.

Na perspectiva teórica da diversidade, nossa discussão sobre a sociedade se fortalece nas argumentações acerca das diferenças, visualizando engajamentos e ações plurais que atendam às diferenças e demonstrando os conflitos entre os múltiplos sujeitos socioculturais que compõem a sociedade brasileira. As diferenças a serem identificadas são tanto sociais quanto culturais, demandando princípios e ações que as atendam/enfrentem ou as interseccionem em um mesmo contexto de relações sociais.

Em uma sociedade diversificada, como a brasileira, dada a complexidade discursiva apresentada, os indivíduos de culturas diferentes aprendem entre si e exercem as trocas de experiências na interação, ressignificam posicionamentos, comportamentos, crenças e outras situações construídas historicamente e fortalecidas socialmente. Nesse contexto, o enfrentamento a situações de

¹¹ Nesse momento da escrita, nosso objetivo é apresentar apontamentos históricos da formação da sociedade brasileira e demonstrar que a construção das relações sociais e cultural da sociedade se entrelaça ao processo histórico, compreende que tal situação que influencia na consolidação e justificativa para as políticas de ações afirmativas atualmente. Optamos por evidenciar a construção social das desigualdades inter-relacionando-a a concepções conceituais e reflexivas sobre uma sociedade multicultural, evitando as descrições minuciosas dos momentos históricos; contudo, reconhecemos na história as violências simbólicas e físicas sofridas pelos povos africanos e indígenas no Brasil colônia até hoje (Prado Júnior, 1961; Ribeiro, 1996).

desigualdades, que podem prejudicar e/ou silenciar grupos sociais, possibilita a construção de uma nova sociedade (Claval, 2007). Somando a essa discussão, Canclini (2007, p. 17) afirma que:

[...] de um mundo multicultural – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, intercultural e globalizado. Sob concepções multiculturais, admite-se diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: multiculturalidade supõe aceitação do heterogêneo; interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.

No processo de inter-relação entre modos de vidas diferentes em uma sociedade, múltiplas possibilidades, fluidas e em constantes transformações, delineiam as relações entre indivíduos e evidenciam as diversidades. No entrelaçamento das diferenças sociais e culturais, seja no confronto, na aceitação ou em ambos, as relações sociais se movimentam e possibilitam a ressignificação de condutas historicamente construídas. A dinâmica de relacionamento entre os grupos está passível de ultrapassar os limites territoriais e adentrar o entrelaçamento de outros processos socioculturais, que impulsionam demandas coletivas por uma outra forma de organização social.

Pensar nas relações subjetivas e contextualizadas existentes atualmente significa reconhecer outros tipos de saberes e vivências nas múltiplas diversidades socioculturais, além de compreender que, nos espaços sociais, as alterações nas relações adentram o processo de interação entre indivíduos com diferentes habilidades; no mundo globalizado, essas habilidades são cada vez mais impulsionadas por equipamentos informacionais¹², em especial a tecnologia, dado que, via *internet*, as pessoas se movimentam entre diferentes culturas e posicionamentos, inter-relacionando-se com os mais diversos grupos sociais.

As ações sociais a partir das relações são construídas e reconstruídas no cerne da sociedade, visto que ela se vincula às ações de todos os grupos e espaços que a compõem, como um complexo conjunto de relações humanas que define as diferenças entre os indivíduos. Nesse viés, nossa reflexão se alia às discussões teóricas aqui apresentadas, que entendem a cultura como um todo complexo, voltado

¹² A construção discursiva sobre a compreensão de equipamentos informacionais, pelo viés da Ciência da Informação, será apresentada mais adiante.

para as experiências de vida do sujeito social, ou seja, a cultura é visualizada na subjetividade das relações e a diversidade como encontro e/ou confronto das diferenças nas relações entre indivíduos, sendo essas existências anômalas (Hall, 2015) que movimentam e fazem parte da construção das relações na sociedade.

Portanto, neste capítulo, abordamos a complexidade subjetiva das relações na sociedade, a destacar a brasileira, no que tange a sua constituição histórica, cultural e social, de forma contextualizada; consideramos, assim, que tal constituição ultrapassa os espaços e os tempos na construção contínua das relações sociais, bem como ao compreender que as relações são construídas por seres humanos, há possibilidade de seres (res)significadas diante de novas demandas de grupos da sociedade.

3 DA INFORMAÇÃO À APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A discussão sobre a Ciência da Informação (CI), integrando e se constituindo como um campo de vários saberes que avançou e avança na produção do conhecimento sobre a informação na sociedade contemporânea, remete aos estudos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. A princípio, temos seu surgimento com os grupos de cientistas acadêmicos dessas três ciências (Araújo, 2014, 2018; Guaraldo, 2013), expandindo-se, posteriormente, para discussões sobre a informação com outras abordagens teóricas, emergentes de demandas e discussões de outras ciências, com particularidades e contextos discursivos que se vinculam às experiências de vida; então, a CI é uma ciência recente, que amplia sua função na busca por atender às necessidades e aos interesses da sociedade.

O contexto discursivo da CI com a sociedade, em múltiplos argumentos, perpassa pela reflexão acerca do uso, da apropriação e conceitos da informação, mediante as mudanças sociais, o que demanda formas de pensar os processos de construção do comportamento informacional e social em determinado tempo e espaço relacional. Convém ressaltar que, nesta pesquisa, no sentido histórico e epistêmico, nossa discussão entrelaça concepções tratam da CI. Para tanto, os argumentos apresentados se fundamentam, principalmente, nas reflexões de Capurro (2003, 2008), Capurro e Hjørland (2007), Araújo (2010, 2014, 2018), Guaraldo (2013) e Silva (2017), dentre outros.

Araújo (2018, p. 5) concebe a CI como “uma expressão que designa uma disciplina científica (como o próprio nome atesta) surgida há cinco décadas, inicialmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na União Soviética”, transversalizando pela conexão entre computadores, vinculando ao científico as tecnologias que surgiram (e ainda surgem) desde então. Nesse mesmo contexto, Silva (2017, p. 30) afirma que os desenvolvimentos tecnológico e social “fincam procedimentos marcantes para o protagonismo contemporâneo da informação, assim como para o advento da CI, enquanto campo do conhecimento”. Frohmann (2013, p. 10), por sua vez, considera que “a informação é materializada não apenas por meios institucionais, mas também por meios tecnológicos”.

Por mais que a discussão desses autores esteja em volta da informação a partir dos enunciados digitais, também está relacionada ao processo de consolidação da

CI, se considerarmos os efeitos das tecnologias nas estruturas de informação e, conseqüentemente, na sociedade.

Alinhado ao processo de construção da CI, a partir da discussão do conceito de informação, Capurro (2008, p.119) contextualiza que o conceito moderno de informação “emerge luego de la segunda guerra mundial conjuntamente con la disciplina científica correspondiente, la cual tiene raíces en la biblioteconomía, la informática y la ingeniería”. Segundo o autor, a origem da CI estaria vinculada tanto à Biblioteconomia quanto à Ciência da Computação, perpassando, ainda, pelas engenharias. Nota-se, então, uma diversidade no próprio processo de constituição da CI, situação também identificada nas concepções sobre informação.

Por fim, Guaraldo (2013, p. 24), ao parafrasear Borko, demarca os acontecimentos que impulsionaram o surgimento da CI: “ao final da década de 1960, o estudo da informação passa a ser definido como Ciência da Informação”. Assim, perpassando pela discussão sobre a informação, a CI se constituiu imersa em uma sociedade que impulsionava e, ainda impulsiona, o desenvolvimento tecnológico, com demandas sociais que transcorrem pelas subjetividades culturais de cada grupo social que compõe uma sociedade. Nesse sentido e sobre a informação, a autora afirma: “informação surge com estatuto de ciência no contexto internacional do período pós-guerra, aliada ao desenvolvimento tecnológico e uso do computador para tratamento e recuperação de registros” (Guaraldo, 2013, p. 24).

A partir dos pontos elencados, reconhecemos a CI como uma ciência recente; logo, pensamos o processo de constituição e consolidação de uma ciência ainda em construção, que possibilita outros espaços de discussões, conceituações e reflexões acerca da informação e da sociedade na contemporaneidade, com efeitos de sentidos que envolvam as relações entre indivíduos e destes com o meio e o modo de vida.

Inter-relacionada a outras áreas do conhecimento e perspectivas, a CI agrega processos que caracterizam e atendam às demandas da sociedade, percorre pelos mecanismos informacionais físicos e virtuais, fixos e fluxos, bem como pelos subjetivos, que se delineiam nas relações socioculturais da sociedade. É nesse sentido que compreendemos a CI em múltiplas dicotomias discursivas, com todas as possibilidades que nos permitem identificar e reconhecer os processos de ação da informação para o sujeito que interage na/para a sociedade.

Nessa compreensão, Araújo (2018) apresenta momentos influenciadores no processo de constituição da CI, destacando a bibliografia na perspectiva pós-

custodial; a ideia da documentação com junção da produção intelectual humana; a formação de profissionais para a análise da produção de informação; e, por fim, reconhecer o impulsionamento da área a partir do desenvolvimento das tecnologias, avançando os estudos sobre o fluxo da informação. Assim, adentra as discussões sociais, uma vez que, para fluir, a informação depende do usuário, pois é ele quem atribui sentido, significado e valor à informação. Assim, a CI acompanha a transformação das demandas da sociedade.

Outro aspecto a ser considerado sobre a formação dos estudos na CI são os apontamentos de Silva (2017, p. 60), ao postular que “a tecnologia é a premissa que define de forma mais efetiva os valores subjetivo/abstrato e objetivo/concreto do objeto de estudo da CI”. O autor reconhece a importância das Tecnologias da Informação (TI) para a área, enquanto elemento de mediação entre a informação e os sujeitos; nesse ponto, reconhece os indivíduos que buscam as informações, bem como os que as constroem e disseminam a partir das TI. Assim, a CI contém um viés social, que a movimenta nos valores subjetivos e abstratos, nas relações impalpáveis que desenham e redesenham a sociedade e adentram as discussões da área.

Ao romper com o princípio custodial¹³, no estudo sobre a informação, a CI traz reflexões referentes à sua circulação, disseminação e ações executadas por sujeitos sociais com base nas informações que ele busca e ressignifica nas relações. Desse modo, na discussão sobre a consolidação da área, Araújo (2014, 2018) apresenta suas subjetividades igualmente nos estudos de subáreas - campos de atuação - na CI, pontuados, como: Organização da Informação; Comunicação Científica; Gestão da Informação; Estudos dos Usuários; Economia Política da Informação; Estudos Métricos da Informação.

Ao considerar as subáreas de atuação da CI, visualizamos a ampliação de múltiplas discussões nas concepções teóricas e práticas da área, diversificando as abordagens empíricas no campo de pesquisas. Nesse sentido, a informação envolve o social, partindo do princípio de que as atuações nas subáreas são executadas e vivenciadas por pessoas e, portanto, são compostas por processos de: produção da informação; organização da informação; gestão da informação; recuperação da

¹³ Conforme Araújo (2018, p. 10-11), “não se trata de negar o custodial, a importante e necessária função promovida pelas instituições de guardar, custodiar, os acervos documentais; a documentação propôs uma outra ação, uma outra frente de trabalho, composta por uma gigantesca rede de registros destes acervos custodiados nas instituições”.

informação; apropriação da informação e mediação da informação, demonstrando o humano e suas relações nas abordagens da CI.

Na construção argumentativa sobre a CI, Silva (2017, p. 57) conclui que esta é “uma ciência ‘exclusiva’ e peculiar no sentido de investigar as diversas nuances da informação, e a dimensão epistemológica é um eterno retorno reflexivo da CI em desenvolver uma perspectiva crítico-criativa”. Tais argumentações potencializam o entendimento das múltiplas possibilidades de compreensão sobre a informação, ultrapassando o sentido semântico da palavra e adentrando as reflexões da informação na sociedade, em determinado tempo e espaço, que delineiam as relações sociais. Nessa vertente, a CI vai se constituindo, envolta pelas discussões sobre a informação; desse modo, amplia seus fundamentos científicos e se mantém na multiplicidade da construção sobre a informação na/para a sociedade.

Araújo (2018, p. 34) caracteriza a CI a partir do movimento de interdisciplinaridade, em que “conceitos oriundos de áreas díspares [...] são ressignificados na Ciência da Informação, em um processo de apropriação que é ele próprio, a dinâmica interdisciplinar da área”. Nessa perspectiva, e considerando que a CI é uma ciência recente, há de se reconhecer a possibilidade de expansão de suas discussões para outras ciências, respaldando-se, ainda, nas relações sociais entre os sujeitos e partindo do princípio da impossibilidade de isolamento discursivo na contemporaneidade, a destacar os avanços tecnológicos como fenômenos informacionais¹⁴ que impulsionam essa possibilidade.

Na discussão interdisciplinar, são construídas teorizações, reflexões e interpretações da informação, que fortalecem e consolidam a CI e possibilitam a ampliação de suas abordagens de análise. Destacamos a informação contextualizada, no âmbito sociocultural, com ponderações nas experiências vividas por grupos sociais, no âmbito coletivo ou por sujeitos, de forma individualizada, avançando, assim, para a compreensão da informação como pós-moderna e social. Ao estudar a informação, no campo teórico da CI, tem-se a compreensão da subjetividade e da fluidez da informação a partir da concepção do indivíduo como ser fundamental para a informação.

¹⁴ Para Carvalho (2020, p. 54), “os estudos dos fenômenos informacionais envolvem tanto as discussões acerca dos processos de transmissão cultural, socialização de conhecimento e formação de identidade, quanto aquelas relativas à informação enquanto critério que determina os níveis de integração social”.

A partir dos princípios teóricos da CI e com o objetivo de entrelaçar a informação, o usuário e a sociedade, traçam-se perspectivas de estudos para fundamentar a compreensão do usuário da informação como sujeito que interfere nas relações sociais, direta ou indiretamente, e no processo sociocultural de (res)significação dos comportamentos, posicionamentos, saberes e dos valores subjetivos acumulados no processo de vivência durante a sua história de vida. Nesse sentido, subsidiamos a construção epistemológica da discussão acerca da informação e apropriação da informação, posteriormente, sobre o objeto de investigação de nossa pesquisa, a Mediação da Informação.

3.1 Informação como ponto de partida

O impulsionamento epistêmico sobre a informação perpassa pela polissemia na discussão que, nos inúmeros significados, transversalizam as ciências, de forma geral, e impulsionam as reflexões e avanços conceituais. A informação é dependente do ser humano e ocorre no processo de relação entre indivíduos e destes com o meio. Vale pontuar que as relações sociais estão em constantes transformações; logo, como ponto de partida para nossa discussão, a informação perpassa a compreensão da fluidez informacional, da (res)significação de sentidos e da (re)construção da informação.

De acordo com Capurro (2008, p. 115),

La noción y el término 'información' provienen justamente del latín. El término *informatio* tiene como significados fundamentales el de la acción de dar forma a algo material así como el de comunicar conocimiento a una persona. Ambos sentidos, el ontológico y el epistemológico, están íntimamente relacionados.

Partindo da afirmação do entrelaçamento ontológico e epistemológico da compreensão para o termo informação, Capurro (2008) apresenta a complexidade de uma determinação fixa e inalterada, ao reconhecer a construção epistemológica da informação em contextos com múltiplas discussões. O autor argumenta sobre a informação como material e como ação de comunicar o conhecimento; logo, temos a informação nas/das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, partindo do princípio que interagimos socialmente com outros sujeitos sociais. Nesse sentido, o conjunto de ações humanas que envolve a construção da informação atravessa as relações no espaço e momentos vividos pelo indivíduo; assim, ao exercer a ação de

comunicar, com as múltiplas linguagens, o ser humano permeia as relações na sociedade.

Devemos lembrar que, nesta pesquisa, consideramos a informação sob o arcabouço epistemológico da CI, envolvendo a proposta da mediação da informação e pensando a informação para a sociedade, contextualizando o processo constitutivo da informação nos traços socioculturais dos usuários da informação. Na fluidez das relações sociais, inter-relacionamos a compreensão da (res)significação da informação na construção social do indivíduo.

Adentrando na contextualização concernentes às argumentações sobre a informação, temos em Araújo (2018, p. 78) a afirmação dessas argumentações com “um grau maior de complexidade e abstração, com a inserção da informação no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais concretos”. Nesse mesmo sentido, Valentim e Ançanello (2018, p. 28-29) dizem que “a informação passou a ser estudada com base na investigação de suas propriedades e dos comportamentos dos indivíduos que interagem com ela”. A presença do sujeito nas argumentações dos autores é fundamental no processo de interação a partir do sentido atribuído à informação; para tanto, os contextos socioculturais são impulsionadores, diante da disseminação (ou não) da informação. Então, avançamos na compreensão da informação na relação do sujeito em seu contexto histórico e sociocultural.

Ampliamos a compreensão da informação no entrelaçamento da diversidade sociocultural atrelado à luta por sentidos informacionais que representam a sociedade contemporânea. Isto posto, temos como alicerce uma perspectiva discursiva de informação, que adentra a subjetividade das relações humanas, bem como da diversidade (Hall, 2006; 2015), tensionada no processo sociocultural transmitido de geração para geração (Claval, 2007, 2008; Laraia, 1986), fortalecendo a complexidade da investigação sobre a informação, ao materializar as interações dos indivíduos nas particularidades da sociedade.

Ao historicizar os entendimentos sobre a informação, com base em Capurro e Hjørland, Araújo (2018, p. 72) reforça a identificação de quatro concepções principais impulsionadoras das discussões iniciais sobre o tema, a saber:

O da teoria da informação (formulada por Shannon e Weaver); o da visão cognitiva (proposta por Brookes); o de Buckland (que, ao propor a ideia de informação como coisa, reintroduz o conceito de documento na área); e um

quarto, relacionado ao desenvolvimento de distintas teorias como a análise de domínio, o sociocognitismo, a hermenêutica e a semiótica.

Nessa perspectiva, notamos a importância de caminhos para discutir a informação, ao identificar a complexidade na relação da informação: algo físico; como processo; construção social; ou como probabilidade de uma mensagem se tornar ou não uma informação na subjetividade das relações sociais. Na complexidade dessa discussão, temos, ainda, a possibilidade de outras concepções de informação que atendam às demandas da sociedade. Nesse viés, registramos a importância das primeiras discussões sobre a compreensão da informação na CI. A esse respeito, Araújo (2014, p. 8) explica a organização dos três conceitos iniciais de informação:

O primeiro é um conceito fisicista, em que a informação é tomada como algo objetivo, dotado de propriedades que poderiam ser identificadas e medidas. O segundo é um conceito cognitivista, em que a informação é entendida como algo subjetivo, produto da interação entre os dados (dimensão física) e a mente dos sujeitos, sendo a medida da alteração do estado de conhecimento. O terceiro é um conceito pragmatista, em que a informação é entendida como algo essencialmente intersubjetivo, em que algo só pode ser identificado como informação a partir de um determinado arranjo de elementos (um regime informacional) e por meio de ações específicas de in-formar (gerar registros de conhecimento) e se in-formar (utilizar esses registros).

Ao considerar os três caminhos epistêmicos para a discussão e construção conceitual sobre a informação na área da CI, reafirmamos as possibilidades de multiplicidades na compreensão sobre a informação, haja vista que cada abordagem apresentada pelo autor possibilita outras reflexões sobre o tema. Assim, as reflexões perpassam pela discussão da informação, seja ela objetiva, com a identificação de suas propriedades de forma exata e material; seja vinculada à ideia de lacuna e padronização, no processo mental de percepção do sujeito; seja na abordagem da informação como construção de ideias atribuídas a algo ou alguém, de forma individual, porém utilizada no coletivo, desde o significado a ela atribuído pelo sujeito.

Nesse bojo, compreendemos o fortalecimento da CI a partir das reflexões acerca da informação, destacando a relação da informação construída social e culturalmente, que adentra as relações entre indivíduos e impulsiona a significação da informação por parte do sujeito, o delineamento de comportamentos e posicionamentos de grupos sociais, ao mesmo tempo fluida e apta a ser ressignificada e reconstruída por meio das relações sociais.

A partir dos entendimentos apresentados sobre as possíveis compreensões da informação na CI, transcorrendo pelas concepções físico-objetiva, cognitiva e, por fim,

pragmática, destacamos esta última, pois nela há um processo para apropriar-se da informação, que possibilita, de fato, a compreensão por parte do usuário envolto na intersubjetividade, com os arranjos de elementos que lhe favorecem a identificação da informação. Assim, no campo da intersubjetividade e na necessidade de relação do usuário com o meio ou com o outro, sendo a relação de forma direta ou indireta, temos como ação final a utilização da informação nas relações sociais.

Em consonância com nossa argumentação, Frohmann (2013, p. 13) afirma ser importante “pensar sobre a informação que abre campos de práticas sociais, públicas, política, economia e cultura”. Tal compreensão da informação percorre, ainda, o contexto social e cultural de cada usuário, visto que a resignificação da informação ocorre a cada momento em que ela é apreendida pelos mais variados sujeitos sociais. Uma informação pode se tornar múltipla e representativa de grupos sociais quando circula nos contextos da sociedade e se materializa nas interações entre os sujeitos, a partir do ato de interpretá-la; então, o significado atribuído à determinada informação se vincula ao contexto e à forma de disseminação dessa informação.

Com uma abordagem sofisticada e avançando na complexidade histórica sobre a informação, Silva (2017, p. 19) nos traz que:

Podemos afirmar que o conceito de informação tem sido investigado na história da Ciência a partir de três grandes pensamentos: a interação entre os sujeitos contemplando, inclusive, os conflitos entre os sujeitos; a representação que resulta dessas interações; relações de poder entre os sujeitos da informação ou o poder informacional construídos, através de poderes materiais e simbólicos de sujeitos sobre outros.

Observamos a interação como impulsionadora que conduz as discussões conceituais sobre a informação e identificamos que o autor reconhece tanto as afinidades quanto os confrontos entre sujeitos sociais, que se relacionam conforme sua construção sociocultural e em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, a discussão conceitual sobre a informação adentra a subjetividade do momento, ultrapassando os limites relacionais entre duas pessoas, submergindo a relação de poder entre eles. Nesse contexto, devemos lembrar que os fatos de confronto também são impulsionadores do processo de interação que permeia toda a construção conceitual da informação.

Ainda sobre a informação, Guaraldo (2013, p. 205) argumenta que essa “significa a ação ou o processo que forma interiormente, uma ação que informa; é, portanto, relacionada às práticas sociais que geram a produção de sentido e as

mediações que possibilitam sua apropriação social”. A autora observa a inter-relação da informação com a ação, sendo esta última imersa na discussão da diversidade sociocultural, uma vez que o sentido atribuído à informação surge mediante as práticas sociais dos sujeitos. Destacamos a apropriação social da informação, pois, a partir de um processo de ação que informa o indivíduo, há uma real possibilidade de apropriação coletiva da informação. Por mais que seja no âmbito individual, a significação da informação perpassa pelo coletivo, haja vista que a ação dessa informação poderá ser vivenciada.

Avançando nas explanações, notamos a ausência da hegemonia discursiva na relação de sentidos que buscam constituir as significações conceituais sobre a informação. Assim, a compreensão sobre a informação na subjetividade se apresenta nas particularidades das relações, tanto no plano individual quanto no coletivo, e emana no âmbito sociocultural de grupos sociais que pertencem a uma sociedade. De forma geral, o ponto de partida para a constituição da informação se vincula ao processo de interação social, respaldado no processo de construção histórica e sociocultural do indivíduo.

Ao tratar sobre a conceituação da informação, na palestra de abertura do *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, em 2006, Frohmann (2013, p. 3) afirma: “estou convencido de que, sem a atenção à materialidade da informação, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem”. Nesse viés, parafraseamos Orlandi (2017a, p. 23): “de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam”.

Ao inter-relacionar a informação com a materialidade, salientamos a importância da contextualização histórico-social de uma informação, bem como seu caráter público e social que impulsiona e é impulsionado pelas relações momentâneas dos indivíduos de uma sociedade. No procedimento de materialização, o processo histórico aborda o sujeito de forma contextualizada e na relação entre o fixo e o instável; é nesse sentido que se infere a compreensão da informação nas discussões socioculturais, envolvendo as relações na sociedade, impulsionadas pela informação construída e vivida pelo sujeito em determinado tempo e espaço, ou seja, contextualizada entre as vinculações que perduram por tempos históricos e, ao

mesmo tempo, passam pelo processo de ressignificação por parte do indivíduo na interação com outro.

A informação tem processamento, circulação e subdivisões à medida que o sujeito a vivência; ultrapassa temporalidades, quando os seres humanos a transcendem no tempo e atribuem novos processamentos, circulação e sentidos. Os fluxos sociais criam ou recriam as condições sociais que definem a construção da informação. É nas demandas sociais que a informação ganha seu lugar primordial e se materializa nas relações, no comportamento e no posicionamento do sujeito no dia a dia.

Compreendemos, então, que a informação é fluida e inacabável; sua significação e valor se interligam aos processos sociais do indivíduo. Nessa linha, acompanhamos o seguinte posicionamento de Valentim e Ançanello (2018, p. 31): “pode-se afirmar que toda informação tem um valor latente e que este depende da pertinência a determinado indivíduo (ou grupo)”. Nesse contexto, Fadel *et al.* (2010, p. 18-19) explicam que:

a ciência da informação deve se preocupar não apenas com a informação científica e tecnológica, mas também e em igual medida, com a informação pública, com a informação social; deve interessar-se pelas tecnologias, embora não as tendo como imprescindíveis, ou seja, seu campo abarca ações, práticas, fazeres, pesquisas, estudos e reflexões em que elas estejam ou não presentes.

A informação depende de um sujeito e este se vincula a um grupo social e a uma sociedade; logo, temos a informação vista de todas as formas e em todos os ambientes relacionais. Nessa complexidade, a informação é significada pelo sujeito no contexto sociocultural de sua experiência de vida e na dinâmica das relações sociais; a informação gera uma ação que, momentaneamente, satisfaz demandas informacionais individuais ou coletivas e, conseqüentemente, pode gerar novas demandas, novos conflitos e ressignificações nas relações sociais.

Na discussão sobre a informação, percebemos a diversidade de suas definições; assim, tais considerações precisam de algumas ponderações. Segundo Araújo (2010), os paradigmas de estudos sobre a informação apresentados por Capurro (2003) se organizam em abordagem tradicional; abordagem alternativa e abordagem social; assim, temos a ampliação e a organização compreensiva da discussão sobre a informação na CI. Nesse contexto, e especificando os paradigmas em Capurro (2003), temos: físico (transferência de sinais); cognitivo (equilíbrio

cognitivo - apresenta a discussão de lacunas cognitivas; a informação preenche essa lacuna); social (informação gera novo entendimento, conflitos nas certezas, confronto no sujeito).

Reconhecemos as possibilidades de discussão sobre a informação na atualidade e, nesta pesquisa, destacamos o paradigma social, por compreender que ela, “é dependente do seu produtor, do espaço em que interage com o usuário, dos mediadores desse espaço, do ambiente, do momento, do entorno, do contexto, do tipo de suporte que a sustenta provisória e momentaneamente, do usuário” (Almeida Júnior, 2015, p. 21-22),

Ao considerar a epistemologia social sobre a informação a partir da fundamentação da CI, adentramos no referencial quanto à relação da pessoa com o espaço e o tempo de suas experiências de vida enquanto elementos fundantes para o trajeto gerador de sentido para a informação. Isso significa a interdependência informação/usuário. A informação é apresentada como um conjunto de relações que ultrapassa a concepção de informação somente como registro físico e adentra a subjetividade da construção ativa/ação com a própria cultura, o modo de vida e os efeitos da informação na vida do ser humano.

Nesse viés, observamos que a informação, sob uma concepção social, perpassa por constantes mudanças, acompanhando as demandas sociais que surgem em determinado tempo e espaço, sejam individuais ou coletivas, pois os indivíduos de uma sociedade se relacionam e movimentam concepções, crenças e ações moldadas pela subjetividade sociocultural dos grupos que compõem o coletivo.

Frohmann (2013, p. 09) defende que a materialidade da/informação transcende a discussão da documentação como algo dado e finalizado, ao afirmar que “em termos gerais, não pode haver informação sobre algo de um tipo X se este tipo não existir”. Então, temos a possibilidade de abordagem a partir da criação da informação; logo, inter-relacionamos tal possibilidade à ação de o indivíduo criar e dar sentido à informação, em um contexto específico, com conceitos e sentidos historicamente construídos na relação entre sujeitos e, portanto, entre sentidos.

Almeida Júnior (2015, p. 11) corrobora esse pensamento, afirmando que “somos dependentes dos outros na construção de nosso conhecimento. O mundo nos é dado – sempre parcialmente – a partir dos outros, na relação com os outros”. Daí a importância da contextualização dos sujeitos para a compreensão das relações

sociais, sendo estas materializadas na informação que medeia relações e comportamentos dos indivíduos na sociedade.

A vivência e o processamento da informação no meio social, através das relações - intrínseca e extrínseca, na perspectiva da complexidade da sociedade contemporânea, a modificam ou consolidam uma forma de pensar e agir no meio; de maneira lenta ou rápida, o reflexo da informação, enquanto possibilidade de ação, pode ser visualizado no comportamento e nos posicionamentos sociais.

No trajeto da CI, Capurro e Hjørland (2007, p. 151) consideram “a informação como uma força constitutiva na sociedade”; aqui, notamos o sentido de ação no processo de interpretação da informação. Ocorre que a sociedade é composta por grupos sociais e, assim, a informação se torna compreensível nas diferentes perspectivas que possam demonstrar as especificadas nas relações sociais, bem como nas tensões sociais que atravessam as relações socialmente construídas historicamente.

Retomamos o entendimento da informação na sua subjetividade - envolvendo geração de registro para o usuário, quando este a ela deduz síntese e contexto, com base no seu meio sociocultural, no ato contínuo de ressignificá-la. A informação, aparentemente eterna, se encerra e se renova a cada momento em que os usuários dela se apropriam, com variáveis do tempo, do espaço e, principalmente, das concepções sociais e culturais. Assim, em determinado período, uma informação é fundamental para atender às demandas da sociedade, podendo passar por releituras em outras temporalidades, deixando seu caráter inicial fluido e momentâneo. Nesse sentido, encontramos em Choo (2003, p. 83) a compreensão de que “a informação é fabricada por indivíduos a partir de sua experiência passada e de acordo com as exigências de determinada situação na qual a informação deve ser usada”.

A partir da argumentação da informação significada pelos sujeitos, reforçamos a discussão sobre a diversidade sociocultural presente na sociedade. Com esse viés, compreendemos que o processo para consolidação de uma determinada informação perpassa pela experiência de vida de cada usuário. Temos a possibilidade de disseminação da informação nos mais variados ambientes, vinculada à compreensão por parte do usuário. A ação de compreender está imersa ao modo de vida social e cultural do usuário; logo, devemos considerar a multiplicidade de usuários que compõem a sociedade.

A inter-relação usuário/informação possibilita constantes releituras socioculturais da informação e nos conduz para uma leitura do contexto da atual sociedade, bem como dos sujeitos sociais. Pactuamos com Fadel *et al.* (2010), que apresentam reflexões a partir da inserção das múltiplas informações em ambientes que ultrapassam a tecnologia, reconhecendo que esta última potencializa a disseminação da informação, porém visualizando a informação nas interações sociais de forma geral e subjetiva.

A informação transcorre por relações que ocorrem das mais variadas formas, considerando-se a complexidade no modo de vida do ser humano. Reconhecemos a informação caracterizada conforme as relações sociais em determinados ambientes. Nesse sentido, defendemos uma abordagem com questões culturais, políticas e econômicas, fomentando estudos que consolidam a análise das relações informacionais do sujeito, em um modelo discursivo sobre a informação. De acordo com Araújo (2018, p. 47), termos como “pragmático, intersubjetivo, sociocultural são usados para descrever esse novo modelo”.

Na discussão sobre a informação nas perspectivas contemporâneas, abrangendo as complexidades das relações sociais, tanto no âmbito local como global, ampliam-se os focos de análise, emergindo a discussão do coletivo. Nesse sentido, abordar os grupos sociais que compõem a sociedade perpassa pelo delineamento de questões socioculturais vivenciadas no modo de vida de cada grupo social, bem como suas necessidades informacionais para consolidação de direitos e deveres na sociedade.

No tocante a essa discussão, Capurro e Hjørland (2007) dizem que a informação está em uma perspectiva complexa, uma vez que se elucidam as particularidades no ato de comunicar o conhecimento (falar com o outro), considerando a abordagem de transformação do conhecer a partir do processo de interpretação, sendo esta última vinculada a um contexto específico. Assim, compreendemos que as relações sociais se respaldam na cultura e na geração de ações que ressignificam informações e demandam outras; por isso, ao abordar a informação, consideramos a construção social nos termos da subjetividade das relações socioculturais de uma sociedade historicamente construída.

A relação informação/usuário, ou usuário/informação, demanda uma análise permanente por parte da CI, em virtude da complexidade da sociedade. A informação

impulsiona a sociedade e a sociedade é formada por sujeitos que impulsionam as relações sociais a partir da apropriação da informação.

Dado o exposto, nossa discussão sobre a informação se consolida em uma concepção social, por estar vinculada à relação do sujeito – usuário de determinada informação – com a sociedade, a partir da sua história de vida e com os discursos construídos histórica, social e culturalmente e que delinham as relações dos seres humanos no coletivo social.

3.2 Informação e lugar(es)

Na concepção social, a informação adentra a subjetividade e a complexidade na relação do indivíduo com ela e com o meio, perpassando pelas experiências de vida de cada sujeito; assim, há um processo de (re)significação da informação que gera conhecimento¹⁵, demandas e posicionamentos diante do sentido a ela atribuído, em determinado tempo e espaço vividos pelo indivíduo. Nessa complexidade, temos, ainda, os efeitos das ações do global no local e vice-versa. Para Santos (2008, p. 53-54), as relações se metamorfoseiam no espaço. Segundo o autor,

As condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares.

Compreendemos que, diante do contato com a informação, as peculiaridades da vida do indivíduo refletem na sua significação, no que tange à relação do que chega e o que preexiste. Nesse sentido, há um impulsionamento para a metamorfose (transformação) das relações socioespaciais na sociedade, perpassando pela integração, pela interação e pelo envolvimento com a situação momentânea. Temos, ainda, as particularidades e especificidades de cada local no entendimento da dinâmica da vida humana, bem como as ações dos elementos externos que se

¹⁵ A discussão sobre conhecimento transversaliza a discussão da Mediação da Informação; contudo, nesta pesquisa, limitamo-nos à Mediação da Informação. Na argumentação exposta, temos a compreensão de conhecimento em Cavalcante e Valentim (2010, p. 238): “o conhecimento reside no ser humano, ele advém de diferentes processos cognitivos, de experiências vividas, de informações adquiridas. Quando o conhecimento não é explicitado, isto é, é parte somente de quem o possui, a literatura apresenta-o como ‘conhecimento tácito’. A partir do momento em que o conhecimento é explicitado - na forma de símbolos, signos ou objetos -, a literatura apresenta-o como ‘conhecimento explícito’”.

estabelecem e se inter-relacionam com as condições internas nas relações entre sujeitos. Tais situações adentram as resistências e ressignificações da informação, potencializando as particularidades e os contextos dos lugares vividos pelos grupos sociais que fazem parte da sociedade.

A informação é vista como uma prática social, polissêmica, desenvolvida continuamente nas relações do ser humano com o outro ou com algo e nas ações que envolvem as compreensões do mundo; portanto, vislumbramos que a informação recebe significado, em fluxo contínuo, durante seu ciclo de vida¹⁶, que está sempre em construção. Nesse universo, temos os lugares vivenciados e carregados de sentidos, afetividade, lembranças, relações e marcas da história de vida de cada sujeito. De acordo com Serpa (2007, p. 52-53),

Se um lugar pode se definir como histórico, relacional e identitário, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico deveria então ser encarado como um não-lugar. [...] lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele. O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias.

As polaridades apresentadas pelo autor, a partir do reconhecimento do lugar e do não-lugar nas inter-relações entre os grupos sociais que vivenciam os espaços, demonstram a complexidade das relações na sociedade, de tal modo que os confrontos nas diferenças socioculturais se entrecruzam na discussão dos não-lugares, ou seja, na ruptura das construções históricas que impulsionam as condições para emergir o enfrentamento por acesso a espaços sociais por indivíduos histórica e socialmente excluídos. Nesse contexto consideramos, ainda, o antagonismo do lugar e do não-lugar e o deslocamos para a compreensão da relação de oposição que delinea as relações nos espaços, permitindo construir condições favoráveis ao acesso de determinados grupos sociais em relação a outros.

A relação do lugar e do não-lugar é construída historicamente e, analisando pelo viés da CI, compreendemos que as experiências pessoais potencializam uma nova organização espacial, pois o sujeito significa e ressignifica a informação (Silva, 2017). Na concepção social, ampliamos a compreensão de que a informação significa

¹⁶ Compreendemos como ciclo de vida da informação de acordo com Almeida Júnior (2009, p. 99): “não é possível determinar o uso da informação, como se fosse esse o fim do ciclo de vida da informação”. Na impossibilidade de determinações do fim do ciclo da informação, temos a incidência da ressignificação da informação por parte do usuário, assim, o ciclo de vida da informação perpassa pela compreensão da continuidade, fluidez e subjetividade das relações humanas.

as vivências daquele que a expõe nas relações com o outro, (re)definindo contexto históricos, relacionais e identitários para os lugares sociais.

A informação comunicada é materializada em um meio (Guaraldo, 2013) e nas mais diversas formas de linguagem (escrita, imagem, audiovisual e outras que permitem a relação, o diálogo com o outro), é significada e interpretada de forma contínua. Com isso, temos novos significados atribuídos pelo indivíduo à informação; desse modo, em seu contexto social e cultural e na imersão de sua história de vida, o sujeito é fundamental no processo de significação da informação, com seus símbolos e signos, no processo de construção cultural do indivíduo (Claval, 2007; Thompson, 1995), os quais fazem parte de uso rotineiro e são (re)criados na convivência, na interação com o meio e com o outro. Há de se considerar a relação entre gerações, pois, no processo de construção cultural, a informação é ressignificada. No que tange à comunicação de geração para geração, Claval (2008) especifica a importância de considerarmos as relações no atual contexto histórico das gerações que vivenciam a informação, seja no sentido de potencializá-la ou de confrontá-la.

Na sociedade, considerando a diversidade entre os sujeitos, a informação é significada e se vincula às relações espaciais; portanto, a informação é essencialmente social; aqui, reiteramos a informação “como pragmática, intersubjetiva ou sociocultural, e nela a informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social” (Araújo, 2021, p. 46). Nesse sentido, a informação é múltipla e construída nas relações entre indivíduos e destes com o meio; ultrapassa o tempo e o espaço e adentra as relações de gerações futuras no processo de significação, seja de fortalecimento ou de desconstrução, delineando as ações, saberes e comportamentos dos sujeitos sociais.

A contradição e o confronto na diversidade entre sujeitos refletem na forma e no conteúdo da informação, no sentido de como a informação se configura e se constitui materializando as palavras, seja fisicamente ou não; no movimento dialético¹⁷ dos grupos sociais, temos a constante ressignificação da informação. Dito de outra forma, a significação está em constantes transformações, alterações e mudanças, conforme a movimentação das relações no social. Nesse contexto, refletir o lugar da informação perpassa pela fluidez nas relações, do global ao local e vice-versa; assim,

¹⁷ Movimento dialético na forma de interagir, que gera a formação do sujeito social, em relação de semelhança ao posicionamento de Chauí (2018, p. 61): “eu penso (e pratico) a educação como *formação*, e não como transmissão e adestramento que seriam facilitados pelo ‘diálogo’”.

no mesmo lugar, a informação está sempre variando de valor, de significado e de efeitos de sentidos, a depender do contexto do indivíduo.

Notamos que, para o indivíduo, a informação transcende seu conteúdo, ou seja, a extração de sentidos dos textos (Orlandi, 2020). A significação da informação é variável, uma vez que é significada pelo sujeito conforme ele interage, se relaciona e vivencia suas experiências de vida, direta ou indiretamente, com o outro e/ou com o meio. Assim, pensamos a informação em cada lugar social, vinculada ao ser humano, individualmente e em determinado tempo e espaço, considerando, ainda, as diferenças entre os lugares da informação no que tange à subjetividade dos grupos sociais que compõem uma sociedade.

Claval (2007, p. 55) comenta que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Por analogia, o lugar da informação é um lugar social, pois se constitui em uma fração das relações exercidas na sociedade, em um determinado tempo, espaço e contexto sociocultural, que tendem a escapar, parcialmente ou no todo, na construção das relações na sociedade. Ao compreender que o lugar envolve os sentidos atribuídos pelo ser humano, temos o reflexo dessa relação no processo de significação da informação pelo indivíduo, o que fortalece a compreensão de lugar na subjetividade, apresentada por Santos (2008, p. 53): “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”.

Delineando o lugar como único e ao mesmo tempo fazendo parte do global, entendemos a informação como resultado da produção do indivíduo na relação, na fluidez, na subjetividade e voltando-se para o presente momento vivido pelo sujeito social, ou seja: o sujeito produz e reproduz a informação com ocorrências de sua história de vida, processo cultural acumulativo transmitido de geração para geração e, ao mesmo tempo, inovador, com aquisição de novos sentidos informacionais em instrumentos que atribuem a forma, o aspecto visível da informação. Portanto, compreendemos a informação como social, pois ela se vincula à inter-relação das partes de um todo; no processo contínuo de formação do ser humano, a atribuição de significados e valor social intrínseco à informação refletem o período vivido pelo sujeito, atendendo e representando mudanças e novas demandas da sociedade.

No lugar social da informação, temos os entre-lugares, haja vista que na sociedade, complexa e composta por diversos indivíduos, a informação acontece em

múltiplos contextos socioculturais, que geram conflitos nas “fissuras” discursivas,¹⁸ encontrando (ou não) novos significados nos espaços de relações e nas mais diversas ambiências informacionais. No conflito informacional, no que tange à relação do que chega e do que preexiste, a informação se ressignifica.

Adentrando a discussão de lugar nos entre-lugares, recorreremos às seguintes palavras de Serpa (2007, p. 54):

Práticas de apropriação dos meios de comunicação pelas classes populares, como as iniciativas que se disseminam nas periferias metropolitanas, através das rádios comunitárias, subvertem – taticamente – a hegemonia cultural veiculada pelos meios tradicionais de radiodifusão e criam entre-lugares para o restabelecimento da ludicidade como valor transversal. Entre-lugares que não são nem lugares, nem não-lugares, mas espaços de diálogo e subversão, verdadeiros espaços da Transversalidade. Os entre-lugares revelam, finalmente, as contradições entre sentimentos topofílicos e topofóbicos, entre intencionalidade, as contradições entre sentimentos topofílicos e topofóbicos, entre intencionalidade e ação, entre estratégias e táticas, entre cultura e diversão. São, em última instância, mundos vividos transversais.

Na subjetividade da informação, que ocorre no processo de interação do indivíduo com o outro e/ou com o meio, temos o contexto social, em que o ser humano vivencia a informação; no processo de (re)significação, o entre-lugar nas relações da sociedade potencializa a informação no sentido social, uma vez que a interpretação ocorre por parte do indivíduo. Temos, ainda, os espaços da transversalidade social, que demonstram e materializam os sentidos de sentimentos topofílicos e topofóbicos dos sujeitos sociais.

Na compreensão dos entre-lugares, temos contradições de sentimentos nas mais diversas relações e situações, o que abre espaços de diálogos para a significação da informação na subversão da transversalidade na diversidade da sociedade; assim, compreendemos que as fissuras sociais impulsionam a significação da informação e a demanda informacional, em rompimento com a hegemonia cultural¹⁹ construída historicamente.

Percebemos que os sentimentos precedem as relações, os diálogos; nessa perspectiva, abordando os entre-lugares, vislumbramos conexão entre diferentes

¹⁸ Pensamos as ‘fissuras’ no sentido discursivo conforme Orlandi (2007, p. 48): “pensar o silêncio é pensar a solidão do sujeito em face dos sentidos, ou melhor, é pensar a história solitária do sujeito em face dos sentidos. É por aí que se pode fazer intervir as ‘fissuras’ que nos mostram efeitos de silêncio”.

¹⁹ Hall (2006, p. 60) afirma que “cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada. Como observou Ernest Renan, esses começos violentos que se colocam nas origens das nações modernas têm, primeiro, que ser ‘esquecidos’, antes que se comece a forjar a lealdade com uma identidade nacional mais unificada, mais homogênea”.

discursos, com a diversidade na subjetividade cultural dos significados, nas diferentes vidas que se modificam, se ampliam e se renovam no processo de negociação de discursos, nos entre-lugares, que expõem as manifestações e sensações da vida transversais do processo histórico-social. Nesse sentido, a informação se pauta na subjetividade e nos mais diversos lugares sociais de discursos, fundamentados em interpretações de interpretações.

A respeito do discurso, Orlandi (2020, p. 19-20) assim nos explica:

Diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.

Destacamos aqui o discurso como efeito de sentidos, atravessando outras discussões no âmbito das teorias da CI, em que a interpretação infinita da informação é respaldada nos redimensionamentos dos signos e indica constantes reflexões, uma vez que, em toda sociedade, a produção do discurso está, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída pelo usuário da informação que, consciente ou inconscientemente, (res)significa a informação.

Dessa maneira, o lugar, carregado de sentido, transcende para a informação construída pelos sujeitos nas relações - resultado de ações intrínsecas e extrínsecas ao sujeito; ou seja, é na visão coletiva, no social e no tempo de vivências que a informação se transforma, incorpora experiências e experimentos de vida e se constitui como um elemento fluido, que perpassa pelas mais variadas relações sociais, transcendendo (ou não), os tempos e os espaços.

Concomitante, temos o lugar da informação sendo determinado pelo sujeito; por isso, uma informação social e cultural incorpora e materializa as percepções dos indivíduos e adquire outras interpretações, conforme o ciclo de vida da informação - vinculado ao sentido de proximidade com as experiências vividas pelo sujeito. A informação, ao ser apreendida e analisada no contexto social, sendo um lugar subjetivo e abstrato de mudanças a cada contato com o sujeito, consolida o pensamento de Frohmann (2013) acerca da informação nas mais diversas práticas sociais e culturais, bem como individuais ou públicas. Assim, temos a valorização

informacional específica quanto à informação recebida, (res)significada, transcorrendo nas relações com o outro.

Nessa compreensão, a informação varia de valor e significado para o indivíduo, partindo das relações sociais, no processo contínuo de construção do sujeito social; assim, na subjetividade da informação e nas relações sociais, temos a relação do indivíduo com a informação, gerando constantes demandas informacionais a partir da apropriação e da ressignificação da informação.

3.3 Apropriação da informação: das relações às inter-relações

A informação, nas mais diversas relações entre indivíduos e destes com o meio, bem como na sua complexidade discursiva, tem o usuário como centro da reflexão. Por compreender que o ser humano se apropria da informação no momento em que lhe atribui valor e sentido, consideramos a ausência da passividade por parte do usuário diante de uma possível informação, pois vislumbramos que o processo de apropriação da informação envolve a interpretação individual e as particularidades da vida de cada pessoa. Temos os mais diferentes cenários sociais e culturais de imersão do usuário da informação e, assim, há possibilidades de enfrentamento ou silenciamento²⁰ de informações no tecido social²¹ e nas mais diversas relações do sujeito com a informação.

Nesse entendimento, o usuário é fundamental para consolidar ou não uma informação na sociedade, pois a informação é construída e (res)significada nas relações sociais, com possibilidade de atribuição de novos sentidos e significados pelo indivíduo. Então, visualizamos uma relação intrínseca entre os contextos social, cultural, político e econômico em que o usuário está imerso e a informação, isto é, a existência ou não da informação depende do usuário (Lousada, 2017).

Na discussão sobre o usuário e a informação, no âmbito da CI, Araújo (2021) faz um panorama transversal com a Biblioteconomia. Nos anos de 1930, com as

²⁰ Introduzimos a concepção de silenciamento no sentido proposto por Orlandi (2007, p. 12): “o estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’”.

²¹ Compreendemos tecido social na fluidez da discussão sobre cultura, conforme Claval (2007, p. 89): “a cultura é indispensável ao indivíduo no plano de sua existência material. Ela permite sua inserção no tecido social. Dá uma significação à sua existência e a dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro”.

pesquisas da Universidade de Chicago, surgiram os primeiros estudos dos usuários de bibliotecas. Nesse contexto embrionário, aparecem os apontamentos iniciais sobre a temática considerados científicos. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, respectivamente, houve um maior interesse nos estudos sobre o usuário, a partir da análise dos usos da informação nas áreas de Ciências Exatas e uso da informação, entre grupos específicos de usuários, ampliando-se para estudos nas Ciências Aplicadas; por fim, temos a abordagem do comportamento dos usuários como elemento influenciador para o desdobrando da relação da pessoa com a informação (Araújo, 2010, 2014; Guaraldo, 2013; Santos Neto, 2019).

Em 1976, no Reino Unido, deu-se a criação de um centro de pesquisa e estudos sobre o usuário e o não usuário de informação, entendendo o sistema informacional em contextos maiores, que impulsionam o indivíduo para a busca e o acesso à informação nos mais variados meios informacionais (Araújo, 2010). Assim, a década de 1970 contribuiu para consolidar o surgimento dos estudos de usuários, inter-relacionando o ser humano, a informação e as múltiplas fontes de informação, desdobrando-se na finalidade e na necessidade do uso dessa informação. Segundo Santos Neto (2019, p. 65), “no final da década de 1970 emergiram as reais abordagens direcionadas aos usuários”.

Na contextualização da abordagem do usuário da CI, nos anos de 1980 houve uma busca para compreender a satisfação e o desempenho do usuário. Araújo (2018, p. 39) aponta que, “nos estudos de usuários, desenvolveu-se a partir da década de 1980 a abordagem de comportamento informacional”. Neste período, os estudos sobre o usuário se baseavam na perspectiva cognitivista e, a partir de então, potencializaram reflexões e análises sobre os usuários da informação. Somente foi a partir dos anos de 1990 a complexidade dos estudos de usuários se consolidou, demonstrando as diferenças comportamentais e trazendo elementos significantes na relação do usuário com a informação, abordando suas necessidades e comportamentos informacionais (Guaraldo, 2013).

A partir dos anos 2000, houve uma compreensão para além das argumentações de uso da informação nas reflexões sobre o usuário, que perpassaram pelas demandas informacionais contextualizadas e particularizadas. Silva (2017, p. 234) defende que as “perspectivas para apreensão e apropriação da informação pelo sujeito/usuário, que é o primado ontológico (os sujeitos que compõem a informação) e alteritário (as relações recíprocas entre os sujeitos)”, ou seja, o usuário da

informação é visualizado como o sujeito que interage e se apropria da informação, sendo esse processo relacional contínuo entre o sujeito e as múltiplas informações.

Com o foco nas discussões sobre os usuários, ampliou-se a percepção de espaços de relações, dado que os usuários são os indivíduos na sociedade; expandindo essa compreensão, temos as interpretações das demandas de grupos sociais que compõem uma sociedade. Assim, consideramos as múltiplas interações entre indivíduos e incluímos a fluidez da informação nas relações sociais, visto que os sujeitos perpassam por múltiplos espaços e interagem com diferentes pessoas, impulsionando um processo de composição e recomposição da informação nas interações recíprocas entre indivíduos.

No que concerne, ainda, aos estudos sobre os usuários, Araújo (2010), destaca duas formas de abordagens: a) a tradicional, que apresenta a informação como algo objetivo e o usuário como o processador da informação; essa abordagem se vincula ao paradigma físico, destacando, principalmente ações quantificáveis.; b) a alternativa, que busca identificar, analisar e compreender as necessidades informacionais dos indivíduos a partir do seu contexto social e cultural, o que possibilita identificar as necessidades e buscar a informação, seja em uma biblioteca, um centro de informação ou qualquer outro local que trabalhe com informação (Figueiredo, 1994). Nessa esteira, Guaraldo (2013, p. 125) assim comenta:

Os estudos de usuários abrangem pesquisas com o objetivo de investigar o que as pessoas precisam em matéria de informação e também para saber se as necessidades dos usuários de um centro de informação estão sendo atendidas de forma satisfatória.

Assim, reforçamos a compreensão de que é o usuário quem determina a existência de uma informação; ele, sujeito ativo, gera sua necessidade informacional e, no processo de interação com o outro e com o meio em que tem acesso e vivências, busca saciar suas necessidades. Portanto, é necessário considerarmos o contexto da sociedade no momento, a percepção e a interpretação do usuário no processo de procriação, transformação e ressignificação da informação, ou seja, pensar o usuário na sociedade para além da construção do conhecimento, na relação com a informação.

Martín-Barbero (2004, p. 36), discorre sobre a sociedade da informação como “aquela na qual o desenvolvimento econômico, social e político se acha estreitamente ligados à inovação, que é o novo nome da criatividade e da criação humana”. Neste

ponto, alinhamo-nos à compreensão de que precisamos conhecer e tentar atender às necessidades dos usuários, possibilitando o processo de inovação e criatividade na sociedade, visto que inovações e reconstruções das relações sociais impulsionam transformações sociais a partir do sujeito social; desse modo, o processo de construção da informação precisa acontecer no âmbito das necessidades informacionais das pessoas. Aqui, destacamos a importância do sujeito no desenvolvimento da sociedade; considerando que as relações estão em constantes transformações, há ações e expressões que impulsionam a vida social (Thompson, 1995). Registramos, então, que as necessidades informacionais dos usuários da informação também alteram, modificam ou se tornam outras.

Conforme Valentim e Ançanello (2018, p. 28-29), “a informação passou a ser estudada com base na investigação de suas propriedades e dos comportamentos dos indivíduos que interagem com ela”. As autoras reconhecem a importância de inter-relacionar a informação aos comportamentos dos indivíduos, adentrando, assim, na subjetividade das relações existentes na sociedade. Assim, reafirmamos que comportamento dos sujeitos é particular e individual; logo, a resignificação da informação pelo usuário se aprofunda em suas particularidades, subjetividades e contextos histórico-sociais.

Nesse sentido, temos o usuário no centro das discussões sobre informação e sociedade, considerando o processo de interação social que impulsiona a geração de significados para a informação, possibilitando transformar os fenômenos e as relações sociais. Nesta complexidade, as pessoas se constituem como o sujeito que “emerge como representante ativo do contexto social, pelo qual age, procurando condições de existência mais justas e inserção nos processos e tomadas de decisões sociais” (Costa; Heidrich, 2007, p. 90).

Ao considerar o contexto social de inserção do usuário e suas lutas por condições de existências justas, fortalecemos a compreensão das particularidades e individualidades dos sujeitos sociais. Concebemos o usuário enquanto sujeito social e compreendemos que, no âmbito da CI, analisar o usuário nos possibilita abordagens que identificam e esclarecem problemas sociais, pois partimos do princípio de que é por meio da apropriação da informação que o ser humano se relaciona e passa a entender os fatos sociais e culturais de uma sociedade, bem como se explica a vida humana.

Devemos ressaltar que as informações são “dependentes de nossas concepções, de nosso acervo de experiências vividas e relações com o mundo. A informação precisa de cada um de nós e de nosso coletivo para existir” (Almeida Júnior, 2015, p. 12). Nesse sentido, na relação do sujeito com o mundo e em suas experiências de vida, encontram-se os elementos subjetivos que significam e ressignificam a informação. Nesse contexto, discutir acerca dos usuários da informação perpassa por impulsionar a disseminação da informação na sociedade, considerando-se as relações diretas e indiretas, as inter-relações entre indivíduos e/ou com o meio.

Na discussão sobre o usuário da informação, Capurro e Hjørland (2007, p.192) afirmam que:

usuários deveriam ser vistos como indivíduos em situações concretas dentro de organizações sociais e domínios de conhecimento. [...] As pessoas têm diferentes bagagens educacionais e desempenham diferentes funções na divisão do trabalho na sociedade.

Temos aqui o efeito de sentido no reconhecimento das particularidades, das individualidades e das relações dos usuários da informação, pautando-se nas diferenças existentes na constituição de uma sociedade. Assim, nas relações entre os sujeitos, a diversidade dos usuários transcende a ideia do individual, pois a identificação em grupos sociais “não está baseada mais na obediência cega às impulsões coletivas, mas na conformidade a um certo tipo de arbitragem moral das escolhas” (Claval, 2007, p. 180).

Sob esse ponto de vista, os usuários da informação se identificam e se vinculam a grupos sociais com contexto socio-histórico e comportamentos morais que mantêm a unidade do grupo. Ao mesmo tempo, temos a intersecção de usuários de grupos diferentes, que se relacionam em outros ambientes e momentos, mantendo as relações na sociedade. Cabe-nos destacar um processo de interação do ser humano, em que se visualizam as inter-relações sociais. Nessa relação mútua entre indivíduos, Almeida Júnior (2015, p. 20) pontua que “a apropriação da informação requer uma interação entre sujeito e protoinformação, em que os significados que se acumularam na construção da informação se agreguem aos significados oriundos do usuário”.

Na concepção do citado autor, a relação do usuário com a informação vai além do acesso físico a qualquer tipo de material, pois o conteúdo deve ser garantido; contudo, já enfatizamos a interação e consideramos o processo de apropriação da

informação na premissa da relação do usuário com uma possível informação. Neste ponto, consideramos a importância da sua experiência de vida, enfatizada intrinsecamente no processo de apropriação da informação e diante da complexidade da ação de agregação de significados. Melhor dizendo, ressignificar a informação envolve a compreensão do usuário para com a materialidade da informação.

Nesse prisma, há uma interação do sujeito com uma possível informação, sendo sua experiência de vida importante para que a informação seja ou não significada, uma vez que o usuário se baseia nas suas relações para significar a informação, a destacar o momento de interação entre sujeitos, haja vista a mutualidade existente nesse processo; logo, a inter-relação é importante para a disseminação da informação. A esse respeito, Pieruccini (2017, p. 62-63) afirma que:

a história de vida de cada indivíduo faz parte, assim, de uma história mais geral, constituindo, no complexo fluxo de relações entre as memórias que forjam o todo social, a ancoragem para a construção comum e permanente da experiência, matéria ao mesmo tempo pessoal e coletiva. A noção de experiência pressupõe ainda relações entre interlocutores, que favorecem a (co)elaboração dos discursos narrativos, categoria muitas vezes ausente em variadas formas de informação. Implicitamente, portanto, o conceito de experiência traz uma dimensão que coloca os sujeitos em relações discursivas dinâmicas, condição essencial à ressignificação da memória social, a partir especialmente das articulações entre mundo subjetivo e objetivo.

Percebemos a interligação entre o individual, particular e específico, com o geral, coletivo, em contextos históricos que geram a complexidade de relações na sociedade, a considerar as resistências e particularidades de cada grupo social, que se inter-relacionam na construção e significação de informações, as quais, ao mesmo tempo, refletem e sofrem interferência de contextos históricos no âmbito geral; em vista disso, a complexidade da relação do usuário com a informação é, ao mesmo tempo, individual e coletiva.

Dito de outra forma e respaldando-nos na citada autora, temos a relação do usuário com a informação coletiva, que chega ao usuário contextualizada nos efeitos de significação histórica; e a individual, que passa pelo processo de interpretação e ressignificação por parte do sujeito e, posteriormente, se torna coletiva novamente, socializada com outros indivíduos no processo de interação social, porém ressignificada a partir da experiência de vida de cada pessoa.

Ao considerar suas experiências de vida, temos o usuário da informação como sujeito social, com efeitos da historicidade da humanidade, que influenciam e

constroem as relações na sociedade, ou seja: consideramos o usuário como parte de uma história mais geral, atentando também para a construção histórico-social desse sujeito, dos lugares sociais como efeitos dessa construção social, com traspassamentos históricos que geram as relações na sociedade. De acordo com Orlandi (2020, p. 89), temos os atravessamentos “para compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação”.

Assim, percebemos o usuário como um ser humano que compõe um grupo social, que impulsiona e significa as informações nas relações, construídas histórica, social e economicamente; nesse sentido, a diversidade sociocultural tensiona as relações entre os usuários e ressignificam as informações no confronto com o diferente, seja de forma positiva ou para o enfrentamento e desconstruções.

A historicidade é perceptível nas relações e, conseqüentemente, nas informações. Conforme Almeida Júnior (2015, p. 12), “as informações que recebemos do mundo, sejam elas mediadas por terceiros ou sensoriais [...], nos levam a um entendimento, mesmo inconsciente, desse mundo”. Essa afirmativa denota a amplitude de se compreender a informação na relação com o usuário e considerar os contextos socioculturais de inserção, significação e ressignificação da informação; destarte, a informação é fluida e impulsionadora de conflitos informacionais, no sentido de sanar a busca por informação por parte do usuário e gerar outras demandas. Assim, a informação interfere na vida do indivíduo, seja de forma consciente ou inconsciente, direta ou indiretamente.

Nessa esfera e considerando o contexto da modernização, o usuário interage e se relaciona com a informação conforme seus interesses; então, o sujeito social, vinculado ao “movimento político das diferenças como produtos diversos da existência dialética entre o mundo da razão e das regras sociais, mundo do desejo de consumo e mundo dos excluídos” (Costa; Heidrich, 2007, p. 91). No processo de interação social, identificamos as diferenças e, acompanhando o posicionamento dos autores, destacamos a exclusão social de indivíduos no mundo das contradições que permeiam a construção histórico-social das sociedades.

Permanecendo nessa discussão, temos, ainda, a configuração dos espaços de relações dos usuários tanto em ambientes físicos e materiais como em ambientes virtuais e imateriais. A ação do usuário da informação expressa suas concepções e pensamentos em qualquer espaço de relação; portanto, devemos considerar que

todos os indivíduos, em sua diversidade sociocultural, constituem o coletivo de uma sociedade em que os efeitos das relações impactam a todos, seja no âmbito macro ou no micro. A relação entre o indivíduo e a informação é dada no processo de apropriação. Conforme diz Almeida Júnior (2015, p. 12), “nós não dominamos a informação. Apropriamo-nos dela, tanto consciente como inconscientemente. Ela é objeto e sujeito, assim como, em relação a ela, também somos objeto e sujeito”.

A informação, compreendida como objeto e sujeito, uma vez apropriada pelo usuário e por ele compartilhada, ganha espaço na coletividade. A história de vida do usuário e o conjunto de meios instrumentais e sociais estão ligados diretamente ao contexto do modo de vida e percepção de cada indivíduo. Desse modo, o indivíduo cria e atribui sentido à informação; é na atribuição de sentido e valor que a relação ocorre e materializa a informação, ou seja, na apropriação da informação pelo sujeito.

A apropriação da informação está imersa na abordagem das relações socioculturais, com suas particularidades, envolta em contextos específicos e trazendo a possibilidade de reconstrução de informações que delineiam as relações na sociedade. Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017, 14) propõem a apropriação da informação como:

todo ato cotidiano realizado pelo leitor por meio da leitura com intenção de apoderar-se e atribuir significados aos conteúdos nos mais variados ambientes e suportes, com o intuito de suprir necessidades simples ou complexas, de cunho profissional, educacional, psicológica e cultural, podendo repercutir em uma alteração no arcabouço cognitivo do cidadão, bem como na produção de sentidos.

Tendo em vista a ideia de leitura, no sentido lato da palavra, bem como o reconhecimento dos mais variados ambientes e suportes para a materialização da informação - conteúdo informacional - compreendemos que a apropriação da informação é realizada somente pelo indivíduo, de forma particular e individual. Isto posto, salientamos a importância do contexto sociocultural do sujeito para impulsionar a apropriação da informação, seja no sentido de fortalecimento ou da desconstrução de comportamentos, símbolos, significados, ideias, bem como de formas de comportamentos e posicionamentos do sujeito na sociedade.

Enfatizamos as relações sociais e culturais do indivíduo, que influenciam no processo de apropriação da informação; nesse processo, a informação é (res)significada pelo sujeito e este é um ser social. Assim, a discussão se consolida na informação e nos contextos de interações sociais, históricos, culturais, políticos e

tecnológicos do usuário e que envolvem as relações de construção de uma sociedade. Compreendemos, então, que a apropriação da informação é realizada pelo indivíduo, que define como será apropriada a informação, bem como é ele quem busca pela informação, seja no ato de observar, interagir e vivenciar o meio em que está inserido, seja por almejar e buscar informação materializada, que sane suas demandas informacionais.

A partir da discussão apresentada, evidenciamos que o processo de interação impulsiona a apropriação da informação, gerando a possibilidade de promoção de aprendizado por parte do sujeito. Concomitante, identificamos a função social na relação do usuário na interação, em que a informação é transitória, passageira e se perpetua na forma de conhecimento (Almeida Júnior, 2015), depois de apropriada pelo sujeito social. Na apropriação da informação, é relevante considerar o envolvimento da ação do usuário, de se sentir pertencente à informação, ressignificando-a nos entre-lugares das suas experiências de vida, ideias e pensamentos.

Nessa abordagem, “a apropriação não é um ato espontâneo, envolve mobilização de diferentes capacidades, demanda esforço e não acontece de forma passiva, mas sim em uma relação dialética (sujeito e objeto)” (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017, p. 13). Nesse sentido, o “entendimento de contexto sugere que os sujeitos são partes inerentes deste, porque as estruturas de significados do contexto são construídas e alicerçadas no sujeito e seu meio” (Santos; Arruda; Guaraldo, 2020, p. 28).

Ao citar esses autores, enfatizamos que a relação precede os relacionados, ou seja, os indivíduos carregam suas experiências de vida e, na inter-relação com o outro, disseminam a informação (res)significada; então, os sentidos/significados são apropriados pelo usuário da informação, com base no seu contexto sociocultural, e disseminados na informação, podendo esta ser compreendida como discurso²² construído histórica e socialmente, gerando efeitos de sentidos na relação significativa com a história e o lugar das experiências de vida do usuário.

Ao considerar a experiência de vida do sujeito, visamos à apropriação da informação, que pode satisfazer seu usuário, parcial e momentaneamente. Em vista disso, há de se considerar que as “pesquisas voltadas para a aprendizagem

²² Conforme apresentado na discussão sobre informação e lugar(es), temos o discurso como a “relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (Orlandi, 2020, p. 19).

informacional contemplam as questões culturais, comportamentais e as competências que envolvem produtores, intermediários e usuários da informação” (Fadel *et al.*, 2010, p. 13).

As subjetividades das relações se materializam nas questões socioculturais, com efeitos de sentidos nos comportamentos e competências das pessoas envolvidas no processo de aprendizagem informacional do usuário da informação. O sentido da informação está intrínseco ao processo sociocultural do usuário, bem como a ação de gerar outros efeitos de sentidos informacionais diante das novas demandas. Nessa perspectiva, “acredita-se na existência de uma postura menos passiva no momento da apropriação quando o usuário passa a apreender a informação e não apenas recebê-la” (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017, p. 13). A apropriação da informação e as relações de sentido vão se construindo e possibilitando posturas e posicionamentos por parte do usuário, de modo a atender suas demandas informacionais; assim, de forma individual e particular, o sujeito compõe os sentidos da/para a informação.

Segundo o entendimento de Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017), a apropriação da informação é um ato cotidiano, realizado intencionalmente pelo indivíduo, uma ação que busca suprir as necessidades informacionais do sujeito (usuário da informação) imerso em um determinado meio sociocultural, que influencia o processo de significação da informação. Corroborando nosso entendimento, Guaraldo (2013, p. 207) afirma que, “sendo a apropriação uma ação de produção, demonstra que o leitor, em sua prática de leitura, toma uma iniciativa, num trabalho interpretativo no qual se constituem diferentes maneiras de ler”.

Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017) investigaram a construção discursiva da apropriação da informação, a partir da busca do termo ‘apropriação da informação’ em periódicos nacionais, internacionais e anais do *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB); todo o material coletado está disponível virtualmente, com marco temporal de 2014 a 2017, analisado e organizado nas seguintes categorias: conceitos; características; complexidade e repercussões da apropriação. Nesse constructo epistêmico, os autores afirmam que:

Os textos analisados, de forma geral, dialogam tanto em relação aos autores citados quanto às ideias expressas, havendo divergência em apenas um aspecto, quando se avalia que a apropriação da informação é lugar central do conceito de competência em informação. As demais concepções dos autores, por sua vez, compreendem que a apropriação da informação se dá

na relação dialética entre sujeito/mundo/informação que modifica o estado cognitivo do sujeito (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017, p. 15).

A relação apresentada pelos autores evencia a apropriação da informação na interação, gerando embates de concepções e ideias no sujeito, tanto no sentido de desconstrução como de fortalecimento de informações conhecidas e apropriadas anteriormente. Essas informações adentram a cultura e o modo de vida do indivíduo, apontando que a apropriação da informação por parte do sujeito social possibilita e impulsiona a transformação social.

O processo de apropriação da informação não se dá de forma homogênea e nem uniforme; ele é contínuo e heterogêneo, acionado segundo o momento vivido do indivíduo e no contexto inseparável da forma-conteúdo. A informação transcende gerações e relações, marcando uma determinada sociedade nas inter-relações entre os sujeitos dos grupos sociais que a compõem; nas fissuras das inter-relações e no processo de apropriação, a informação pode ganhar outro significado, impulsionando transformações na sociedade. Essa argumentação se fundamenta também na discussão de Frohmann (2013, p. 07). ao explicar que:

existe um caminho direto a partir da análise do discurso de Foucault (a análise dos enunciados) para o estudo da materialidade da informação. O conceito de ligação é a documentação. Práticas documentais institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social.

A apropriação da informação transversaliza pela subjetividade da discussão sobre a materialidade discursiva da informação e, potencializando sua compreensão, configura-se na vida social, atendendo momentaneamente às demandas informacionais dos usuários. De acordo com Orlandi (2017b, p. 72), “materialidade é o que permite observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente”. Notamos a subjetividade nas relações que impulsionam as diferenças entre indivíduos, dentre elas a percepção e a interpretação de informações. que perpassam pelo real e imaginário, materializadas nos discursos dos sujeitos sociais, considerando o processo cultural de inserção desses indivíduos. Neste contexto, a presença da documentação, no sentido mais amplo possível da palavra, como instrumento de *status* material físico da informação, interfere na vida social dos indivíduos. Para tanto, consideramos a disseminação e a significação da informação a partir da apropriação.

Concomitantemente, temos as particularidades de cada sujeito social, bem como de todos os indivíduos envolvidos no processo de significação e disseminação da informação. Assim, a informação, compreendida como social, engloba os significados culturais de um determinado tempo e espaço de relações. Há de se considerar esses elementos particulares e momentâneos, em que o usuário busca por informações, gerando o processo de apropriação.

Compreendendo a apropriação da informação a partir do uso do conhecimento modificado pela informação (Almeida Júnior, 2009, 2015; Santos Neto; Almeida Júnior, 2021), que recebe significado do sujeito que a exterioriza como conhecimento, temos a apropriação da informação como um processo contínuo e vinculado à experiência de vida do indivíduo.

A apropriação da informação pode ser inconsciente ou consciente, pois depende da experiência de vida de cada um; assim, uma informação pode ter múltiplos significados. Nesse entendimento, Matta (2010, p. 127) aponta a “importância de se estudar os usuários e seus comportamentos informacionais e a possibilidade de uso dos conhecimentos sobre comportamento humano no desenvolvimento de pesquisas nesse tema”. Relacionamos essa compreensão ao fato de que a informação é impulsionada pela demanda do usuário, com base no seu comportamento informacional e vislumbramos esse usuário, com suas particularidades e individualidades, como elemento fundamental para a apropriação de uma determinada informação.

Desse modo, concebemos a apropriação da informação como resultado almejado na leitura que o usuário faz do seu mundo e de seu meio, a interpretação de seus interesses e desejos; por isso, a informação existe para o usuário quando este a ela atribui significado, com respaldo nas suas experiências de vida. Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 68) compreendem que:

é a partir da internalização de competências e habilidades informacionais que a apropriação da informação é ‘ativada’, pois a pessoa consegue, de certa forma, avaliar todo o contexto em que está inserida e satisfazer suas necessidades informacionais.

Ao dialogar com os autores, percebemos que a apropriação da informação considera também o contexto em que a pessoa está inserida, evidenciando a importância de conhecer, discutir e impulsionar a informação para o usuário no

processo de mediação²³, a partir da informação contextualizada. Assim, e considerando os argumentos apresentados pelos autores, entendemos que a informação significada e compreendida pelo usuário para, de fato, satisfazer sua demanda informacional, ainda que momentaneamente. Destarte, salientamos a importância do contexto do usuário para impulsionar a apropriação da informação. Produzida e vivida pelo sujeito social, a informação carrega signos e significados que, apropriados pelo usuário, potencializam sua ressignificação, consideravelmente disseminada pelo usuário.

A partir da argumentação apresentada sobre informação e apropriação da informação nas relações sociais, utilizamos a terminologia ‘usuário da informação’ para discorrer sobre os sujeitos discursivos envolvidos nas reflexões de nossa pesquisa, que se volta para a política de cotas para ingresso em instituições federais de ensino, considerando o processo da informação de forma contextualizada, que possa, de fato, atender às demandas dos usuários.

²³ No próximo capítulo, trataremos sobre a Mediação da Informação.

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O processo de Mediação da Informação (MI), centrado no usuário, visa à apropriação da informação; esse processo favorece a (res)significação de informações, o que impulsiona mudanças nas relações sociais, bem como novas demandas informacionais. As relações entre sujeito-sujeito(s) e destes com o meio, em suas particularidades e especificidades, geram novas demandas, seja no âmbito individual ou coletivo, visto que o ser humano é um ser social, com interação coletiva e com os efeitos de suas ações refletindo nas relações da sociedade.

Nessa complexidade social, considerando o campo da CI e as relações em que o indivíduo está imerso, percebemos a informação a partir das especificidades e particularidades. Uma determinada informação, apropriada e ressignificada pelo usuário, torna-se um elemento com potencial informacional para mudanças sociais, pautando-se nas singularidades da sociedade, sob uma perspectiva que enfatiza o caráter social e cultural dos grupos e indivíduos, possibilitando manter a dinâmica das relações histórico-sociais-culturais.

Do individual para o coletivo, a MI é um processo para instituir a informação e, ato contínuo, a deliberação de ações com base nessa informação, evidenciando-a e fortalecendo-a como escopo central da episteme da CI. Nessa linha de raciocínio, respaldamo-nos em Almeida Júnior (2009, 2015), Fadel *et al.* (2010), Gomes (2017, 2019, 2020, 2021), Santos Neto (2019), entre outros, para a construção argumentativa deste capítulo na perspectiva sociocultural.

Delineando-se na fluidez da sociedade, a MI não é algo dado e fixo: ela adentra na inexatidão das relações socioculturais dos grupos sociais, com suas diferenças na linguagem, signos, significados, sentidos, valores e representações socioculturais de uma sociedade. A partir dessa compreensão e de acordo com Canclini (2007, p. 36), “a própria pluralidade de culturas contribui para a diversidade de paradigmas científicos, ao condicionar a produção do saber e apresentar objetos de conhecimento com configurações muito variadas”.

Tendo em vista a diversidade nas interações entre indivíduos, a MI é compreendida como um processo que desliza e se enquadra na diversidade social e cultural dos grupos sociais, visando à apropriação de uma informação pelo sujeito que se relaciona com o coletivo. Pensar a MI nas ações coletivas ou individuais é pensar no contexto de inserção do sujeito social, bem como na divisão entre sujeitos e na

divisão do sujeito (Orlandi, 2017b) no confronto de várias vozes no processo de interação social.

A MI transcende a discussão da informação, ultrapassando a argumentação do texto escrito, reconhecendo outras formas de disseminação do conteúdo informacional, tais como a oralidade, a imagem, o som e outras formas de linguagens que possibilitam atender às demandas do usuário da informação. Sobre essa subjetividade da informação no processo da mediação, Gomes (2021, p. 118) compreende que: “a materialidade pode se dar sem fisicalidade, quando se faz expressa no plano abstrato dos processos culturais e objetos da realidade que, descritos e/ou isolados para representar seus pares ou conjuntos”. É nesse contexto subjetivo das relações que compreendemos a transitividade, o compartilhamento e a transcendência da informação em tempos e espaços, adentrando gerações futuras de uma sociedade.

Na subjetividade do processo de MI, temos a interferência, seja no âmbito individual ou coletivo, de um profissional que possibilita ações a partir das experiências de vida dos usuários, bem como flexibiliza as interações, objetivando a apropriação de determinada informação. Almeida Júnior (2015, p. 25) amplia o conceito de MI que ele estabeleceu em 2008:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Ao destacar a ação de interferência para fins de disseminação e aplicabilidade de determinada informação, a mediação, conforme concebida pelo autor, figura como objeto central das reflexões desta pesquisa; nessa perspectiva, a partir da busca do usuário por determinada informação e com uma ação de interferência em prol desse usuário, temos a informação como impulsionadora das transformações sociais, gerando novas demandas informacionais, perpassando pelo contexto sociocultural envolto na informação. No processo de mediação, a informação apresenta um ciclo de vida que se renova a cada momento em que o usuário a ressignifica, proporcionando conflitos interpretativos que atendem às necessidades informacionais.

Assim, considerando a dinâmica da sociedade, o ciclo informacional tende a gerar novas necessidades informacionais. A sociedade muda e, conseqüentemente, os indivíduos geram outras ressignificações para as informações, bem como outras informações, outros ciclos informacionais a serem mediados. A esse respeito, Fadel *et al.* (2010, p. 16) afirmam que “a comunicação informacional necessita de uma mediação eficiente, assim os indivíduos envolvidos no processo devem propiciar uma dinâmica de retroalimentação constante”.

Conforme Almeida Júnior (2015), na MI há a interferência de um terceiro elemento na relação sujeito-informação, o qual atua como mediador, com o objetivo de impulsionar a apropriação da informação desejada pelo usuário. A informação é mediada e apresentada ao sujeito pelos mais variados equipamentos, linguagens e possibilidades informacionais.

No processo de mediação, a ação de interferência se caracteriza pela ação planejada e estruturada, quando ocorre a relação do usuário com a informação, podendo esta ser de forma direta, consciente, singular e/ou individual. Outro fator relevante, que ultrapassa as ações do momento e, ainda, corresponde à ação da interferência, é a possibilidade de o processo de MI alcançar outros espaços, outros momentos e outros sujeitos, de forma indireta, inconsciente, plural e/ou coletiva.

Fadel *et al.* (2010) e Almeida Júnior (2015) se referem à importância da relação e das interações entre o usuário, a informação e o meio (ambiências), para, de fato, ocorrer a apropriação da informação, seja individual ou coletiva, e impulsionar novas demandas informacionais. Na MI, “conhecer as necessidades dos usuários é fundamental para que possamos planejar, construir, gerir e avaliar serviços e produtos informacionais” (Fadel *et al.*, 2010, p. 16).

Compreendemos que, no processo de interação, podemos conhecer o usuário; assim, o mediador da informação²⁴ possibilita uma interferência de forma ética, eficiente e voltada para o contexto sociocultural desse sujeito, impulsionando a apropriação de determinada informação. Partindo do princípio de interação, torna-se viável o planejamento das ações do profissional da informação, expandindo-se para a execução e a avaliação do processo, incluindo a possibilidade de uma autoavaliação, com o objetivo de potencializar cada vez mais os produtos informacionais.

²⁴ Segundo Bortolin e Santos Neto (2015, p. 39), “mediador é aquele que se posiciona de maneira intencional e medeia algo ou alguma coisa para alguém, com o intuito de modificar a situação ou solucionar problemas”.

Nesta pesquisa, em que consideramos o usuário em seu contexto sociocultural, a MI se volta para a abordagem social, envolvendo as formas pelas quais a informação chega, circula e permanece na sociedade. A informação se fundamenta no significado atribuído pelo usuário, visto que a apropriação somente ocorre se a pessoa compreender, ler e ressignificá-la, predominantemente no âmbito individual, podendo ampliar-se no coletivo.

Nesse contexto, partimos do princípio de que, ao se apropriar da informação, com uma posição crítica, o usuário gerará conflitos e demandará outras necessidades informacionais. Nesse sentido, a mediação da informação inicia seu ciclo direto, oportunizando estender-se de forma indireta, inconsciente, plural ou coletiva, pautada na relação do usuário com o outro e do usuário com o meio, bem como em futuras demandas informacionais por parte do(s) usuário(s).

É possível compreendermos a MI como um processo contínuo e ausente de linearidade; nesse sentido, as relações de mediação são fluidas e se inter-relacionam diretamente com o usuário da informação, no contexto de sua vida, impulsionando a apropriação a partir da ressignificação da informação. Na relação do usuário na sociedade, a partir da interação no seu meio sociocultural, a informação pode ter uma relação direta na vida dessas pessoas, incentivando o processo de apropriação e gerando novas demandas informacionais, seja no enfrentamento a informações que mantêm a desigualdade social, seja no fortalecimento de informações que possibilitam transformações sociais visando à igualdade e à equidade entre os indivíduos.

A mediação possibilita a dominação, a significação, os sentidos e a ressignificação do conteúdo da informação; isso ocorre conforme o modo de vida do sujeito na sociedade; por isso, e considerando a diversidade sociocultural compreendemos que a discussão sobre a mediação da informação se vincula à razão constitutiva da informação enquanto social (Gomes, 2021).

Reportamo-nos à afirmação de Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 61), no sentido de que esse processo “envolve o desenvolvimento e aprimoramento de atitudes relativas à busca, recuperação, avaliação e disseminação da informação”. Os autores destacam a ação de interferência na MI, a qual envolve todo o ciclo informacional, desde a busca até a disseminação; assim, o ideal é que ela seja essencialmente voltada para a necessidade informacional do usuário, considerando, inclusive, o contexto sociocultural de disseminação da informação.

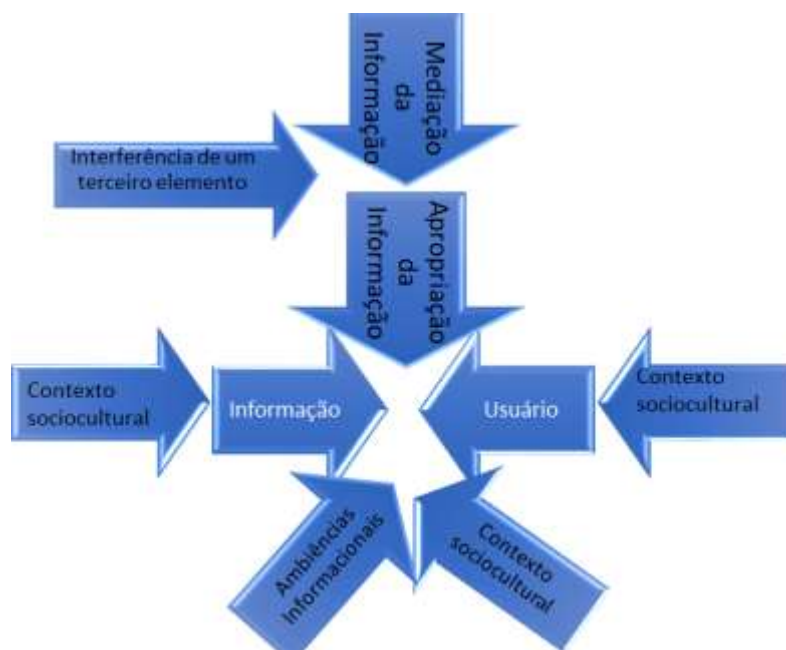
Ao considerarmos o meio social com as características culturais que se vinculam ao modo de vida do usuário, é necessário observar também sua capacidade e a habilidade para se apropriar da informação. Nesse sentido, a MI possibilita a disseminação da informação em múltiplas linguagens e ambiências, de modo a atender à condição sociocultural do usuário. A ação de interferência pode contribuir para que o usuário altere, ressignifique e amplie sua compreensão sobre determinada informação; dessa maneira, a MI ganha um papel social.

Sendo o usuário imerso em uma sociedade, a MI perpassa pela compreensão de que “o ser humano, ao resgatar um conceito elaborado no passado, sempre será conduzido à sua ressignificação, até mesmo em função do contexto histórico distinto” (Gomes, 2021, p. 116). Fomentando a reflexão sobre a MI de forma contextualizada, Almeida Júnior (2009, p. 93) comenta que esta é “um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo”.

O processo de mediação é complexo, porém é fundamental para a apropriação da informação; por isso, destacamos o caráter histórico-social dos sujeitos envolvidos. Reconhecer a discussão sobre diversidade sociocultural facilita esse processo, justamente por considerar as diferenças, as particularidades e as construções histórico-sociais nas relações entre sujeitos e com o meio, a fim de atender às demandas informacionais dos usuários a partir da apropriação da informação, que, por sua vez, impulsiona a ressignificação da informação.

Gomes (2021) e Almeida Júnior (2015) inter-relacionam técnicas e instrumentos informacionais à ação de um profissional (cientista) da informação, que atua intervenientemente entre a informação e o usuário, entre a informação e o meio social, o usuário social e indivíduo da sociedade. Portanto, MI se pauta na interferência de um terceiro elemento entre a informação e o usuário, por meio de ambiências informacionais, sejam virtuais ou físicas, considerando o contexto social vivido pelo usuário e que impulsionam a apropriação da informação. Essa explanação pode ser representada conforme a Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Mediação da informação para transformação social



Fonte: Elaborada pela autora, com base em Ribeiro e Almeida Júnior (2021, p. 10).

Na leitura da Figura 1, destacamos a fluidez das relações no encontro do usuário com a informação, bem como o processo de construção de uma informação que, para ser materializada, é impulsionada por elementos socioculturais dos grupos que a demandam. Nesse contexto, temos o processo de MI no momento em que há uma demanda por aplicação dessa informação; assim, dá-se a ação de interferência que, por sua vez, computa as experiências de vida do profissional da informação mediador, para que dentro de ambiências informacionais atendam ao contexto sociocultural do usuário, visando à apropriação da informação por parte deste, que a ressignifica e transcende para outros indivíduos da sociedade.

Assim, na MI, o usuário é o elemento subjetivo, flexível e diversificado, sujeito em uma sociedade marcada pela tensão da diversidade sociocultural em que, muitas vezes, uma mesma informação necessita de processos diferentes de mediação para atender às demandas informacionais de seus usuários. Além disso, o acesso aos equipamentos informacionais que impulsionam o processo de mediação, por mais que não sejam determinantes, são potencializadores no processo de apropriação de determinada informação.

Ao atuar de forma positiva, conduzindo a informação como insumo para o desenvolvimento social no coletivo, a MI evidencia a autonomia do seu usuário, por possibilitar que sua necessidade informacional seja parcial e momentaneamente

saciada, abrindo possibilidade para novas demandas diante de futuros conflitos informacionais. Destacando a história de vida do usuário, bem como o espaço como ambiente de experiências, Gomes (2021, p. 115-116) analisa que, nesse ambiente “são formulados conceitos que se interpenetram na construção do conhecimento tácito e que integram o conhecimento historicamente construído nas existências singulares de cada sujeito”.

As experiências vivenciadas nos ambientes, sejam físicos ou virtuais, impulsionam o processo da MI; logo, a informação, enquanto processo, existe em todos os espaços de relações, em ciclo contínuo de ressignificação. A informação contribui para as mudanças em uma sociedade; por isso, mediar a informação é fator relevante, conforme apontam apoiados na Neuropsicologia, Ferneda, Lanzi e Vidotti (2015, p. 130):

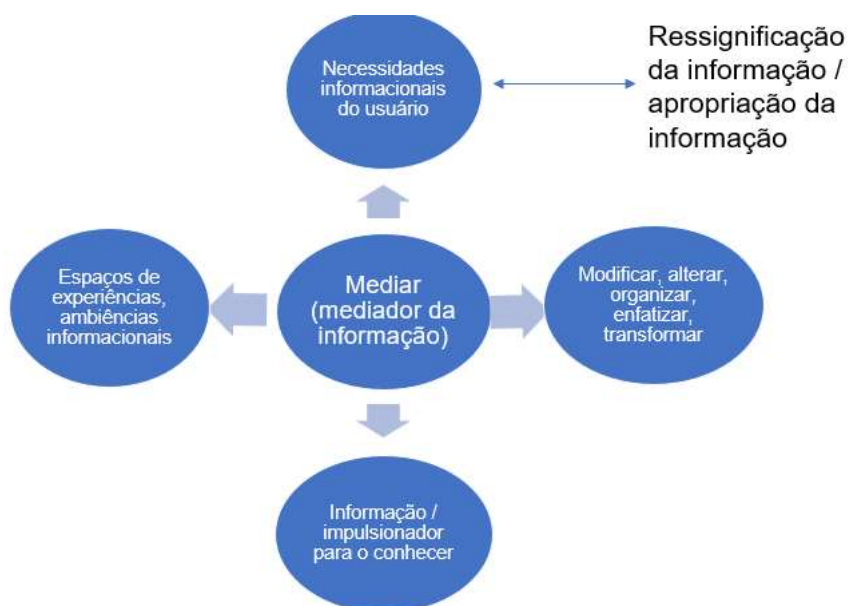
Mediar significa, portanto, possibilitar e potencializar a construção do conhecimento pelo mediado. Significa estar consciente de que não se transmite conhecimento para o mediado. É estar intencionalmente entre o objeto de conhecimento e o mediado de forma a modificar, alterar, organizar, enfatizar, transformar os estímulos provenientes desse objeto a fim de que o mediado construa sua própria aprendizagem, que o mediado aprenda por si só.

De acordo com os referidos autores e considerando a formulação, compreensão e sentidos dos conceitos historicamente construídos, almeja-se um processo de mediação que valorize a autonomia do usuário e potencialize a construção do seu conhecimento a partir da apropriação da informação. É nesse sentido que, na ação de mediar, cabe construir múltiplos estímulos de uma determinada informação, favorecendo sua apropriação por parte do usuário.

Ademais, ao visar a construção de significação para a informação por parte do usuário, os autores enfatizam a importância de que o mediador esteja ciente da impossibilidade de mera transmissão dessa informação, sendo fundamental que o planejamento das ações mediadoras ocorra de maneira consciente, para modificar o estado inicial do usuário e estimular a relação do usuário com a informação de forma crítica; logo, há a possibilidade de fortalecimento ou de enfrentamento à informação, a depender do conteúdo e do contexto sociocultural e da experiência de vida dos sujeitos envolvidos no processo MI.

A Figura 2, a seguir, ilustra uma possível representação relacional da ação de mediar:

Figura 2 - Representação relacional da ação de mediar



Fonte: Elaborada pela autora.

Ressaltamos a importância das múltiplas ambiências informacionais, virtuais e físicas, bem como das múltiplas linguagens,²⁵ considerando o contexto social e cultural do usuário e seus espaços de experiências, pois a interação dos sujeitos com o mundo, por meio de relações, torna-se o caminho para a informação ser (re)significada; por isso, concebemos que “a mediação da informação, assim como a competência em informação, são ações de interferência realizadas por mediadores no processo de ensino-aprendizagem de competências e habilidades informacionais” (Belluzzo; Santos; Almeida Júnior, 2014, p. 67).

A interferência é uma ação importante e impulsionadora para que ocorra o processo de MI, o qual é sempre inacabado, uma vez que a necessidade informacional do usuário se modifica, se altera, entra em confronto, demandando outras necessidades. Então, no processo de mediação, temos a possibilidade de mediar ações e informações que favoreçam mudanças sociais e contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária.

²⁵ Reforçamos nossa compreensão de linguagens a partir de Orlandi (2020, p. 13): “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”.

Ao considerar a relação com o mundo, contextualizada nos ambientes socioculturais do usuário e por seu viés social, destacamos que a MI pode intervir no enfrentamento às desigualdades sociais, conduzindo os indivíduos à apropriação de informações sobre seus direitos sociais. Com base nessa relação, Almeida Júnior (2015, p. 12) afirma que:

as informações são dependentes dessa relação e não nos atingem de maneira fechada ou imutável. Ao contrário, são dependentes de nossas concepções, de nosso acervo de experiências, vivências e relações com o mundo. A informação precisa de cada um de nós e de nosso coletivo para existir, mesmo que não de maneira concreta.

A relação pontuada pelo autor corresponde à relação do indivíduo com o mundo, na qual as informações são condicionadas, uma vez que são (res)significadas pelo sujeito. Dessa maneira, quando é apropriada, a informação modifica a vida do usuário, podendo ser cumulativa, atingir e gerar a mudança imediata ou posteriormente; pode ser também individual ou coletivamente. Então, compreendemos que, para que ocorram mudanças sociais, o ideal é que as informações com esse potencial transformador possam ser ressignificadas no coletivo social.

Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 255) avaliam que “a mediação caracteriza-se por ser colaborativa, participativa e potencialmente transformadora”. Desse modo, a mediação considera todo o contexto e o momento vivido, seja no âmbito individual ou coletivo, bem como os elementos históricos e culturais que impulsionam a significação e a busca da informação pelo usuário. É no contexto de vida do usuário que a MI se configura como potencial transformador das relações sociais, impulsionando o enfrentamento das tensões sociais voltadas para a diversidade (Hall, 2015).

Na interação entre indivíduos, a MI vincula às práticas dos profissionais, no sentido de realizar ações que estimulem o processo de apropriação da informação e atendam às necessidades informacionais do usuário, possibilitando, inclusive, a disseminação da informação nas relações sociais. Assim, há de se pontuar o processo de MI nas relações marcadas pela diversidade cultural (Pieruccini, 2017) e social, que impulsiona a informação com diálogos. Nesse processo de dialogar com o outro, consideramos todas as formas de linguagem e a presença ou ausência direta do usuário da informação, visto que a sociedade é construída historicamente, com contextos simbólicos que caracterizam as relações entre grupos sociais.

As ações dos profissionais da informação podem ser realizadas por meio da mediação implícita e da mediação explícita, conforme explicitado por Almeida Júnior (2009, p. 92-93):

A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

Evidenciamos a importância do planejamento e da execução dessas duas formas de MI, destacando o usuário, seja na sua presença ou ausência. Assim, segundo Almeida Júnior e Santos Neto (2014, 101), a MI “está diretamente ligada às ações implícitas e explícitas, voltadas para o usuário, e que a mesma é fundamental nas práticas do profissional da informação”. Notamos o entrelaçamento das ações do profissional da informação, do usuário e da informação, bem como o registro da interferência ocorrendo mesmo na ausência presencial do profissional. Outro ponto que consideramos são as particularidades dos usuários, o que requer múltiplas formas de ações que atendam às suas demandas momentâneas e futuras.

Ao compreender as dinâmicas, a fluidez e a inexatidão das relações e das interações, sejam diretas (com a presença do usuário e do profissional) ou indiretas (com ausência de um dos dois, porém com ações informacionais envolvendo os dois), temos a materialidade nos dois tipos de mediação - implícita e explícita -, trazendo para o centro das reflexões intrínsecas o usuário da informação; assim, reforçamos nossa perspectiva social para a CI.

Ao direcionar nossa discussão para as relações internas na MI, envolvemos, direta e indiretamente, as práticas para execução das ações no processo de mediação. Nas mediações implícita e explícita, em análise apresentada por Santos Neto (2019) temos, respectivamente, atividades de serviços internos e ações realizadas com a presença do usuário, física ou remotamente. A partir desse universo intrínseco da mediação, refletimos sobre os equipamentos informacionais, básico para o impulsionamento das relações entre os indivíduos e a informação, como sendo “locais em que a informação tem caráter prioritário nas ações neles desenvolvida” (Almeida Júnior, 2009, p. 90).

A mediação ocorre de forma implícita e explícita, pois a informação faz parte de todos os locais em que se trabalha com a informação para o usuário. Por fim, compreendemos a ambiência informacional nas relações e no envolvimento do usuário da informação com o local, físico ou virtual, caracterizando o espaço de vivência no momento de busca pela informação.

Reconhecer a importância de refletir sobre os elementos no processo de MI, aprofundando a inter-relação entre mediação implícita e explícita, buscamos apoio na seguinte argumentação de Gomes (2021, p 119):

a linguagem e a representação correspondem a elos fundamentais entre conhecimento e informação, a organização e a representação se evidenciam como categorias de mediação implícita da informação, sinalizando a emergência de se avançar na construção de bases teóricas, epistemológicas e procedimentais que sustentem não apenas a preservação, a disseminação, a recuperação e o acesso à informação, mas também as articulem às categorias de mediação explícita da informação para a melhoria das condições de apoio ao processo de apropriação dos conteúdos pelos sujeitos sociais.

Na MI, a interligação entre a mediação implícita e a explícita, conforme apresentado pela autora, demonstra caminhos para identificação dos desafios informacionais em uma determinada sociedade; portanto, é relevante compreender e aplicar os elementos como a linguagem e as representações que se aproximam do modo de vida do usuário. Assim, ao executar a mediação implícita, considerando sua transcendência para a mediação explícita, tendemos a potencializar o processo de apropriação da informação por parte do usuário.

Tais argumentações considera que a disseminação, a recuperação e o acesso à informação estariam organizados e representados conforme a diversidade do contexto sociocultural de cada sociedade. Compreendemos, também, que as mediações implícita e explícita se pautam em uma sociedade construída na diversidade sociocultural, demarcando as relações do usuário com a informação.

No âmbito das bibliotecas, Almeida Júnior e Santos Neto (2014) exemplificam as ações da mediação explícita e da implícita: a mediação explícita proporciona maior interação entre o bibliotecário e o usuário; quanto à mediação implícita, os autores defendem ser “imprescindível também que haja uma preocupação e atenção do bibliotecário em se atentar às mudanças para melhoria e inovação no processo de comunicação com o usuário” (Almeida Júnior; Santos Neto, 2014, p. 105).

Essa inter-relação entre os tipos de mediação se expande para todos os espaços da sociedade, com o usuário presente ou ausente em todo o processo de construção de informações. Nesse contexto, Gomes (2021, p. 135-136) afirma que:

a mediação da informação pressupõe agenciamentos sociais que envolvem ambientes de informação, agentes, documentos, processos, técnicas, instrumentos, recursos e estratégias que deixam de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais, assumindo a condição de dispositivos mediadores que, visando o apoio ao processo de produção de sentidos, podem ser articulados sob a orientação dos princípios intrínsecos às dimensões da mediação da informação, que na condição de fundamento tem a intencionalidade de promover a ampliação das possibilidades do processo dialógico e problematizador no encontro com a informação, de modo a impulsionar a apropriação da informação.

Rompendo com a ideia de simples transferência de conteúdo, problematizamos o processo de MI - com seus tipos e ações de mediar - respaldado nos dispositivos mediadores como elementos sociais e ultrapassando a exatidão dos efeitos desejados pelos profissionais da informação, adentrando o processo de produção de sentido pelo usuário. Destacamos a importância de se reconhecer a diversidade sociocultural do usuário, com suas particularidades e multiplicidades e sua relação com a informação.

Guaraldo (2013) exemplifica o processo de mediação no âmbito da leitura, apresentando as práticas informacionais – ações com a informação – voltadas ao meio do usuário da informação. Para a autora, esse processo envolve também uma discussão sobre o leitor, pois interpretamos o que lemos.

Desse modo, entrelaçamento das práticas, meios, usuário e informação impulsiona as transformações das relações sociais, bem como da informação, sendo esta ressignificada, apropriada e utilizada pelo sujeito social. No processo de mediação, com a ressignificação da informação por parte do usuário, dá-se a reorganização e a transformação do conhecimento do indivíduo (Almeida Júnior, 2009).

Adentramos nas reflexões dos fundamentos da MI, nas subjetividades que delineiam o fazer do profissional da informação no processo da mediação, seja de forma implícita ou explícita. Gomes (2019, 2020, 2021) aponta as seguintes dimensões da mediação da informação: dialógica (linguagem); estética (apropriação do ambiente, instrumentos, produtos e serviços); formativa (transformação do sujeito); ética (alteridade, diferenças); política (tomada de posição). Tais dimensões estão pautadas no fazer do profissional da informação, enquanto mediador.

Na perspectiva social da CI, visualizamos as transformações nas relações da sociedade, na linha tênue entre o fazer consciente, impulsionando as condições favoráveis para ações no âmbito social e coletivo, com autonomia e independência. Na compreensão de Freire (1996, p. 35), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Posto isso, é necessário pensar o outro e compreender que todos fazem parte de uma sociedade em que, direta ou indiretamente, os efeitos das ações locais refletem nas relações sociais no âmbito geral; nesse processo de interação, a informação é impulsionadora de produção de sentidos, mediada em uma complexidade social.

A partir do processo de interação social, Gomes (2019, 2020, 2021) nos alerta no sentido de relacionar as ações de interferência no processo de MI a partir de seus elementos e das dimensões em que pesem as ações do mediador, com o intuito de modificar a situação e/ou solucionar problemas, possibilitando atender às demandas informacionais da sociedade pensada no coletivo. Com base nesses argumentos, no Quadro 1, abaixo, sintetizamos as dimensões da MI:

Quadro 1 - Dimensões da Mediação da Informação

Dimensão	Fundamento
Dialógica	As ações no processo de mediação, executadas por um profissional da informação, são realizadas de forma a respeitar as diferenças, estimular a interpelação, expressões e manifestações de todas as pessoas envolvidas no processo para disseminação e apropriação da informação.
Estética	Ações no processo de mediação da informação que visem à construção do sentimento de pertença, objetivando o encontro promissor do usuário com a informação, com liberdade e respeito à alteridade e em movimento multidirecional. Envolvendo e impulsionado um encanto no processo de mediação da informação que conduza sujeito social ao prazer estético de aprender e desenvolver social e cognitivo.
Formativa	Ações que levam a reflexões e criação de significação e ressignificação da informação; considera-se o processo de interação do sujeito com os outros e com o meio, respaldando-se no contexto sociocultural e na experiência de vida da pessoa.
Ética	Eixo articulador entre as dimensões da mediação da informação, potencializa a função da intencionalidade de contribuir para o protagonismo social, na instância do cuidado com o outro, com a sociedade. A informação sendo cuidada e impulsionada para a apropriação, por parte do usuário, pautando-se nas ações do mediador, capaz de construir a fraternidade e o sentimento de mútua pertença no âmbito social e compreender que todos fazem parte da mesma sociedade.
Política	Tomada de consciência por parte de todos enquanto sujeitos sociais no processo da mediação da informação e indivíduos de uma sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Gomes (2020; 2021).

Para a referida autora, essas dimensões são concretizadas na mediação consciente e com base na ação dialética e interacionista, no entrelaçamento das ações (interações), mediante o respeito e o reconhecimento da diversidade sociocultural. As ações são planejadas e executadas para demonstrar e impulsionar o pertencimento, mesmo que momentaneamente, das pessoas envolvidas no processo de mediação da informação.

Remetendo ao Quadro 1, pontuamos a capacidade de o profissional mediador se relacionar às demandas da sociedade, com reflexões específicas, que atendam às necessidades do momento, e com ações no/para o coletivo, impulsionando a tomada de consciência, o que gera tomadas de decisões, seja por parte do profissional da informação, seja por parte do usuário, que busca sanar suas demandas informacionais.

Nas dimensões da MI, evidenciamos o espaço de voz; aqui, trazemos as palavras de Benjamin (1994, p. 201): “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos outros ouvintes”. Quanto ao espaço de voz, Meihy (2005, p. 44) afirma que “movimentos de minorias culturais e discriminadas têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias”.

Considerando os sujeitos sociais no universo discursivo da CI, é importante assegurar que “o acesso, o uso e a apropriação da informação ocorram em parâmetros democráticos, trabalhando o encontro com a informação como uma experiência fortalecedora da construção de uma existência humana ativa” (Gomes, 2020, p. 20). É a partir desse ponto que a autora recorre em defesa das transformações sociais por inclusão e justiça social.

Nessa linha de pensamento, Canclini (2007) reconhece que o processo de circulação de mensagens e suas mudanças de significados se pauta no fato de que cada grupo social (re)significa a informação, (re)processando-a e (re)codificando-a continuamente. Nesse contexto, a ação do mediador (Almeida Júnior, 2015) se fundamenta nas dimensões da mediação, apresentadas no Quadro1, visando à apropriação da informação e gerando novas demandas informacionais, diante do reconhecimento e da responsabilidade na pluralidade humana.

Silva (2010, *apud* Lousada, 2017) enfatiza três formas de mediação: pela linguagem; por meio de comunicação; institucionais. Aqui destacamos as mediações

institucionais, dadas as múltiplas relações com estratégias de comunicação construídas intersubjetivamente entre instituições e indivíduos que categorizam e atendem demandas sociais.

Por isso, defendemos o processo de MI planejado e executado de forma crítica, para conhecer, problematizar e atender às demandas da sociedade e gerar novas demandas informacionais, acompanhando as mudanças sociais, uma vez que as ações do processo de mediação refletem (n)os indivíduos que fazem parte de grupos que compõem a sociedade. Assim, a mediação da informação é social e desenvolvida nas relações, mesmo quando exercida em nome de uma instituição.

Na discussão sobre a MI, compreendendo-a na ação de interferência entre o usuário e a informação, realizada por um profissional da informação (Almeida Júnior, 2015), incluímos a possibilidade de execução de ações destinadas a introduzir a informação a um determinado público, com suas particularidades, vivências e demandas informacionais, de modo a atender à realidade de um determinado universo de informações e vivências, a exemplificar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que impulsionam o processo de MI.

Considerando o ambiente em que ocorrem as discussões sociais, Claval (2007, p. 219) afirma que, “o ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo”.

Há de se discutir os diferentes contextos socioculturais da atual sociedade, a fim de reconhecer e, se possível, compreender os usuários da informação em sua complexidade, bem como sua ação interpretativa de determinadas informações, uma vez que a relação do usuário com o meio e suas experiências de vida influenciarão no processo de apropriação da informação. Nessa complexidade, temos, ainda, o sujeito como “resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (Hall, 2006, p. 46).

No processo de MI, cabe o reconhecimento da dinâmica social a partir do sujeito descentrado, bem como da divisão do sujeito²⁶ (Orlandi, 2017b). O usuário evidencia suas diferenças e, por isso, é importante pensar a informação em

²⁶ Consideramos o posicionamento da autora “a análise de discurso trabalha com as relações de poder simbolizadas. Não há dizer que não seja político, no sentido em que o próprio processo de significação é dividido, depende de relações que derivam do contexto sócio-histórico. Como a forma de nossa sociedade é dividida, as relações com os sentidos são afetadas por estas divisões” (Orlandi, 2017b, p. 32).

ambientes, sejam físicos ou virtuais, que atendam aos diferentes grupos sociais, pois a disseminação da informação na/para a sociedade depende de ambientes sociais de interações e relações entre os seres humanos.

Na discussão sobre a MI, Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 111) entende que, a mediação, “quando realizada de maneira consciente, é um dos principais meios de fazer com que o usuário se aproprie de forma satisfatória de uma informação”. Ao considerar as ações realizadas de forma consciente, evidenciamos a importância de o profissional contextualizar e socializar-se com o usuário, para que este construa o(s) sentido(s) da informação.

Para além dessa interação, o profissional da informação, na função de mediador, compreende a importância que o usuário atribui à busca pela informação, bem como a necessidade de informações que impulsionem transformações para os distintos grupos sociais. Nesse sentido, a luta pela educação como direito de todos é uma informação com implicações relevantes para a sociedade.

Assim, neste capítulo, buscamos explicar a mediação da informação na sociedade. As argumentações por nós apresentadas são passíveis de gerar outras reflexões que oportunizem mudanças que possam promover a equidade²⁷ e a igualdade²⁸ nas relações entre os indivíduos.

²⁷ Em Dallari (2007, p. 39), parafraseando Kropotkin, temos: “na sociedade humana a lei da cooperação e da ajuda mútua toma a forma de equidade, justiça e simpatia”.

²⁸ “A concepção da igualdade como igualdade de possibilidades corrige essas distorções, pois admite a existência de relativas desigualdades, decorrentes da diferença de mérito individual, aferindo-se este através da contribuição de cada um à sociedade” (Dallari, 2007, p 13).

5 UMA LEITURA CONTEXTUALIZADA DA POLÍTICA DE COTAS

Neste capítulo, discorreremos sobre ações afirmativas, com vista à apropriação dessa informação de modo contextualizado e compreendendo-a a partir dos processos histórico-sociais que antecedem sua materialização. Sendo a apropriação da informação um processo contínuo, compreendemos, também, a impossibilidade de encerrar essa discussão nesta pesquisa sobre as cotas no ensino superior. Dito isso, temos a informação, mediada pelo discurso e contextualizada no processo de inserção social das ações afirmativas, ressignificando e gerando novas informações na perspectiva sociocultural. Ao compreender os discursos como materialização das práticas sociais, entendemos que as ações afirmativas surgiram e resistem nas rupturas e lutas contra as desigualdades sociais entre os cidadãos que vivenciam o processo de formação socio-histórica de maneira excludente (Lemes; Severi, 2015).

Partimos do princípio de que as ações afirmativas atendem ao direito de acesso a oportunidades de forma igualitária, baseada na equidade, a grupos excluídos historicamente, em virtude da condição de classe, etnia, gênero, raça, bem como qualquer outra forma de rejeição por condições alheias ao indivíduo; defendemos que a construção do discurso sobre as ações afirmativas causa ações positivas nas tensões sociais e ampliam a oportunidade de ascensão dos indivíduos em espaços da sociedade.

No universo de nossa pesquisa, temos uma sociedade composta por sujeitos com suas diversidades socioculturais, em que “a dialética da vida social leva em conta o movimento desses fatores: o dado institucional, o dado econômico, o dado cultural e o dado individual interdependem e interagem” (Santos, 2007, p. 20). Ao pactuar com a inter-relação entre os elementos apresentados nas relações sociais, evidenciamos tanto a construção da sociedade, em um determinado contexto, como a possibilidade de alterações nas relações.

No processo de construção de relações de enfrentamento às desigualdades, destacamos, ainda, que “os objetos socioculturais podem originar dois efeitos em termos de apropriação: efeitos de classe (segmentação) e efeitos de massa (transversalidade)” (Serpa, 2007, p. 36). Essas ideias nos conduzem para a busca da contextualização histórica que delineia as relações da sociedade, ou seja, em quais contexto os efeitos de segmentação ou de transversalidade são intensos, incluindo ou excluindo indivíduos de determinados espaços. Percebemos o confronto às situações

apontado por Santos (2003, p. 429), quanto afirma que “a crise que hoje afeta estas tensões é o sintoma mais revelador dos problemas que a modernidade ocidental enfrenta no início do século XXI”. Nesse cenário, as tensões sociais demandam por ações que rompam com o efeito da segmentação e reconfigurem o efeito da transversalidade.

Dentre alguns marcos históricos que impulsionaram as ações afirmativas, destacamos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que culminou, posteriormente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 (Aires, 2021; Bastos, 2018; Cunha, 2017; ONU, 1948; Santos, 2003; Vieira, 2016). Ambas possibilitaram a visibilidade das desigualdades sociais entre indivíduos e demandaram ações para garantir a dignidade humana.

Neste momento de discussão, apoiamo-nos em Brandão (2005), que considera a argumentação de Rawls por uma sociedade justa, em que as discussões sobre desigualdades são aceitáveis para fins de fundamentar e justificar ações em benefício de indivíduos menos favorecidos no que tange às questões sociais, econômicas e, acrescentamos, culturais que delineiam o comportamento e posicionamentos dos sujeitos sociais nas relações.

Inter-relacionando esse pensamento com as práticas institucionais e sociais, compreendemos que estas “condicionam todo o comportamento individual, mesmo aquele que tem a ver com a mudança, e não apenas com a mera reprodução do mundo como ele é” (Souza, 2018, p. 1779). A relação cultural transversaliza, no que tange ao comportamento individual, as práticas institucionais e sociais, as quais encontram, na exposição de um acontecimento, as transformações sociais; assim, as práticas institucionais podem e devem impulsionar a constituição de uma sociedade, reconhecendo a diversidade.

No trajeto histórico para a construção das ações afirmativas, bem como das demandas informacionais desse tema no âmbito social, decorremos pelo panorama internacional, para adentrar no processo histórico-social em âmbito nacional (Brandão, 2005; Pitinelli-Souza, 2021; Ribeiro, 2020; Vieira, 2016; Zimmerman, 2013). Na década de 1940, especificamente na Índia, há registros de políticas argumentadas na lógica das ações afirmativas, fundamentadas no contexto histórico de organização da sociedade indiana, com a divisão de castas, uma situação que demanda políticas de enfrentamento às desigualdades construídas historicamente e consolidadas na organização social (Lemes, Severi, 2015; Meira, 2011).

Feres Júnior *et al.* (2018, p. 60) apresentam a África do Sul como discriminação negativa a partir da contextualização do *apartheid*, que “constituía na prática uma reserva dos espaços e posições de maior *status* social para os brancos, em detrimento da maioria de origem africana e de outros grupos não brancos”. No contexto desse país, em que as posições sociais seriam direcionadas para um determinado grupo (pessoas brancas), notamos uma diferença na argumentação sobre as ações afirmativas que visam eliminar a discriminação e não privilegiar um determinado grupo por sua cor da pele. Conforme os autores, somente na década de 1990, especialmente com Nelson Mandela, essa oficialização das relações no país começou a ruir e demandaram por ações afirmativas que sanassem as consequências do *apartheid*.

Os acontecimentos discursivos que resultaram na terminologia ‘ação afirmativa’ se vinculam ao governo norte-americano, durante o mandato do presidente John F. Kennedy, no contexto de lutas por igualdade entre negros e brancos (Brandão, 2005; Feres Júnior *et al.*, 2018; Vieira, 2016). Os autores ressaltam discussões sobre as ações afirmativas adotadas nos Estados Unidos da América (EUA), as quais influenciaram mudanças, permanência ou exclusões de ações ao longo da história do país. De qualquer forma, as ações afirmativas nos EUA visibilizaram grupos em desvantagens social e, assim como no Brasil, isso transitou/transita por argumentações de constitucionalidade.

No contexto internacional, destacamos a implementação das ações afirmativas nos EUA, no confronto direto e indireto ao racismo (Brandão, 2005; Pitinelli-Souza, 2021), condição também vivenciada no Brasil e impulsionadora da implantação das ações afirmativas. Tais ações, que buscam minimizar, sanar e enfrentar as desigualdades de acesso às condições de ascensão social por grupos excluídos, perpassam por várias nações e se caracterizam conforme o processo histórico de cada país.

No Brasil, Feres Júnior *et al.* (2018, p.15) destacam o momento de redemocratização²⁹ do país, “quando diferentes grupos e organizações sociais, antes silenciados pelo regime autoritário, passaram a demandar direitos de maneira organizada e pública”. Esse acontecimento histórico-discursivo expõe as desigualdades que impulsionaram a desconstrução da argumentação da democracia

²⁹ Redemocratização como um processo com projetos nacionais democráticos que sucedem a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com expressiva participação de Movimento Negro brasileiro (Ribeiro, 2020).

racial,³⁰ que, na subjetividade, articula o impedimento de pessoas negras e indígenas acessarem lugares sociais que promovam a ascensão e prestígio social, enfrentando, assim, os efeitos discursivos da obra *Casa-grande e senzala*, de uma sociedade harmoniosa e igualitária (Vieira, 2016).

Nesse contexto histórico e acompanhando a literatura teórica, ressaltamos a contribuição de Florestan Fernandes ao discorrer sobre a construção da sociedade brasileira como escravocrata, que determina, de forma objetiva e subjetiva, as relações raciais no país. A partir de sua contribuição, há um impulsionamento de informações na desconstrução do discurso de uma sociedade democrática e igualitária ao alinhar as desigualdades pautadas em classes e raça.³¹

Na explosão das fissuras que transitam o sentido histórico da resistência de grupos sociais da sociedade brasileira, em que se expõe o silenciamento histórico, ressignificam-se informações envoltas ao seu contexto vivido, demandando processos que possam mediar as transformações sociais, bem como consolidar novas relações que oportunizem aos indivíduos excluídos historicamente o acesso, com equidade, a espaços sociais que impulsionam a ascensão econômica.

No contexto apresentado, percebemos que compreensão discursiva de ações afirmativas adentram, de forma geral, as situações de discriminações e desigualdades. Assim, as complexidades das sociedades contemporâneas rompem com o mecanismo de silenciamento construído historicamente, demandando ações afirmativas que atuam nas tensões das relações, visando à equidade e impulsionamento para a igualdade social e étnico-racial. Nesse sentido, destacamos o trajeto que impulsiona as redes discursivas para a implantação de ações afirmativas na educação brasileira, em destaque para a década de 1990, com ações afirmativas voltadas ao contexto educacional; conforme Brandão (2005, p. 55), essas ações foram “promovidas por organizações não-governamentais (ONGs), por meio de oferecimento de cursinhos pré-vestibulares para alunos carentes e/ou afrodescendentes”.

³⁰ Brandão (2003, p. 03) acredita que “o mito da democracia racial brasileira é apenas e tão-somente um mito. Assim, se existe racismo no Brasil, não só existe como ainda é muito forte (em todas as camadas da população brasileira), o argumento da grande miscigenação de raças em solo brasileiro perde grande parte de seu valor nessa discussão”.

³¹ O curso *Cotas raciais e heteroidentificação*, ofertado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, foi fundamental para a nossa construção dessa argumentação em síntese. Curso disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/3683-ifsul-lanca-curso-sobre-cotas-raciais-e-heteroidentificacao-nesta-quinta-feira-25>

Alinham-se às condições socio-históricas da construção da sociedade brasileira³² as singularidades dos acontecimentos a partir do lugar discursivo da desigualdade social no âmbito das relações subjetivas e das estruturas de significação socialmente estabelecidas, que ordenam ou sistematizam e classificam tanto as coisas, os animais como os seres humanos (Geertz, 1989; Mello, 2000) e “naturalizam” as situações de desigualdades que dificultam ou impedem a ascensão social de determinados grupos da sociedade. Notamos que as ações afirmativas, com recorte enunciativo no contexto brasileiro, são impulsionadas pela demanda de posição dos sujeitos, que, historicamente, foram apagados e/ou silenciados da construção discursiva, enquanto pessoas com direitos aos espaços da sociedade, como o espaço universitário.

Nessa argumentação, e na ausência de intenção de construção rígida e factual da temática das ações afirmativas, Brandão (2005) aborda o processo de construção discursivo das ações afirmativas no Brasil, apresentando um panorama desde a consolidação das Leis do Trabalho com cota para contratação de brasileiros nas empresas e políticas para combater a desigualdade entre homens e mulheres, bem como o art. 37 na Constituição Federal brasileira, que especifica: “VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”; e o art. 7º: “XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” (Brasil, 1989). Há uma construção discursiva de condições que potencializam o impulsionamento de demandas por outras ações afirmativas; aqui, destacamos aquelas relacionadas ao direito ao acesso à educação superior, especificamente as ações que possibilitam a concorrência igualitária em cursos de graduação por sujeitos sociais em contextos diferentes e desiguais.

No ensino superior, destacamos a década de 1980, com as lutas sociais e a construção da Carta Cidadã (Vieira, 2016, p. 45), ou seja, retomamos a Constituição Federal como a materialização histórica do resultado das dinâmicas sociais da sociedade brasileira, destacando-se a educação, conforme disposto em seu art. 205: “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

³² Retomaremos essa argumentação, enfatizando as relações no âmbito da sociedade brasileira, com destaque para os movimentos sociais e o impulsionamento para romper as ausências e os silenciamentos que destinaram a determinados grupos desvantagens no acesso a condições sociais.

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1989, p. 1).

Sendo a educação direito de todos e dever do Estado e da família, as ações afirmativas se constituem como o contratempo que rompe com a reprodução de modelos de ingresso discente nas universidades, isto é, de modelos que priorizam indivíduos com condições e experiências de vida que lhes favorecem no processo de concorrência, baseado exclusivamente na meritocracia, para ingressar no ensino superior público, dificultando a concorrência de candidatos/as em condições desfavoráveis.

Ribeiro (2020) destaca o Decreto 65.810, que promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e delinea o Brasil como integrante de tratados e convenções internacionais envolvendo a temática (Brasil, 1969). No contexto brasileiro, há uma inter-relação de ações locais, impulsionadas por demandas internacionais, que se alinham aos debates por acesso aos direitos sociais e melhores condições de vida a indivíduos excluídos historicamente. Neste ponto destacamos a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, evento ocorrido em 2001, em Durban, na África do Sul, com a maior delegação brasileira no âmbito internacional para discussão sobre a temática (Vieira, 2016).

A participação do Brasil nas discussões internacionais e o reconhecimento da discriminação étnico-racial existente no país geraram demandas sociais de combate a essa situação, como as ações afirmativas. Registramos a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (Brandão, 2005; Pitinelli-Souza, 2021; Ribeiro, 2020).

Avançando no contexto histórico e social, temos o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com políticas que impulsionaram as ações afirmativas, a saber: “Lei que obriga o ensino de história e cultura negra, africana e indígena nos sistemas de ensino nacionais (Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008), e as primeiras AAs em universidades públicas no Rio de Janeiro e na Bahia” (Ribeiro, 2020, p. 45). As discussões raciais no contexto nacional e os instrumentos informacionais no contexto legislativo ampliam o debate e impulsionam as transformações nas relações da sociedade brasileira.

No âmbito das práticas sociais, as informações nos remetem a uma inter-relação política, econômica e cultural da sociedade (Frohmann, 2013; Araújo, 2018); nas perspectivas contemporâneas, vislumbramos a informação sobre as ações afirmativas como uma relação de enfrentamento ao silenciamento construído e vivenciado para desfavorecer determinados indivíduos da sociedade, ocasionando sua ausência em espaços de relações que oportunizem ascensão social e econômica, ou seja, a informação sobre as ações afirmativas, disseminada e apropriada pelos sujeitos sociais, perpassa pela ordem do coletivo e adentra a ressignificação na construção das relações na sociedade.

A informação é um processo social que transita de múltiplas maneiras nos mais variados grupos sociais; assim, “o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem” (Orlandi, 2020, p. 14). Nessa complexidade, o subjetivo transversaliza as relações sociais e, assim, a informação ganha sentido simbólico (por parte do usuário ou do grupo em que está inserido), possibilitando mudanças e comportamentos sociais no âmbito coletivo, o que conduz à construção de relações sociais que oportunizem a todos o direito à educação de forma igualitária.

A partir da síntese apresentada e observando as condições em que emergiram as ações afirmativas, notamos que a demanda por essa conquista ultrapassa décadas históricas, enfrentando as relações de desigualdades. Há de se considerar que “não é que as diferenças não existam, mas sim que o que importa são os sistemas que utilizamos para dar sentido a elas, para tornar as sociedades humanas inteligíveis” (Hall, 2015, p. 03). Desse modo, reivindicar o direito de acesso à educação constitui outra forma de acesso a direitos sociais que enfrentam as diferenças e ressignificam os sentidos da diversidade no confronto entre os diferentes e desiguais.

Como demandas resultantes das tensões sociais, as ações afirmativas são geradoras de mudanças nas relações entre indivíduos e nos espaços em que a diversidade sociocultural impulsiona e fomenta os debates e potencializa a visibilidade dos sujeitos da sociedade. Assim, na ressignificação da informação nas ações afirmativas para acesso ao ensino superior, a partir da presença da diversidade étnico-racial do país, “o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo” (Orlandi, 2017b, p. 17).

Ao considerar a relação sujeito/sentido, concebemos que a apropriação da informação das ações afirmativas é impulsionada com base no contexto socio-histórico do indivíduo e refletimos sobre a informação nas ações afirmativas no desvio

nas tensões sociais como resultado da construção histórica, com desigualdades e diferenças entre as pessoas, almejando o rompimento de sentidos materializados no discurso hegemônico de que todos são iguais na sociedade. A implantação de ações afirmativas perpassa pela discussão de diversidade (Hall, 2015) e ocorre na irregularidade (quebra da hegemonia), impulsiona as transformações sociais e possibilita a desconstrução de relações subjetivas que naturalizam as discriminações.

Nos espaços de relação entre as pessoas, a diversidade potencializa o processo de ressignificação das relações, visando à eliminação dos efeitos da discriminação, construídos historicamente. Assim, entendemos que o sujeito, o meio sociocultural que está inserido e o processo histórico, nos possibilitam “perceber em que medida os critérios de julgamento de relevância dos usuários são construídos coletivamente” (Araújo, 2018, p. 55). Ao olhar o contexto da discussão sobre as ações afirmativas, vislumbramos um movimento transversal que nos possibilita compreender que “a forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (Orlandi, 2017b, p. 21).

Refletimos na importância de contextualizar o sujeito/usuário da informação, no sentido de identificar os efeitos nas práticas sociais dos indivíduos da sociedade. Nesse viés, consideramos a demanda informacional das ações afirmativas para outros grupos sociais excluídos historicamente, que vivenciam a exclusão nas práticas sociais e nas relações socioculturais que alinham o lugar para cada um na sociedade, como um exercício de dominação que gera a divisão social (Chauí, 2018).

Estreitando a discussão para as cotas como ações afirmativas no sistema de ensino superior, temos o protagonismo³³ de sujeitos excluídos historicamente, com efeito impulsionador de desconstrução e transformação dos espaços na sociedade. Assim, com as cotas para ingresso no ensino superior, vislumbramos transformações nos espaços internos e externos ao universitário, por compreender que os egressos adentram as relações na sociedade enquanto profissionais qualificados, o que garante a diversidade em espaços antes excluídos para determinados indivíduos.

A construção de relações de resistência em um dado momento delinea os discursos que se articulam, se constroem e se disseminam em interesses comuns a

³³ Na discussão da Ciência da Informação, temos que: “assegurar a efetividade da ação no desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social, intencionalidade central da mediação da informação, o próprio mediador se transforma em sujeito político, sujeito da ação” Gomes (2021, p. 3). Compreendemos, então, o protagonismo vinculando-se a implantar e assegurar a ação da política de cotas para ingresso discente, impulsionando o envolvimento de sujeitos políticos/sujeitos da ação.

determinados indivíduos que, mesmo com características particulares e distintas dos demais, se constituem enquanto grupo de uma sociedade. Na imersão de conhecimento, crenças, costumes ou outros hábitos comuns, os indivíduos se organizam em grupos e se identificam, significando e ressignificando os elementos, as lutas e os interesses.

Nessa argumentação, Claval (2007, p. 106) compreende que “o indivíduo é moldado pela cultura: o que sabe fazer, suas maneiras de sentir e de ver, suas aspirações, são recebidos de seu círculo ou construídos a partir dos elementos por ele fornecidos”. Ao considerar o círculo de convivência, bem como o delineamento de comportamentos e posicionamentos baseados nas experiências de vida do sujeito, argumentamos na linha discursiva da compreensão dos espaços relacionais que impulsionam a construção de sentidos, ressignificam ou enfrentam significados historicamente construídos.

Há de se compreender que espaços relacionais se desvinculam da ideia de estrutura física e ampliam-se as possibilidades de relações entre indivíduos e/ou com o meio, nas mais várias ambiências informacionais³⁴ que possibilitam a interação. Nesse sentido, e predominantemente pelo viés da CI, enfatizamos a compreensão da importância e do processo histórico-social e dos movimentos sociais na temática de nosso estudo, destacando as mobilizações sociais dos movimentos negros, o que iniciou e elaborou as políticas públicas no Brasil, de modo a garantir acesso ao ensino superior público a indivíduos historicamente excluídos (Brandão, 2005; Feres Júnior *et al.*, 2018; Vieira, 2016; Zimmerman, 2013).

As reivindicações organizadas dos movimentos sociais impulsionam suas materialidades,³⁵ que se fundamentam na construção das lutas e do acesso aos direitos sociais. Sua função não é passageira, mas constitutiva e necessária ao coletivo, perpassando seus contextos históricos, gerando conflitos em prol de todos os grupos sociais no momento de se estabelecerem as políticas públicas, incluindo-

³⁴ Retomando a compreensão de ambiência informacional, Almeida Júnior (2015, p. 23) argumenta que “os equipamentos informacionais interferem efetivamente nos seus ambientes físicos, mas também devem procurar interferir, em um contexto da informação, nos ambientes de vida e convívio de seus usuários”. Acrescentamos o posicionamento de Gomes (2021, p. 08): “experimentam a possibilidade de conhecer o outro, como também de se desvelar e se reconhecer, conquistando e assumindo, no encontro com a informação, um refletir com outro, fortalecendo o espaço crítico na constituição de uma ambiência acolhedora e respeitosa”.

³⁵ Segundo Orlandi (2020, p. 51) “quando dizemos materialidade, estamos justamente referindo à forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa”.

se políticas para ingresso no ensino superior que oportunizem o ingresso com equidade. Os indivíduos se fortalecem nos grupos sociais e nas relações em que se centram, enquanto sujeitos e com suas experiências, identificam-se e enfrentam as desigualdades; de acordo com Souza (2018, p. 218), “são essas redes de identificação e preconceito que irão definir as interações sociais reais de modo muito mais decisivo que os princípios legais da igualdade formal prevista em lei”.

Os grupos se organizam social e espacialmente; destacamos que os contextos sociais “são espacial e temporalmente, específicos: envolvem circunstâncias espaço-temporais, as quais são parcialmente constitutivas da ação e interação” (Thompson, 1995, p. 194). Ao considerar o processo de interação entre os indivíduos, temos a constituição de um espaço de posições e trajetórias dos grupos sociais que se organizam e se movimentam nas relações na sociedade. Nessa esteira, Hall (2015, p. 4) contextualiza que:

discurso de uma cultura que fundamenta a verdade sobre a diversidade humana, que abre o segredo das relações entre natureza e cultura, que desata o nó enigmático da diferença humana que importa. O que importa não é que contenham a verdade científica sobre a diferença, mas que funcionem como fundamento do discurso sobre a diferença racial. Fixam e estabilizam o que de outra maneira não haveria como ser fixado ou estabilizado. Asseguram e garantem a verdade das diferenças discursivamente construídas.

Inter-relacionando as reflexões sobre os grupos sociais aos processos discursivos da diversidade sociocultural no contexto da sociedade, compreendemos que os discursos são construídos socialmente, sendo as diferenças humanas construídas discursivamente, bem como o sentido de hierarquização, conforme diz o autor, e sustentam uma suposta verdade que interfere nas relações da sociedade no coletivo. Portanto, neste trabalho, defendemos a ação de interferência no processo de MI que impulsiona informações com possibilidades e condições de ascensão social a partir do acesso ao ensino superior por grupos socialmente excluídos, a considerar o processo histórico de construção das relações na sociedade brasileira.

Na complexidade da sociedade, Claval (2007, p. 180) afirma que “as culturas que por princípio a adesão do indivíduo a um sistema de valores centrais aceitam integrar todos aqueles que concordam os princípios sobre os quais estão assentadas”. Nesse sentido, em suas relações internas, os grupos sociais apresentam solidariedade, coletividade e outros valores centrais, que podem ser impulsionados a

partir de informações que culminam nas mais variadas formas de lutas por direitos sociais, dentre eles o direito ao acesso a cursos de ensino superior.

Os argumentos das múltiplas formas de lutas se materializam, por analogia, no seguinte posicionamento de Costa e Heidrich (2007, p. 86):

Parece que tudo, ao mesmo tempo, é moderno e antimoderno e essa ambiguidade se apresenta contida nas lutas sociais e na resistência das identidades, que evidenciam, ao mesmo tempo, a crise e o avanço dos determinantes modernos. No centro dessas lutas, encontra-se evidência de uma sociedade repressiva, que ao organizar sua trama, excluiu e identificou elementos dissidentes, tidos como anormais ao sistema e passível de cura.

Nessa discussão da ambiguidade, em que podemos identificar as resistências, temos a importância de grupos sociais no enfrentamento das desigualdades sociais, bem como na luta pela eliminação dos elementos socioculturais, gerando tensões sociais em uma sociedade com relações construídas historicamente. Os efeitos sociais dessas lutas são apresentados em discursos que impulsionam ações para mudanças sociais e que permitem a permanência e o reconhecimento de todas as diversidades socioculturais dos sujeitos da sociedade. Dentre essas ações, destacamos as demandas por políticas especiais para o enfrentamento às desigualdades que se delineiam nos significados construídos historicamente e flutuam nos sentidos que interpelam as relações na sociedade.

Desse modo, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (Orlandi, 2020, p. 28). No contexto de construção das demandas e organização de grupos sociais, podemos identificar os efeitos das relações construídas na sociedade brasileira que interpelam, atualmente, por outros efeitos nas relações sociais, rompendo com condições que evidenciam uma sociedade repressiva e mantêm indivíduos excluídos de acesso a condições de ascensão socioeconômica.

Nessa luta, temos uma relação discursiva que apresenta diferentes posições, as quais, simultaneamente, se inter-relacionam nas ambiguidades e adversidades entre pessoas com possibilidades de ascensão socioeconômica e outras historicamente privadas de construir essas condições. No caso de nossa pesquisa, a informação é demandada por grupos sociais, como função enunciativa, a partir da necessidade de sujeitos pertencentes à sociedade. Nessa complexidade, a informação ultrapassa a ordem do objetivo e adentra a subjetividade (Araújo, 2018);

neste ponto, destacamos as relações do coletivo, que impulsionam outras práticas sociais no processo de construção contínua das relações sociais.

No processo de construção dos sujeitos e dos sentidos nas relações sociais, a luta pelo reconhecimento da diversidade e da adversidade na sociedade é fundamental para a construção de ações que visem à igualdade entre os seres humanos; nesse sentido, compreendemos que ouvir as demandas dos grupos sociais, organizar e executar ações para atender a essas demandas perpassa pelo processo de MI, para que haja transformação social.

Ao considerar que essas demandas são resultadas de presenças e ausências de condições sociais construídas, temos relações no processo histórico-social (Feres Júnior *et al.*, 2018), que, reverberadas, demandam por transformações sociais; para fins de materialização inicial dessa argumentação, destacamos a Lei 10.639/2003, que determinou a inclusão da disciplina de História Afro-brasileira e Africana no ensino fundamental e médio.

Evidenciamos a importância dos grupos sociais no impulsionamento de demandas e condições para a apropriação e disseminação da informação das políticas públicas, delineando o posicionamento e as interferências no processo de MI a partir das demandas dos usuários, que são os sujeitos sociais de grupos excluídos historicamente que lutam por representatividade em todos os espaços relacionais (Claval, 2007; Santos, 2008).

No processo de relações e inter-relações entre indivíduos da sociedade, temos os grupos e movimentos negros e/ou pessoas com perfil de lideranças que lutam pelo fim da reprodução dos efeitos do sistema escravista, a destacar os de escolhas baseadas nas relações raciais que delineiam as hierarquias sociais. Há, também, outros grupos e movimentos que enfrentam desigualdades e que também impulsionam os encaminhamentos das demandas locais para o âmbito do coletivo nacional, contudo, nos limitamos aos movimentos negros, em virtude do universo desta pesquisa.

No processo histórico-social que constrói as condições de presença ou ausência de seres humanos em determinadas relações sociais, destacamos alguns pontos na memória discursiva³⁶ que refletem o efeito de sentidos na atualidade, conforme apontados por Mbembe (2001, p. 174):

³⁶ Orlandi (2017b, p. 20/21) afirma que “o interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva [...]. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto

A escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio.

Destacamos que o *não-ser*, historicamente construído, gerou e tem gerado a ausência social de indivíduos que fazem parte da sociedade, ou seja, a privação de acesso a condições que possibilitam ascensão social e melhor qualidade de vida. Sendo essas condições delineadas no processo histórico-social, as lutas para romper as desigualdades, enraizadas subjetivamente no contexto sociocultural, apresentam-se como o resultado de uma relação social que visa à equidade ao acesso a espaços da sociedade por todos os grupos sociais. No contexto apresentado, temos a possibilidade de ultrapassar a informação social sobre a reserva de vagas nas universidades (as cotas) que despontam reflexões sobre a autonomia diante da promoção de acesso à cidadania, perpassando pela equidade e igualdade.

Os efeitos da relação exposta por Mbembe (2001) na construção social ultrapassam os tempos históricos na discussão sobre a existência de raças humanas, configura o racismo e, na subjetividade, alinha a regulação social em que se delineiam os espaços sociais de acesso (ou não) a determinados indivíduos. Desse modo, reforçando as reflexões sobre as desigualdades construídas nas relações sociais para além da discussão econômica, adentramos o conjunto indissociável (Santos, 2008) em que as relações sociais preenchem as espacialidades e nos alinhamos à discussão de desigualdades na zona do *não-ser*, ao que a morte social perpassa pela construção histórico-social da negação da dignidade a determinados grupos, neste caso, as pessoas negras/pretas.

Modesto e Fontana (2020, p. 241-242) compreendem que “raça está diretamente ligada às possibilidades de existência, o mito da democracia racial [...] se reproduz na formação social brasileira garantindo a manutenção das desigualdades”. Pactuamos com esses autores, por compreendermos que o discurso hegemônico e dominante mantém na subjetividade as desigualdades sociais, a destacar as fundamentadas na discussão racial. Nesse sentido, enfatizamos a abordagem de raça na discursividade da dimensão sociológica, conforme o entendimento de Hall (2003,

sistema de evidência e de significações percebidas”. Assim, alinhamos a memória discursiva ao sistema de significações que (re)produz, nos espaços e tempos históricos, os comportamentos do todo complexo adquirido e/ou imposto ao ser humano como membro da sociedade.

p. 169): “as diferenças atribuíveis a ‘raça’ numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas. ‘Raça’ é uma construção política e social”. Aqui, evidenciamos a construção das relações sociais como organizadora para alinhamento dos lugares dos sujeitos sociais na sociedade, mantendo o efeito de naturalização desses lugares para determinados indivíduos.

Essa “naturalização” histórica gera tensões discursivas nas fissuras dos sistemas hegemônicos em que o processo de construção da exclusão de sujeitos reflete em práticas discursivas que camuflam as diferenças socioculturais e resistem nas discussões das diferenças genéticas e biológicas. Tais discussões, materializadas nas informações, com seus significantes, se sustentam nas relações entre indivíduos, em que determinados grupos historicamente privilegiados significam e impulsionam as informações com discursos de desigualdades que se adequam aos contextos atuais. Nesse sentido, no processo de resistência e ressignificação das informações nas relações, as fissuras discursivas sociais geram novas demandas informacionais, uma vez que as relações na sociedade ultrapassam os limites de grupos sociais e adentram ao todo complexo coletivo.

Ainda nas reflexões discursivas sobre raça, alinhamo-nos ao posicionamento de Santos, Bortolini e Maio (2010, p. 213):

as sociedades humanas estão em constante processo de ressignificação de conceitos e categorias. Se a noção de raça foi profundamente ressignificada pela ciência nas últimas décadas, perdendo seu status epistemológico de categoria explicativa da variabilidade biológica humana, verifica-se que certos segmentos sociais e étnicos têm buscado em tecnologias genéticas de ponta reforço para ideais de pertencimento étnico e racial. Desde longa data a história e a sociologia da ciência vêm demonstrando que, ao invés de apartadas da cultura e da sociedade, ciência e tecnologia são também entidades culturais e sociais. Transformam a sociedade, ao mesmo tempo que são impregnados por ela.

Projetando essas reflexões na CI e considerando a informação como impulsionadora de contexto étnico-racial na sociedade, em que o processo de ressignificações das informações perpassa pela formação sociocultural discursiva na relação sujeito e história, pactuamos com os autores ao explanarem a ressignificação da noção de raça, bem como o alinhamento dessa noção com as demandas atuais dos segmentos sociais e étnicos. Nesse viés, temos a movimentação das relações na sociedade em processo de transformação e, no campo discursivo apontado pelos autores, ressignificações e sentidos à noção de raça, na medida em que são reconstruídas as relações culturais e sociais.

Nessa complexidade, a discussão de raça se delinea nas relações culturais, econômicas e políticas na sociedade, no sentido de construto social, o que nos remete ao processo histórico-social em que foi negada a dignidade aos indivíduos escravizados. E o efeito disso transcende os tempos históricos na manutenção da desigualdade social brasileira. Assim, a relação sujeito, sentido e história se inter-relaciona com a construção da informação, em que transparecem as relações sociais, sejam naturalizadas ou de enfrentamento às desigualdades construídas historicamente, que perpassam pela vida cotidiana dos grupos que compõem a sociedade. Neste ponto, consolidamos a crítica à naturalização e ao apagamento discursivo das relações de desigualdades na sociedade brasileira e nos alinhamos ao posicionamento de Almeida (2021, p. 50): “o racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’”.

No âmbito da discussão sobre do processo social, compreendemos que o racismo afeta a todos os indivíduos da sociedade; isso indica a responsabilidade de todos em entender, discutir, enfrentar e combater os problemas de desigualdade e violência, desconstruindo os discursos que perpetuam o pensamento intencional de manutenção das relações sociais estruturadas nas desigualdades, dito de outra forma, desconstruir as informações que subjetivamente fortalecem os mecanismos que impedem a visibilidade da desigualdade social na argumentação do racismo estrutural. Assim, ressignificar a informação, gerando enfrentamento ao significado construído historicamente, que naturaliza o comportamento humano, perpassa pela discussão do *não-lugar* (Serpa, 2007), que tensiona a discussão geral e ressignifica a luta por acesso a direitos constitucionais.

Nesses termos, Oliveira (2021, p. 70) compreende que:

como se fala em racismo, a sua expressão na ponta se dá pelos comportamentos. Constitui-se assim uma forma de relação social expressa, por exemplo, na postura preconceituosa de um jornalista de uma emissora importante, na ideia do policial de que todo negro é um suspeito ou na indiferença geral quando se vê crianças negras pedindo esmolas nas madrugadas nos faróis.

Os exemplos apontam que o racismo se visibiliza nas relações sociais, na explicitação de comportamentos e atitudes, elementos materiais dos problemas enraizados na sociedade. Nesse aspecto, também pactuamos com o autor, ao adentrar as relações implícitas, que ultrapassam o comportamento humano; em outras palavras, a constituição do indivíduo que, interpelado pela história e pela ideologia,

nas dinâmicas das relações sociais, reproduz o modelo histórico de constituição da sociedade. Neste caso, a constituição histórico-social da sociedade³⁷.

Assim, não podemos banalizar situações de desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais, por exemplo, ‘quando se vê crianças negras pedindo esmolas nas madrugadas’; isso demanda o rompimento do silenciamento discursivo na relação da história com a constituição do indivíduo, enquanto ser humano da sociedade. Então, é necessário enfrentar o racismo, perpassando pelo preconceito, pela discriminação e se materializando em atitudes hostis e violentas.

Nesta pesquisa, compreendemos que, “de um modo geral, não foi no plano legal que se constituiu um regime de separação, de distinção entre negros e brancos; este se dava na experiência das relações sociais cotidianas” (Vieira, 2016, p. 57). A construção sociocultural é dos elementos impulsionadores de comportamentos e condutas que hierarquizam as relações e estas são racialmente assimétricas, no sentido de estabelecer desigualdades e discriminações que silenciam a presença de determinados grupos sociais na construção da sociedade.

Na subjetividade das relações na sociedade, buscamos em Modesto e Fontana (2020) a discussão sobre raça no processo discursivo de racialidade, ao considerar a constituição dos sujeitos na sociedade em que o efeito da ideia de raça se assemelha a linguagem, ou seja, a relação entre sujeito e sentidos interpelados pela língua e história (Orlandi, 2020). Destacamos o impulsionamento dos movimentos sociais no enfrentamento de desigualdades em que “sujeitos, línguas, culturas e crenças, dadas num contexto de racismo estrutural, se materializam na língua e regulam o modo como dizeres, espaços, saberes e sujeitos são significados” (Modesto; Fontana, 2020, p. 241).

Nas particularidades das relações sociais e raciais, com deslocamento para a discussão do racismo estrutural, no sentido de regular e manter as hierarquias socioeconômicas da sociedade, a formação discursiva dominante reproduz o alinhamento dos discursos que mantêm as desigualdades, destacando-se as subjetividades nas relações impulsionadas por informações criadas para fins de manutenção dos significados nas disputas e hierarquias sociais. Ocorre que, nas

³⁷ De acordo com Oliveira (2021, p. 54), “não existe essa contradição entre raça e classe ou ainda que essas duas categorias são tão antitéticas que só podem ser vistas a partir de uma justaposição interseccional. O homem negro, a mulher negra de que se fala se constitui a partir de atravessamentos relacionais construídos na ordem social capitalista”.

fissuras discursivas, há o rompimento da estrutura subjetiva das relações e o impulsionamento de lutas para acesso a direitos sociais e empoderamento de indivíduos excluídos socialmente.

A informação de enfrentamento é construída por indivíduos nos grupos sociais e ultrapassam os limites dessas relações, sendo compartilhadas nas relações externas aos grupos; nessa movimentação informacional, há um processo de ressignificação da informação, bem como ações com dispositivos informacionais que lutam por direitos sociais, a destacar o direito à educação para todos.

Em Oliveira (2021, p. 39), temos que “o deslocamento dos conflitos ocorre, portanto, do questionamento de uma determinada ordem social para os comportamento e atitudes”. Por sua vez, Modesto (2021, p. 2) diz que o discurso racializado “ressalta a compreensão de que a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina”. Alinhando-se a essas argumentações sobre o racismo Almeida (2021, p. 50) afirma esse ser “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, de modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”.

A partir dos autores citados e no contexto desta pesquisa, vimos os conflitos discursivos que questionaram a ordem social; nesta reflexão, consideramos o modelo de ingresso discente que, anteriormente à Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), se materializou, inicialmente, nas decisões das seguintes instituições: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Brasília (UnB). Essas iniciativas, após questionamentos no Supremo deslocaram-se para a materialização das informações na atual Lei e suas normativas. Essa tensão social e racial, organizada pelos movimentos negros, perpassa pela compreensão da formação da ordem na sociedade brasileira, nas relações em todos os espaços da sociedade.

Diante das argumentações expostas e retomando a discussão sobre as ações afirmativas a partir do campo dos discursos racializados (Modesto, 2018; 2021; Modesto; Fontana, 2020), vislumbramos a inserção de grupos sociais excluídos dos espaços de vivência universitária, com efeitos para o mercado de trabalho e ascensão socioeconômica como resultado da implantação das ações afirmativas como

materialidade de enfrentamento ao contexto histórico de produção da sociedade escravocrata que perdura nas relações contemporâneas. Outro ponto a destacar é o efeito de relações globais que interferem nas articulações locais.

Conforme já exposto, as discussões por ações de equidade e igualdade transcendem o território nacional e também impulsionam a transformação da sociedade. Nesse bojo, encontra-se o processo de produção de sentido das informações por igualdade e equidade, interpretadas na relação com o significado atribuído pelo sujeito social. Nesse viés, discutindo as ações afirmativas no âmbito das políticas compensatórias para promoção da igualdade racial, Negreiros (2017, p. 18) considera tais políticas como “um conjunto de ações que objetivam a valorização da população negra em sua dimensão cultural, o combate ao racismo e à discriminação racial e a promoção social e econômica de pessoas negras”.

Nesse contexto, compreendemos que os sujeitos sociais são racializados na dimensão sociológica construída historicamente nas relações entre as pessoas, transmitidas de geração para geração; tal compreensão está alinhada ao universo desta pesquisa, com abordagem teórico-reflexivo acerca MI, em que partimos de questões sociais em contextos de desigualdades que perduram no tempo/espaço, caracterizando as relações entre os indivíduos.

Brandão (2005, p. 3) afirma que: “se existe racismo no Brasil, e não só existe como ainda é muito forte [...] o argumento da grande miscigenação de raças em solo brasileiro perde grande parte de seu valor”. Tal afirmação contextualiza o posicionamento do autor referente as ações afirmativas no Brasil, bem como o contexto histórico que impulsiona as demandas por essas ações. Há de se pontuar as desigualdades étnico-racial que perduram na subjetividade das relações e delineiam os comportamentos dos indivíduos na sociedade.

Devemos salientar que não pactuamos com a argumentação da democracia racial, que, segundo Vieira (2016, p. 22), “buscou integrar e assimilar todas as diferenças – étnicas, raciais, religiosas, culturais etc. – sob o manto da unicidade de uma pretendida identidade nacional”. Por isso, entendemos que as ações afirmativas se configuram em informação social, transcendem as relações internas de grupos que lutam por igualdade e se materializam nas relações externas, seja no âmbito nacional ou internacional. A exemplo, destacamos as experiências expostas no curta-

metragem *Cotas: uma porta aberta*³⁸, que apresenta a luta pelas cotas, com recorte para o racial, com sequência discursiva construída a partir das informações da Lei 12.711/2012, considerando o processo histórico de cercear o acesso a pessoas negras ao ensino; o filme aborda os efeitos positivos das cotas no espaço da universidade e, aqui, destacamos os relatos de percepções de discentes cotistas na universidade, ou seja, o usuário da informação.

Quanto a essa informação, no âmbito das relações internas, a materialidade discursiva de enfrentamento e desconstrução dessa discursividade emergiu no Movimento Negro, como efeito da soma de acontecimentos desde a década de 1950, a destacar a Lei Afonso Arinos, no âmbito nacional, e a adesão a tratados internacionais, no âmbito internacional (Aires, 2021). Nos anos de 1970, com o fortalecimento dos movimentos sociais, destacamos o Movimento Negro Unificado (MNU), que demanda por ações e disseminações de informações que combatem a discriminação racial, bem como visam oportunidades de ascensão social de pessoas excluídas (Ribeiro, 2020; Vieira, 2016). A esse respeito, Feres Júnior *et al.* (2018, p. 16) assim comentam:

a militância do Movimento Negro, por meio de suas variadas organizações, foi fundamental para a consolidação do debate público sobre as desigualdades e a discriminação racial no Brasil, assim como a receptividade dessas demandas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, em especial, pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016).

A partir do posicionamento dos autores, temos os movimentos sociais em mobilizações que explicitaram as desigualdades e buscaram por acesso aos direitos; desse modo, percebemos o protagonismo dos movimentos nas políticas públicas para acesso à educação, bem como na resignificação de relações sociais, no enfrentamento ao silenciamento, à invisibilidade e à subalternização.

Alinhando o processo histórico-social que resulta nas ações afirmativas à discussão na CI, entendemos o indivíduo como protagonista das ações afirmativas, consoante às reflexões de Gomes (2019, p. 11): “o protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente”. Assim, nosso estudo envolve também

³⁸ O curta-metragem foi produzido em 2022, ano das discussões sobre a previsão de revisão da Lei de cotas. Filme completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cOqSlyLb1Ek>. Acesso em: 13 out. 2022.

a luta pelo rompimento da invisibilidade e do silenciamento social, bem como a importância das articulações de grupos sociais para o posicionamento de sujeitos excluídos historicamente, a destacar a construção escravocrata do país (Prado Júnior, 1961; Souza, 2018), que delineiam, ainda hoje, as relações sociais, seja na subjetividade cotidiana, seja com o agravo nas relações explícitas.

Neste capítulo, argumentamos sobre a política de cotas, contudo é importante enfatizar que a discussão central desta pesquisa está no processo de MI, na episteme da informação para o acesso ao ensino superior, respaldada na compreensão das políticas públicas sociais como instrumento de materialização do direito social à educação, bem como para transformação social, em movimentos constantes de lutas por direitos igualitários.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos aplicados para a realização da pesquisa, a partir da compreensão da relação método-metodologia como: “conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir um determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos” (Oliveira, 1997, p. 57).

Nesse raciocínio, nossa investigação está delineada sob a perspectiva da MI, conforme proposta de Almeida Júnior (2015), com possibilidades de apresentar reflexões para outras indagações, enfatizando o fazer científico dentro de um processo maior de construção da pesquisa, conotando o visível e o invisível em uma problemática social que resulta na demonstração de uma determinada realidade, pelo viés de uma abordagem sociocultural, potencializando a argumentação científica no campo da CI.

A temática desta pesquisa se materializa na MI como elemento para a transformação social. Dessa forma, a escolha da construção metodológica possibilita fomentar, ampliar e buscar consolidar a discussão acerca da mediação na CI, pelo processo de apropriação social da informação como mecanismo de mudanças sociais de grupos históricos e socialmente silenciados, que hoje demandam reconhecimento, visibilidade social e acesso aos direitos constitucionais.

O caminho metodológico para a construção desta pesquisa parte do princípio da informação como um processo inserido em um meio sociocultural, com determinados ambientes informacionais para otimização da disseminação. Respalda-mos, ainda, nos estudos sobre os usuários, a fim de demonstrar a necessidade de potencializar a informação em uma sociedade marcada pela diversidade sociocultural.

Assim, desenvolvemos este estudo sob uma abordagem qualitativa, pois é possível “um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente” (Lüdke; André, 2020, p. 13). Aqui, salientamos a importância do envolvimento direto do pesquisador com o universo de investigação - que perpassa, inicialmente, pelo olhar contextualizado, tanto histórica quanto socialmente - possibilitando a imersão na pesquisa. Nesses termos, consideramos nossa vivência profissional na Comissão Permanente de Processo Seletivo Discente, bem como o acompanhamento em eventos ocorridos na cidade de Porto Velho durante a

realização desta pesquisa, o que impulsionou nossa relação com o universo investigado.

Abordamos a política de cotas para o ingresso no ensino superior a partir de situações e de determinado contexto social, político e econômico brasileiro em uma sociedade dinâmica; por isso, a interpretação qualitativa das entrevistas/narrativas, analisadas nesta pesquisa “busca uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos” (Siena, 2007, p. 61). Nesse sentido, utilizamos a abordagem qualitativa durante todo o processo de coleta, análise e procedimentos para interpretação dos dados.

Por ser uma pesquisa de natureza básica, em que os procedimentos perpassaram pela “observação racional do(s) fato(s), a interpretação e a explicação adequada do(s) fenômeno(s)” (Valentim, 2005, p. 13), o estudo foi desenvolvido com vistas a gerar conhecimento para a área da CI. Caracteriza-se, ainda, pelo envolvimento com leituras teóricas que abordam a MI, um possível processo para apropriação da informação pelo sujeito, permitindo-nos refletir sobre a consolidação da informação em determinado grupo social.

Recorremos a publicações científicas já produzidas, predominantemente, em livros, periódicos e revistas, pois uma pesquisa “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). A construção interpretativa da literatura nos possibilitou fundamentar nossas reflexões, além de contextualizar o trajeto histórico do processo de inserção social da informação sobre as ações afirmativas para ingresso discente nos grupos considerados minorias sociais. Nesse sentido, salientamos a importância desta pesquisa junto a novas abordagens da CI, considerando-se a diversidade da sociedade brasileira.

No que concerne aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza predominantemente como descritiva e exploratória, por demandar trabalho de campo e proporcionar o envolvimento com o problema, tornando-o mais evidente. Ao se caracterizar como exploratória, a pesquisa “objetiva oferecer informações sobre o objetivo de pesquisa e orientar a formulação de hipóteses” (Cruz; Ribeiro, 2004, p. 17). Nesse mesmo sentido, Gil (2002, p. 41) aponta que o objetivo desse tipo de pesquisa é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com intenção de torná-la mais explícito ou a constituir hipóteses”.

A pesquisa apresenta uma análise documental no que se refere à identificação de “problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta” (Lüdke; André, 2020, p. 46). O uso de documentos, compreendidos como quaisquer materiais escritos, subsidiaram, iniciaram e contextualizaram as análises qualitativas referente as ações afirmativas no contexto histórico-social para o ingresso no ensino superior brasileiro, demonstrando aspectos dos questionamentos norteadores da investigação no que tange à diversidade sociocultural na construção histórica da sociedade.

Ainda na análise documental, pontuamos as reflexões sobre a MI no processo de apropriação da informação do direito social à educação superior e, por fim, uma abordagem da significação das informações expostas nos documentos analisados, para fins de transformação social a partir da ascensão ao ensino superior de grupos excluídos historicamente. Dessa forma procedemos um levantamento de referencial bibliográfico sobre a MI e a apropriação da informação, no campo de análise da CI, enquanto elementos para mudanças sociais.

Nossa reflexão considera a MI na sociedade, pois entendemos que esta é envolta por sistemas e atividades sociais que demandam a apropriação de informações e, assim, o processo de mediação possibilita a ruptura social de condições historicamente construídas através de determinada informação. Neste caso, a informação que oportuniza a estudantes de escola pública o ingresso no ensino superior, em qualquer curso de graduação e, conseqüentemente, a ascensão social e profissional com o nível superior.

O trabalho de campo por nós desenvolvido consiste de entrevistas, envolvendo as experiências de vida dos sujeitos entrevistados, haja vista a importância da construção da intersubjetividade nos discursos apresentados. Dessa forma, as entrevistas são os principais instrumentos da coleta de dados. Entrevistamos pessoas que, atualmente, participaram e/ou se fizeram presentes, se posicionaram ou tiveram participação em eventos locais no município de Porto Velho envolvendo a temática étnico-racial, haja vista que essas pessoas podem repercutir enquanto motivação e inspiração para lutas de acesso a espaços por pessoas negras/pretas, bem como, de alguma forma, esses sujeitos podem nortear as ações na sociedade em prol desse grupo social; são pessoas que podem fortalecer a luta de um coletivo maior.

Destacamos as histórias de vida dos entrevistados, que impulsionam e delineiam suas lutas sociais; nessas narrativas, podemos identificar os possíveis motivos, nas particularidades e individualidades, interrelacionando-as com a trajetória histórica da construção da sociedade brasileira e da luta por desconstrução das desigualdades sociais e étnico-raciais, bem como a relação com as informações acerca da política de cotas, no que for dito ou no não dito (Orlandi, 2017a, 2020, 2007). Desse modo, os entrevistados são sujeitos sociais que podem impulsionar as conquistas sociais de grupos excluídos historicamente, especialmente no âmbito local.

Para fins deste trabalho, aplicamos quatro entrevistas, adotando o ciclo completo da história oral, instrumento que possibilitou uma relação da história de vida dos entrevistados com as informações nas reflexões sobre o processo de MI a partir da discussão sobre o usuário, visando à apropriação da informação em contextos socioculturais complexos e dinâmicos.

Reconhecemos a possibilidade de realizar futuras entrevistas com outras pessoas e em outros momentos, por compreender que a liderança perpassa pelos indivíduos; afinal, “quase todos os membros de uma rede em algum momento assumem um papel de liderança, simultaneamente ou sequencialmente” (Tomaél, 2008, p. 7). Entretanto, por ser uma pesquisa que tem como o objeto de análise a MI, não era nosso objetivo entrevistar todas as pessoas representantes desses grupos de sujeitos do estado de Rondônia. Considerando a dinâmica e a diversidade da vida, vislumbramos a possibilidade de constantes surgimentos e diferentes vozes que lutam por espaços de igualdade entre as pessoas.

Outro motivo para a escolha desses sujeitos sociais decorre do fato de que a conquista da Lei 12.711/2012 está vinculada historicamente às demandas dos movimentos negros no âmbito nacional (Lázaro, 2012) e, ao considerar a educação como direito de todos e o ensino superior como caminho para ascensão social, voltamos nossa atenção para a discussão sobre a informação das ações afirmativas para ingresso no ensino superior, por meio da aplicação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.

O cenário para a coleta de dados é o estado de Rondônia, especificamente na cidade de Porto Velho, por ser o ambiente natural e fonte direta de nossa vivência, enquanto pesquisadora, reforçando nossa opção pela abordagem qualitativa, considerando que “é possível recomendar que sempre exercite um olhar dinâmico e

atento que passe da confrontação da proposta cientificamente formulada para as descobertas empírica e vice-versa” (Minayo, 2016, p. 57).

Interrelacionamos os significados atribuídos pelos entrevistados a sua história de vida às informações que legitimam o ingresso no ensino superior pela política de cotas; assim, os procedimentos adotados para a realização do trabalho de campo e validação e confiabilidade da pesquisa se respaldam na observação e na entrevista, perpassando pela coleta de distintas fontes *online* que possibilitam a interpretação das possíveis condições em que emergiram as ações afirmativas para ingresso no ensino superior.

O desenvolvimento da pesquisa se apoia nos métodos da Análise de Discurso³⁹ (Orlandi, 2020), para análise do *corpus*, e da História Oral (Meihy, 2005), para a investigação, associados às entrevistas e observação. Na escolha dos métodos, consideramos a construção do caminhar metodológico em pesquisas humanas e sociais, compreendendo que esse caminhar “segue duas orientações básicas a partir dos fundamentos e práticas de pesquisa, com pressupostos teóricos, modos de abordar a realidade e meios de colher informações diferentes” (Chizzotti, 2014, p. 27).

Ao inter-relacionar os métodos, ampliamos as práticas e coletas de pesquisa, destacando, principalmente, as diferentes propostas de abordagem e a análise da realidade investigada. A Análise de Discurso nos possibilitou problematizar o envolvimento da leitura de mundo com a fala do sujeito e com o objeto da pesquisa, inclusive no sentido do que produz e o que perpassa pelas diferentes manifestações de linguagem dos elementos externos à fala do entrevistado. A História Oral nos ajudou a compreender o diálogo com os sujeitos sociais e vincular sua história de vida à importância de fomentar a voz e a visibilidade de sujeitos silenciados em espaços sociais, inclusive no ambiente universitário. Assim, a inter-relação dos métodos nos possibilitou melhor compreensão do universo da pesquisa, por abordar o usuário da informação como elemento principal do processo de MI na aplicação da Lei 12.711/2012, a conhecida Lei de Cotas.

Em ambos os métodos, temos a opção pelas entrevistas abertas, o que possibilita transparecer as subjetividades e oferecer condições para a análise social a partir da construção do discurso (Maingueneau, 2015) pelo entrevistado. Dessa forma,

³⁹ Utilizamos a terminologia Análise **de** Discurso, conforme adotada por Orlandi (2020).

consideramos a operação do oralista, apresentada na História Oral por Meihy (2005, p. 10):

Um dos pontos capitais da operação do oralista, então, torna-se a passagem do verbal para o escrito. E isto se dá em dois momentos: um primeiro quando temos a prática imediata da passagem do que foi dito para o estado escrito; outro quando se pensa no processo da história oral como transformação de circunstância de não-registro para a condição de análise social de entrevistas únicas ou grupais.

Em relação ao processo da passagem do verbal para o escrito, salientamos que é a partir da materialização da fala que se tem as condições de análise social das entrevistas, numa relação que ultrapassa a ingenuidade da linguagem, ao caminhar por uma análise social (Orlandi, 2020). Nesse sentido, buscamos ultrapassar o simples relato de uma biografia, apresentando uma análise que contextualize os significados nas falas individuais, considerando o contexto discursivo, ao identificar os efeitos de sentidos significados pelos entrevistados “nas estruturas sociais e culturais ou nas interações sociais, a fim de alcançar uma compreensão e análise globalizante da experiência de vida relatada” (Chizzotti, 2014, p. 109).

A partir da experiência de vida, a fala do entrevistado se humaniza, demonstrando o contexto sociocultural em que está inserido. Vale ressaltar que, ao narrar suas experiências, por meio da linguagem, o entrevistado transforma, organiza e seleciona os acontecimentos de acordo com os sentidos atribuídos às suas vivências. Dessa forma, a análise das entrevistas perpassa pela interpretação da linguagem constitutiva do sujeito e sua história.

O sujeito está imerso na sociedade e, ao relacionar-se, demanda por informações que atendam aos seus interesses e isso se apresenta nos discursos marcados pela identidade e memória. O sujeito vivencia práticas sociais que interferem na sua forma de se posicionar no mundo e, por sua vez, influencia os outros, direta ou indiretamente. Sendo assim, as discussões socioculturais perpassam pelo discurso. Segundo Orlandi (2020, p. 22), “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos ao social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”.

A análise contextualizada por nós realizada nesta pesquisa, se respalda na experiência de vida das pessoas, visto que “entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (Benjamin, 1994, p. 198). Nesse sentido, compreendemos a

narrativa como a experiência de vida falada pelo entrevistado/colaborador da pesquisa, posteriormente textualizada e transcrita conforme o método aplicado para realização da pesquisa de campo. Desse modo, “o uso da entrevista em história oral visa registrar o significado da experiência pessoal ou do grupo” (Meihy, 2005, p. 125); então, nas narrativas analisadas, buscamos a experiência de vida e a percepção do colaborador da pesquisa sobre o universo de nossa discussão.

Cada narrativa traz a experiência de vida socializada do sujeito, com sentido e valor por ele atribuídos, caracterizando a informação construída e (re)significada nas relações e na diversidade sociocultural. Dessa forma, ao analisar narrativas escritas, é necessário cuidado para mantê-las o mais próximo possível da fala original, pois “o texto não é um produto, mas um processo no qual o leitor não apreende um sentido que está lá, ele atribui sentidos ao texto. A leitura é produzida e se procura determinar o processo e suas condições de produção” (Guaraldo, 2013, p. 152).

Entre o oral, o escrito e a interpretação, buscamos a presença do sujeito que narra/fala, suas histórias de vida e possíveis percepções contextualizadas sobre o ensino superior. Para tanto, a coleta de dados se constituiu em três momentos:

1º) Levantamento teórico da temática sobre MI e apropriação da informação, como elementos para mudanças sociais (esse momento ocorreu durante todo o período de construção da tese). Considerando que o recorte desta pesquisa se volta para o coletivo, para a apropriação social da informação acerca da política de cotas, procedemos o levantamento de informações disponíveis nos *sites*: do Ministério da Educação (MEC); da UNIR, para fins de exemplificar a aplicação da Lei de Cotas; notícias de mídias *online* e outros locais, com vistas a identificar e examinar as relações dos elementos variáveis que podem evidenciar a percepção que o usuário da informação atribui ao problema desta pesquisa.

2º) Identificação de pessoas – lideranças – que pudessem repercutir enquanto motivação e inspiração para lutas de acesso a espaços por pessoas negras/pretas e órgãos institucionais. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e interpretativa o contato com possíveis entrevistados/as iniciou a partir de pesquisa na *web* acerca de eventos locais com a temática étnico-racial, seja nos formatos híbrido, presencial ou *online*, e o acompanhamento de eventos como: Exposição sobre o Racismo, realizada no Shopping (2021); Sessão Solene da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que homenageou personalidades da luta pela igualdade racial (2021); Conferência Municipal por Igualdade Étnico-racial (2022); Conferência Estadual de

Promoção da Igualdade Racial (2022); Premiação das Mulheres Negras que Escreveram História (2022 e 2023); 12ª Plenária Estadual da União de Negras E Negros pela Igualdade - UNEGRO/RO (2022); Seminário alusivo ao Dia da Consciência Negra, promovido pelo Comitê composto pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, Ministério Público do Estado e Tribunal Regional do Trabalho (2022); Reunião do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social com a temática de ações afirmativas e participação da Ieda Leal, Secretária de Gestão Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério de Direitos Humanos (2023); Caravanas participativas para a construção do plano Juventude Negra Viva; 3º Congresso Estadual da União de Negras e Negros pela Igualdade Racial (2023); I Semana da Identidade Negra Amazônica (2023); Novembro AFRO (2023); Homenageados - III Tributo a Tereza de Benguela e I Tributo a Zumbi dos Palmares (2023); Sessão Solene de entrega de Voto de Louvor às autoridades e representantes de instituições e entidades que contribuem para a promoção da igualdade racial (2023); e outros eventos que impulsionam a visibilidade de pessoas que lutam por igualdade étnico-racial.

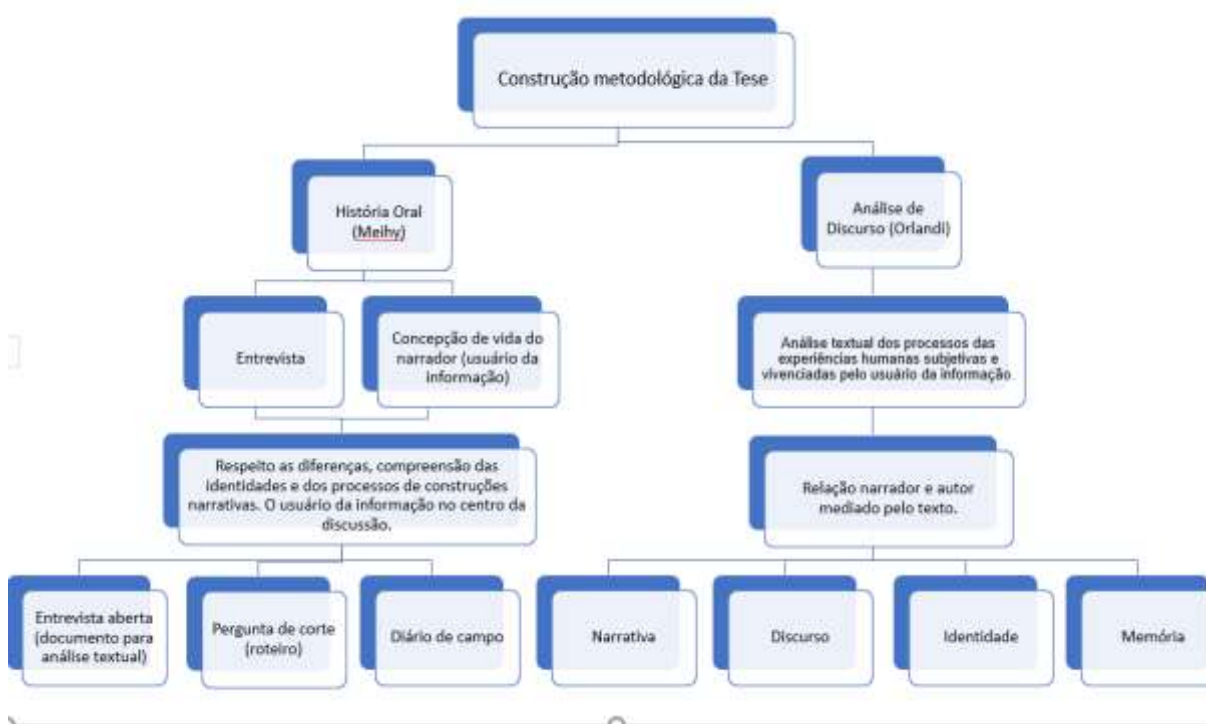
Todas essas vozes reverberam na subjetividade e fluidez das relações na sociedade e delineiam as demandas informacionais em todos os locais de convivência dos seres humanos, possibilitando transformações sociais. O diálogo com os entrevistados se respaldou nas concepções propostas por Meihy (2005), por entendermos a importância de que as minorias sociais tenham vez e voz em todos os espaços sociais. Com base nesse princípio, apresentamos a intenção de nossa pesquisa a todos os participantes, a fim de solicitar autorização para a realizar as entrevistas abertas, sem limite de tempo ou direcionamento de fala. Registramos que as entrevistas iniciaram somente a partir do aceite, perpassando pela observação e descrição das expressões e ações dos narradores/colaboradores da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e as narrativas constituem os documentos de nossa análise (Meihy, 2005).

3º) Análise dos dados, abordando a percepção do colaborador sobre as ações afirmativas, partindo da perspectiva e realidade sociocultural dos grupos sociais, visando estabelecer um sistema significativo dos discursos registrados, para fins de construção da ressignificação da informação com potencial para transformação social. Consideramos a criação do significado pelos sujeitos com base no contexto histórico, a fim de compreender a interpretação dos colaboradores da pesquisa sobre a política

de cotas, no campo teórico da Análise de Discurso (Orlandi, 2017b). Assim, buscamos sondar, notar, interpretar e abordar, de maneira sistemática, todo o ambiente sociocultural que influencia a relação usuário/informação (Choo, 2003).

Para melhor visualizar o trabalho de campo, elaboramos um organograma metodológico, inter-relacionando os dois métodos utilizados para analisar a mediação e a apropriação social da informação dos processos seletivos discentes de grupos historicamente excluídos, conforme disposto na Figura 3:

Figura 3 - Organograma metodológico



Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando a Figura 3, salientamos que, na História Oral, segundo Meihy (2005, p. 4), “movimentos de minorias culturais e discriminadas têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias”. Orlandi (2020, p. 43) afirma que “toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com os outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”.

Na proposta metodológica da História Oral, o diário de campo é fundamental para anotações e observações descritivas que, no momento da análise, nos ajudam a melhor compreender a relação dos entrevistados com seu contexto socio-histórico.

As entrevistas foram abertas, iniciaram com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tinham a previsão de uma pergunta de corte como norteadora da investigação.

No diário de campo, registramos o roteiro de observação, a destacar os pontos observados: vestir, falar, agir, as particularidades dos colaboradores de comunicação, posicionamentos, local de escolha para realizar a entrevista; possíveis reorganizações de diálogos que ocorreram durante a entrevistas, descrição de palavras, gestos, depoimentos, observações feitas durante os contatos pré, durante e pós entrevistas; descrição do ambiente de escolha da pessoa para realização da entrevista, incluindo acontecimentos nos momentos das entrevistas e anotações de observações como sentimentos, ideias, impressões, dúvidas, incertezas, surpresas etc., bem como possíveis mudanças nas nossas perspectivas enquanto pesquisadora. Esses pontos variaram conforme o desenvolvimento de cada entrevista, com o objetivo de abordar a história de vida das pessoas entrevistadas e interrelacionar com o contexto do ingresso discente nas universidades públicas na perspectiva da diversidade sociocultural.

A entrevista aberta foi a principal técnica e instrumento por nós utilizado para coletas de dados, pois “ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (Minayo, 2016, p. 58). Com a liberdade de fala, é possível verificar a percepção dos entrevistados sobre a realidade sociocultural dos grupos e inter-relacioná-la à realidade das ações afirmativas nos processos seletivos discentes para ingresso nas instituições federais de ensino.

Durante a realização das entrevistas, os narradores se expressaram sem interrupção, com liberdade para construir e organizar sua fala. Contudo, houve um roteiro norteador, que tem como destaque uma pergunta de corte. Conforme pontua Meihy (2005), a pergunta de corte é uma pergunta indireta ou uma indagação que possibilita ao narrador desenvolver (ou não) na sua fala ou tema da pesquisa; sendo que essa pergunta ocorreu em vários momentos do diálogo e de formas diferentes; situação que possibilitou e otimizou a compreensão do universo de pesquisa.

A pergunta de corte foi: Qual sua percepção acerca da informação sobre a política de cotas para ingressar na universidade federal? Vale esclarecer que essa pergunta foi adaptada conforme a necessidade durante a realização da entrevista, uma vez que a narrativa “tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão

utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida” (Benjamin, 1994, p. 200). Na fluidez da narrativa em forma de diálogo, há possibilidade de flexibilização para a realização das entrevistas, mantendo a ideia da pesquisa na pergunta de corte.

Com as entrevistas gravadas, fizemos a *transcrição*, primeiro passo da passagem da fala para o escrito, observando todos os acontecimentos, desde pausas nas falas, barulhos externos como carros, motos, outras pessoas conversando próximo, bem como interrupções de outras pessoas para falar conosco durante a realização da entrevista, registrando e revivendo os acompanhamentos dos momentos nas entrevistas; a ação detalhada no processo de transcrição nos permitiu maior envolvimento com o universo investigado, no sentido de nos apropriarmos do momento vivido e começar a inter-relacionar o entrelaçamento da história de vida dos entrevistados com a abordagem da pesquisa.

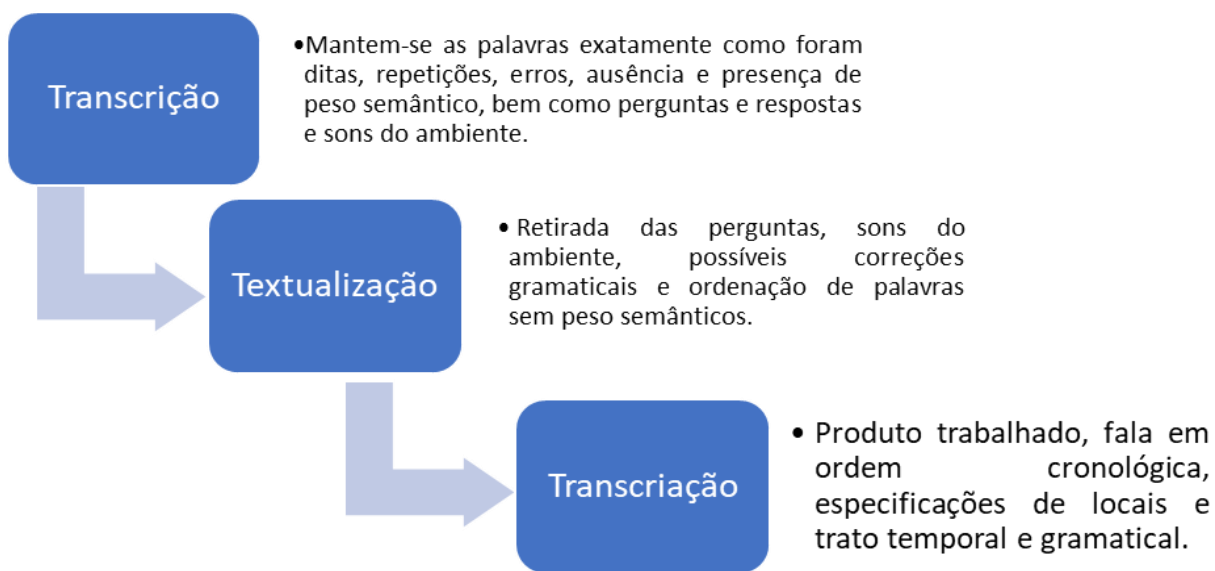
Em seguida, realizamos a *textualização*, eliminando nossa participação (perguntas por nós feitas durante o diálogo, a exemplo: Como? Mas isso aconteceu quando? Você é de Porto Velho?) e incorporou a pergunta de corte a partir das respostas dos entrevistados. Por se tratar de uma pesquisa na área da CI e não sendo a língua portuguesa objeto deste estudo, buscamos corrigir erros gramaticais e ortográficos (sem peso semântico), bem como eliminar expressões como: né, assim, então, repetidas sequencialmente na oralidade, minimizando os vícios de linguagem e as repetições; eliminamos interrupções ocorridas durante a gravação. Permaneceu a elaboração textual em primeira pessoa, privilegiando a fala da pessoa e sua história de vida.

Por fim, procedemos a *transcrição*, deixando somente a fala do entrevistado e tentando privilegiar a intenção do que foi falado. Nesse processo, utilizamos alguns recursos gráficos, tais como: exclamação para o registro dos momentos em que houve ênfase; reticências, para indicar as pausas nas falas ou momento inaudível; negrito, para nortear o momento da ênfase na fala, quando abordado o universo da pesquisa de forma intensificada, seja com aumento do tom de voz ou com gestos físicos; os parágrafos estão organizados por temas abordados e identificados por números na margem esquerda, facilitando ao leitor encontrar, de forma contextualizada, os pontos de análise desenvolvidos no capítulo 9, uma vez que organizamos as entrevistas em ordem cronológica dos acontecimentos e a enviamos

a todos os entrevistados para o aceite final e possíveis manifestações de alterações de livre escolha, em atendimento proposta de Meihy (2005).

A Figura 4, a seguir, traz um fluxograma-síntese para visualizar as etapas de trato das entrevistas:

Figura 4 - Fluxograma de etapas de tratamento das entrevistas



Fonte: Adaptado pela autora, com base na proposta de Meihy (2005).

As entrevistas passaram por etapas de construção contextual, com a finalidade de desenvolver uma análise que atenda aos objetivos da pesquisa, bem como manter a essência da fala do entrevistado no texto, possibilitando seu reconhecimento na fase final de transcrição. Após a realização dessas etapas, mantivemos um novo contato com os entrevistados para conferência do texto e sua identificação com a narrativa finalizada.

Ressaltamos que houve a necessidade de adaptar e atualizar a forma e o meio de retorno das entrevistas escritas aos colaboradores; aqui destacamos o posicionamento da Prof^a Dr^a. Fabíola Holanda na palestra *Metodologia de Pesquisa - História Oral* (Metodologia [...], 2022, 17 min 29 s): “a pandemia nos colocou nesse lugar de fazer entrevistas distanciadas, ou seja, pelo *WhatsApp*, por *Google*, pelo *Skype*, então, a gente foi colocado nesse lugar, então, é um recurso moderno”.

Tal argumentação respalda a escolha dos entrevistados quanto ao retorno da entrevista: uma pessoa escolheu via *Google Meet* e as outras três pessoas via *WhatsApp*. No decorrer da pesquisa de campo, somente uma pessoa deixou em aberto a possibilidade de retorno da entrevista. Aguardamos sua manifestação até

dois meses antes da defesa, mantendo o diálogo com ela. Em atendimento aos prazos institucionais, optamos por trabalhar somente com as entrevistas que atenderam aos procedimentos metodológicos completos da História Oral (Meihy, 2005).

É importante registrar que o diálogo inicial explicando a pesquisa, a entrevista, o retorno da entrevista e da devolutiva após defesa foram de escolha dos entrevistados. Destacamos pedidos de devolutiva como: a possibilidade de assistir à defesa virtualmente, uma versão física da tese, o desejo de disseminar a pesquisa em instituições de ensino, na esperança de mudar comportamentos e compreensões das relações na vida, o pedido de futuras contribuições em eventos, com argumentações antirracistas e possibilidade de reverberar a entrevista para outras pessoas.

Após as etapas de coleta dos dados, iniciamos a construção da escrita, mediante a análise dos processos das experiências humanas subjetivas vivenciadas pelas pessoas entrevistadas. A História Oral nos permitiu o planejamento, a execução e o trato das entrevistas. A análise das entrevistas se fundamenta na Análise de Discurso, por possibilitar “re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem” (Orlandi, 2020, p. 43). Tal ação ocorreu após cumprirmos todas as etapas da entrevista, conforme os procedimentos metodológicos da História Oral.

A CI, transversalizando com a Análise de Discurso, nos possibilita permear caminhos metodológicos que demonstram o simbólico nas relações sociais, encadeado em significações que apontam para determinadas representações sociais. Como efeito do simbólico e constituída pelos sujeitos, a representação molda as relações sociais, que são pautadas nas crenças e práticas em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, a aplicação desse método perpassa pela concepção de que o estudo de discurso “constitui um novo posto de observação das práticas de uma sociedade, um posto que modifica a forma pela qual apreendemos a linguagem, a subjetividade, a sociedade, o sentido” (Maingueneau, 2015, p. 181).

Considerando a subjetividade de nossa investigação (leitura da sociedade e percepção do efeito de sentido que envolve a informação sobre a política de cotas para ingresso no ensino superior), a partir das entrevistas coletadas durante o trabalho de campo, defendemos as práticas sociais que possibilitam transformação social no sentido de oportunizar indivíduos que, nas tramas da sociedade, se encontram em desvantagens socioeconômicas para almejar direitos sociais, destacando a educação para todos.

A Análise de Discurso considera a possibilidade de abordar o “não dito”; nessa esteira, a análise das entrevistas apresenta um primeiro sentido no que foi dito e permite realizar os questionamentos: Como se diz? O que diz? Em que circunstâncias? dentre outros, ampliando para espaços ideológicos e historicizados que ainda se caracterizam na sociedade.

O desenvolvimento do método nesta pesquisa, fundamenta-se, ainda, na reflexão apresentada por Pêcheau (1996, p. 143): “as ideologias não se compõem de ‘ideias’, mas de práticas”. As práticas da sociedade refletem os efeitos de sentido nas mais variadas relações, além de compreender o sujeito enquanto ser que constrói, (re)constrói, significa e (res)significa as informações que movimentam as relações e transformações sociais que podem ou não se consolidar na sociedade.

Dessa forma, os entrevistados, colaboradores da pesquisa, organizaram e selecionaram suas narrativas conforme o sentido por eles atribuído a suas vivências, transformadas em linguagem no contexto de sua história de vida. Ao compreender a relação entre o individual e o coletivo envolta na discussão sobre sujeitos, temos que, “uma vez individuado, este indivíduo (sujeito individuado) é que vai estabelecer uma relação de identificação com esta ou aquela formação discursiva. E assim se constitui em uma posição - sujeito na sociedade” (Orlandi, 2017b, p. 228).

Os sujeitos constroem e se apropriam da sua formação discursiva nas relações e se posicionam na sociedade com base em suas experiências de vida, práticas e crenças; esses elementos são ferramentas de transformação social e reconstrução de relações pautadas na diversidade sociocultural, no sentido de desconstruir as desigualdades e reforçar a diversidade. Assim, os sujeitos de nossa pesquisa correspondem a vozes que lutaram e ainda lutam pelo acesso aos direitos sociais que possibilitam a ascensão social de indivíduos excluídos historicamente, por questões econômicas⁴⁰ e étnico-raciais⁴¹.

Outro ponto por nós considerado se fundamenta no contexto histórico como influenciador na formação da sociedade e, conseqüentemente, nas relações e constituição dos sujeitos; então, a historicidade é elemento identificador nas

⁴⁰ Referimo-nos ao recorte econômico apresentado na Lei 12.711/2012, Art. 1, Parágrafo único: “famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”.

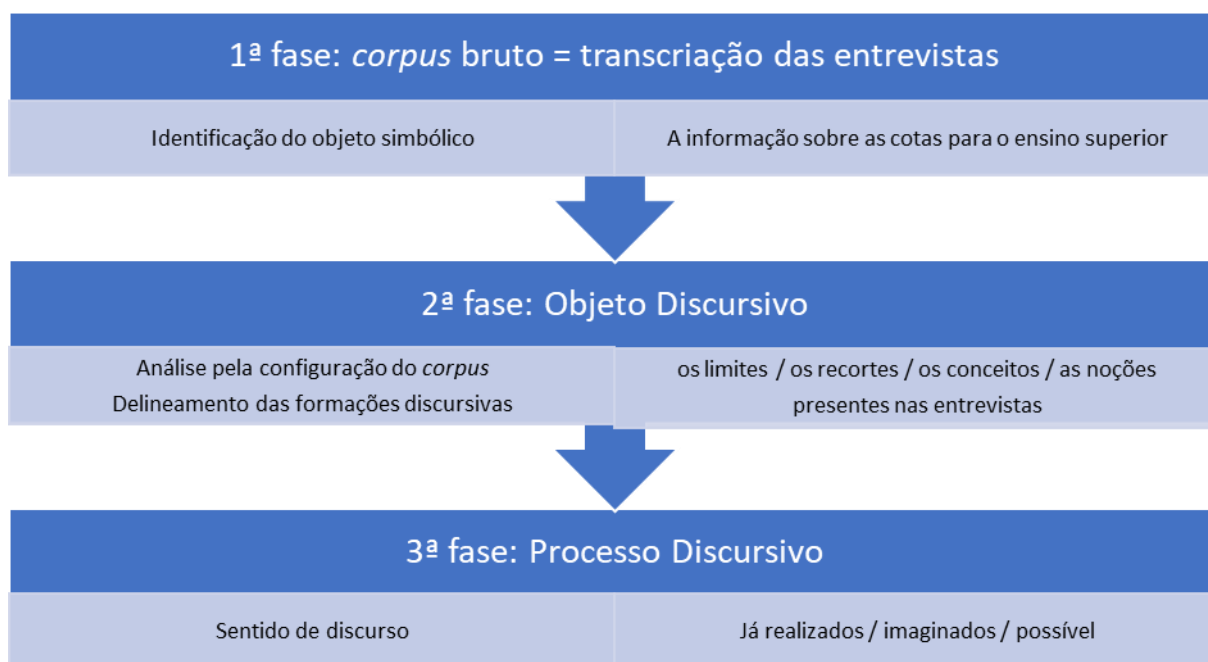
⁴¹ Pactuamos com Modesto (2021, p. 13), ao refletir sobre os discursos racializados “orientado pelas clivagens sociais, de gênero e étnico-raciais em amplo funcionamento em nossa formação social”. Ou seja, compreendemos a desigualdade construída embrionariamente nas relações históricas que perduram na subjetividade e mantêm as separações entre indivíduos e/ou grupos sociais, determinando o lugar de cada ser humano na sociedade brasileira.

entrevistas, por conceber que “o objeto *discurso* pelo encontro paradoxal do real da língua e do real da história, lhe permitiu pensar teoricamente o que faz **laço social**, o que produz subjetividades no coletivo” (Zoppi-Fontana, 2017, p. 197, grifo da autora).

A partir da interpretação contextualizada dos posicionamentos dos sujeitos entrevistados, inter-relacionamos suas percepções com o processo de apropriação social da informação sobre a política de cotas para o ensino superior, considerando a concepção de laço social, em que o fortalecimento do direito à educação deve se oportunizado a todos, de forma igualitária, e atender às subjetividades das demandas de grupos socialmente excluídos.

A Análise de Discurso por nós desenvolvida neste estudo tem como *corpus* material as entrevistas; para tanto, adaptamos a proposta da Orlandi (2020), em atendimento ao universo da pesquisa, que se fundamenta na CI, voltada para a MI como processo para transformação social. A Figura 5 materializa as fases de nossa proposta de análise do *corpus*:

Figura 5 - Fases da Análise de Discurso desenvolvida na pesquisa



Fonte: Adaptado pela autora, com base na proposta de Orlandi (2020).

A análise organizada em fases possibilita visualizar os procedimentos que desencadeiam o dispositivo interpretativo de nossa pesquisa: a MI com foco na transformação social. Os passos apresentados demonstram o *corpus*, os pontos de análise do dito no texto e possíveis efeitos de sentido no discurso diante do contexto

histórico social da sociedade brasileira, o não dito. Assim, as análises ocorreram em atendimento aos objetivos da pesquisa e predominantemente a partir das entrevistas, nas quais consideramos: as condições de produção de sentido (narrativa e discurso); o interdiscurso (configuração do *corpus* na informação sobre as cotas para ingresso na universidade pública na memória discursiva); a relação de poder subjetiva presente nas relações da sociedade (processo sociocultural e reconhecimento de identidade discursiva).

Na aplicação da Análise de Discurso, organizamos a construção do universo de pesquisa a partir da descrição do material de análise – contexto histórico das ações afirmativas nos âmbitos internacional, nacional e local. Nas entrevistas, identificamos uma tensão no funcionamento discursivo que impulsiona, ou não, o usuário da informação da política de cotas para ingresso de pessoas negras/pretas nas universidades federais. Assim, a produção de sentido construído ocorreu sob o efeito do discurso construído historicamente e a partir da história de vida do sujeito social.

Os discursos apresentados nas entrevistas são possibilidades de ampliar a defesas sobre igualdade social e educação como direito de todos, visando a ações que conduzam para a apropriação social da informação sobre o ingresso discente, pautadas na informação acerca na Lei 12.711/2012, gerando caminhos para a transformações social, bem como defendendo o usuário da informação no centro das reflexões, ao considerar sua constituição, seu sentido e suas posições enquanto sujeito social.

Assim, na inter-relação entre a História Oral e a Análise de Discurso, construímos os caminhos e argumentos sobre a importância de revermos constantemente interpretações e ações que atendam às demandas de todos os indivíduos da sociedade, reconhecendo que os contextos histórico, social e cultural constituem nossas relações, ampliando, ainda, para novas hipóteses que possam fortalecer conceitos e pressupostos teóricos no campo da CI.

7 INFORMAÇÃO PARA O SOCIAL

Neste capítulo, a partir da transversalização das relações internas e externas, discorreremos acerca da implantação das ações afirmativas para ingresso no ensino superior federal no Brasil, considerando o contexto de adversidades que gerou, e ainda gera, críticas e debates⁴² sobre as ações afirmativas, perpassando por discussões jurídicas, sociais e acadêmicas, culminando no debate sobre o alinhamento de novas demandas da sociedade brasileira, dentre as quais destacamos as educacionais, com as primeiras reservas de vagas no âmbito das universidades públicas estaduais, como as do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul.

Brandão (2005) e Cunha (2017) destacam a Universidade de Brasília (UnB) na institucionalização das ações afirmativas no contexto das IFES, comentando que a reserva de vagas para alunos negros culminou em argumentos contrários, findando em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou ser constitucional as cotas nas universidades federais. No Acórdão ADPF 186/D, o relator, Ministro Ricardo Lewandowski, analisa as ações afirmativas nas universidades a partir do contexto histórico de desigualdades sociais, enfatizando que as ações afirmativas visam à reversão dessas desigualdades; de forma direta, o relator afirma que as ações afirmativas “não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros” (ADPF 186/DF, 2012, p. 14-15).

Com esse fragmento do citado Acórdão, nosso objetivo é enfatizar que a reserva de vagas para grupos sociais excluídos historicamente das condições de acesso a concorrências de forma tradicional foi julgada pelo STF e o relator julgou improcedente a inconstitucionalidade no que concerne ao sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior. Nesse mesmo documento, destacamos, também, posicionamentos que enfatizam o resultado das políticas de ações afirmativas como paradigmas da interação e ascensão social de indivíduos

⁴² A exemplo, no ano de 2022, completando 10 anos da Lei de Cotas, várias instituições, como o Tribunal de Contas da União, promoveram eventos em favor da discussão, demonstrando a importância da permanência de ações afirmativas para a democratização do acesso ao ensino superior. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=92520>.

discriminados; além disso, há uma possibilidade de gerações de lideranças para lutas desses grupos por lugares da sociedade.

Compreendemos, então, que discutir sobre as cotas adentra as relações sociais, considerando-se o argumento da dívida histórica que perdura na subjetividade das relações, com vistas a impulsionar e oportunizar o acesso a espaços universitários a indivíduos em condições de discriminação, social e/ou étnico-racial. Nesse contexto, interessam-nos as discursividades que impulsionaram a materialização das ações afirmativas, em especial a Lei de Cotas, com reserva de vagas para grupos excluídos historicamente, tendo os movimentos sociais como elementos de relações internas que impulsionam e sofrem impactos das relações externas. A esse respeito, Vieira (2016, p. 24) afirma que:

as cotas para negros também são importantes para o correto reconhecimento de grupos sociais historicamente alijados de oportunidades sociais, seja com público-alvo de políticas públicas e iniciativas não-governamentais e privadas; seja para o reconhecimento pela sociedade como um todo de suas especificidades.

Tal argumentação apresenta as cotas como reconhecimento da desigualdade social inter-relacionada à desigualdade étnico-racial, em que temos indivíduos pertencentes a grupos sociais desprovidos de condições para concorrência igualitária de acesso a espaços sociais de ascensão socioeconômica. Considerando a história de vida de cada sujeito social as cotas para pessoas negras viabilizam oportunidades sociais que, em uma sociedade diversificada, são desiguais, bem como adentram o percurso de enfrentamento das desigualdades nas relações subjetivas, ou seja, nas relações que, consciente ou inconscientemente, mantêm o privilégio de determinados indivíduos em detrimento de outros.

Cunha (2017), Feres Júnior *et al.* (2018) e Vieira (2016) compreendem que as cotas para pessoas negras estão no campo discursivo da diversidade sócio-histórica e cultural (Hall, 2015); nesse viés, enfatizamos as desigualdades de concorrência em processos seletivos discentes em instituições de ensino público, diante da defesa das reservas de vagas (cotas) para ingresso nas universidades públicas, cuja aplicação adentra as especificidades das relações sociais contemporâneas. Nesse sentido, compreendemos que, a partir de novas relações na sociedade, há construções, significações e ressignificação da informação sobre as cotas, o que gera outras demandas informacionais, seja nos grupos de origem do impulsionamento da

materialização das ações afirmativas, sejam em outros grupos sociais, alijados de oportunidades sociais.

Nesse ponto, vale uma abordagem das transformações nos espaços universitários a partir do ingresso desses sujeitos sociais. Tal situação pode ser demonstrada a partir do exposto no jornal da USP: “Lei de Cotas completa 10 anos e mostra-se efetiva na promoção de diversidade e inclusão⁴³”. Nessa notícia, observamos a ocorrência da MI para transformação social, por envolver as reservas de vagas para pessoas de baixa renda, além de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência; ademais, avançamos na argumentação por mostrar o espaço da universidade como diversificado e plural após a Lei de Cotas.

Retomamos a informação das ações afirmativas apresentada no capítulo 5, a destacar as cotas para pessoas autodeclaradas pretas na inter-relação das relações internas e externas (nos âmbitos local, regional e global) e o processo de significação e ressignificação dessas informações nos contextos socioculturais contemporâneos, que demandam ações que afirmam ou desconstroem discursos determinantes dos lugares dos sujeitos sociais. Na perspectiva discursiva das cotas, a universidade pública, com suas espacialidades, torna-se lugar de direito de todos os indivíduos da sociedade.

No contexto apresentado, os efeitos de construção das propostas e lutas de grupos organizados culminam em ações em busca por igualdade no acesso a espaços de relações na sociedade brasileira. Reafirmamos a importância de pensar, resistir e enfrentar as desigualdades construídas historicamente, perpassando pelas dimensões social e política; aqui, enfocamos especialmente a luta social contra o racismo, pois muitas desigualdades e discriminações se apoiam nessa categorização.

A construção das relações definida historicamente exclui a argumentação para as questões de desigualdades vinculadas ao biológico, ou seja, a identificação do indivíduo em grupos perpassa pela identidade constituída historicamente (Hall, 2003). Corroborando essa discussão, Lopes, Bortolin e Silva (2015, p. 10) entendem que a informação “é um aspecto da mediação, que a decodificação simbólica desse entendimento de mundo é capaz de ajudar nas mudanças, considerar o processo de mudança social, é também considerar a relação do sujeito com seu mundo”.

⁴³ Notícia disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/lei-de-cotas-completa-10-anos-e-mostra-se-efetiva-na-promocao-de-diversidade-e-inclusao/>.

Pontuando a discussão no campo da CI, temos a informação na MI, perpassando pela apropriação de sentido e significado a partir da experiência de vida do indivíduo.

Ao vislumbrar a articulação de novas relações na sociedade a partir de ações afirmativas, sejam públicas ou privadas, os sentidos e os significantes⁴⁴ vão se reconstruindo e se resignificando no pensar dos grupos sociais excluídos historicamente. Nesta pesquisa, destacamos os grupos e movimentos negros, uma vez que compreendemos que a consolidação da reserva de vagas nos processos seletivos discentes, que resultou na Lei de Cotas, foi trilhada por esses sujeitos sociais, com vistas ao acesso a cursos de graduação em instituições públicas. Assim, essa trajetória de lutas por igualdade, equidade e reconhecimento possibilita aos usuários da política de cotas, bem como os não usuários das vagas reservadas, a apropriação do contexto social gerador dessa política, numa relação crítica e dialógica.

Por fim, reafirmamos a importância e a relevância histórica e social de lideranças, grupos e movimentos sociais negros em prol da implantação e da permanência da reserva de vagas para ingresso no ensino superior, bem como a disseminação das informações sobre as cotas na sociedade, considerando as demandas atuais, enfrentando o apagamento histórico-social e étnico-racial que culminou subjetivamente nas relações atuais e impactam o acesso às condições de ascensão social por determinados grupos da sociedade.

7.1 Da informação às ações afirmativas e a Lei 12.711/2012: uma análise inicial

Neste estudo, a análise inicial perpassa por revisão de literatura sobre as ações afirmativas e análise documental, especificamente a Lei 12.711/2012, como uma informação em potencial para a transformação social, representando as conquistas de direitos que atendem demandas organizadas da sociedade contemporânea, rompendo com as relações de poder “sistematicamente assimétricas quando indivíduos ou grupos de indivíduos particulares possuem um poder de maneira estável, de tal modo que exclua outros indivíduos ou grupos de indivíduos” (Thompson, 1995, p.199). Assim, as ações afirmativas tendem a enfrentar a exclusão

⁴⁴ Nessa complexidade, reforçamos, também, a significação do pensar e do ser na relação com a História (Orlandi, 2020). É na construção histórica da sociedade que se constituem as relações sociais e os sujeitos sociais.

social, no momento em que oportunizam aos indivíduos o acesso a direitos e reconhecimentos sociais.

Essa compreensão pode ser materializada para além dos instrumentos normativos, a destacar a interpretação das perguntas frequentes publicadas já em 2012 no portal do Ministério da Educação (MEC),⁴⁵ que enfatizam a distribuição das cotas. Essas perguntas e respostas dialogam com os usuários dessas informações, sejam candidatos com perfil para concorrer às vagas reservadas ou aqueles com perfil para concorrer na ampla concorrência; sejam pessoas que trabalham nas instituições que aplicam as vagas reservadas e, de forma geral, todas as pessoas interessadas em saber como funciona a Lei de Cotas para ingresso no ensino superior.

Considerando o processo de apropriação da informação no que tange as relações recíprocas entre os sujeitos e desses com a informação (Silva, 2017), a partir da aplicação da Lei de Cotas identificamos a geração de novas demandas informacionais, a destacar as específicas de grupos sociais que impulsionam as transformações nos espaços universitários públicos. Em 2023, houve a ampliação dos grupos étnico-raciais atendidos pela Lei 12.711/2012, proporcionando também aos quilombolas a reserva de vagas para ingresso no ensino superior.

Nesse sentido, e compreendendo a interação dos comportamentos dos indivíduos representados na informação (Valentim, Ançanello, 2018), a alteração da Lei de Cotas, em 2023, materializa a diversidade da sociedade brasileira; além disso, houve redução da renda *per capita* familiar máxima dos candidatos às vagas reservadas, passando de 1,5 salário mínimo para 1 salário mínimo, o que demonstra atualização no critério socioeconômico para acessar às vagas reservadas por renda (Brasil, 2023a). Em análise, podemos compreender essas alterações como uma demanda dos indivíduos da sociedade brasileira, no atual contexto socioeconômico e diante da interação dos comportamentos desses indivíduos com a informação inicial, contida na versão de 2012.

Nessa esteira, mantém-se o sentido de enfrentamento às desigualdades assimétricas, bem como identificam-se novas demandas informacionais, considerando-se os processos de mediação e apropriação da informação, pois, uma vez que as estruturas de significados são construídas e alicerçadas nas relações entre sujeitos e meios (Santos; Arruda; Guaraldo, 2020), tem-se os efeitos consolidados da

⁴⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

informação na Lei de Cotas, desde 2012, impulsionando ressignificações nas relações sociais.

O efeito das ações afirmativas na sociedade se relaciona à construção de sentidos conceituais sobre o termo apresentado na complexidade histórico-social que impulsiona o construto do interdiscurso⁴⁶, especificamente na relação significativa com a História. Para identificar as relações construídas nos contextos históricos, pactuamos com Brandão (2005, p. 26), ao afirmar que “ações afirmativas não se restringem apenas ao combate à discriminação racial, mas também ao combate a outras formas de discriminação”. Há uma ampla argumentação sobre as ações afirmativas no combate a discriminações existentes na sociedade, que se refletem em práticas socioculturais em desfavor de determinados indivíduos. Nessa relação de combate a todas as formas de discriminação, Viana (2016, p.106) aponta que:

As políticas de ação afirmativa, as cotas para negros e outras iniciativas semelhantes devem ser encaradas como a proposição de múltiplos desafios: democratização da educação pública, valorização da história e da contribuição da população negra à formação do país, rupturas com o padrão que tende a subalternizar a diferença expressa em termos raciais (em desfavor para os negros) e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem e das práticas pedagógicas que estão inseridos nesta multiplicidade de desafios. É necessário que se compreendam as políticas de ação afirmativa e as cotas para negros como instrumentos de maior alcance.

No trecho, vislumbramos as políticas de ações afirmativas para além da inclusão social⁴⁷ e racial e, especificando o acesso à educação pública superior, pautamo-nos na defesa da democratização de espaços de relações sociais e no reconhecimento da importância do impulsionamento da informação sobre as ações afirmativas, com a finalidade de romper os padrões subjetivos de relações que diferenciam, de forma desigual, o acesso à educação pública universitária.

Outra informação elencada perpassa pelo processo de ressignificação nas relações internas da instituição, que tende a ultrapassar os limites físicos das universidades, possibilitando sua projeção nas relações da sociedade, quando a instituição, formadora de profissionais com diversidade sociocultural, alcança outros espaços a partir de seus egressos, impulsionando, assim, as rupturas subjetivas

⁴⁶ Segundo Orlandi (2017a, p. 105), o interdiscurso “significa justamente o discurso como uma relação de uma multiplicidade de discursos”.

⁴⁷ Optamos por enfatizar a discussão da inclusão social, pois compreendemos que não há de se argumentar sobre as ações afirmativas como elemento de exclusão ou segregação; reconhecemos esses argumentos como ultrapassados e sanados por pesquisas anteriores, bem como por questões jurídicas, com destaque para a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF/186), julgada pelo STF (Brasil, 2012a).

construídas como resultado da relação de presença e ausência de indivíduos em determinadas profissões.

Nesse sentido, a informação sobre as ações afirmativas perpassa pela defesa da equidade e igualdade de acesso a cursos de graduação em instituições federais públicas. Dito isso, as ações afirmativas tensionam as relações e impulsionam as transformações dos espaços na sociedade e se sustentam na construção do contexto histórico e sociocultural; assim, percebemos o valor da informação nas/das ações afirmativas como dependentes de seus usuários (Valentim; Ançanello, 2018). Nessa linha de raciocínio, Ribeiro (2020, p. 107) entende que:

o fundamento do direito e da justiça está nas relações sociais e seus conflitos por hegemonia que instituem os quadros normativos. As AAs são reflexos de disputas entre grupos sociais de posicionamentos distintos que não se encerraram com a garantia de constitucionalidade da política. Essa decisão é sintomática de uma compreensão que rompe com a neutralidade do Estado diante das desigualdades e, ao mesmo tempo, demonstra a produção social de um entendimento de justiça.

As ações afirmativas são importantes no enfrentamento da construção de relações que delineiam a hegemonia de determinados grupos sociais em relação a outros, configurando-se como um deslocamento discursivo que enfrenta a construção dos discursos que silenciam as desigualdades sociais. Nesse contexto, a discussão sobre as ações afirmativas reflete as fissuras das relações sociais e desconstrói discursivamente os efeitos que geram a discriminação social e étnico-racial.

Cunha (2017, p. 293) vincula as ações afirmativas a políticas públicas⁴⁸, afirmando que “é um passo introdutório na mudança de paradigma das diferenças sociais, educacionais e econômicas existentes entre brancos e negros em nosso país”. O autor especifica a discriminação construída entre as pessoas brancas e negras e delinea sua argumentação na quebra de paradigmas, enfatizando que as diferenças sociais e étnico-raciais existem e influenciam diretamente na ascensão de determinadas pessoas na sociedade brasileira.

Assim, as ações afirmativas, como quebra de paradigmas, viabilizam a subjetivação do sujeito social (Orlandi, 2017b), significando e significando-se pelo simbólico na história; correspondem à materialização do indivíduo na construção

⁴⁸ Na concepção do autor, “as políticas públicas devem visar o atendimento das prioridades de um determinado povo, dentro de um específico momento histórico” (Cunha, 2017, p. 20).

histórica e na discussão nas relações sociais, na luta pelo acesso aos espaços negados.

Feres Júnior *et al.* (2018, p.14) tratam sobre as ações afirmativas no sentido de “atuar em favor de coletividades e indivíduos discriminados, podendo ser justificada tanto como instrumento para prevenir a discriminação presente quanto como reparação dos efeitos de discriminação passada”. Os autores defendem as ações afirmativas como um instrumento de enfrentamento às discriminações presentes nas relações da sociedade, enfatizando a coletividade social.

A complexidade discursiva das ações afirmativas como promoção de grupos discriminados historicamente, no processo de organização de tais ações, reconhece também a viabilidade de políticas institucionais de iniciativa privada⁴⁹ que visam enfrentar a discriminação de indivíduos em virtude de suas condições física e/ou socioeconômica, bem como crenças, costumes, hábitos, sentidos e significados que fortalecem a discriminação.

Desse modo, entendemos as ações afirmativas enquanto elementos informacionais a serem mediados, a fim de diluir a distância social de determinados grupos que foram/são assujeitados historicamente (Orlandi, 2017b). Na diversidade sociocultural, as ações afirmativas se fortalecem e demandam outras ações, pois “as sociedades humanas são construções culturais cujas raízes estão mergulhadas na história” (Claval, 2007, p. 109).

Nesse mesmo sentido, Mello (2000, p. 49) afirma que “não podemos esquecer que a cultura de hoje, transmitida aos indivíduos, representa uma conquista e um acúmulo de experiências humanas de centenas de séculos”. Assim, cada sociedade acumula experiências que interferem nas relações; esse entendimento nos possibilitou inter-relacionar as ações afirmativas por meio do interdiscurso, ao situarmos o que já foi dito e perpetuado por tempos históricos, unindo discursos que significam as relações e o rompimento de discursos naturalizados, que delineiam as desigualdades e a discriminação.

Petinelli-Souza (2021, p. 65) afirma que uma ação afirmativa “pode se dar a partir de uma política pública ou privada, compulsória ou não, objetivando erradicar

⁴⁹ Exemplificamos o *trainee* para pessoas negras, realizado pela Magazine Luiza, no ano de 2020, repetido em 2021. Disponíveis em: <https://carreiras.magazineluiza.com.br/diversidade> <https://carreiras.magazineluiza.com.br/diversidade> e <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/09/21/magalu-repete-trainee-so-para-negros-programa-foi-de-utilidade-publica.htm>

da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais”. Percebemos a informação sobre as ações afirmativas visando à disseminação discursiva da importância de eliminar as discriminações e enfrentar as desigualdades e as práticas discriminatórias; logo, recolocamos o debate no campo discursivo das relações entre indivíduos, perpassando por experiências simbólicas que influenciam ao acesso às condições e recursos que possibilitam concorrências iguais e/ou desiguais entre sujeitos da sociedade.

Diante do contexto exposto e retomando o foco principal de nossa pesquisa (o processo de MI) e com base na contextualização das relações e inter-relações entre os sujeitos, os apontamentos apresentados perpassam pela compreensão de efeitos de sentido discursivo que envolve a MI (Almeida Júnior, 2015) e o entendimento da apropriação da informação (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017), transversalizando a discussão sobre o usuário da informação no universo das ações afirmativas, especificamente da Lei 12.711/2012.

É importante salientar que o contexto de construção dos acontecimentos discursivos que materializam a informação envolvendo as lutas por ações afirmativas selecionados nesta pesquisa, no campo da CI, se apresentam como dispositivo para a interpretação das entrevistas. Nossas análises se pautam na terceira caracterização da CI, pois “é a que a situa como uma ciência humana e social. Tal caracterização se inseriu no debate mais geral sobre as especificidades das ciências humanas que atravessou diferentes disciplinas ao longo do século XX” (Araújo, 2018, p. 36).

Na construção desta pesquisa, apontamos dois marcos de materialização da discussão: 1) o processo histórico-social das informações sobre ações afirmativas; 2) a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas para ingressar nas universidades federais. Nesse segundo apontamento, desdobramos a interpretação teórica para o contexto da UNIR, para fins de exemplificação argumentativa da relação de MI de uma instituição de ensino superior com a sociedade, diante do universo desta pesquisa⁵⁰.

Partimos do princípio de que a informação é apropriada pelo usuário e em seu contexto sociocultural; então nosso debate é caracterizado pelo viés da CI, pautando-se no social e humano. Então, reforçando a compreensão das informações sobre as

⁵⁰ Esta pesquisa não se caracteriza como estudo de caso, contudo, é relevante exemplificar o contexto de ingresso discente no ensino superior, conforme abordado em nossa discussão sobre MI.

ações afirmativas como medidas para enfrentar as desigualdades, destacamos a reserva de vagas para ingressar nas universidades públicas federais⁵¹.

Em analogia ao mecanismo de enfrentamento às desigualdades, temos a opinião de Santos e Nunes (2003, p.14) de que “é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão sendo criados os novos caminhos da emancipação social”. Nesse sentido, a Lei de Cotas é um caminho que pode gerar outros mecanismos para a emancipação social de grupos excluídos histórica e socialmente, visto que essa política perpassa pela prática da equidade para acessar o ensino superior (Zimerman, 2013).

Nesse contexto, “os produtos significativos da imaginação humana [...] são testemunhos igualmente poderosos da crença reconfortante de que somos todos iguais e da desconfiança preocupante de que não somos” (Geertz, 1997, p. 66). As mudanças ocorrem ao compreendermos o funcionamento contemporâneo das relações, perpassando por reconhecer a construção histórica que influencia ainda hoje as relações intrínsecas da complexidade social, mantendo as desigualdades e enfrentando as subjetividades das crenças reconfortantes de igualdade.

A informação para a equidade no acesso ao ensino superior é o elemento significativo disposto na discursividade da Lei 12.711/2012, com possível abordagem na diversidade sociocultural, ao compreender o processo histórico-social de construção das relações culturais com perspectiva em significados e julgamentos vinculados a percepções subjetivas diante das diferenças que influenciam o processo de construção história. Essas subjetividades nas relações sociais delineiam as condições que oportunizam o ingresso discente de alguns grupos em detrimento de outros; é fundamental romper com essa lógica social.

Nesse sentido, consideramos a informação sobre as cotas para ingresso em cursos de graduação como uma ação de distribuição justa, por gerar concorrência a partir da reserva de vagas para grupos excluídos socialmente, bem como o impulsionamento de normas e valores como prática social de solidariedade, uma vez as desigualdades e discriminações geram a necessidade de oportunizar a todos o ingresso no ensino superior de forma igual. Outro ponto a destacar é o enfrentamento

⁵¹ A delimitação pelas instituições federais ocorre em virtude do recorte para a Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e com recorte de pesquisa subsequente, que especifica o ingresso nas universidades.

das subjetividades nas relações que determinam as crenças reconfortantes de que somos todos iguais; assim, a informação contida na Lei de Cotas perpassa pela dimensão histórica, delineando-se a partir de um discurso contextualizado, que rompe com as estratégias anteriormente aplicadas para o ingresso no ensino superior.

A informação em questão se traduz na modalidade de reserva das vagas em curso de graduação, com o objetivo de reparação social, por meio de uma forma redistributiva dessas vagas nos processos seletivos discentes das universidades, ultrapassando o perfil somente de inclusiva e demonstrando que a demanda por acesso à universidade é inferior à demanda por vagas, a exemplo do que ocorre com os cursos de Medicina e Direito⁵². Nesse sentido, a reserva de vagas oportuniza o acesso conforme a condição econômica e sociocultural do candidato; após 10 anos da implantação nas instituições federais, é evidente que há demandas por avanços nas informações para atender à sociedade atualmente, com desafios nos mais diversos contextos institucionais e sociais.

A construção do efeito de sentido da importância da informação sobre a reserva de vagas, que culmina na Lei 12.711/2012, foi impulsionada por instituições como a UnB, UERJ, UNEB, UERGS, UENF e UFRJ, reverberando para outras universidades. Como exemplo recente temos notícias a respeito dos 10 anos dessa Lei, como o texto e o vídeo exposto em postagem no *site* da ANDIFES (2022), *Lei de Cotas completa uma década ampliando diversidade e inclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior*,⁵³ que traz o reconhecimento da transformação do espaço universitário, bem como a permanência da informação para acesso e possibilidade a grupos excluídos da vida universitária.

A informação sobre a Lei de Cotas perpassou e ainda perpassa pelo enfrentamento à repercussão social: em 2022, da previsão da revisão da Lei levantou-se a discussão dessa ações como um questionamento sobre a continuidade ou não dessa conquista social; isso fortaleceu a luta pela ampliação da reserva de vagas e permanência e discentes cotistas, almejando a apropriação da informação de construção de uma política que atenda a todos os interessados em ingressar no ensino superior. Ressaltamos que em 2023 houve um avanço na discussão e

⁵² Para fins de exemplificar a concorrência no ingresso discente no ano de 2022, a reportagem do G1 apresenta os 10 cursos mais concorridos da Fuvest em 2022, sendo o curso de Medicina na USP, na capital, com 124,8 candidatos por vaga. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/11/veja-os-10-cursos-mais-concorridos-da-fuvest-em-2022.ghtml>.

⁵³ Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=93929>.

ampliação da lei para outros grupos sociais, bem como alteração no perfil do candidato para concorrer as vagas reservadas pelo critério socioeconômico (Brasil, 2023a).

Neste contexto discursivo, pelo viés da CI, entendemos a apropriação da informação como fato social vinculado às relações sociais. De acordo com Borges (2018, p. 68), “a apropriação da informação é, também, uma interação entre sujeitos sociais e manifestações informacionais dentro de um contexto social específico”. Assim, reconhecemos os desafios institucionais para aplicação e ampliação das informações sobre as ações afirmativas, bem como a disseminação da importância dessas ações para a efetivação de acesso ao ensino superior por grupos excluídos e para toda a sociedade, no sentido de compartilhar o conhecimento, pautando-nos nas diversas experiências de vidas de pessoas que fazem parte das relações intrínsecas da sociedade; desse modo, o desenvolvimento social, de forma flexível, proporciona ganhos no coletivo, a partir do direito social de todos, sem qualquer tipo de discriminação.

Compreendemos que, “no centro político de qualquer sociedade complexamente organizada, sempre existe uma elite governante e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que ela realmente governa” (Geertz, 1997, p. 187). Nessa tensão, as ações afirmativas, em destaque a Lei 12.711/2012, emergem perante a presença/ausência nas relações sociais, com base na construção da sociedade brasileira e na complexidade simbólica, que enfrentam e demandam da elite governante (seja no sentido macro, com o micro voltado para as instituições), ações que rompam com as desigualdades de acesso ao ensino superior. Nesse contexto, Claval (2007, p. 113) argumenta que:

a vida social baseia-se em organizações hierárquicas institucionalizadas. Ela implica igualmente que os parceiros sintam-se pertencentes a um mesmo conjunto pelo qual cada um se sinta responsável e solidário. Isto toma em alguns casos uma forma afetiva, aquela da comunidade. Noutros casos, a construção social tem fundamentos racionais, o interesse, a eficácia, a preocupação de assegurar a defesa e a segurança coletivas, por exemplo.

No sentido coletivo, evidenciando as relações de responsabilidade e solidariedade que movimentam a sociedade, apontamos a importância e a necessidade de condições de igualdade para que os sujeitos possam concorrer ao ingresso discente em cursos universitários, bem como as novas demandas por informações, no sentido de permanecerem e prosseguirem com os estudos. No âmbito do ingresso discente, percebemos a discussão da permanência como uma

nova demanda informacional no contexto social contemporâneo, relacionado ao processo de MI, dada a geração de conflitos informacionais, uma vez que o ingresso para indivíduos excluídos socialmente requer outras ações (para possibilitar a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, por exemplo), trazendo novas demandas informacionais dentro de novos contextos sociais.

Nessa argumentação, consideramos a seguinte compreensão de Cunha (2017, p. 219): “o que diferencia os indivíduos na sociedade são as condições que lhes são oferecidas, e não a capacidade ou incapacidade de uma raça ou etnia”. Os efeitos do conjunto de formas simbólicas conservam as relações na sociedade; então, determinados sujeitos se apropriam de condições favoráveis para sua ascensão social e econômica, em detrimento a outros. Em outros termos, e pensando no universo desta pesquisa, sujeitos com acesso ao ensino básico de qualidade, com um modo de vida que lhes oportunize viver experiências que impulsionam o aprendizado nessa fase da vida, tendem a ter melhores condições de realizar o processo seletivo discente para ingresso nas universidades públicas. Ocorre que compreendemos as relações na sociedade no coletivo, em que a vida social de um indivíduo se inter-relaciona com o todo, seja direta ou indiretamente.

Nesse contexto, as ações afirmativas constituem um meio eficiente para atender às demandas de direito social à educação, partindo do princípio de que no processo de interação social existem e/ou exigem regras implícitas e explícitas, pois “a vida social implica a organização das vias de **circulação** e dos **espaços públicos** para permitir a uns e outros realizar as suas ocupações e reencontrar os parceiros e sua escolha” (Claval, 2007, p. 293, grifo do autor). Ora, se os espaços públicos são lugares para que todos possam desenvolver suas ocupações, as instituições federais de ensino superior precisam atender a todos os cidadãos.

A partir dessa compreensão e considerando a identificação de regras sociais formuladas, direcionamos nossa discussão para a implementação da Lei 12.711/2012, que conduz as ações dos indivíduos nas instituições federais de ensino; aqui, destacamos as universidades, pois defendemos que a implantação dessa Lei rompe com o antigo modelo de ingresso discente, fazendo da universidade o espaço/lugar de todos, com um modelo de ingresso baseado na equidade. Tal compreensão transversaliza as reflexões apresentadas por Serpa (2007, p. 52): “lugar pode se definir como histórico, relacional e identitário”. Assim, a universidade pública é um lugar/espaço relacional e o direito ao acesso à educação é de todos (Brasil, 1988);

por isso, é um lugar histórico, relacional e identitário no coletivo social, sendo o lugar de/para todos os concluintes do ensino médio.

Com a política de cotas, a universidade pública se tornou, também, um espaço de relações entre diferentes culturas e vivências, com uma nova/outra espacialidade, “é obrigado a aprender as condições do espaço social, as práticas culturais inseridas nas relações sociais e as habilidades relacionadas com as funções diversas do sistema” (Costa; Heidrich, 2007, p. 80). Nessa complexidade de espaço relacional e multicultural, o sistema social se (re)organiza, quando é oportunizado a indivíduos historicamente excluídos o ingresso discente em todos os cursos de graduação, gerando caminhos para que tenhamos egressos qualificados, inseridos nas relações de trabalho com outra dinâmica social, com maior produção econômica e de outros possíveis interesses culturais.

A Lei 12.711/2012 é resultante resultado das lutas dos movimentos sociais, a destacar o movimento negro no âmbito nacional (Aires, 2021; Bastos, 2018; Brandão, 2005; Lemes, Severi, 2015; Ribeiro, 2020) e um caminho para democratizar o acesso à educação superior, oportunizando o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Nessa construção, temos as reflexões de Brandão (2003, p. 5), a destacar quando a argumentação a partir da metáfora “de que não seria possível colocar dois homens competindo numa mesma corrida de velocidade se um deles tivesse ficado acorrentado durante anos e ainda acreditar que ambos teriam as mesmas chances de vencer”.

A partir dos princípios das ações afirmativas, a implantação da Lei 12.711/2012 determina a distribuição igualitária de oportunidades, podendo ser expandida conforme novas demandas informacionais geradas nas atuais relações da sociedade, uma vez que dispõe sobre a reserva de vagas nos cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, bem como subdivide a reserva de vagas em renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (Brasil, 2012b). Então, parte das vagas é reservada a candidatos de baixa renda ou independente de renda, com reserva para grupos sociais.

De acordo com Claval (2007, p. 183), “a emergência de uma identidade cultural é um produto da história e o grupo que daí resulta pode ser um dia questionado e atravessado por novas linhas de cisão”. Nesse entendimento, as linhas de cisão nas relações sociais demonstraram os grupos sociais como produtos da história do país e

demandantes de ações lhes oportunizem o acesso ao ensino superior; assim, a informação materializada na Lei de Cotas acompanha a complexidade histórica de construção da sociedade com relações que perduram ainda hoje.

Nessa complexidade, e visando à eficácia e fortalecimento de direitos, as instituições podem promover ações que assegurem a disseminação, a compreensão e a apropriação da informação explicitada na Lei de Cotas. Nesse bojo, temos o processo de MI, com a interferência de um terceiro elemento na relação sujeito/informação, conduzindo o usuário para a apropriação da informação desejada.

Nesse sentido, a MI, com o viés social, possibilita a ação de interferência (Almeida Júnior, 2015) visando à apropriação da informação. Nesta pesquisa, consideramos a diversidade de usuários da sociedade brasileira, em especial aqueles contemplados pela informação expressa na Lei 12.711/2012, alterada pela Lei 13.409/2016 (que insere na política de cotas pessoas com deficiência) e Lei 14.723/2023 (que amplia as cotas aos quilombolas e altera a renda mínima). Portanto, destacamos os sujeitos excluídos socialmente e consideramos as relações socioculturais contextualizadas, em que percebemos a informação fluida e dependente do indivíduo. Sustentamos nosso argumento em Araújo (2018, p. 82), ao discorrer que na perspectiva contemporânea pragmatista "insere-se o contexto sociocultural e a dimensão interacional dos sujeitos no escopo do objeto de estudo do campo".

Concebemos a Lei 12.711/2012 como uma informação que impulsiona as mudanças sociais por oportunizar a equidade de oportunidade no ingresso discente em universidades públicas federais, estando ligadas às experiências vividas por grupos que almejam essas mudanças, bem como são ressignificadas constantemente nas novas demandas informacionais nos contextos socioculturais contemporâneos de grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

Nesta pesquisa, vinculada ao campo teórico da CI, como momento inicial de análise, temos a inter-relação dos argumentos teóricos sobre a MI e apropriação da informação, com a contextualização e o reconhecimento da informação na Lei 12.711 de 2012. Para tanto, nos quadros 2 a 4, trazemos uma leitura interpretativa descritiva em que o discurso se apresenta como uma organização além da frase (Maingueneau, 2015), perpassando por questões sociais que se disseminam na informação sobre o ingresso discente.

Quadro 2 - Estudantes de escolas públicas

Art	Informação inicial
1º	“As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”.

Fonte: Art. 1º da Lei 12.711/2012.

No quadro 2, destacamos a informação contida no art. 1º da Lei 12.711/2012. Tal informação resulta de demandas de outras informações, ou seja, é uma construção discursiva a partir de outros discursos; o conteúdo expresso nesse artigo, remete a discussões sobre as ações afirmativas e materializa a interpretação na fundamentação no princípio de “tratar diferentes diferentemente e dar oportunidade a todos os brasileiros e brasileiras, respeitando suas limitações e trabalhando por um país mais justo” (Zimmerman, 2013, p. 9).

Há de se pontuar que, ao expressar o primeiro recorte para escolas públicas, há um reconhecimento do lugar socioeconômico construído historicamente para os sujeitos que necessitam de reserva de vaga nos processos seletivos discentes, oportunizando a concorrência por curso e turno, respeitando as diferenças na formação educacional dos grupos envolvidos no processo seletivos; neste caso destacamos os dois maiores, a saber: alunos de escolas públicas e a alunos de escolas privadas.

Para além da reserva de vagas para alunos de escolas públicas, defendemos a importância de apresentar mecanismos diferentes de disseminar essa informação, considerando, ainda, as diversas possibilidades de ambiências informacionais para favorecer a todos os concluintes do ensino médio, a possibilidade de inserção no ensino superior público, bem como demonstrar para a sociedade a importância da política de cotas para todo o sistema educacional, uma vez que ao aluno de escola pública é perfeitamente possível a projeção de ingresso em cursos concorridos.

Mantendo a análise discursiva, Morin (2007, p. 36) afirma que, “para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se enuncia”. Por isso, percebemos a informação na Lei 12.711/2012 como uma ação afirmativa, embora não suficiente, de enfrentamento às desigualdades sociais que perduram por tempos e espaços nas relações da sociedade brasileira, gerando demandas por ações a serem mediadas e (re)significadas nas relações

sociais, no sentido de enfrentar, romper e reconstruir relações que oportunizem a todos os sujeitos sociais o acesso aos direitos à educação.

Nessa subjetividade das relações sociais, vislumbramos interrelações de elementos ao identificar a subdivisão no trajeto discursivo da informação ainda exposta no art. 1, parágrafo único (Quadro 3, abaixo); assim, temos a soma de critérios para atender à complexidade da sociedade brasileira, especificamente as desigualdades sociais:

Quadro 3 - Estudantes de escolas públicas com renda igual ou inferior a 1 salário-mínimo

Art	Informação inicial
§ 1º	"No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita". (Redação dada pela Lei ° 14.723, de 2023)

Fonte: Parágrafo único, art. 1º da Lei 12.711/2012.

Ao considerar a relação entre os quadros 2 e 3, é notável que, “na maioria dos casos, os programas de inclusão procuram conjugar mais de um critério quanto aos sujeitos de direito da ação afirmativa” (Lemes; Severi, 2015, p. 224). Nessa relação, temos o usuário da política de cotas como estudantes que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública; destes, os candidatos que apresentarem o perfil de renda, adentram a subdivisão exposta no Quadro 4 (disposto mais adiante). Dessa maneira, temos a materialidade informacional da oportunidade de concorrência por curso e turno, enfatizando a situação socioeconômica do candidato.

Retomamos a argumentação sobre a disseminação dessa informação no contexto histórico, pois “é importante compreender as práticas de leitura e informação no cotidiano do usuário ou leitor” (Guaraldo, 2013, p. 124). Neste ponto, consideramos que a MI é fundamental, por possibilitar ações de interferência a partir da contextualização dos usuários da informação, isto é, ações que favorecem a apropriação da informação, no sentido de evidenciar aos alunos da escola pública e alunos da escola pública com renda familiar *per capita*, conforme os termos da Lei, a oportunidade de ingressar em um curso de graduação em uma universidade pública federal, mantendo a equidade no tratamento dos diferentes diferentemente.

Outro critério somativo da Lei envolve os grupos excluídos historicamente, haja vista que essa construção ainda reverbera nas relações atuais, gerando a exclusão

social, e impulsiona a falta de condições de acesso aos direitos garantidos na constituição, destacando a educação para todos. Nesse contexto, e deslocando a discussão para o usuário da informação, Capurro e Hjørland (2007, p.192) afirmam que “as pessoas têm diferentes bagagens educacionais e desempenham diferentes funções na divisão do trabalho na sociedade”.

A ideia apresentada pelos autores destaca as pessoas e reconhece as diferenças, ao que acrescentamos as desigualdades, no âmbito da história de vida, perpassando pelos espaços educacionais, bem como nas funções exercidas nos espaços de trabalho. Nesse aspecto, as cotas impulsionam as transformações e, conseqüentemente, as adaptações das instituições tanto nas abordagens das relações diante da diversidade sociocultural como nos espaços físicos inclusivos.

Considerando os indivíduos em situações concretas, temos a institucionalização e a normatização da política de cotas nas instituições de ensino impulsionando a gestão e evidenciando a diversidade no ingresso discente, uma vez que nos editais de processo seletivo para ingresso discente, essas instituições fazem a distribuição das vagas à proporção de autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, conforme os dados do último censo do IBGE (Brasil, 2012b).

Observemos o Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Estudantes de escolas públicas/sujeitos sociais

Art	Informação inicial
3º	“Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023).

Fonte: Art. 3º da Lei 12.711/2012.

A reserva de vagas para pessoas com deficiência foi estabelecida posteriormente, pela Lei 13.409 de 2016, e para os quilombolas pela Lei 14.723/2023, que alteraram a Lei 12.711/2012. Em análise, compreendemos essa ação como uma nova demanda informacional gerada pelas relações construídas historicamente na sociedade; destacamos que o ensino superior é cada vez mais democrático no Brasil,

em decorrência da luta iniciada pelos movimentos negros, ampliando suas conquistas e vitórias para outros grupos minoritários (Lázaro, 2012). Assim, a promoção das pessoas que fazem parte de grupos sociais reconhecidamente em situações históricas de desvantagens transita pela análise da apropriação e ampliação social da informação, tanto por parte desses grupos como pela sociedade em geral.

A discursividade apresentada no art. 3º, em destaque no Quadro 4, nos remete ao processo histórico de construção as relações na sociedade. De acordo com Hall (2003, p. 191), “nos estágios iniciais de desenvolvimento, para todos os efeitos práticos, os sistemas racial e de classe se sobrepujam um ao outro”. Essa afirmativa evidencia a complexidade das relações na sociedade, em que, na subjetividade, a relação e a sobreposição de elementos delineiam as desigualdades e os lugares sociais dos indivíduos; por isso, entendemos que “a diferença entre as sociedades é sempre produto de processos sociais e coletivos de aprendizado ou da ausência deste” (Souza, 2018, p. 182).

Na construção dos indivíduos nos processos histórico-sociais, temos a reprodução das relações sociais por tempos e espaços, ultrapassando gerações e naturalizando os lugares de desigualdades de grupos da sociedade, transversalizadas por argumentos sobre a cultura e naturalização da falta de condições de acesso à melhoria de vida a determinados grupos, ou seja, “categorias raciais e étnicas continuam a ser hoje as formas pelas quais as estruturas de dominação e exploração são ‘vivas’” (Hall, 2003, p. 190).

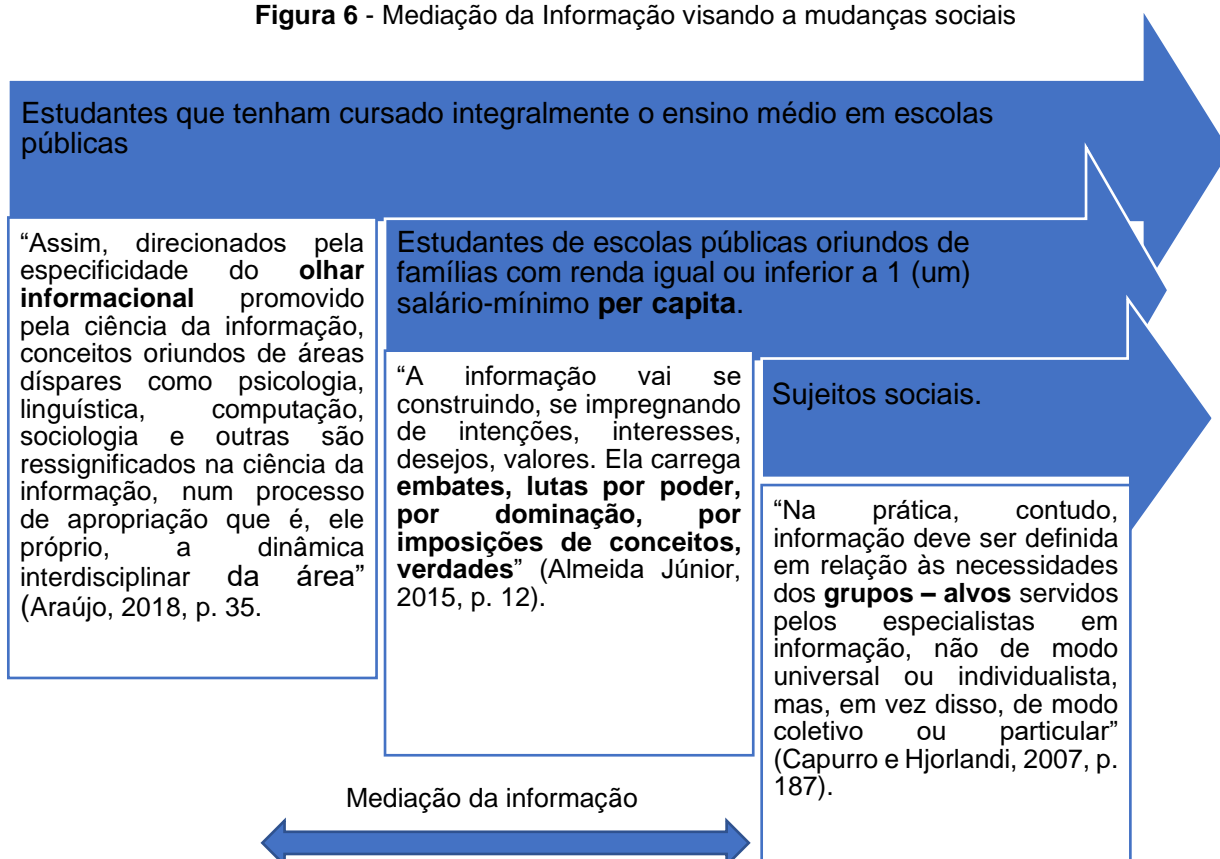
O Quadro 4 especifica os sujeitos sociais (usuários da informação) atendidos pelas cotas. Composto os sentidos discursivos apresentados, temos o usuário da informação no paradigma social, no sentido de “problematizar aspectos de como a definição de critérios de qualidade e valor da informação é construída socialmente, e atravessada por fatores históricos, culturais, políticos, sociais e econômicos” (Araújo, 2010, p. 36). Daí a importância de disseminar a informação exposta no art. 3ª, de forma contextualizada, e atender as perspectivas do usuário da política de cotas.

Chauí (2018, p. 106) nos traz a reflexão de que “a sociedade democrática não é um ideal nem um direito, mas uma conquista”. Nessa perspectiva, a Lei de Cotas é uma representação discursiva que modifica a situação de desigualdade social e, ao mesmo tempo, demonstra as conquistas sociais. Logo, a modificação no ingresso discente é uma conquista de grupos sociais, que trouxe mudanças tanto no perfil socioeconômico como na diversidade dos estudantes das IFES, com o ingresso

alunos oriundos de escola pública, negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de graduação.

A partir dessas argumentações e com base na abordagem da CI, apresentamos uma possível discussão acerca dessa realidade social, inter-relacionando os critérios apresentados na Lei, enquanto enunciados de demandas da sociedade, com as reflexões no campo da CI. Para tanto, elaboramos a Figura 6, a seguir:

Figura 6 - Mediação da Informação visando a mudanças sociais



Fonte: Atualizada de RIBEIRO; ALMEIDA JÚNIOR (2020, p.95).

Na dinâmica interdisciplinar, a CI nos possibilita um olhar informacional sobre a política de cotas, ampliando e consolidando a possibilidade de discutir as relações na sociedade, esclarecendo as problemáticas e fortalecendo as mudanças sociais. Neste caso, mudanças que conduzem para o direito de todos à educação, ao se contemplar estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Como outro ponto de análise, temos o recorte textual: “estudantes de escolas públicas oriundos de família com perfil de renda *per capita* nos termos da lei”. Percebemos essa informação carregada de embates, lutas, dominação, imposição e

discursos a serem rompidos, respaldados na meritocracia. De acordo com Souza (2018, p. 272), “imagina-se que a ‘classe social’, seus privilégios positivos e negativos dependendo do caso, se transfere às novas gerações por meio de objetos materiais e palpáveis ou, no caso dos negativamente privilegiados, pela ausência destes”.

Trazendo as reflexões do autor para o fragmento analisado, temos a construção histórica e discursiva das desigualdades e as diferenças individuais para além das condições materiais visíveis, adentrando a subjetividade das relações de privilégio de alguns sujeitos sociais em detrimento de outros. No rompimento da ideia de que todos apresentam as mesmas condições de concorrência nos processos seletivos discentes, vislumbramos a possibilidade de oportunizar o direito a cursar o ensino superior em qualquer curso de escolha do candidato em instituições federais de ensino, indiferentemente da sua condição econômica.

Os sentidos são construções históricas, ultrapassam as gerações e delineiam as relações na sociedade; então, a informação precisa estar voltada para o grupo alvo que, neste caso, são os sujeitos sociais de direito às ações afirmativas de ingresso no ensino superior. Logo, é necessário lançarmos um olhar informacional diferenciado a esses sujeitos, na intenção de possibilitar-lhes a apropriação dessa informação. Araújo (2018) trata do olhar informacional ressignificado no processo de apropriação da informação, pautando-se na abordagem interdisciplinar da área; nesse sentido, a construção da informação perpassa pelo contexto histórico-social do sujeito.

A partir das reflexões e relações apresentadas entre as Figuras 7 a 10, inserimos nossa discussão no processo de MI, por entender que a materialização dessas conquistas se fundamenta na ação de interferência nas mais variadas ambiências de equipamentos informacionais e considerando o contexto sociocultural dos indivíduos. Essas ações potencializam a apropriação da informação sobre o direito ao acesso ao ensino superior aos indivíduos contemplados na política de cotas para ingresso discente nas IFES, bem como explicitam o processo de concorrência e seleção a partir da reserva das vagas por curso e turno.

Ao trazer a apropriação da informação, retomamos parte do conceito ampliado de MI, “visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais” (Almeida Júnior, 2015, p. 25). Entendemos que o processo de mediar a informação gera novas necessidades informacionais, pois, na

consolidação de mudanças sociais, a sociedade muda constantemente, suscitando novas demandas que atendam aos sujeitos sociais.

Essas novas demandas impulsionam a materialização das necessidades informacionais no processo de aplicação da política de cotas, ou seja, a experiência vivida pelos sujeitos nos últimos 10 anos de sua aplicação gerou conflitos informacionais que demandam por outras regulamentações e ampliação da Lei. Conforme nos diz Guaraldo (2013, p. 205), a informação “não se apresenta construída e nem antecipada no suporte, não é previsível, e se concretiza apenas no momento da mediação”.

Na argumentação da Lei de Cotas, a informação demarca um espaço de lutas pelo acesso à educação superior por sujeitos excluídos historicamente e que, na sociedade contemporânea, demandam relações que enfrentem e busquem sanar o processo de exclusão e discriminação de sujeitos sociais. Aqui se dá a construção de sentidos e a ressignificação da informação e, por isso, é importante que ela esteja vinculada ao contexto sociocultural do usuário, para que, de fato, ocorra a apropriação da informação.

Com o advento da política de cotas, há de se reconhecer o rompimento de modelos anteriores de ingresso discente em instituições públicas e essa ação de interferência positiva na sociedade permitiu romper com o fato de que “as sociedades inscrevem-se em espaços cujos traços são herdados e ancestrais fundadores longínquos ou de dominações estrangeiras” (Claval, 2007, p. 310). Para além da discussão descritiva, houve uma reinterpretação dos espaços de ensino superior nos termos da educação pública para todos, que oportunize o acesso a cursos de graduação baseada na equidade no sistema de concorrência por curso.

Após a análise inicial da informação exposta na Lei 12.711/2012, em que apresentamos uma relação significativa com a História – o interdiscurso envolto da materialização da Lei - desdobramos a continuidade de nossas análises nas sequências discursivas: relação dos instrumentos de aplicação dessa Lei (Decreto e Portaria) e o contexto informacional.

Segundo Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 99), “para que haja o acesso, é necessário que as informações e os documentos sejam organizados e tratados da melhor maneira” Alinhando-nos a essa afirmação, apresentamos algumas análises discursivas, no campo da CI, envolvendo a Lei de Cotas, Decreto e Portaria Normativa, por serem os instrumentos de aplicação das reservas de vagas. Nesta

análise, alinhamos as discussões da CI a partir dos fragmentos (F) discursivos dos instrumentos⁵⁴ citados, referentes ao ingresso no ensino superior, conforme ilustrado no Quadro 5:

Quadro 5 - Relação por associação da informação inicial

Lei	Decreto	Portaria
F1 reserva mínima de 50% das vagas por curso e turno.	F1 “ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção”. F1 as vagas reservadas [...] os estudantes [...] escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou certificação de conclusão com base no ENEM”. F1 “os editais [...] indicarão, de forma discriminatória, por curso e turno, o número de vagas reservadas”.	F1 “selecionam os estudantes para ingresso no ensino médio ou superior, excluídas as transferências e os processos seletivos destinados a portadores de diploma”. F1 “[...] reserva-se o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total de vagas [...]” F1 “renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita”. F1 “ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção”. F1 “As instituições deverão adotar sistemática de preenchimento de vagas que contemple primeiramente a classificação geral de todos os estudantes por notas, independentemente de modalidade de concorrência, e, posteriormente, a classificação dos estudantes para as vagas reservadas de que trata esta Portaria”.
F2 estudantes integralmente de escolas públicas.	F2 “inclusive em cursos de educação profissional técnica”.	F2 “escola pública [...] nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394” F2 “integralmente o ensino médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito [...] Educação de Jovens e Adultos ou certificado de conclusão com base [...] ENEM [...] ENCCEJA ou de exames [...]”.
F3 renda igual ou inferior a 1 um salário-mínimo per capita.	F3 “O Ministério da Educação editará os atos complementares [...] a forma de apuração e comprovação da renda familiar bruta [...] as fórmulas para cálculo e os critérios de preenchimento das vagas reservadas”.	F3 “renda familiar bruta mensal, a soma dos rendimentos brutos [...] per capita, a razão entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família” F3 “a renda familiar bruta mensal per capita será apurada [...] a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família [...]” F3 “procedimento de avaliação socioeconômica [...] prestação e a comprovação dos dados socioeconômicos [...] documentos necessários à comprovação [...] interposição de recurso [...] realização de entrevistas e de visitas [...] consultas a cadastros”.
F4 autodeclarados pretos, pardos e indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência.	F4 “Deverá ser assegurada a reserva de, no mínimo, uma vaga em decorrência da aplicação do inciso II do caput do art. 2º e do inciso II do caput do art. 3º”	F4 “A apuração e a comprovação da deficiência tomarão por base laudo médico [...]”
F5 vagas remanescentes		F5 “as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, a autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por

⁵⁴ Vigentes na época da pesquisa. Nas análises, constam as alterações publicadas em 2016 e 2023.

		estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública”.
	F6 “[...] as instituições poderão [...] instituir reserva de vagas suplementares ou de outra modalidade”	

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa (2023).

A escolha dos elementos para análise ocorreu pelo fato de evidenciarem, implícita ou explicitamente, a importância do usuário no processo de apropriação da informação.

Os fragmentos expostos evidenciam a importância do processo de MI, ao destacar a presença de um terceiro elemento, que, no universo desta pesquisa, seriam as instituições de ensino superior e institutos federais, promovendo ações que favoreçam a apropriação social da informação dos processos seletivos discentes. Para tanto e na subjetividade das relações entre indivíduos vislumbramos, direta ou indiretamente, a produção de sentidos e construção social, com efeito no coletivo, uma vez que o sujeito social dissemina a informação inicial e, nas relações, gera novas necessidades informacionais.

A apropriação da informação, no sentido pragmático e sociocultural (Araújo, 2018), se vincula à intenção e à produção de significado atribuído à informação pelo usuário. Nesse sentido, a subjetividade e o movimento da intersubjetividade se dão no contexto sociocultural em que o sujeito está imerso, bem como influenciam no processo de significação da informação, aqui percorrida como informação social para ingresso no ensino superior.

A partir de toda a argumentação apresentada no campo subjetivo, ampliamos nossa discussão para a compreensão de que, “como elemento de legitimação, o espaço de representação produz novos significados – em relação àqueles já atribuídos – aos processos institucionais, promove a integração” (Bettanini, 1982, p. 97). No sentido de novos significados e na inter-relação das demandas da sociedade com os processos institucionais, utilizamos, como aspecto descritivo-exemplificativo, o Processo Seletivo Discente no contexto da UNIR, com recorte para o ano de ingresso 2022, quando completaram os 10 anos da aplicação da Lei de Cotas.

Vale ressaltar que o processo de MI discutido nesta pesquisa corresponde ao universo discursivo para transformação social e ocorre em todos os espaços relacionais da sociedade. Contudo, diante da necessidade de *lócus* da pesquisa,

descrevemos os aspectos informacionais presentes no *site* institucional, especificamente no que tange às informações para o ingresso em cursos de graduação no ano de 2022⁵⁵.

Para fins de análise exemplificativa e considerando a pesquisa documental, pontuamos as informações expostas no *site* institucional da UNIR para identificar o processo de MI. Na contextualização da implantação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, Bastos (2018) se reporta ao edital para ingresso em 2013 (Edital n. 05, de 31 de dezembro de 2012⁵⁶) e desde então alterações foram feitas para atendimento no disposto na Lei e mediante recomendações do Ministério Público Federal (MPF): “Recomendação nº 01/2014/PRRO/GABFAP 3º OFÍCIO /6ª CCR, Recomendação 02/2015/MPF/PR-RO/GABPRDC, Despacho 212/2015 (Ref: NF 1.31.000.000136/2015-82) do MPF/PR-RO, Promoção de Arquivamento 43/2015/MPF” (Bastos, 2018, p. 167).

Recentemente, em 2023, foi aprovada institucionalmente a ampliação do acesso a cursos de graduação por ações afirmativas próprias, segundo informação disponível no site institucional, reservando, no mínimo, 50% das vagas preenchidas pela Lei de Cotas (Brasil, 2012b), no mínimo, 10% para ações afirmativas próprias e, por fim, até 40% para ampla concorrência (<http://unir.br/noticia/exibir/10598>).

Nesse ponto, retomamos o processo de MI (Almeida Júnior, 2015) como um contínuo, pois, uma vez apropriada e vivenciada a informação inicial referente à Lei de Cotas desde o processo seletivo de 2013, foram geradas novas demandas informacionais, diante de contextos socioculturais específicos, demonstrando a apropriação da informação para ingresso discente na universidade com demanda ampliada e baseada na diversidade e inclusão.

Destacamos o ingresso discente para o ano de 2016, quando houve a separação das vagas reservadas entre candidatos de grupos socioculturais atendidos pela Lei, Edital n. 014/2015/GR/UNIR, de 18 de dezembro de 2015⁵⁷. Inicialmente os candidatos pretos, pardos e indígenas⁵⁸ (PPI) concorriam juntos; em 2016, houve a

⁵⁵ Para fins de uma contextualização de 2013 a 2018 da implantação da lei de cotas na UNIR, indicamos a pesquisa de mestrado: *Aplicação da lei de cotas nos cursos de direito e medicina da Universidade Federal de Rondônia, campus Porto Velho: política de ação afirmativa por justiça social com equidade* (Bastos, 2018) e ressaltamos que nossa pesquisa não corresponde a um estudo de caso e sim uma abordagem do processo de MI para transformação social.

⁵⁶ Disponível em: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/108>.

⁵⁷ Disponível em: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/136>.

⁵⁸ Em 2023, a lei passou por alteração e ampliou o atendimento aos quilombolas (Brasil, 2023a).

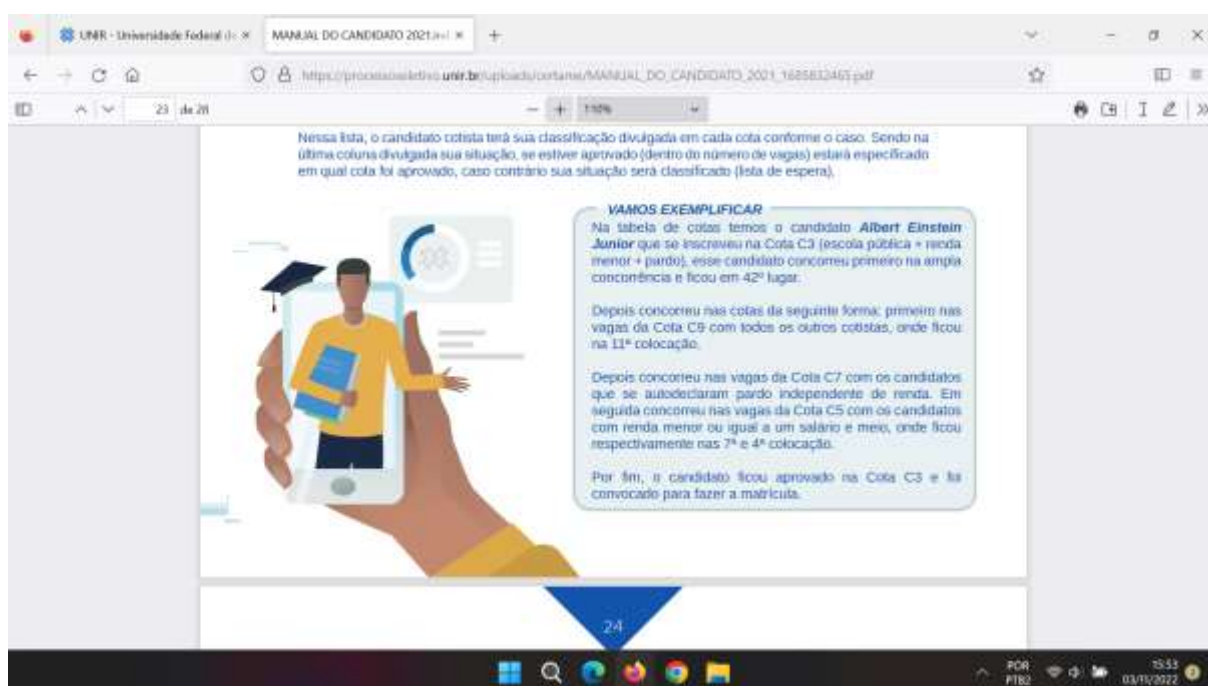
separação das vagas com o cálculo das cotas conforme o percentual de cada grupo no Estado de Rondônia, publicado no Censo do IBGE.

A ressignificação da informação inicial da política de cotas demonstra a apropriação da informação pelos grupos sociais que demandaram por ações junto ao MPF, alinhando a relação usuários da política de cotas/grupos socioculturais/instituição de ensino. No contexto exposto, a apropriação da informação “é atribuir a ela uma significativa presença na vida dos humanos, um dispositivo que permite atuar em todas as instâncias sociais em constantes interações e troca” (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior 2017, p. 14).

Outra alteração a ser destacada corresponde ao ingresso discente para o ano de 2017, em que ocorreu a ampliação das vagas reservadas para pessoas com deficiência, em atendimento ao disposto na Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei n. 12.711/2012 (Edital n. 05 de 23 de dezembro de 2016, alterado em 04 de janeiro de 2017⁵⁹).

Abordando a complexidade do fluxo de preenchimento das vagas e para exemplificar o exposto, na Figura 10, abaixo, reproduzimos uma informação contida no Manual do Candidato UNIR/2021:

Figura 7 - Informação no Manual do Candidato UNIR/2021



Fonte: Manual_do_candidato_2021 (Print em 03 nov. 2022).

⁵⁹ Disponível em: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/154>

A complexidade da informação na Lei de cotas e as transformações nas relações da sociedade geram novas experiência e exigências informacionais diante de determinada situação na qual a informação deve ser usada (Choo, 2003). Tais situações suscitam informações específicas para atender às novas demandas gerando mudanças no ambiente informacional que agregou, alterou e transformou outros elementos informacionais, atendendo à complexidade das informações.

Em análise informacional e com base no contexto de construção das informações na Lei 12.711/2012, identificamos ausências e silenciamentos de grupos da sociedade no processo histórico de construção das relações sociais, por compreendermos que determinados grupos sociais tiveram desvantagens construídas historicamente, perdurando perduraram por gerações e mantendo as desigualdades vinculadas às condições do ser humano.

Nesse sentido, materializar os enfrentamentos a essas ausências nos espaços universitários permeia a discursividade para a implantação das informações da política de cotas. Por isso, destacamos a relevância do processo de MI nos espaços de ações que visam ao usuário (Almeida Júnior, 2009). Na Figura 8, temos mais uma informação sobre o ingresso discente na UNIR:

Figura 8 - Informação sobre o ingresso discente na UNIR



Fonte: <https://processoseletivo.unir.br/homepage> (Print em 20 out. 2022).

Na Figura 8, percebemos que o gênero textual expositivo tem a finalidade de disseminar informações iniciais sobre o ingresso discente na instituição, o que nos permite interpretar que a principal função das informações contidas no texto (expressas como o conteúdo e/ou as palavras) é divulgar a forma de ingresso discente, no sentido macro do contexto social. Porém, o segundo parágrafo expõe o contexto social da política de cotas para o ingresso na instituição.

Desse modo, o texto demonstra a constituição de um discurso voltado para a divulgação em relação a outro já existente, no caso, as informações da Lei 12.711/2012 e suas normativas; então, podemos identificar o interdiscurso, no que se reporta à reserva das vagas nos cursos de graduação, especificando o requisito social (escola pública) e a subdivisão das vagas reservadas com base na combinação de condições sociais, étnico-raciais e pessoas com deficiência.

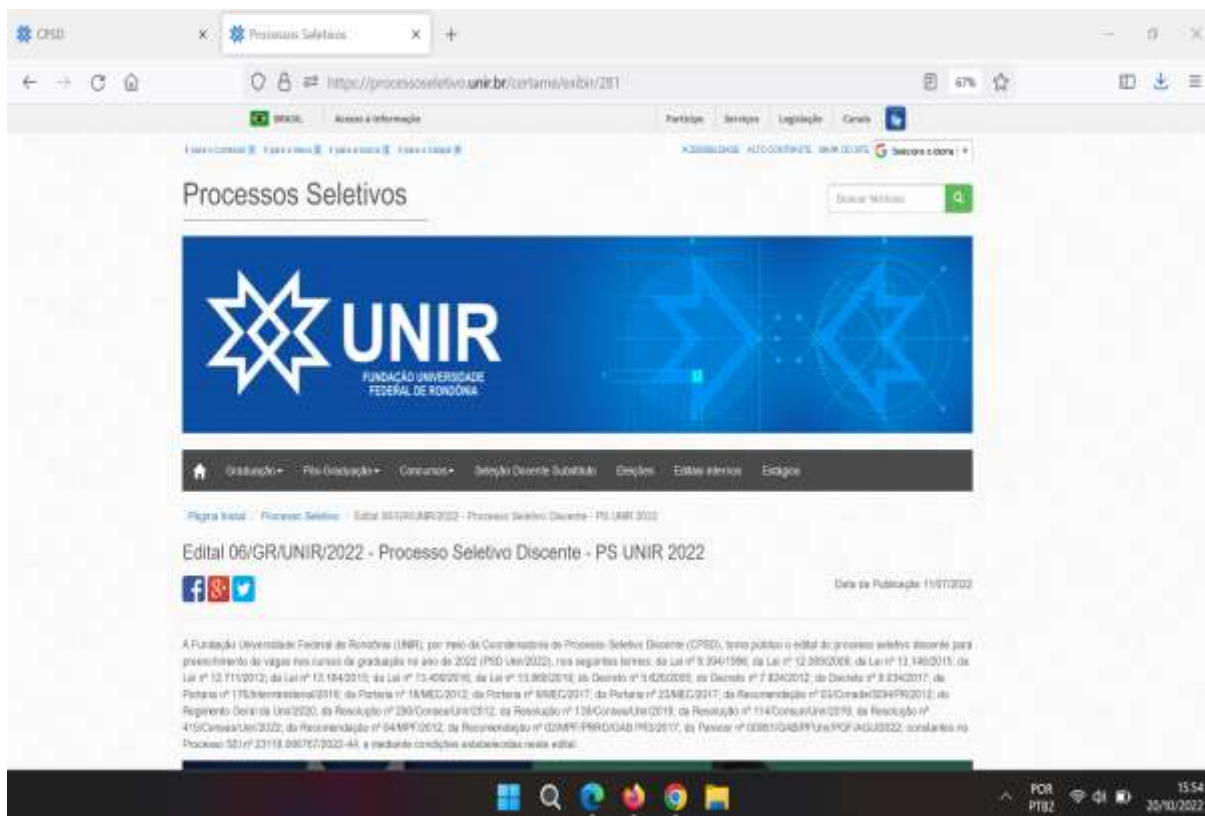
Percebemos o contexto do enunciado - “Ingresso” - como o início da constituição de sentido dos procedimentos para os sujeitos sociais interessados em ingressar na instituição e, ao mesmo tempo, em relação recíproca a sentidos já determinados em outros discursos; neste caso, o segundo parágrafo apresenta uma relação constituída nas/pelas formações discursivas da informação para o usuário. Nesse sentido, entendemos que a formação discursiva, no texto em análise, se dá “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2020, p. 42)

Alinhando esse raciocínio ao nosso objetivo de analisar a MI entre o sujeito social e a significação da informação sobre os processos seletivos discentes de ingresso no ensino superior, temos aqui uma situação intangível, fluida, pois ultrapassa as ideias publicadas de forma explícita, em um suporte informacional virtual, e adentra a disseminação da informação nas relações da sociedade, perpassando por significações (conforme encontra ou é encontrada pelo usuário da informação) e, assim, vai se construindo nas interações.

A informação materializada na página institucional ganha outros espaços relacionais quando compartilhada, seja de forma objetiva, como o envio do *link*, ou subjetiva, no diálogo. Assim, temos que a “a informação não existe a priori, antecipadamente, mas vai se construindo” (Almeida Júnior, 2015, p. 21).

Na Figura 9, a seguir, temos uma outra situação, em que buscamos analisar a mediação da informação:

Figura 96 - Divulgação do Processo Seletivo Discente UNIR 2022



Fonte: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/281> (Print em 20 out. 2022).

Na Figura 12, destacamos o enunciado de divulgação do Edital que cita as informações normativas que regem o processo seletivo do ano de 2022. O efeito de sentido produzido pelas informações congregadas demonstra a complexidade informacional envolta na realização do processo seletivo discente e, visando o usuário da informação, tem-se a mediação implícita ao considerar os processos, técnicas, instrumentos e produtos que impulsionam o desdobramento dessas informações enunciadas em instrumentos informativos que subsidiam o processo de apropriação das informações.

Considerando os dispositivos da mediação implícita, Gomes (2021, p. 119) entende que eles “colaboram para que o conhecimento tenha expandidas as suas condições de trânsito junto aos sujeitos sociais, de maneira que seja possível um devir para o conhecimento que decorrerá de apropriações futuras”. Assim, o enunciado disposto na Figura 12 expõe a primeira camada do trabalho informacional, além de considerar o processo de mediação implícita realizado pela instituição anteriormente à publicação dos instrumentos informacionais, ou seja, o trâmite interno e externo que conduz à materialização da informação em um universo de relações sociais.

Notamos o processo de MI na ausência de linearidade de ações, ocorrendo de forma fluída e constantemente nas relações entre o sujeito social (usuário da informação), a instituição (os profissionais da informação) e a informação (processo seletivo discente). Assim, no Quadro 6, destacamos os enunciados (E) e os fragmentos (F) discursivos que subsidiam nossa interpretação:

Quadro 6- Fragmentos discursivos enunciados no edital do processo seletivo discente – 2022 (recorte discursivo: ano que a lei completou uma década)

[E1] das modalidades de vagas	F1 Ampla concorrência, às quais concorrem todos os candidatos com a inscrição homologada, inclusive os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas [...] F1 [...] reservadas para alunos que concluíram integralmente o Ensino Médio na rede pública de ensino [...] F1 Aos candidatos originários de famílias com renda bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior à 1,5* (um vírgula cinco) salário-mínimo; Aos candidatos autodeclarados pretos; Aos candidatos autodeclarados pardos; Aos candidatos autodeclarados indígenas; Aos candidatos considerados pessoas com deficiência (PcD).
[E2] das condições necessárias para comprovação de renda	F2 Calcular-se-á a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas do núcleo familiar [...]
[E3] das condições necessárias para comprovação de deficiência	F3 [...] Laudo médico, emitido por especialista; ou II Parecer médico, emitido por especialista [...]
[E4] das condições necessárias para autodeclaração étnica	F4 [...] “Anexo III – autodeclaração para indígena”; ou II o “Anexo IV – autodeclaração para preto e pardo”.
[E5] do fluxo de processamento e da classificação das vagas reservadas	F5 O candidato que tenha cursado integralmente o Ensino Médio em instituição de ensino pública brasileira, [...]participará na modalidade de vagas na seguinte ordem [...]
[E6] das vagas remanescentes	F6 As vagas reservadas, das quais trata o item 4.6 deste edital, quando não preenchidas, migram para outras modalidades de vagas na seguinte ordem [...]

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa (2022).

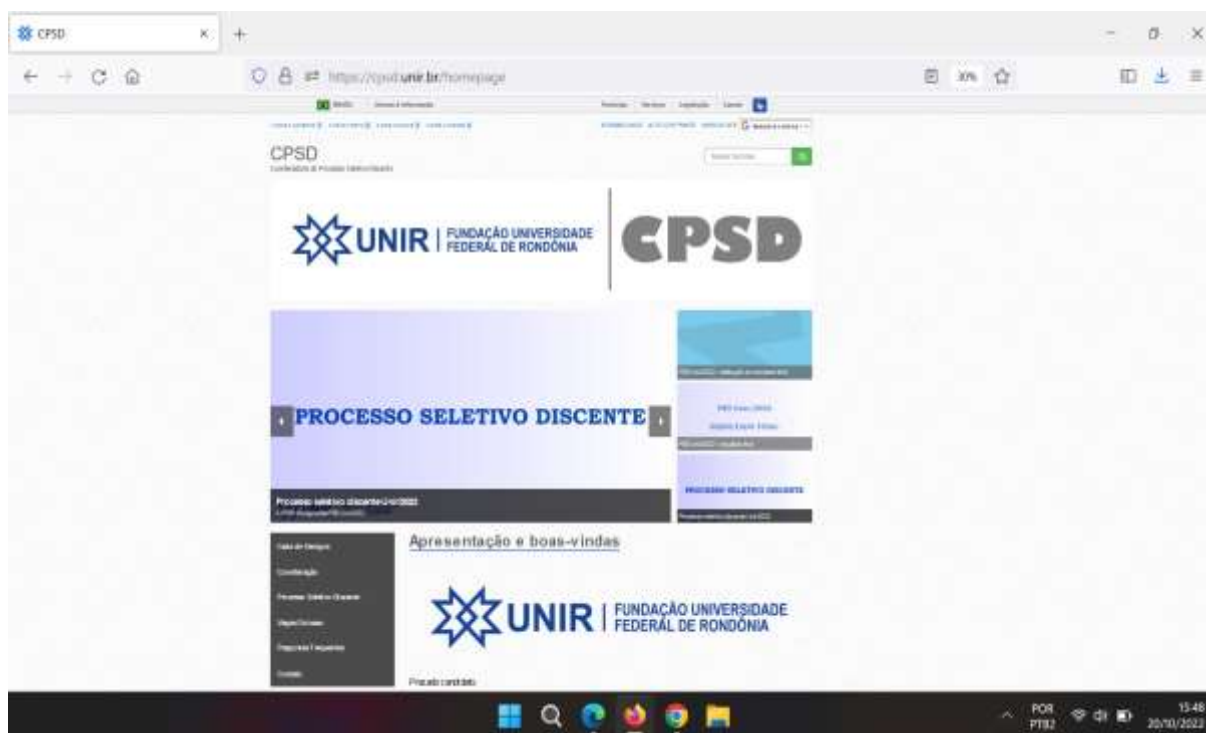
*Em 2022 as normativas abordavam renda bruta per capita igual ou inferior à 1,5. Com a alteração e ampliação da Lei (informação inicial), houve redução para um salário-mínimo.

Com os enunciados discursivos apresentados no Quadro 3, que inter-relacionam as informações contidas nas normativas para ingresso discente, temos o foco na mediação explícita, que impacta a mediação implícita. Nas reflexões de Gomes (2021, p. 122), temos a discussão do acesso à informação impulsionando os “redimensionamentos de metodologias, procedimentos, instrumentos e demais dispositivos de mediação implícita, a exemplo da formulação das linguagens documentárias”. Nesse ponto, os enunciados sobrepõem discursos anteriores à materialização do instrumento informacional e os fragmentos discursivos especificam a diversidade sociocultural no ingresso discente.

Os apontamentos apresentados até o momento se alinham ao objetivo principal do processo de MI para transformação social: o usuário compreendido na complexidade sociocultural que o constitui enquanto sujeito social pertencente a uma sociedade com relações construídas socialmente.

Nesse sentido, a disseminação da informação em múltiplas linguagens e com desdobramentos em diversos instrumentos informacionais se torna ação de interferência que impulsiona o processo de apropriação da informação. Dito isso, Na Figura 13, compreendemos a posição do sujeito discursivo institucional no impulsionamento da apropriação da informação sobre as vagas reservadas em cursos de graduação:

Figura 10 - Homepage CPSD



Fonte: <https://cpsd.unir.br/homepage> (Print em 20 out. 2022).

No contexto descritivo da Figura 10, destacamos a *web* como um suporte informacional criado especificamente com informações para dialogar com a sociedade sobre o ingresso discente em cursos de graduação na instituição, posto isso, percebemos a atenção e a importância de multiplicar as formas de disseminação de disseminação de informações com potencial para transformação social. Na busca dessa informação por parte do usuário, consideramos o processo de apropriação da informação em uma inter-relação direta e indireta das ações de MI, visando à interação

entre os usuários e a informação (Silva, 2017). Notamos a abertura de espaços para diálogo ao enunciar o contato institucional em atendimento aos interesses do sujeito social.

Na Figura 10, observamos o *link* 'perguntas frequentes' com informações que podem significar a materialização das dúvidas dos sujeitos sociais. Nesse contexto informacional, as perguntas sobre a políticas de cotas podem ressignificar as informações a partir das dúvidas dos usuários, atuando no processo de MI e impulsionando novas demandas informacionais⁶⁰. Analisamos esse fato como indicativo de algo em movimento, fluido e momentâneo. Inter-relacionando os elementos 'usuário da informação' e as 'perguntas frequentes' materializadas, concebemos, como diz Orlandi (2020, p. 20), que "as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados".

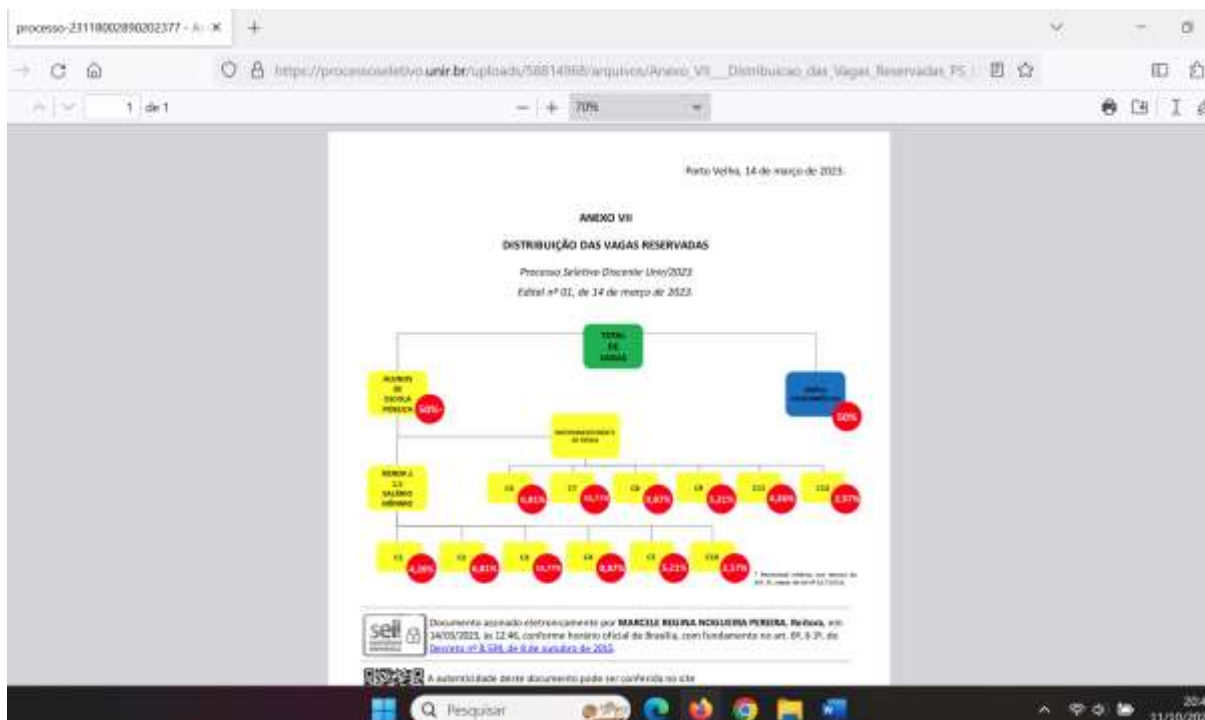
O efeito de sentido da relação do usuário com a informação a partir das perguntas frequentes demonstra a ação de interferência, ou seja, a construção e disseminação da informação em perguntas e respostas para atender as demandas informacionais dos indivíduos interessados em conhecer e/ou concorrer ao processo seletivo discente na instituição. Temos a posição do sujeito discursivo na mediação da informação anunciada como a ação de interferência construída para sanar e gerar novas demandas informacionais, com vistas à apropriação da informação.

A ação mediadora, como "o ato de ir ao encontro da necessidade informacional do usuário e disponibilizá-la de forma que possa satisfazê-lo ou que venha a suscitar questionamentos em uma troca" (Santos; Arruda; Guaraldo, 2020, p. 19), ocorre na relação de interação, alinhando as informações institucionais com as demandas informacionais do usuário.

Desdobrando nossa análise, enfatizamos a materialização de múltiplas linguagens no impulsionamento da informação, para compreensão, interpretação e apropriação por parte do usuário. Observemos a Figura 11, a seguir:

⁶⁰ Tal situação é identificada ao acessar 'perguntas frequentes', que registra, no período desta pesquisa, a última atualização (<https://cpsd.unir.br/pagina/exibir/10170>).

Figura 71 - Ingresso discente



Fonte: https://Distribuicao_das_Vagas_Reservadas_PS_UNIR_2023 (Print 11 out. 2023).

A informação em múltiplas linguagens⁶¹ (Almeida Júnior, 2009), visando à apropriação por parte do sujeito social, tem a informação materializada na imagem com as especificidades da aplicação da informação da Lei de Cotas, bem como uma possível interpretação a partir da resignificação da informação sociocultural, no sentido de identificar os grupos sociais: indígenas, pretos⁶², pardos, quilombolas e pessoas com deficiência.

Assim, o processo de resignificação da informação inicial sobre a aplicação das ações afirmativas para ingresso discente no ensino superior demanda uma concorrência baseada na equidade, em que a informação materializada e aplicada demonstra o protagonismo de grupos sociais historicamente excluídos, bem como suas demandas por acesso ao ensino superior.

⁶¹ Nesse mesmo sentido interpretativo, destacamos as informações complementares disponibilizadas, por exemplo, no Processo Seletivo Discente 2021: manual do candidato, simulador da renda familiar, legenda das siglas das vagas reservadas no quadro de vagas e *link* direto para as normativas geradoras do processo seletivo discente no início do edital (Informações disponíveis em: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/246>). Destacamos que no Processo Seletivo Discente 2020, além das informações complementares expostas em 2021, identifica-se a informação do processamento das vagas reservadas desenhada no arquivo de distribuição e fluxo de processamento das vagas reservadas (Informação disponível em: <https://processoseletivo.unir.br/certame/exibir/237>).

⁶² Conforme terminologia utilizada na Lei 12.711/2012 e suas normativas.

8 AS NARRATIVAS/ENTREVISTAS

A contextualização e as vivências durante a realização das entrevistas foram registradas no diário de campo, em atendimento à proposta metodológica da História Oral. Nessas entrevistas, identificamos lutas e embates materializados nas informações, que tentam romper com a imposição de conceitos e verdades construídos historicamente, vivenciados social e culturalmente, alinhando-se à compreensão de que a informação vai se construindo e se ressignificando.

Ouvir as pessoas significa defender a narrativa como uma forma latente e com dimensão utilitária composta por ensinamentos em todos os sentidos (Benjamin, 1994); assim, viver o momento da entrevista de forma presencial ultrapassa a informações escritas e adentra o envolvimento enquanto ser humano e parte de uma sociedade complexa, marcada por relações desiguais e assimétricas, na certeza de que as relações sociais mudam o tempo todo e as pessoas entrevistadas são algumas das pessoas impulsionadoras dessas mudanças.

Nesta tese, as narrativas são histórias de vidas inter-relacionadas com a temática da pesquisa, a MI para transformação social, entrelaçadas com outras no processo de interpretativo das percepções das relações sociais na contemporaneidade.

Como informado anteriormente, o processo de construção das entrevistas perpassou pelas fases de transcrever, textualizar e transcriar (Meihy, 1995); destacamos, no desfecho da última fase, a importância da leitura e do compartilhamento da narrativa junto às pessoas que foram entrevistadas, ação realizada no momento do trabalho de campo, em que os/as colaboradores/as da pesquisa puderam repensar e concordar com a escrita, partindo do princípio que a melhor narrativa é aquela que menos se difere do oral (Benjamin, 1994) e respeitando as escolhas dos envolvidos na pesquisa, dentre as quais destacamos a exclusão e reorganização de situações.

Essa dinâmica faz parte da construção do *corpus* textual e não desqualifica as análises realizadas, uma vez que, na inter-relação da história de vida dos colaboradores com o universo das ações afirmativas, temos como objeto de análise a mediação da informação. Desse modo abordamos o contexto geral exposto nas narrativas de forma direta, quando os participantes falaram sobre as cotas, ou indireta, quando pontuaram suas experiências de vidas que relacionam com argumentos para

a implantação das ações afirmativas no ensino superior e mantemos a pergunta de corte: Qual sua percepção acerca da informação sobre a política de cotas para ingressar na universidade federal?

As entrevistas apresentadas a seguir atendem integralmente à proposta do método da História Oral e nelas fizemos algumas correções gramaticais para facilitar a leitura escrita, integração do diálogo entre a pesquisadora e o/a entrevistado/a, organização em frases completas e em parágrafos com assuntos semelhantes, colocando a entrevista em ordem cronológica, destaque em negrito para palavras importantes e expressões básicas sobre o tema da pesquisa. O uso de exclamação e reticências representam momentos da oralidade, pausas longas e espantos ocorridos durante as entrevistas.

O retorno da entrevista escrita à pessoa entrevistada privilegia e respeita a intenção do que foi falado, envolve a interação da pesquisadora com as pessoas e fortalece a subjetividade dos momentos do trabalho de campo. Enfatizamos a importância de ouvir e compartilhar as experiências de vida dos colaboradores no desenvolvimento da defesa proposta nesta pesquisa: a MI para transformação social.

Colaborador/a⁶³ 1

1. *Vamos começar no ano de 2003... ano que fui convidada para trabalhar na secretaria como técnica... enquanto servidora do quadro estadual eu poderia ir... tive a chance de ir trabalhar na secretaria em 2002 e fui trabalhar na SEDUC nas políticas de ensino médio... quando foi em 2003 sai da escola mesmo... fui convidada e aceitei... quando cheguei lá era também início do governo Lula, a primeira lei que o Lula assinou foi 10.639 de janeiro de 2003 que falava sobre a questão da História da África, dos africanos e dos negros brasileiros... fiquei assim: nossa que bacana! Porque eu sempre militei no movimento de meio ambiente, justamente porque minha formação é em Geografia, achei bacana, mas fiquei ali no meu quadrado da Ciência Humanas, trabalhando os parâmetros curriculares do Ensino Médio... só que **chegava muita coisa sobre a questão do negro e as pessoas achavam que você é negra, você tem que responder...** eu ia pesquisar nos livros de História para poder responder aqueles ofícios do MEC... na realidade em 2003 eu ainda não era do movimento negro e nem do movimento de mulheres negras nada... uma vez eu tive contato com grupos de negros aqui em Rondônia que vou contar mais na frente...*
2. *Nessa época teve um evento em Brasília e uma moça do MEC que é uma pessoa maravilhosa, a Doutora Andrea Lisboa hoje ela mora dos Estados Unidos, falou: "Preta você vem... você vai vir!" ... como que eu vou... eu não sou desse movimento e as pessoas começaram a me*

⁶³ No processo de tratamento da entrevista, alguns nomes citados pela colaboradora da pesquisa foram substituídos pelo vínculo pessoal.

procurar dentro da secretaria, as pessoas que já faziam o movimento, por exemplo, Lionilda que hoje é presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação, chegou para mim e disse que também ia para o evento, chegou uma professora que já faleceu, a professora Natália Barbosa, era do **grupo das mulheres negras**, trouxe um livro sobre o Zumbi dos Palmares e Cândido Mendes que os alunos tinham feito, eu fiquei com aquele material ali pensando... não tinha como devolver e o jeito era eu ir para Brasília e eu fui... quando cheguei lá eu fui impactada... nessa época eu fazia a prancha no meu cabelo... eu não alisava, fazia escova e não usava o cabelo que eu queria... eu faço até hoje, mas hoje eu já sei o porquê de certas coisas... quando cheguei no evento em Brasília fui realmente impactada pelas **políticas de igualdade racial que estava acontecendo no país**... a partir dali a minha vida mudou porque quando eu voltei não pensava em outra coisa a não ser **criar um programa**, um projeto dentro dessa secretaria que falassem dos negros... que falasse do negro do ensino médio... que falasse da juventude negra... que falasse dos Quilombolas e aquilo me tomou... tomou foi tudo... e o principal, eu vou, quando eu volto começo a escrever e a debater com, simplesmente, Eliane Cavalleiro, todos conhecem e sabem a envergadura acadêmica que a professora tem, ela falava: “você está construindo um projeto maior que o meu aqui em Brasília não é assim” ... Porque na minha cabeça, achei que tinha que comprar livros para mandar para as escolas, tinha que adequar as escolas quilombolas, tinha que olhar para a **periferia, para a população negra e indígena que estava na periferia**, esse era o projeto... também fiz uma parceria com o Marco Texeira para ele poder escrever sobre esse momento que a gente estava vivendo, escrever vários artigos para livros do MEC que falavam sobre a política de igualdade racial... o tempo que fiquei na secretaria foi para trazer essa política para dentro da secretaria que existe até hoje principalmente as dos quilombolas... a questão dos negros foi mais para dentro da universidade da juventude negra por conta da questão de **cotas**... creio que se o Estado, o Governo Estadual, tivesse uma universidade estadual com certeza a gente também estava lá... o principal é que era uma política de igualdade racial e tinha que ser implementada, porque ali você está trazendo **sonhos**, trazendo a **história de vida** das ancestralidades, **está devolvendo para esse povo** não só a história dos africanos e dos africanos trazidos para o Brasil, mas a história justamente desse **negro brasileiro**... então vejo que o papel da lei 10.639 de janeiro de 2003 não foi só dentro da escola, ela foi abrangente ela extrapolou a escola...

3. Quando eu junto essa questão da minha experiência na secretaria, porque minha experiência foi meteórica, não fiquei nem dois anos e meio nesses projetos, eu tive que sair... para a gente ter uma ideia a Fundação Palmares tinha que reconhecer comunidades quilombolas... na época tinha o parlamentar, Eduardo Valverde, que era da bancada antirracistas... a gente fez a marcha zumbi pela cidade e a gente conseguiu levar para o quilombo de Santo Antônio o professor Marco Texeira, autoridades do Estado, o deputado e estudantes da Universidade pesquisadores para entregar os títulos das terras quilombolas... a SEDUC organizou a cerimônia e foi uma coisa maravilhosa... **então a minha militância dentro do movimento social negro ou do movimento negro, ela foi de uma forma tão extraordinária, a minha experiência, eu não fui uma pessoa que assisti, fui a protagonista, me entende**... às vezes as pessoas tentam, a gente vê, que eu vivo um apagamento, mas elas não conseguem... eu me lembro que consegui avião para levar, até o Vale do Guaporé, Costa Marques, Forte Príncipe e tudo isso, a vice-governadora, o deputado e o professor, consegui ônibus para levar os alunos e eu fui com os alunos, os alunos da História estavam lá degustando aquele biscoito de quase

200 anos... **feito dos negros que trouxeram...** era algo que a gente viveu e foi magnífico... é isso que nos movia e nos move...

4. Nessa época, depois de 2003, teve a **primeira conferência da igualdade racial**, comecei também a querer militar, querer estar aonde eu via que as pessoas negras estavam travando, argumentando e conversando, então me filiei a UNEGRO – União de negros para igualdade racial – a união de negros para igualdade racial é uma entidade organizada em todo o estado brasileiro, todo o território brasileiro, tem uma proposta muito próxima ao marxismo, naquela época comecei a ler Fanon... fico pensando... não era texto para os filiados... não... os caras já tinham o livro... você está entendendo... mandavam o livro para você... textos que citavam Cloves Moura... Fanon... Lélia Gonzales... minha cabeça abriu de um jeito que eu não tinha mais como voltar... Fiquei coordenando a UNEGRO esse tempo todo e **participando ativamente das políticas de igualdade racial do Estado de Rondônia**, sempre colocando a interfase de raça, gênero e classe a gente não pode deixar passar... agora para minha vida pessoal o que e isso trouxe, tenho dois filhos e são negros... o mais velho é retinto e me perguntava: “por que ele tinha pele negra, eu tinha pele negra e minha mãe e meus irmãos não tinham pele negra?” Ele questionava que os avós e os tios eram brancos, eu fui adotada em Guajará-Mirim com mais ou menos um ano, um pouco de idade, a minha família me adotou e nós viemos morar em Porto Velho... eu sabia da minha vida, lógico que quando eu soube que fui adotada eu já escrevia, já lia e então minha mãe me preparou, conversou comigo e me levou no psicólogo... tudo isso... e as pessoas também vinham me dizer: “sabia que você não é filha da sua mãe?” tinha essas situações... e daí meu filho me fez refletir que eu tinha uma história para contar para ele que é negro e queria saber de onde que ele vinha.
5. Toda minha militância, toda essa história, ela fez com que eu fosse atrás de minhas irmãs, da minha família, quis almoçar com elas, conhecê-las, eu não conhecia... queria que elas falassem da vida, o que estavam fazendo e eu vi que as minhas irmãs **não fugiram do estigma da mulher negra morando no campo ou trabalhando como doméstica, minhas irmãs e minha mãe não estudaram muito...** eu pude contar essa história para meu filho, tive até o encontro com a minha própria ancestralidade, quando eu entro no movimento negro e o movimento na minha vida... acho que foi um fortalecimento muito grande, me encontrar com a minha ancestralidade, essa questão do ancestral feminino que é muito forte... esse enlace que nós temos as mulheres negras, minhas irmãs, a gente estava ali comendo, rindo e ouvi elas compartilhar as vidas delas... elas sabiam muito da minha vida e eu não sabia da vida delas... porque eu sempre fui de férias em Guajará-Mirim, mas eu tinha meus primos da minha outra da família, então, quase não tinha contato com as minhas irmãs, elas moravam em um bairro distante e tinha a questão da juventude, eu nunca ficava pensando na minha família, justamente porque eu sou muito amada na minha família que me adotou, meus pais sempre me deram o melhor e isso fez com que eu não encontrasse a rejeição, não tinha a curiosidade... entende... o que provocou isso em mim essa vontade de estar perto das minhas irmãs foi justamente o movimento negro... foi minha história, foi muito mais forte, me levou ir atrás das minhas irmãs e de saber quem era meu pai, quem era minha mãe, que eles moravam em Vila Bela da Santíssima Trindade, meu pai era trabalhador no campo agricultor, tinha sítio, meu pai foi assassinado, minha mãe, já estava grávida de mim, teve que deixar dois filhos para atrás que até hoje ela não encontrou, veio correndo com minhas irmãs e quando minha mãe casou com meu pai, acho que ela já tinha uns quatro filhos, e quando ela casa com meu pai

ela recebe o nome completo, porque ela só tinha o primeiro nome. Até hoje não sei o nome do meu pai, eu não conheci um irmão e nem esses dois irmãos, esses dois irmãos estão no Mato Grosso e a gente não sabe aonde, ali naquela região de Vila Bela... meu pai perdeu o sítio numa mesa de jogo e eles deram tempo para minha mãe sair das terras... meu pai era um negro já misturado com índio, minha mãe não, minha mãe é negra mesmo, negra com negro no casamento não teve uma mistura, era alta, tocava violão e gostava de cantar, essas qualidades que eu sei dela, ela já faleceu, minhas irmãs contavam como meu pai era. Com minhas irmãs fui descobrindo as situações da minha vó, quando vieram para o Vale do Guaporé que eram negros que foram realmente escravizados e ficaram ao longo do rio Guaporé, tanto que para uma das minhas irmãs hoje é muito simples acompanhar o Divino até Vila Bela, para ela é uma coisa simples, ela faz esse percurso muito bem, conhece, tem uma territorialidade já na rotina... esse Vale do Guaporé, esse grande rio realmente viu, não só a construção de um forte para defender as terras brasileiras, mas também esses povos que chegaram e trouxeram toda uma cultura que foi se estabelecendo em uma religião de fronteira já com outra cultura... **No movimento negro, quando eu entro, quero também saber dessa história para eu poder contar para meu filho...** hoje tenho um bom relacionamento com minhas irmãs, uma já faleceu. A gente tem um grupo, é uma forma de você estar ali completando lacunas na sua vida, foi uma coisa muito boa, muito maravilhosa...

6. Dentro do movimento negro a gente trabalha, também, a questão da religiosidade, poder estar com as populações de terreiro. Eu, um professor que era da UNIR e o meu irmão que é artista plástico, nesse espaço meu irmão foi secretário, a gente pode trabalhar muito nessas questões de população negra dentro do município de Porto Velho com muito apoio da Universidade, a gente realmente avançou muitas coisas, inclusive as **discussões de cotas**, a gente foi avançando na discussão de **cotas** para hoje vê muita gente falando: “haaa, mas essa discussão de cotas, porque é assim, porque foi fulano”... Não foi! **Foi o movimento negro**, a gente saía de ônibus até o Campus para poder pedir audiência com os reitores de várias épocas... a gente já estava trabalhando essas questões no movimento negro e nos conselhos municipais, tentando montar os conselhos de Porto Velho... entendeu... lembro que quando eu viajava a trabalho, tentava ir à Câmara de Vereadores para ver se tinha um vereador negro e poder levar o projeto pronto do CONEGRO para colocar um conselho de igualdade racial ou um conselho do negro na cidade, foi um momento riquíssimo essa fase de 2006 até 2014... o que a gente pode falar mais sobre esse momento é que essas **políticas de igualdade racial** ficaram, recebiam emendas da secretaria, até hoje existem as comunidades quilombolas que receberam as escolas, muita coisa foi adequada. Hoje dentro da Secretaria de Meio Ambiente e na Secretaria de Ação Social tem **gerências sobre a questão da igualdade racial** com subgerência e tem departamento que tratam justamente da população negra e das comunidades quilombolas... A gente acha que nunca está bom, a gente quer sempre mais... quando foi 2015... aliás desde a época do primeiro governo do Confúcio Moura, ele me chamava para montar uma gerência de igualdade racial, eu falava: “não governador, vou ficar aqui onde eu estou, no conselho que é onde a gente faz a legislação”. A gente conseguiu influenciar as questões das resoluções estaduais para pessoas com deficiências, veio as questões da população do campo, todas essas políticas, e também da História da África e africanos e indígenas no currículo. Acredito que agora a gente vai passar por uma reformulação, acho que as escolas quilombolas têm que aparecer, temos não só quilombos

dentro da mata e na beira dos rios, mas também nas cidades, isso é um desafio. Em 2015 aceitei ir para essa **gerência de igualdade racial**, a grande ação era tornar o feriado de 20 de novembro, já tinham vários projetos, mas o principal era criar um conselho estadual de igualdade racial e a gente foi para isso, criar um fórum de entidades não-governamentais e governamentais e criar esse conselho, a gente passou para a secretaria que conseguiu implementar algumas coisas, não tudo, mas a gente sabe que a gente passou por lá...

7. Eu e meu filho usamos a **política de cotas**, ele estudou em uma escola privada e depois ele foi para escola pública, entrou pelo sistema de cotas, teve uma nota alta... o **sistema de cotas é um direito dele...** na universidade passou bem apurado porque as pessoas achavam que quem vinha do sistema de cotas não tinha conhecimento, não tinha base, como ele estudou em uma escola que era e é ótima, muita boa, ele dominava a escrita e tinha algumas coisas que ele tinha total domínio, até mais com os colegas, ele também é uma liderança estudantil... foi vítima de racismo por parte dos professores, sofreu muito e conseguiu se formar, tudo certinho. Fez a parte dele como militante, registrou boletim de ocorrência, abriu processo contra o professor... é como realmente tem que acontecer. Eu também **participei das cotas** quando fiz o seletivo para pós-graduação no mestrado... Fui selecionada para receber duas bolsas, só que eu não poderia por ser funcionária pública, mas eu teria uma por conta da minha classificação, porque eu fiquei no 3º lugar, as três primeiras pessoas tinham as bolsas e também por ser aluna de cotas. Tive que declinar por ser funcionária pública, mas isso me deixa muito feliz, porque já faziam mais de 20 anos que eu não estudava... eu consegui chegar lá... o reconhecimento de trabalhar a questão da mão de obra e a gente vê também as questões raciais dentro da obra literária...
8. Uma das situações que a gente tem que entender, quem faz movimento não faz para aparecer, faz para trazer a **política pública com viés social para a população da cidade que você vive e do país que você está**. A gente tem sempre que pensar no coletivo quando é militante... eu, ainda nova, fui militante do movimento estudantil, fui da UNE e do Partido Comunista do Brasil, estava no centro acadêmico e tinha muito contato com o centro acadêmico de História, da Geografia, de Letras, **você aprende a ser um militante**, você tá ali fazendo não só por você, mas por outras pessoas, pelo sonho de uma sociedade melhor, isso que nos leva a acreditar que a gente não pode parar e tem mais motivos para lutar, principalmente a questão das mulheres negras, a questão do coletivo das mulheres negras, a questão de tudo o que aconteceu na pandemia com população negra, a questão das crianças negras, educação infantil, as creches. Eu achava inclusive que não ia mais passar por esse perfil da creche e da escola... essas lutas elas não se encerram, sempre estão aí tentando principalmente atingirem as populações mais vulneráveis, mulheres, negras, crianças, juventude, as ações para atingirem esses grupos se repaginam, se renovam, mas as estratégias infelizmente elas continuam nas mesmas modelagens...
9. Estar no movimento negro é muito embate, porque grande parte é politizado, estou em um grupo convergência que são só lideranças nacionais... daí surgiu uma discussão quem é negro de direita e negro de esquerda, todos falavam que são negros de esquerda, você já percebe que ali não tinha liderança negra de direita, a gente começa a ir para a questão do que foi o movimento negro brasileiros desde a frente Negra lá na década de 30, ela já vem escolhendo que lado quer ficar, do lado do trabalhador. Na década de 70 tem a criação do MNU, quando é criado quem abraça o MNU a própria central dos trabalhadores, que também era recém

criada, e depois boa parte dos trabalhadores... o Partido Comunista do Brasil também abraçava aquela frente e depois os trabalhadores, em sua maioria negros e indígenas. Nesse país a gente vê que a esquerda sempre abraçou o movimento negro, sempre teve com ele... então eu vejo que realmente não é que a gente tem que escolher um lado, **a gente entende qual é o lado porque você se olha no espelho todos os dias e você vai ser negro**, você vai ser a mulher negra, você vai ser o trabalhador. Se você é trabalhador, você não é dono do capital, você ajuda a fazer o capital...

10. Eu sou preta... eu me sinto muito preta... quando entrei no movimento negro, as mulheres negras usam turbante e cabelos trançados, até hoje usam... eu nunca fui adepta de trança, sempre usei meus cabelos no Black, não uso turbante, era tida como uma patricinha do movimento, no início eu sofria muitos ataques, com o tempo você vai adquirindo a confiança e o respeito... acho que é isso, não precisa falar mais nada não... penso que até aqui... lógico que não foi só eu e tem inúmeros militantes como a Ana Maria, o Orlando, o Silvestre, a Elenilda Simão, Rosenilda e a própria companheira Natália que faleceu, uma professora brilhante, a gente fez uma macha Zumbi dos Palmares, na zona leste, era uma macha escolar, a gente juntava as escolas⁶⁴, eram mais de dois mil alunos na rua... e os companheiros do Reggae, lideranças do movimento negro da zona leste. Quando a gente vai ser militante principalmente da causa negra, aprendi muito com esses companheiros, a gente nunca vai só, às vezes a gente tinha nossas divergências, mas a gente tinha que estar juntos para fazer o movimento caminhar...
11. Vou contar aqui uma história, foi um momento que vamos dizer mágico, eu tinha muito desentendimento com a Natália, porque eu namorava homem branco, porque eu tinha amigos brancos... ela vinha, a gente conversava e ela trazia música do Bob Marley, era louca pelo Bob Marley... além de professora de História e tinha pós-graduação em várias áreas, tinha o Maracatu e era DG do Reggae, tinha todo um trabalho cultural com seus alunos. A gente teve um desentendimento, era uma moção de aplausos que a gente do movimento negro de Porto Velho ia receber na Câmara, era novembro de 2009, a gente ficou sem se falar... quando foi no Carnaval eu estava em casa muito triste, falei: “quer saber de uma coisa, vou para a zona leste, hoje sai o bloco do Reggae, eu vou!”. Fui sozinha no meio da multidão imensa, isso já era 2010, ela me chama para ir em cima do trio... lembro que ela falou assim: “vou colocar música só do Bob Marley para acalmar o pessoal”, era um trio imenso tocando Bob Marley, o céu estava muito estrelado, estava um céu lindo! A gente sentou em um cantinho, olhando o céu, conversando e ali fazendo as pazes... ela pediu para eu ficar mais um pouco, eu não podia ficar, tinha meu filho de 13 anos que estava em casa, tinha que voltar para a casa, ali a gente se despediu, fui para a casa e no outro dia chegou a notícia que ela tinha falecido de infarto... são as experiências que a gente tem e as oportunidades que Deus dá, era tanto embate de ideias, porque ela era muito petista e eu era do Partido Comunista do Brasil, ela tinha no MNU a base dela e eu era UNERO, mas na hora que a gente ia tratar da política da igualdade racial ou das questões étnico racial da escola estávamos juntas... não sei se terminou a nossa entrevista, mas a professora Natalia foi muito importante na minha caminhada...⁶⁵

⁶⁴ Optamos por ocultar os nomes das escolas, considerando que isso não afeta o objeto de estudos desta pesquisa.

⁶⁵ No encerramento da entrevista, agradecemos e o retorno para leitura e reconhecimento se deu de duas formas: envio prévio por aplicativo de conversa, encontro pelo Meet para validação e possível

Colaborador/a⁶⁶ 2

1. *Eu nasci 27 de junho de 1982, aqui, em Porto Velho. Filha de pais negros, meu pai era policial militar e minha mãe dona de casa, uma família de três irmãos, sou a filha do meio. Meu pai sempre teve uma preocupação muito grande com a questão racial, mas isso nunca foi uma coisa muito clara. Fui a filha mais retinta, meu irmão era chamado de negão, mas ele e minha irmã sempre tiveram a pele mais clara que eu, acho que meu pai tinha uma preocupação comigo, talvez, sofrer alguma consequência da vida. Desde que eu tinha uns 5 ou 6 anos, meu pai falava muito sobre essa questão... de saber qual era meu espaço, meu lugar, o que eu devia fazer, claro que ele falava da forma dele, era muito forte de sentir e pela pouca idade muitas vezes não compreendia, mas com o tempo fui entendendo isso.*
2. *Costumo dizer que como mulher negra, como criança negra que fui, sempre sofri racismo, desde o dia que nasci, a minha cor no meu registro de nascimento está parda, não sou parda! Sou uma mulher negra, isso é uma pele mais pigmentada, uma pele preta. Sou de uma família bastante miscigenada, apesar de meus pais serem negros, minha avó tinha cabelo crespo, mas pele branca, meu avô paterno é bem retinto, veio do Piauí, e o pai da minha mãe também, caboclo da Amazônia com uma pele bem escura, minha avó paterna não conheci, sabia que era de origem portuguesa, apesar da mãe dela ser negra, foi uma família bastante miscigenada... parente de todas as cores.*
3. *Sempre sofri racismo, não de uma forma assim: “ha porque você é preta”, mas “aquela nega do codó, nega do cabelo duro” essas coisas... **eu sempre soube quem eu era, mesmo antes de eu ser, as pessoas já me diziam quem eu era**, acho que isso é uma característica muito das crianças negras retintas... **as pessoas sempre dizem quem você é antes mesmo de você saber quem é**, Frantz Fanon fala isso, o negro só soube que era negro quando alguém disse que ele era negro, até então ele só se entendia como pessoa. Na escola percebi uma certa segregação, a gente sempre sente... minha mãe me arrumava muito, as crianças e as pessoas de famílias negras se vestem muito bem para que elas possam ser melhor tratadas, me lembro que na pré-escola a professora e a diretora reclamaram do meu jeito de vestir muito bem, poderia humilhar outras crianças, depois a gente entende o que é isso... as crianças brancas continuaram se vestindo bem, mas eu não pude usar minha pulseira, meu tênis colorido, minha correntinha no pescoço, meu brinco, meu laço... porque aquilo incomodava alguém. Meu reconhecimento e me assumo como uma pessoa negra, acho que se dá em torno dos 12 anos, quando um professor na escola fala sobre racismo, não me lembro o motivo, não sei porque... não me recordo muito bem o contexto, ele pediu para levantar quem se reconhece como*

adequações na entrevista solicitadas pela entrevistada; posterior encontro presencial para agradecimentos. A colaboradora escolheu como devolução do produto a tese impressa e acompanhar a defesa.

⁶⁶ Nesta entrevista, o uso das reticências representa o momento de maior pausa na oralidade; o uso de duas reticências juntas são pausas maiores. As exclamações representam os gestos de espanto, sustos e impactos ocorridos no processo de interação com a colaboradora. Os nomes dos familiares foram substituídos pelos vínculos, a considerar que tal situação não impacta a pesquisa, deixando a colaboradora mais à vontade. A construção desse *corpus* discursivo ocorreu de forma colaborativa, em que a fala foi organizada por temas abordados e a destacar todas as escolhas da entrevistada em alterar a primeira versão da entrevista.

peessoa negra. Era uma turma de escola pública, uma escola um pouco diferenciada, não tinha uma quantidade tão comum de negros, talvez em uma turma de 40, devia ter 20% no máximo, talvez até menos... tinham pessoas bem mais retintas, acho que eu e mais duas pessoas apenas levantamos a mão... um amigo afirmou que sou morena escura e não negra. Olhei para aquilo... foi com uma flecha sabe... olhei e me posicionei como pessoa negra, sim! Se é um problema para ele, a amizade acaba, pedi reconhecimento e vi a importância de saber me posicionar. Devo isso ao meu pai, sempre me colocar e me reconhecer. Meu pai falava pouco sobre as relações dele no trabalho, sofreu muito racismo, ele já vinha trabalhando isso, porque ele passava, ele não achava uma forma de evitar... meu pai sempre me colocou nesse sentido, ser quem eu era, onde que estava e como que eu tinha que me comportar...

4. Lembro que quando fui fazer mestrado em Porto Alegre estava muito assustada, conhecida por ser um lugar de somente pessoas brancas, descobri ter muitas pessoas negras, no censo, acho que é a terceira capital com maior número de negros declarantes, só perdia para Salvador e para São Luís do Maranhão, e o movimento negro e as religiões de matriz são muitos fortes... Meu pai tinha frases, por exemplo: "olha para as pessoas como elas te olharem. Se ela te olhar com raiva, olha com raiva, se eles te olharem com amor, olhe com amor" ... Pensava o que ele está querendo dizer, uns dois dias que eu tinha chegado lá, fui conhecer um Shopping grande, o Iguatemi, vi uma mulher muito bonita, branca, alta, elegante, essas do tipo personagens de novela, andando no corredor sozinha, esbanjando a beleza, enfim, todo mundo passava e admirava... cruzei por ela quando olhei para ela, ela me olhou com tanto desprezo... ... Devolvi o mesmo olhar... foi automático... ... Ela andou, deu dois passos e caiu... acho que ela não foi acostumada a alguém olhar daquele jeito para ela, eu como pessoa negra sempre fui desprezada, entendi a importância de saber me posicionar como mulher negra, no lugar aonde tinha que ser, o que tinha que fazer, entendeu... naquele momento eu entendi o que meu pai queria dizer para mim... entendi qual era o meu lugar, enfim...
5. Quando fui para o Sul... me entendi como mulher negra e como da Amazônia, de uma universidade de periferia, nortista, foi muito importante para mim, entender o porquê sempre me rotulavam... valorizar as minhas raízes, do que eu era... eu passei a buscar e compreender um pouco mais sobre a história da minha cidade, a história da minha família, conversava muito com a minha avó, até relembrava conversas que antes achava repetitivas e a partir disso valorizar um pouco mais... acho que sair um pouco do meu lugar e ir para outro estranho fez com que eu me entendesse como pessoa humana, acho que foi um processo muito grande dentro do meu reconhecimento racial, olhar para outras pessoas negras e se ver, olhar para elas e ver que não havia nada de errado de ser, se organizar e de fazer parte.
6. Nunca participei de movimento negro... lembro que na minha adolescência a Ana Maria, chamam ela de Ana Maria Negra, me chamava para participar e eu sentia medo... sempre vi aqueles movimentos fortes... hoje quando faço uma reflexão percebo que, na verdade, o meu afastamento era por um medo de ser intitulada, rotulada, como algo assim. Já adulta quando fui fazer o mestrado fora, não participei de nenhum movimento social, era uma coisa muito curta, nem tinha tempo e nem conhecia pessoas envolvidas nisso, **mas participei de dois momentos importantes, o Fórum Social Mundial, e às vezes em manifestações, como no dia 20 da consciência negra.**
7. Em 2004 fiz o processo seletivo para mestrado em outro estado, eu e uma colega branca, ainda não tinha a política de cotas, ironicamente não passei... nenhum dos meus colegas negros

passaram, passaram pessoas brancas. Tinha acabado de receber a notícia, pensando o que fazer da vida, se voltaria para Porto Velho, encontrei alguns professores na universidade, falaram que minha prova foi muito ruim. Eu sabia que a minha prova não tinha sido ruim, porque tinha o mesmo conteúdo da minha colega que passou. Não entendia porque a dela era tão boa e a minha não... fiquei muito mal com aquilo, eles falaram para eu fazer disciplinas como aluna especial no programa, senti como se fosse para ver se era boa o suficiente para o programa, até hoje o programa é nota sete, naquela época nem sabia o que era isso, é um dos melhores programas do país... aquilo ao mesmo tempo que me fazia mal... Mas não sou uma pessoa que desiste. Meu pai verificou as possibilidades e fiquei. Comecei a trabalhar no laboratório, no museu, onde tinha meu pretense orientador, a construir meu projeto e cursei disciplinas, no mestrado e na graduação voltadas para minha área nos cursos de Geologia e de Biologia, fiz todas as disciplinas que eu podia, lá era livre, consegui fazer todos os créditos do mestrado nesse ano. Me coloquei em uma situação de humildade, percebi minhas deficiências, mas não me coloquei em uma situação de inferioridade, que era incapaz, talvez, se me colocasse assim nem conseguiria ficar lá... Eu tinha apenas um colega negro no Instituto de Geociências que estava no último ano do doutorado e era professor na Universidade Federal de Roraima, não tinha nenhum professor negro. O programa de Geociências é grande, existia a mais de 50 anos, o processo seletivo era feito nas quatro linhas de pesquisa, como se fosse quatro programas em um, as provas eram diferentes, os professores diferentes, cada linha devia ter 15 a 20 professores, um instituto muito grande, quando fiz a disciplina na graduação de Biologia e de Geologia, eu era a única pessoa negra...

8. *Voltei para Porto Velho comecei a trabalhar, o meu primeiro emprego foi porque eu tinha me formado em uma Universidade do Sul, a empresa era de São Paulo. Quando meu chefe me anunciou para os meus colegas, falaram: “ela é formada no Sul”, todo mundo imaginava que eu era uma mulher loira, branca e de olhos azuis, quando cheguei para começar e me apresentei... questionaram se eu era mesmo a paleontóloga da Federal do Rio Grande do Sul, me imaginaram diferente, achavam que eu era gaúcha. Eu confirmava e me posicionava que poderia ser, pois existem pessoas negras lá. **Sempre gerava um certo constrangimento das pessoas entenderem, eu tinha lugar em uma posição de destaque, um cargo o qual tinha que assumir... e muitas pessoas durante muito tempo não entendiam, teve um dia que tive que dizer para as pessoas que eu sou a chefe, sou a coordenadora do projeto, entenda qual é o meu lugar e estou decidindo isso e eu assumo esse ônus, então por favor...** tive que em algum momento dizer para as pessoas qual era minha posição, elas muitas vezes não achavam... era bastante difícil isso...*
9. *Como falei, não fujo da luta, minha vida toda foi isso, sempre ter que me posicionar, me colocar e me entender... sofri muito isso na minha segunda parte da infância até adolescência, saber quem eu era, todo adolescente passa por isso e quando você é negro mais ainda, muitos adolescentes não se reconhecem como pessoas negras ou negam sua própria existência, até entender e muitas vezes elas descobrem que são negras da pior forma possível... quando alguém diz que ela é negra... quando sofre o racismo, quando são aqueles racismos velados, elas falam que nunca sofreram racismo, até o momento que aquilo passa a ser escancarado, aí ela sente que sofreu racismo. Isso de alguma forma me posicionou e me fez, talvez, ser uma líder dentro do meu espaço, ninguém fala para mim qualquer coisa... entendeu... hoje as pessoas já param, até costume dizer que só quem é desavisado e não me conhece que vem*

falar alguma coisa. Claro que a gente é rotulado como arrogante, metida, se acha, só quer ser, são os termos que usam muito aqui... Quando fui trabalhar no Estado, no serviço público, ouvia que só estava nesse lugar porque tinha algum benefício com o chefe, você sabe o que estão querendo dizer, porque tem caso com ele ou porque é isso ou porque aquilo, era muito comum. Tive um chefe homossexual, casado com um rapaz, me puxou para trabalhar com ele, ou seja, subir de cargo, o conhecia da área da cultura e de outros espaços, nunca fui amiga dele, era muito comum dizerem que eu tinha um caso com ele, fez isso porque tinha interesse em mim e não na minha capacidade. Já passei por situações de trabalhar em determinados setores, setor público, me colocarem no cargo de menor valor ou, por exemplo, uma vez chegou um convite para que eu pudesse representar a secretaria como uma pessoa negra, dentro da questão racial, nessa ótica, e indicaram uma pessoa branca para ir, a pessoa branca que foi indicada dizer que quem deveria ir era eu, porque sou mulher negra e isso ser simplesmente ignorado... **então quando vejo as outras pessoas do movimento que falam isso, sei que é verdade que não são identificadas como negras**, para mim às vezes é um pouco difícil pelo meu cabelo, pelo meu nariz, pela minha cor...

10. Acho que primeiro construir minha carreira profissionalmente e assumir a minha identidade como mulher negra, foi o momento que usei tranças e turbantes, deixei de alisar o cabelo, a entender que usar coisas coloridas ressaltam mais minha beleza. Quando começo me assumir desse jeito as pessoas também começam a me identificar como uma mulher negra, em nenhum momento fiz parte de uma organização racial, nunca fui do MNU, de nenhum colegiado negro... nunca fui, mas de alguma forma aquilo **passou a ser uma referência, então as pessoas começaram a me convidar para falar...** lembro que há muitos anos, mais ou menos uns 10 anos, fui participar, como representante da área da cultura com outros colegas, da festa do Divino no interior, na região do Vale do Guaporé, que tem vários quilombos, é uma festa feita pelos quilombos, todo mundo era negro, era um quilombo, a festa do Divino ia chegar e terminar lá. Tinha deixado meu cabelo afro, ficavam me olhando, olhando meu cabelo, tornou referência para aquelas mulheres, uma mãe chegou para mim e comentou que a filha gostou do meu cabelo e não quer mais alisar. Vi que as mulheres negras alisavam o cabelo... isso me marcou e, ao mesmo tempo, ver como se eu fosse referência em uma comunidade negra em que as pessoas não acham possível ter um cabelo afro bonito... eu tirava fotos, não sou fotógrafa, mas ouvi de uma menina que queria ser fotógrafa... aquilo passou para ela, alguém que ela poderia se identificar... foi o momento que entendi que eu poderia ser uma pessoa a ser espelhada... **quando alguém pede minha imagem para ser vinculada, seja em entrevistas, seja em fotos, sempre acho isso muito importante, acho que isso é um papel social.** Nós, como mulheres negras, entendermos que a gente pode ser quem a gente quer ser, qualquer pessoa.
11. A minha militância começa nesse sentido, de ser quem sou, entendeu... e a partir disso passar a ser referenciada... isso passa **a ser referenciado de alguma forma, as pessoas passam a me reconhecerem, muitas vezes sou chamada para entrevistas... eu gosto disso, acho que é importante, sim, a gente se colocar.** Esses dias recebi um convite da Igreja Católica para representar a diocese dentro do Conselho Municipal de Igualdade Racial, achei muito legal da diocese buscar uma cadeira e as duas representantes eu, como titular, e uma indígena, como suplente, a Igreja se abre para isso, acho que isso também é muito importante...

12. *Comecei a me perceber quando estava estudando fora, comecei a usar tranças no cabelo, vi outras meninas usando tranças, a usar brincos grandes, colares grandes, eu via isso, mas era sempre assim aquele objeto estranho, quem é essa pessoa que está aqui? Morei um tempo em um bairro muito nobre, no apartamento de uma amiga que tinha ido fazer parte do mestrado dela no Chile, eu e outra amiga meio que dividindo apartamento, super gente boa. O apartamento ficava no último andar, o zelador, era branco, ficava olhando incomodado, nem tanto com minha amiga que era branca. Um dia a gente vinha chegando do mercado, do museu e com a mochila nas costas, tínhamos o mesmo orientador e trabalhávamos no mesmo lugar, fomos abrindo o portão e vinha uma senhora com a sua filha e perguntou se eu trabalhava ali ou se conhecia uma empregada doméstica, olhei para a cara dela: não, por que você trabalha? Ela ficou totalmente sem fala e parada, a menina dela começou a rir... Respondi que morava ali e fui subindo, dei as costas, dei de ombro e fui subindo. Ela ficou falando sozinha, primeiro ela queria xeretar minha vida, o que estou fazendo ali, não era meu lugar, e segundo se eu estava ali, então logo, não podia ser moradora e sim, com certeza, empregada doméstica, a justificativa dela que queria uma empregada doméstica se eu poderia indicar. Fui ouvindo o resto da conversa, deixei falando sozinha, minha amiga questionou como falta de educação fazer isso. Respondi que não, eu fiz isso porque eu sei exatamente o que ela fez, estava fazendo racismo comigo, ela não percebeu, porque o racismo é o crime mais perfeito que tem, ele é silencioso, quem sofre é a vítima. Para minha amiga era apenas uma pergunta se eu conhecia alguma empregada doméstica, questionei se ela conhece alguma empregada doméstica? "Não"... Você acha que eu conheço alguma empregada doméstica? "Não"... Ela fez essa pergunta só para mim e não fez para você... era óbvio o que ela queria dizer, era óbvio o que ela queria, isso era claro...*
13. *Dentro do programa nunca tive problema com colegas, um ou outro fazia algum comentário, mas era mais uma questão do norte do que de fato de raça, uma questão mais de localização geográfica, primeiro que eles não sabem Geografia, isso é bem complicado porque Rondônia e Roraima para eles é o mesmo lugar, o norte e nordeste também, tinha essas coisas assim, mas enfim, sempre tentava levar com bom humor e situar que quem tinha desconhecimento era ele e não eu, mantinha o diálogo em questionamentos sobre Geografia com humor. Às vezes tinha que se posicionar, dizia para elas: eu sei quem eu sou, agora se você não sabe quem você é? Eu sei, você tenha muito cuidado com o que você vai me dizer, você não está dizendo para qualquer pessoa!*
14. *Tenho uma filha, pele clara e cabelo solto, quando nasceu o cabelo dela era liso, por conta da descendência do pai, não é brasileiro é da América Central, tem traços mais europeus e indígenas que é a miscigenação dele, ela nasceu com essas características... as pessoas não entenderiam ela como uma criança negra, entenderia ela apenas com uma criança morena, da pele escura, um pouco mais e tal... ela tem nariz afilado, cabelos cacheados que não seriam as características de uma pessoa preta, aqui no Brasil... tento trabalhar isso com ela, como uma criança negra. Esses dias tinha uma questão de reconhecimento, falei que ela era uma criança preta, mas depois ela se questionou, porque a pele dela não é tão escura como a minha, mostrei que a pele dela é mais escura do que a do pai, quase igual à minha e disse que ela é filha de uma mulher negra, é uma criança negra. Ela entendeu, mas é muito difícil, uma vez ela falou que meu cabelo era feio, tive que explicar que os cabelos são diferentes, não existem cabelos bons ou ruins, que os cabelos são diferentes e que está relacionado às escolhas*

que as pessoas fazem, se alisa ou não. **Hoje, também, dentro do movimento negro é uma questão, “haaa mais porque ela alisa, então não é negra”... não é assim... a pessoa pode ter o cabelo que ela quiser, hoje a gente tem uma maturidade de entender que você pode ser negro, ter o cabelo liso e mesmo assim ter uma identidade de raça, porque você se acha mais bonita assim, é uma questão mais de estética e não racial, apesar de que o black power é um símbolo racial, mas hoje dentro do movimento negro a gente já entende como uma escolha estética e que isso não te influencia na sua identidade em si, mas quem é de fora não entende isso.** Tento trabalhar isso nela, é comum dela chegar e dizer que ouviu de outra criança que minha pele não é legal... entendeu... reproduz isso, ela é muito expressiva, sempre se comunica muito, fala tudo o que ouve. Hoje, como mãe que tenta trabalhar essa questão racial com a criança é uma luta, também vejo que muitas mães brancas com filhos negros, sejam adotados ou biológicos, mandam mensagens no Instagram ou amigas que me perguntam como lido com isso. Esses dias uma amiga, mãe de uma criança negra, adotada quando bebezinho, falou que o filho dela, hoje com 14 anos, semanalmente ele é abordado pela polícia, ele estuda na escola de música no período noturno, das 7:00 às 8:00 horas, a casa dele é uma quadra da escola... a mãe dele começou a perceber e se preocupar porque ele começou a tratar isso com uma naturalidade... rindo porque foi abordado pela polícia de novo, ela entendeu... falei para ela trabalhar com ele o porquê que ele é abordado, que isso é uma questão social e racial, ele precisa se entender como isso, agora ele pode achar engraçado, mas o dia que ele levar o primeiro tapa, a primeira cacetada, ele não vai achar engraçado, ele precisa se posicionar, se entender como um rapaz negro que ele é e você trabalhar isso, ele precisa ter cuidados, infelizmente hoje a gente precisa ter cuidados, é muito importante da gente entender essas questões...

15. As políticas são reais e eficazes, isso é fato, na época que entrei na universidade não se tinha ainda a política de cotas. **As políticas públicas são efetivas**, me lembro que quando fui para o mestrado estava acontecendo Fórum Social Mundial e estava estampado: “menino negro não consegue fazer a prova de vestibular”, não era nem sobre o fórum, o menino foi fazer vestibular na escola Israelita, uma escola Judaica... tem em alguns lugares do Brasil e tem lá... e esse menino negro era filho de um juiz branco, o pai deixou ele e o colega branco na escola, ele não conseguiu parar em frente da escola, os meninos desceram, como o horário estava estourando, correram para conseguir entrar no portão, o menino negro na frente e o colega branco atrás... como lá é uma área muito nobre tinha polícia, o policial viu o menino negro correndo na frente e o menino branco atrás, pensou: “ladrão! Roubou alguma coisa do menino branco”, a polícia parou o menino negro, o menino branco conseguiu entrar na escola, jogaram menino no chão, o pai, juiz, ficou assistindo tudo de dentro do carro, qual é o pai que não deixa o menino na escola e não fica olhando para ver se ele vai entrar, ele ficou estático sem saber o que fazer... .. o portão fechou e o menino não conseguiu entrar, regras são regras no vestibular, o pai insistiu, falou com o policial que pediu desculpa, mas o menino não conseguiu fazer o vestibular em janeiro de 2005... Logo depois foi implantada na faculdade de medicina as cotas raciais, acho que foi um dos primeiros lugares, não sei se foi naquele ano 2005 ou 2006, mas foi próximo, entraram três ou foram quatro alunos cotistas no curso de medicina, os professores se recusaram dar aula para os alunos, disseram que eles não tinham capacidade de entrar na universidade, até então o programa de cotas era uma coisa muito nova, não se tinha ainda dados o suficiente para provar a eficácia do programa... lembro que

eu tinha uma colega que namorava um aluno da medicina e ele concordou com o professor que os alunos que vem da escola pública não conseguem fazer medicina... olhei ele falando! As pessoas fazem esse tipo de comentário não se importam se estão na frente de uma pessoa negra ou não, simplesmente expressam opinião dela, não está te desrespeitando. Na Faculdade de Medicina tinha um corredor imenso, imenso, imenso, não sei mensurar quanto, era muito longo esse corredor, olhava os professores e a foto de cada aluno formado medicina acho que tinha mais de 100 anos, foi umas das primeiras no Brasil, o que aconteceu... Ele falou tudo, ouvi e questionei quantos professores negros ele tinha? Na tranquilidade respondeu que nenhum... Perguntei se ele conhecia o corredor com as fotos dos graduados em medicina, se lembrava de quantas fotos de alunos negros haviam naquele corredor? Ele não lembrava de nenhum. Uma faculdade ao longo de 100 anos formando entorno de 50 a 100 médico por ano e não ter nenhum aluno negro, questionei: tu acha isso normal? A terceira capital com maior número de negros declarantes no Brasil e não tem 20% de médicos formados da faculdade pública no curso de Medicina... isso é normal? Agora você tem a pachorra, a cara de pau de falar para uma pessoa negra de que outras pessoas negras não são capazes de se formar no curso de medicina porque não são egressos de escolas particulares, você estuda numa instituição pública e acha que pessoas negras que nunca conseguiram acessar o ensino básico particular não são capazes de fazer um curso superior numa instituição pública... você sabe como isso se chama... ele ficou calado... ... Alguns anos depois ele casou com essa minha amiga, veio me agradecer, disse que aquele momento ele entendeu o que estava acontecendo, inclusive se tornou militante dentro da área dele, como ele se entende como pessoa, acho isso muito importante... **acho que nem todo mundo tem que militar, mas se você se entender como pessoa dentro do lugar onde você está e tentar melhorar esse lugar, eu acho que é extremamente importante para todo mundo, acho que o mundo seria muito melhor...**

16. Essa foi a primeira experiência que tive com cotas raciais, de entender, foi a experiência que vi, ouvi e que estava acontecendo naquela cidade, comecei a pesquisar um pouco sobre isso e entender que em algumas universidades do Nordeste, no Rio de Janeiro já estavam implantando cotas, mas isso foi uma coisa bastante morosa de entender, **apesar de ser uma lei federal, as próprias instituições entenderem que elas eram lugar de inclusão e não de exclusão...**
17. Quando voltei em 2008, a universidade aqui não tinha nenhum programa de cotas nesse sentido, pelo menos que me lembre... logo depois começou a se implantar. Acho que as cotas começaram a se fortalecer e começou ter as discussões, as mesmas que tinha ouvido a seis ou sete anos atrás, de que as pessoas eram incapazes, mas quando começam a surgir os primeiros estudos, resultados e mostrar os alunos cotistas, os primeiros formados, após os primeiros quatro anos, você vê que a justificativa de que essas pessoas não conseguiriam se formar, de que elas iam gerar gasto público maior na universidade, começou a perceber que não, esses estudos parecem não ser muito relevante, como se as pessoas tivessem gritando e não querendo ouvi-las...
18. Me identifico como negra/preta, claro! Primeiro que pardo para mim não existe, ele é papel! É desculpa para não dizer que é branco, porque está claramente dizendo na sua cara que não é branco, mas não quer se assumir como negro, se toda pessoa parda entendesse que é negra acho que **a gente conseguiria endurecer mais a luta**, se as pessoas se reconhecerem, as coisas seriam mais naturais, porque é comum ver uma pessoa que se declara como parda

*ser anti-cotas para várias coisas, nitidamente a pessoa é negra, só que tem o cabelo liso, os lábios finos, ela se declara como parda, é um subterfúgio, você dizer que não é branco, mas também não é negro e, aí, usa a desculpa da avó que foi escrava, quando consegue ter isso como referência que é muito raro, ou a vó foi pega a laço, como se fosse a coisa mais romântica do mundo, como se isso não lembrasse uma violência física que essa pessoa sofreu, abusos sexuais, para ela chegar a ter aqueles herdeiros. As pessoas tratam isso com muita naturalidade e não é assim, por exemplo, pessoas de origem italianas conseguem ter a cidadania, se eu não me engano até a quarta ou quinta geração... entendeu... às vezes a pessoa não tem nada fisicamente de italiano, dos ancestrais dele, mas se considera pelo sobrenome que tem, agora, porque as pessoas de origem negras ou indígenas não se consideram, elas dizem que o avô era negro ou que avó era indígena, ela não se diz negra!... **é um apagamento, um silenciamento, sempre foi tido com algo ruim ser uma pessoa...** a política de eugenia e de embranquecimento que toda sociedade brasileira passou, tudo isso é resultado.*

19. *Para finalizar, acho que a gente... .. é reconhecer a necessidade de cotas, **acho que ela é essencial para própria sobrevivência da nossa sociedade brasileira**, principalmente como uma política reparatória, de tudo isso que nosso povo passou, mais de 300 anos de escravidão oficial e mais ou menos uns 100 anos de escravidão não oficial, é normal vê pessoas que são segregadas, demitidas de emprego, tratadas como escravos de categorias inferiores por serem negras... eu sei, eu vi isso e, sendo aluna de pós-graduação ou até dando aula no ensino superior, o quanto que a educação transforma as pessoas, o quanto que o ser humano se transforma a partir de tudo isso... faz com que você se entenda como pessoa e busque seu lugar. Quantas pessoas acenderam, pessoas negras acenderam com as políticas de cotas e muitas vezes elas nem entenderam que aquilo era uma política, às vezes ela entrou na universidade por um governo que ofereceu outras políticas e ela conseguiu acessar, aumentou o número de vagas na universidade ou no serviço público, ela conseguiu acender socialmente por conta disso, vejo várias histórias da minha família e de pessoas próximas que fizeram isso, que viviam de Bolsa Família, filhos de empregadas domésticas que conseguiram entrar na universidade pública, terminou sua graduação e conseguiram ascender socialmente, agora uma crítica que faço as cotas, dar uma oportunidade para pessoas negras, que não acessam inúmeras políticas, isso não tornam elas conscientes... isso não torna essas pessoas conscientes de jeito nenhum... é a luta que vai construindo e muitas vezes tem pessoas que acessa por oportunismo racial de forma consciente...*

Colaborador/a 3⁶⁷

⁶⁷ Nesta entrevista, há presença constante de sons de carros e motos. O uso das reticências representa o momento de pausa na oralidade, o uso de duas reticências juntas são pausas maiores ou momentos inaudíveis. As palavras, os assuntos abordados e/ou expressões repetidas foram excluídas ou reorganizadas sucintamente. Os nomes de pessoas foram substituídos pelos vínculos, exceto as pessoas públicas, a considerar que tal situação não impacta a pesquisa e deixando o colaborador mais à vontade. A construção desse *corpus* discursivo ocorreu de forma colaborativa e com retorno da entrevistada para análise e concordância. Sendo a devolutiva solicitada a disponibilização da tese em bibliotecas e verificar a possibilidade futura de dialogar com o ensino básico.

1. *Estou a mais de 38 anos em Rondônia, praticamente... a metade da minha vida, mais da metade da minha vida, cheguei aqui com 27, estou com 64. Cheguei em julho de 85... quase 40 anos, uma época boa... Tentei formar em economia na UNIR... a universidade passava por um processo muito difícil, paralisações, greves e acabei não formando em uma faculdade pública, depois fiz uma especialização em uma Universidade em Campinas em gestão de inovação tecnológica. Estive vinculado a um movimento negro aqui, em Rondônia, e em Brasília, hoje não tenho mais vínculo com o movimento negro porque com a chegada do governo do PT... nós tivemos muitas baixas dos movimentos sociais, as pessoas passaram a servir o governo e não fizeram a renovação... nós erramos em não fazer a renovação e preencher aqueles vazios das pessoas que foram servir o governo, isso foi um problema tanto no sindicato quanto no movimento social... esse é um problema sério identificado e a pandemia piorou, porque agora tem novos modelos de organização que a gente ainda não entendeu, o pessoal de esquerda tem muita dificuldade de lidar com as mídias sociais e o modelo que estávamos acostumados já não resolve; essa juventude ela utiliza muito celular, hoje se faz tudo por telefone... e não conseguimos fazer uma organização social de trabalhadores através desse telefone, as lideranças ainda não compreenderam isso, não compreenderam a dimensão, como a gente consegue ter um programa fácil para fazer, por exemplo, capacitação política para luta de classe, que a luta de classe continua... ... será uma luta étnico-racial, contra o sexismo, das pessoas da diversidade sexual, ela vai ser sempre uma permanente luta contra tudo aquilo que é diferente e a sociedade conservadora quer banir do meio.*
2. *Tem muito que se trabalhar e as relações pioraram nos últimos anos, por exemplo, a dimensão do caso do jogador Vinícius Júnior... no Brasil não é diferente tem times sendo punidos... uma explosão desse ódio racial, contra homossexuais, contra determinados grupos religiosos de matrizes africanas, estão quebrando terreno no Brasil inteiro, esse ódio de alguns fundamentalismos ampliou e hoje tem pouca punição, porque uma das coisas que freia isso é a punição, não tem muita... ... Embora o STF tenha recentemente adotado racismo e injúria racial como crimes que não prescrevem e não tem pagamento de fiança... se fizer uma análise não tem ninguém preso por racismo e nem injúria racial... diz que só uma brincadeira, não tem uma preparação para os agentes de estado agirem dentro desse processo legal... não estou falando que a gente precisa ser estúpido ao ponto de criar uma sociedade completamente em conflito, pode buscar mediação sempre ante de qualquer conflito, mas em um aspecto legal, não é ser nem bonzinho e nem ruinzinho, tem que ser justo, certo.*
3. ***As cotas** não são uma inovação do movimento negro... tem cota para participação da mulher no processo eleitoral, o partido para se registrar tem que apresentar 30% de cotas para a mulher; muitos partidos colocam mulheres como laranja só para cumprirem a lei. Essa questão de cotas já existe há muitos anos para pessoas com deficiência, qualquer concurso público tem obrigatoriedade de colocar efetivamente a lei que **é uma forma de alavancar a possibilidade dessas pessoas** ingressarem no serviço público e no serviço privado e ter oportunidade para pessoa desenvolver ali suas capacidades e qualificação; não é porque a pessoa tem uma perna amputada que ela não tem qualificação, não tem competência, ela tem diversas competências... quando a gente **discute cotas raciais e não só a cota em si, mas as políticas afirmativas como um todo**, nós estamos discutindo uma população que dos mais de 500 anos de fundação desse país teve mais de 400 anos de escravidão, o negro brasileiro só pode ingressar no serviço e na escola pública na década de 40 do século passado, nós passamos 400 anos fora das escolas públicas, não podia fazer faculdade, universidade, não podia fazer nada, era proibido, foi negado o acesso à terra quando foi feita a abolição em tese que se fala; discutimos que abolição foi o termo legal, o que foi foram as revoltas populares que acabaram*

com a escravidão e também a questão da revolução industrial que precisava de mão de obra remunerada. Há um conjunto de fatores aí que se chama de abolição, não foi abolição, aboliu o regime escravocrata, em tese, e afastou o negro do meio de produção e ele foi criar a favela. O Lobão, embora um cara que eu não goste, tem uma música interessante que fala que a favela é a nova senzala, raízes da mesma tribo... .. observar como os índios são tratados pela FUNAI, pelo estado, eles precisam ser alavancados... agora nós tivemos a questão dos Yanomamis, é dignidade humana, se apropriam das riquezas e deixa o lixo humano jogado na sarjeta, isso precisa se discutir; **cota racial é política afirmativa racial é um direito! É um direito! É um direito, não é benevolência estatal, não é benevolência de ninguém... é um direito a ser reconhecido** pelo histórico terrível que essas populações negras tiveram. Se analisar os dados do SUS e do Ministério da Saúde o maior índice de mortalidade na COVID foi de pessoas negras, isso tem tudo a ver com a miséria e pobreza, se você analisar os dados do IBGE as populações negras, mesmo elas trabalhando e sendo qualificadas, recebe muito menos salário, as mulheres piores ainda.

4. O Itamaraty só começou ter negros fazendo diplomacia a partir do regime de cotas, hoje nós encontramos diplomatas negros brasileiros pelo mundo inteiro e passou 500 anos; tivemos a notícia de uma, uma diplomata negra na década de 80 que foi, segundo tudo consta, morta de depressão... os embaixadores brancos ricos não aceitaram a diplomata negra, era tratada como empregada doméstica, isso na década de 80, foi notícia do Correio Brasiliense. A gente reivindica essa questão de porque o negro não pode acessar o Itamaraty para poder fazer uma carreira diplomata, o regime de cota lá mostrou que é viável e a Universidade de Rondônia tem fugido desse debate porque ela justifica que o regime de convocação via ENEM prioriza a questão de renda com recorte muito pouco indígena e um recorte quase nada racial, se observar os editais da universidade, eles mascaram essa possibilidade, nós temos tentado provocar isso... a universidade não vive de reitor, mas a acadêmica não aceita essa provocação; várias vezes tive a oportunidade de ir em programas de rádio e televisão, já me sentei junto a reitores da universidade, na Assembleia e outros espaços públicos de discussão fiz a provocação entra em um ouvido e sai em outro, muitos amigos meus, eu falava em grupos de negros que a gente fazia as discussões, movimento afro-religioso, movimento negro, movimento negro de cultura, sempre provocamos isso e a universidade não tem boa vontade acadêmica para fazer esse debate.
5. A UnB foi uma das primeiras a fazer o regime de discussão de cotas e aplicar, uma coisa é fazer a discussão, muitas universidades fizeram, é um processo bem efervescente; aqui tinha muita discussão de cotas raciais nos concursos públicos e recebemos apoio de vários representantes, lamentavelmente a discussão é muito rica e produtiva, depois quando fecham as portas da audiência pública, das grandes reuniões o assunto termina. Pega, por exemplo, concurso público do Tribunal de Justiça, em que um rapaz negro se apropriou do regime de cotas e passou para um monte de coisa, você consegue visualizar só que não há uma exploração dizendo que há aquela probabilidade, isso obviamente que é mérito dele, obviamente que não estou dizendo do mérito, mas **a questão de cota propicia essa criação da ideia de que eu posso** em uma população... .. quando uma criança negra vê aquele juiz que passou, ela fala “eu posso”, a minha filha dizer “eu posso chegar ali”, quando vê uma diplomata que foi por meio de cotas; mesmo com todas as dificuldades, porque o negro começa a trabalhar mais cedo, o negro é que vai maior número para os presídios, a negra, a maior parte, infelizmente, está na prostituição; até hoje discutindo a legalidade da legislação do trabalho doméstico que agora teve um retrocesso, as pessoas não contratam mais para não pagar a previdência social

e décimo terceiro ficam enganando a legislação, cria um regime de contrato temporário que você não se obrigada a nada, são coisas assim... ..

6. *A luta por políticas afirmativas raciais tem uma dimensão muito grande, tenho uma discussão com os colegas que fazem resistências aos movimentos religiosos afro, candomblé, umbanda, tenho convicção de que eles fazem uma resistência muito grande dentro de seus... quer colocar culto religioso que seja para todas as religiões daqui ou matrizes religiosas, igual à Constituição diz o Estado tem que ser laico. Quando falo de políticas afirmativas estou dizendo o seguinte: tem grupos que dentro do olhar da sociedade são prejudicados pelo racismo institucional que o nosso ministro hoje, Silvio Almeida, tem discutido há muitos anos é uma realidade, **nós pagamos os mesmos impostos do que qualquer um...** ... e quando olha as pessoas de poder de mando são 100% brancas, quando coloca negro são nas áreas que você não tem poder de fogo, não colocam o caixa, o cofre, na mão da população negra... .. O secretário de finança fala todo mundo respeita, o secretário de esporte é só para aquele grupo de esporte... entendeu... essa representatividade é minha discussão com os movimentos negros.*
7. *Aqui em Rondônia tem muito essa ideia de empoderamento... quero ter a garantia da discussão para que o templo de umbanda e de candomblé funcionem sem ser vigiado, depredados como acontece... mas eu quero dar o plus saber o porquê uma mãe de santo não pode assumir uma secretaria de estado... numa administração de um prefeito aqui de Porto Velho, depois de muito debate, conseguimos implementar o nome da maternidade municipal de Porto Velho de Mãe Esperança... a gente conseguiu chegar e foi contra tudo e contra todos. Tem a praça bola sete que foi um cara que veio da Bahia, ele ia para cima no debate racial, não aceitava, não tolerava a violência racial e hoje tem uma praça na região próxima ao 4 de janeiro chamada praça bola sete que ninguém sabe... mas as pessoas sabem quem foi Marechal Rondon e Rogério Weber e não sabem quem foi o Mister Davis, um dos maiores empresários do município de Porto Velho e negro...*
8. *Não me considero um ativista, tenho uma responsabilidade para estar resgatando esse pouco que eu conheço através do aprendizado com as pessoas locais, tive ótimas pessoas para dizer “vai por esse caminho”. Milito em um partido político que me dá uma oportunidade de sair da caixinha e dizer tem que desafiar isso, porque essa aqui é a história contada. Esses dias fui fazer uma discussão com determinada pessoa que é historiadora e disse a ela que tem historiador e historiador, não quero saber do Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala, ele reproduz o que o europeu queria o embranquecimento do Brasil e dizer que nós somos uma sociedade morna, pacífica; nunca fomos uma sociedade pacífica e todo mundo é bonzinho com todo mundo... que o negro é bonzinho e que fez cultura científica na sociologia e na história brasileira por muitos anos, para vender essa história de que nós somos todos bonzinhos com todo mundo, **não existe bonzinho com todo mundo quando você diz que vai ter cota para o vestibular de medicina porque 100% é branco...** ... **ai não tem bonzinho porque vão dizer “sim, mas vocês vão tomar a vaga dos branquinhos”,** meu amigo, você passa o dia todinho estudando em um colégio pago para entrar em uma universidade pública, nos melhores cursos e o pobre passa o mês todinho estudando em uma escola pública ruim e trabalhando para concorrer os piores cursos da universidade pública e não consegue ficar, porque a evasão escolar é alta e o filho do rico fica, porque um curso de medicina tá 10 ou 12 mil, então, ele tem que tomar a vaga do ensino público nos melhores cursos e quando a gente diz que medicina é um curso 100% branquinho... .. só tem uma forma dos negros chegarem lá... .. e querem dizer que há uma incompetência nos cotistas, outra imbecilidade, os cotistas hoje têm as melhores notas do Brasil, porque eles sabem muito bem o espaço público que eles estão, isso não é falácia, os cotistas saem muito melhor nos cursos, porque eles sabem agarrar*

oportunidades; essa falácia de que “há vai entrar incompetente devido ao regime de cotas”, os dados e fatos diz que os cotistas têm se saído melhor nos cursos... .. e não tem evasão escolar se agarram passando fome na sala de aula, vão fazer o curso e a família toda se reuni para poder ajudar a bancar aquela permanência porque sabe que ali é a única alternativa para dar um plus na qualidade de vida e na economia familiar, todo mundo se junta entorno, quando um negro fala “eu sou o primeiro negro que formei da família” a dimensão sociológica disso passa de uma matéria jornalística na televisão, é muito infinitamente maior... .. se eu sou ativista, não sou, talvez eu seja um ativista de dizer que a gente tem muita luta pela frente... ao longo dos anos tem valido a pena quando a gente ouve isso quando a gente vê isso...

9. *Fizemos um debate importante uns 4 ou 5 anos atrás, trouxemos a embaixadora de Barbados, um país das Antilhas do bloco da formação das populações da Madeira Mamoré, com todas as honras de estado, assim como foi para o embaixador da China, guardadas as dimensões do que produz a China e de Barbados... .. precisamos registrar que o governo do estado entendeu a demanda e colocou à disposição da vinda da embaixadora de Barbados todo o aparato estatal; resgatamos o chá das cinco com os bolos e cantaram na Igreja Assembleia de Deus os hinos em inglês. Na década de 90, fui diretor-geral de um clube social aqui muito famoso... fiz várias ações, uma das ações foi resgatar os antigos educadores do município de Porto Velho... .. fizemos uma belíssima homenagem e ouvimos as histórias, fui me apaixonando pelos povos antilhanos, falo muito sobre isso e falo também do Estado. O estado de Rondônia foi o estado no Brasil que pagou a mais cara sentença a um rapaz, ele entrou contra o estado porque foi pego enganado, ajudei na época e uns anos ele reapareceu no meu trabalho porque o dinheiro estava saindo naquela semana; só pedi para fazer isso com o próximo, porque eu estou tranquilo financeiramente, estou bem, não sou rico nem pobre, não foi quem passou todo o processo, sei só o que ouvi dizer... .. o movimento nacional de meninos e meninas de ruas, que fui coordenador aqui, produziu um monte de lideranças... por outro lado, perdemos alguns assassinados e outros para o regime prisional...*
10. *Quando cheguei aqui em Rondônia, em 1985, conheci um grupo chamado Cabeça de Negro, eu já vinha do movimento negro em Brasília, o Cabeça de Negro tinha um movimento interessante, era um movimento cultural muito forte em Porto Velho, a gente se reuniam para acampar e fazer o debate do 20 de novembro contra posição ao 13 de maio, era uma época que estava em efervescência, os movimentos sociais, todos muito aflorados, fazendo esse grande debate no nível nacional, período antes da constituição de 88... .. sempre discuti muito a questão do empoderamento, a discussão nunca foi cultural e nunca foi de religião, tenho um profundo respeito por esses estratos, eu quero discutir quantos deputados negros tem porque a gente não precisa ficar com pires na mão toda vez que precisa de alguma coisa, mendigando para esse povo; isso nunca foi muito bem assimilado porque é um debate que ultrapassa a minha vaidade; se tiver um deputado, um senador... .. não é que me represente que é dos meus, uma coisa é me representar outra coisa é dos meus, sabemos que tem negros que serviram a escravidão para entregar os outros, tem sindicalista que entrega os outros para a empresa; quero um dos meus porque esse sabe exatamente o que é a nossa passagem, quando é humilhado pela política, quando é um humilhado por uma instituição pública, quando é humilhado em um supermercado que você entra e os fiscais fica te acompanhando e não pode falar que é assédio moral que tá quietinho fazendo de conta que tá olhando para todo mundo, quando uma mulher negra entra com a bolsa e eles pedem para deixar na entrada e os outros não, quando a polícia vai fazer uma investida em uma população só vai onde tem negro...*
11. *Com o estatuto da criança e do adolescente nós fizemos uma discussão aqui em Porto Velho e conseguimos sensibilizar a secretaria de estado, justiça e cidadania para separar da*

delegacia de ato infracional que também recepcionada criança e adolescente vítima; quando separou teve um momento que fizeram estatística para cada 1 ato infracional do jovem, você tinha 20 ou 30 que eram vítimas... faço um debate em relação a isso sobre previdência, nós estamos matando o cara que vai pagar sua previdência amanhã... .. assassinando dinheiro, quando faço essa discussão talvez consiga sensibilizar, porque não estão só matando um preto, estão matando uma fonte de renda... .. esse é o ativismo que eu acho que a gente precisa trazer, isso é luta de classe com recorte, só a luta de classe vai continuar tendo machismo, sexismo, vai continuar querendo matar gay, precisamos fazer o recorte da luta de classe com recorte de política afirmativa racial... não podemos admitir que é normal na Amazônia como vivem as populações indígenas, isso é recorte racial, não podem viver sem dignidade como vivem e nós banalizamos, achamos normal eles vendendo ali seus cocares... .. nós não podemos banalizar e achar que tá normal, que tá tudo normal, só mata jovens... .. e o poder do estado... .. e é negro, a grande maioria, as populações de ruas... o estado não dá conta de um monte de coisa... e nós normalizamos, entende... .. esse ativismo precisa ser reproduzido, não dá para sentar na frente do sofá, pegar o controle remoto, ligar o ar-condicionado, estou com minhas filhas com a barriga cheia fazendo faculdade, tenho uma remuneração, tenho um carro e achar que tá tudo certo...

12. *Sou negro e sou preto, sou preto/negro, embora meu registro de nascimento diz que sou pardo, na verdade, pardo é descendente de pardal, foi uma forma do racismo institucional descaracterizar a negritude; o censo do IBGE na década de 80 fazia a pergunta, qual é a sua cor? Naquela ocasião o Brasil descobriu que tinha mais de 140 cores de pele, pardo, branco, branco da alma branca, polaco, negro, moreno, chocolate e foram descaracterizados, foi colocando tudo quanto que era nome para minimizar. Hoje é uma política afirmativa discutir, por exemplo, que a mulher negra não precisa mais alisar o cabelo se ela não quiser, para se esbranquiçar, ela tem direito de andar com as tranças e ninguém ficar tocando no cabelo dela, essa é uma decisão, por exemplo, das minhas filhas, o empoderamento da mulher passa pelo cabelo... .. essa é uma dimensão muito grande, eu vim agora a pouco de uma atividade em que uma moça dos 16 anos, um cabelo black power, vi ela dá uma bronca em uma pessoa que quis pegar no cabelo dela, **não se pega no cabelo de mulher negra, isso é afirmativo, seu cabelo não é bom nem ruim, seu cabelo é diferente...** .. porque ruim foi o eurocentrismo que impôs a cultura brasileira dizendo quem tinha o cabelo que não era liso, era ruim, o eurocentrismo que historiadores, filósofos, todos eles copiavam e dizia que o Brasil tinha que embranquecer ao longo dos anos, embranquecer os casamentos inter-raciais... .. que os brancos são melhor que o negro africano... você pega a história do Rei da Bélgica, o que ele fez na África... entende... extermínio assim... é um... a outra...*

13. *Não quero falar mais nada, o que desejo... acho que o doutorado é uma oportunidade grandiosa de aprendizado de todas as partes importantes, inclusive a sociedade, se faz um doutorado ele vira uma fonte pública de informação, o meu pedido e que ele se tornem uma fonte pública de fácil acesso, a gente tem tido muita dificuldade de ver o resultado disso, de se tornar extensão ao público, se tiver a oportunidade de deixar nas bibliotecas das escolas, das faculdades particulares, uma oportunidade das pessoas tocarem aquilo e quem sabe um acaba fazer uma leitura e se identifica, esse é um pedido que eu sempre faço, buscar tornar de fácil acesso, embora eu saiba que não é fácil, reproduzir isso, editora, muito difícil, mas tentar deixar isso público, na internet, no kindle, em todo lugar o máximo que puder, acho que seria isso.*

Colaborador/a 4⁶⁸

1. *Nasci no dia 4 de março de 1969, estou com 54 anos, nasci em uma família muito pobre, como quase todas as famílias pretas nesse país, meus pais são mineiros, foram de Minas para o Paraná e eu nasci no Paraná. Aos 9 anos vim para Rondônia, meus pais saíram fugindo de uma escassez muito grande, de uma pobreza muito grande, era época de grandes fazendeiros, a gente morava em fazendas e vivia uma vida bem precária, então meu pai resolveu vir para Rondônia, chegamos em 1978, eu tinha 9 anos... .. Rondônia estava sendo desbravada, tinha terra... tinha acesso, meu pai era agricultor, conseguimos uma terra e fomos trabalhar nessa terra, venho, também, dessa agricultura, da roça mesmo. Chegamos a Cacoal, parava quase todo mundo por ali Cacoal, Ouro Preto, Jaru, as famílias iam parando, nós já tínhamos família ali, o meu tio já tinha vindo e ele foi falando com a família "olha aqui tem espaço, tem lugar para trabalhar, vocês vão ganhar a terra para poder plantar", nessa imigração meu pai veio também... nós viemos num caminhão de pau de arara, me lembro que na época veio sete famílias... muitas crianças, nós éramos cinco crianças, minha mãe na época não queria vir de jeito nenhum, mas como sempre as mulheres muito submissas, minha mãe veio chorando do Paraná à Cacoal, meu pai disse para ela: "se você não quiser ir, você pode ficar, mas as crianças eu levo", minha mãe veio chorando porque toda a família da minha mãe mora até hoje no Paraná, só veio alguns membros da família paterna, não tem ninguém aqui da minha família materna, só nós mesmo.*
2. *Meus pais casaram muito jovem, meu pai tem um histórico de muita violência e eu descobri que já era feminista muito antes de saber que era feminista, sempre tive e lutei pelo meu espaço, meu pai não gostava que as filhas estudassem, somos duas irmãs e quatro homens, meu pai criava as meninas para casar, para ser de casa, minha mãe teve que enfrentar ele para as filhas estudar... minha mãe já vinha nesse sofrimento, chorava muito... .. aos 16 anos saí de casa, um dia ao dizer a ele que não iria mais me bater, ele me bateu muito, ao ponto da família entrar no meio, não chorei, peguei as poucas peças de roupa que tinha e fui para uma cidade chamada Rolim de Moura, uma tia, já falecida, me acolheu, nesta casa conheci o pai dos meus filhos, também era um homem extremamente violento, fui viver com ele e a única coisa que eu sabia era trabalhar, trabalhava muito, mas coloquei na cabeça que eu ia estudar... .. ele dizia que não e eu dizia que sim, como não pude terminar meu estudo na escola regular, fiz vários cursos, fui fazendo cursinhos, me capacitando... ele era um homem que não deixava faltar nada para casa, para os filhos, só que tinha mais ou menos a mesma pegada do meu pai, a mesma natureza, quando ele me agrediu com meu filho de 22 dias nos braços, eu o abandonei... fiquei sozinha e fui para a luta, fui estudar, voltei para a sala de aula, trabalhava diuturnamente para cuidar de dois filhos, nessa época nós já militávamos no movimento negro, na verdade, a gente vem da igreja católica que tinha toda aquele movimento de jovens; na década de 80 a juventude católica tinha um trabalho muito bacana, tinham as pastorais da juventude, os padres eram muito engajados, ali na base da igreja começamos a fazer essa*

⁶⁸ Nesta entrevista, o uso das reticências representa o momento de pausa na oralidade, o uso de duas reticências juntas são pausas maiores e momento inaudível. As exclamações representam os gestos de espanto, sustos e impactos ocorridos no processo de interação durante a entrevista. As palavras, os assuntos abordados e/ou expressões repetidas foram excluídas ou reorganizadas sucintamente. Os nomes de instituições e de pessoas foram substituídos pelos vínculos, a considerar que tal situação não impacta a pesquisa, deixando a colaboradora mais à vontade. A construção desse corpus discursivo ocorreu de forma colaborativa e com retorno à entrevistada para análise e concordância. Sendo a devolutiva solicitada assistir à defesa de forma *online* e possíveis momentos de contribuições em eventos futuros.

- militância... aos 12 anos eu já era catequista, celebrava os grupos eclesiais de base, discutia política partidária, como votar, já tinha todo esse trabalho nessa base da igreja católica.*
3. *Uma pessoa que você conheceu em Porto Velho ou já ouviu falar chamada Ana Maria, no final da década 80, entrando em 90 / 91, chega de São Paulo, é enfermeira, já era do movimento negro lá, de um movimento chamado GRUCON, Grupo de União e Consciência Negra, sou fruto desse GRUCON, a família já engajou nesse projeto e quando eu saio de Rolim de Moura para Cacoal novamente, já tinha um movimento ali, a capoeira chegando e a gente fazia todo esse trabalho de base, os meus primos que eram capoeiristas, a gente fazia o debate, fizemos várias formações, formação étnico-racial, andamos o estado com os poucos recursos que a gente tinha e o debate era: precisamos estudar, só vamos vencer através da educação, esse era o debate que a gente fazia com a juventude. Eu já estava mais madura, não tinha emprego, tinha dois filhos, desempregada e nessa militância toda... passei em um concurso público em 97, na educação, sou técnica educacional... ... a partir daí começou a militância sindical, com 22 dias que eu tinha tomado posse estava iniciando uma greve e eu fui, a gente já vai saindo como liderança, você já começa a se organizar e organizar o pessoal, já tinha as primas que estavam na base da educação, quase toda minha família é da educação e da polícia militar... eu já estava engajada no movimento negro, venho para educação e a gente já vem com essa visão de fazer o recorte racial dentro do debate que não foi fácil... ... uma época difícil, uma época que o movimento negro estava se organizando, fazendo o debate da política pública de inclusão, de como o negro acessar a universidade... na década de 90, vem de José Sarney, do Itamar Franco e entra na era Fernando Henrique Cardoso, foi quando o movimento negro estava muito forte, dentro do movimento negro, nós realmente fazíamos um debate nos quatro cantos desse país... ... na época tinha muito pouco recurso, fazia bingo, fazia festa, vendia isso e aquilo para conseguir colocar um no debate nacional e ir para os encontros nacionais, não foi tão simples, mas foi um momento que a gente estava com muita vontade dessa construção. Fernando Henrique Cardoso era sociólogo, mas tinha poucos debates na área da inclusão, da política pública, eram poucos debates, mas a gente não desistia e nessa época o que foi mais importante foram as formações, toda a família foi para faculdade, para universidade, foi para os institutos, foram fazer suas formações e tudo isso incentivado ali pelo debate com o movimento negro.*
4. *Venho para Porto Velho em 2015... sempre fui delegada de base, sempre fiz trabalho de casa na escola... onde estivesse um injustiçado, lá eu estava “não pode ser assim, tem que ser assim, vamos fazer o diálogo, vamos discutir”, estava sempre nesse meio... em 2015 fui convidada para a direção executiva do sindicato que hoje estou, muito pelo nosso trabalho na base, o então candidato a presidente do sindicato disse que gostaria que eu estivesse na executiva pelo meu trabalho; a gente já tinha conseguido a secretaria de gênero em nossos debates nos congressos, houve uma certa resistência por parte de algumas direções, mas a gente conseguiu articular em um congresso e colocar a secretaria um pouquinho antes de 2015. Em 2015 o presidente do sindicato me convida “olha quero você na direção, acho que você tem o perfil para ficar no debate de mulheres e racial e tal”, conversei com a família, o que achavam, é um desafio, tive que mudar para Porto Velho... morando no interior do estado há 30 anos em uma chácara, amo a roça, era pertinho da cidade, 3km você ia e voltava, mas aceitei o desafio e vim para Porto Velho. Ganhamos as eleições e assumi a secretaria de gênero e étnica do sindicato e em 2016 fui convidada para ser a secretária de mulheres da central única dos trabalhadores e trabalhadoras, CUT/Rondônia, a partir daí fui parar na rede internacional de mulheres, para a Rede de Mulheres Negras Decidem e fui fazer parte do coletivo nacional de*

mulheres da CUT, foi abrindo portas, conheci a Ieda Leal, a potente Ieda Leal, e quando a Ieda Leal chega em Porto Velho diz para eu ser a coordenadora do MNU em Porto Velho.

5. *Já trouxemos a Ieda Leal umas 4 vezes em Porto Velho... no Congresso de 2018 ela disse para instalar uma sessão do MNU em Rondônia, articulei umas pessoas, fizemos uma reunião e ela disse para eu ser a coordenadora, as pessoas concordaram e fiquei na coordenação do MNU, o movimento fez 45 anos agora, o MNU é uma potência, tem norteado muito debate, principalmente com relação à educação, tem feito um debate muito grande, tanto nacional quanto internacional... a gente faz parte de um coletivo internacional. O MNU é uma potência... tem muita gente boa, muitas produções, muitos doutores e mestres, doutores negros na pós-graduação fazendo essa pesquisa na área antirracista, por uma educação antirracista, é o que pretendemos porque só vai haver transformação através da educação, não tem outro caminho e quando a gente vai nos debates das ações afirmativas, da inserção do negro nas universidades, a gente tem a dificuldade de permanecer, o negro termina o seu ensino regular no EJA, precisa trabalhar muito cedo, ele vem de uma família muito pobre periférica, precisa largar a escola em um dado momento, foi o meu caso, também terminei meus estudos do ensino médio no EJA, passa um período sem ir para a escola e quando volta para terminar seus estudos no EJA tem todas as dificuldades de acesso: a internet não tem, a biblioteca que ele não tem, o trabalho que ele sai cedo de casa e não volta, não toma um banho, almoça na rua, come de tudo e no final da tarde ele tem que ir para escola, é a realidade da universidade também... não é tão simples, chegando na universidade a maioria está desempregado e precisa pagar o ônibus; ele teve acesso a uma universidade pública, mas como que vai chegar? Como que vai comer se a universidade não tem um restaurante popular? Na UNIR há uma grande construção de um restaurante, quem é que pode pagar? O preto desempregado... é diferente... o acesso à educação para o povo preto ela é muito mais difícil, o que hoje faz a pessoa permanecer na universidade? Quantos abandona a universidade? Nós tivemos um relato da... esqueço o nome dela, ela disse que não conseguiu permanecer na universidade porque não tinha condições de pagar o coletivo, escolhe trabalhar, nessas alturas já é mãe, como foi meu caso. Uma amiga trouxe um dado chocante, a sobrinha dela formou em medicina e, segundo ela, somente dois formandos pretos participaram da festa, os outros não, conseguiram acessar a universidade, estudar com os livros dos colegas, só que uma festa custa caro, mínimo do mínimo 15 mil reais, ela trouxe a ideia de que as firmas que poderiam patrocinar esses formandos, poderia a universidade fazer esse link e todos teriam acesso à festa; fazer o curso já é muito caro, mesmo sendo na universidade pública, e a pessoa não tem direito a uma festa, porque ele não tem condições de pagar, os alunos brancos que vieram das escolas particulares, vieram de famílias que não precisou trabalhar para estudar, que bom que nós não precisássemos trabalhar para estudar! Mas a nós não foi dado esse direito ao povo preto! Entendeu, já pensou você se forma que maravilha, mas a frustração de você não participar de momento ímpar, a sua festa, é a coroação. É o que a gente enfrenta quando está nos espaços, tá falando de medicina, mas tantas outras profissões... ..*
6. *A gente vive uma situação muito difícil no Brasil, uma falsa democracia racial que foi colocado que nós não resistimos, os negros não resistiram, quando sabemos que muitos negros ficaram pelo caminho, a luta foi árdua, a gente tem como referência Zumbi dos Palmares, Dandara, uma grande mulher, Teresa Benguela e se vem para Rondônia tem várias referências, uma Elsie, uma Jamyle, uma Professora Eunice, uma Rosângela Hilário, uma Leonilda Simão, mulher negra sofrendo tudo o que você imaginar de ataques, são mulheres potentes que estão fazendo a luta, é sobre ser mulher preta, estar nos espaços e ter que provar todos os dias que você está apta a estar nesse espaço, com condições de fazer o debate, sentar numa mesa e fazer análise*

de conjuntura, tem condições de falar sobre economia, ninguém melhor do que uma mulher preta para falar de economia, teve que cuidar de seus filhos, trabalhar, estudar, economizar e hoje vê seus filhos vencendo e também venceu, mas precisamos provar que a gente está apta a fazer isso, todos os dias tenho que provar aqui que eu posso estar nesse espaço, mesmo em 2023...

7. *Esses dias chegamos em um restaurante... acho que éramos cinco mulheres pretas, fomos para um espaço vip do local para tomar um vinho e comemorar nossas conquistas, o garçom tentava nos convencer de que aquele não era um espaço que íamos ficar bem, de que aquele não era espaço para estarmos; estão acostumados a receber só gente branca, supostamente quando ele vê um preto, acha que não tem dinheiro, não tem condições de pagar, essas questões elas estão muito aflorada, são reais, estão aqui na nossa frente... então eu disse: não moço, nós vamos descer, vamos sentar, reservamos uma mesa e vamos jantar, mas mesmo assim ele tentava nos convencer a não ficar naquele espaço; não muito distante, cheguei em um certo sushi que eu amo, a pessoa que recebia na portaria com as comandas olhou para mim disse: “isso aqui é um restaurante japonês”, olhou para mim e fez essa fala! Entre outras palavras, deixando a entender que não recebe esse tipo de gente, que quem frequenta ali são outras pessoas, porque estão acostumadas a receber só gente branca da elite... no debate das passagens de avião, você vai saber que a elite desse país não quer a filha do pedreiro, da merendeira, da zeladora no mesmo espaço que eles, se for negro não é nem para entrar no avião! Ouvei de um senhor com sua esposa branca que o aeroporto está parecendo rodoviária, essas coisas a gente vive no Brasil... sempre entro no avião com minhas camisetas temáticas, tenho uma que está escrito: “já falei 10.639 vezes que racismo é crime”, bem na frente... teve um tempo que fiquei muito nessa linha aérea, tinha reunião em São Paulo, em Brasília, reunião dos movimentos, era muito interessante, às vezes eu saía daqui as 5 horas da manhã, ia para São Paulo tinha a reunião, pegava de volta o voo 08h40 da noite e chegava em Porto Velho meia-noite... lembro que estou indo para Brasília, entrei no avião, você vê quando as pessoas reagem... entrei, já arrumei minha camiseta, me organizei, mulher, preta, gorda... um senhor me olhou e reagiu... para infelicidade ou para felicidade dele eu estava numa poltrona atrás, ele sentou e colocou a poltrona para trás, cheguei e pedi bem tranquila para ele arrumar a poltrona, ele disse: “você que se vire e entre aí”, o que ele estava dizendo, ali não era lugar para mulher gorda, respirei e disse: muito obrigada pela gentileza do senhor, o mundo inteiro ouviu aquilo, menina, ele foi encolhendo, parece que todo o avião olhou para ele e ele ficou que não sabia onde se colocar. Ao meu lado acomodou uma menina de família pobre de Guajará-Mirim, estudante de medicina e estava indo fazer o revalida no Rio Grande do Sul, senta com a gente um professor universitário e começamos a conversar, sobre racismos, sobre isso, sobre aquilo... esse senhor foi se encolhendo que ficou tão pequenininho, todo mundo viu como ele me tratou... descobrimos que esse senhor que estava na minha frente era professor também e estava indo dar o revalida... imagina o educador, com essa cabeça, esse pensamento... a classe média entrou numa ideia de que eram ricos, é uma falsa elite, sabe! E sempre converso muito com os meus, faço muito trabalho de formação com alunos e sempre digo que nós somos classe trabalhadora, a elite desse país, os ricos são pouquíssimos, ricos não trilharíamos no Brasil, o restante de nós somos peões no tabuleiro que eles movimentam do jeito que querem e estamos em um país que não aboliu a escravidão, direto e sempre as pessoas estão sendo resgatadas em trabalho análogo a escravidão, principalmente na nossa região, a região norte, nós temos mulheres que ficaram 50 anos numa família que o pai deu de presente para o filho... foi resgatada, nunca soube o que é ter um afeto, alguém tocar nela, perdida de todos, casadas com alguém da família para que a herança ficasse na família, tudo*

isso no Brasil, nós temos uma Maju Coutinho que é atacada na bancada do Jornal Nacional por ser uma mulher preta, esse é o Brasil com muito o que caminhar no que diz respeito as questões da igualdade, a promoção da igualdade racial.

8. *As ações afirmativas, a política de cotas, são reparações de 500 anos de escravidão, são 134 anos de uma abolição inacabada, as ações afirmativas, elas vêm reparar tudo isso para termos direito a ascender aos espaços e é só através dessas ações e já discutindo cotas que conseguimos chegar nos espaços, nós não teríamos negros na TV se não tivesse a cota... e quando nós temos os negros na mídia são em espaços de subalternidades de empregada doméstica, bandido, cocheiro, o jagunço do patrão, matador é o homem negro, isso é para dizer para a gente “olha isso aqui é o espaço de vocês”, nós temos o genocídio da juventude negra, quem morre são os jovens, as ações afirmativas tira esse jovem dessa vulnerabilidade e coloca no espaço onde ele possa viver, onde eles conseguirão viver, nossa juventude está sendo exterminada, cooptada para o crime, para o tráfico... nós temos um sistema de presídios lotados de pessoas pretas injustamente, nem todos são bandidos, temos pessoas presas porque entrou no supermercado e pegou o pão para comer... isso aconteceu muito no Brasil, em contrapartida, o homem branco quando é estelionatário é chamado de crime de colarinho branco, entende, tudo isso precisa estar na nossa linha de debate, a importância das ações afirmativas, das cotas raciais para acessar as universidades, não só a universidade pública, mas também as universidades particulares, todo esse sistema... quando você tem um cotista dentro da universidade particular, ele passa todos os tipos de racismo “esse ali é bolsista”, como se não tivesse capacidade e sem as cotas não acessa esses espaços, não vai aparecer nesses espaços, as empresas precisam entrar nesse sistema, as empresas precisam pensar nisso...*
9. *Quando abre as portas do avião, as pessoas que eu vejo entrar para limpar o banheiro são todas pretas..., em contrapartida, não encontro aeromoça preta, é muito raro, uma comissão de bordo com pessoas negras, é muito raro! Porque não há esse sistema de cotas, precisa do sistema de cotas para ser inclusivo, é porque nós não temos negros com capacidade para ser da comissão de bordo? Para ser aeromoças? Para ser chefe? É muito sobre isso que a gente precisa discutir, então, **as cotas não são só para o sistema público, precisamos estender**, estamos com problema em Rondônia, no TJ tivemos problemas, no Ministério Público você não encontra pessoas pretas, quem está na vara da igualdade racial são pessoas brancas, é porque não tem negros? Como assim?... a discussão da inclusão tem que ser de todos, todas e todes... sozinha a gente não vai a lugar algum, precisamos de todos juntos e outra coisa, ouvimos muito “o negro é racista”, o negro não é racista, eu não quero ser uma coisa que eu sei que é ruim, por muito e muito tempo eu não me sentia representada nos espaços, hoje ainda é muito pouco, você entra no salão, não tem uma foto de uma mulher negra na parede, tem a foto das mulheres brancas com os cabelos lisos, porque nesse conceito de beleza tem que ser branca de cabelos alisados e quando a menina preta olha e vê, ela não se sente representada nesses espaços, **quando a gente discute cota, a gente precisa discutir as cotas em todos os segmentos, não só na universidade...** pequenas indústrias, precisamos que todos estejam incluídos nesse debate, inclusive o racista... esse é nosso debate muito... embrionário... a leda fala muito sobre isso, ela veio falar para 52 municípios, são 52 secretários de assistência social, os secretários são todos brancos, é um grupo que a gente alcança e que faz o debate, a assistência social é negra, mas o secretário de assistência é branco, na sua maioria machos, e o público da assistência social majoritariamente feminino e preta, há uma disparidade entre realidade e poder e quando a gente vai falar do mundo do trabalho vê a disparidade da mulher negra, que ganha em média 30% a menos que a mulher branca, do que o homem branco e do*

*que o homem preto... o menor salário é da mulher preta, a desigualdade é gritante! É muito sobre isso que a gente está falando também, isso me impulsiona muito a continuar no debate, a acreditar que a gente pode vencer essas desigualdades, a gente vai muito pelo viés de que a gente pode **vencer essas desigualdades através da educação**, do debate, da sensibilidade, sensibilizar os que estão ao redor e fazer um trabalho muito nessa questão da política da inclusão, a política precisa ser inclusiva e a educação precisa ser inclusiva e não exclusiva de alguns, a educação não pode ser exclusiva, ela tem que ser inclusiva...*

10. *Eu sou preta/negra, eu sou uma mulher preta/negra, com muita tranquilidade... ... tenho enfrentado, inclusive nas universidades, quando eu me identifico⁶⁹ vem a pergunta, porque desse nome, geralmente me perguntam, esse foi o nome que ganhei de um menino de 2 anos, um dia eu estava trabalhando com a mãe dele e ela reclamando, ele olhou para ela e pediu para ela me deixar trabalhar e me deu o nome que hoje é uma potência... geralmente os professores universitários me perguntam se pode me chamar pelo primeiro nome, digo não! É o nome que tenho orgulho... ... é o nome que realmente me colocou em um outro espaço.*

⁶⁹ Em atendimento ao termo de consentimento livre e esclarecido para entrevista vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisa/Marília, ocultamos o nome da colaboradora, mantendo a ausência de registro, conforme documento e orientações. Respeitamos, reconhecemos e aceitamos o nome da colaboradora no termo e nas relações desenvolvidas durante a pesquisa, bem como a pretensão de contato após a pesquisa.

9 A VOZ MEDIADA PELA INFORMAÇÃO

A Análise de Discurso, inter-relacionada com as concepções da CI, nos possibilitou caminhos teóricos e metodológicos para adentrar as perspectivas das subjetividades das relações sociais construídas historicamente e vivenciadas atualmente, alinhando-se com a abordagem da mediação e apropriação social da informação no universo dos processos seletivos discentes de sujeitos historicamente excluídos.

Entendemos a informação como construção social atravessada pela multiplicidade de discursos (Orlandi, 2017a), compondo as percepções e significações no dito por quem oraliza e quem lê. A pessoa organiza, contextualiza e vincula a informação aos momentos de sua vida. Desse modo, pensamos as narrativas mediadas por significações que anunciam interpretações do presente nos contextos históricos e sociais e impulsionam outras demandas informacionais na produção e no compartilhamento de significados, mediante as interações entre sujeitos sociais.

Dada as possíveis interpretações a partir das narrativas realizadas durante o trabalho de campo, devemos lembrar que esta pesquisa é uma discussão acadêmico-científica no âmbito da Mediação e Apropriação da Informação, contribuindo com a CI, por vislumbrarmos a possibilidade da consolidação conceitual da MI a partir de um determinado meio social. Assim, não temos a intenção de definir ações institucionais e sim destacar a importância de estudos acadêmicos que envolvem as conquistas sociais e que oportunizam o acesso a direitos constitucionais, como a educação.

Este capítulo materializa nossas análises do ponto de vista da MI, corroborando a importância de que os indivíduos da sociedade brasileira se apropriem da informação sobre a política de cotas para ingresso no ensino superior, a fim de fortalecer as lutas para a permanência e aprimoramento contínuo dessa política, demonstrando seu impacto na construção de uma sociedade igualitária. Assim, as análises se vinculam ao processo de MI, ao compreendermos que as instituições medeiam as informações sobre a política de cotas e que esta potencializa as transformações sociais pelo acesso ao ensino superior aos candidatos com direito às vagas reservadas, tendo em vista uma sociedade diversa, mais igualitária e democrática.

9.1 O usuário da informação e as ações afirmativas

A visão de mundo dos narradores alicerça as reflexões sobre o usuário da informação no contexto das ações afirmativas; nesse sentido, fazemos apontamentos interpretativos da percepção de sujeitos sociais (considerando a história de vida de pessoas com ações em prol de um grupo social) sobre as ações afirmativas, partindo da perspectiva e da realidade sociocultural dessas pessoas. Compreendemos a possibilidade de ampliações futuras, com outras pessoas a serem entrevistadas; porém, neste momento, e por se tratar de uma pesquisa qualitativa, nos dedicamos à história de vida de algumas vozes e rostos que vivenciam e/ou impulsionam ações de enfrentamentos às desigualdades sociais e raciais.

Enquanto protagonista de ações de transformação do seu cotidiano, com autonomia crítica e consciência de si (Freire, 1996), o indivíduo compõe e significa a informação nas particularidades e impulsiona as relações recíprocas entre indivíduos (Silva, 2017). O usuário da informação, enquanto sujeito social, pertencente a uma sociedade imersa em contextos socioculturais atravessados pela construção histórica, reflete no processo de apropriação da informação as demandas informacionais que representam sua história de vida e dos grupos sociais excluídos historicamente, com enfrentamentos, seja no âmbito micro ou macro.

Orlandi (2017a) discorre sobre o ser humano na sua realidade natural e social, envolvendo as relações de condições materiais de existência; nessa esteira, os dispositivos discursivos construídos em nossas análises são movimentos na busca argumentativa que evidencia as cotas no processo de ingresso discente, com efeito para além do contexto universitário. Em diálogo com as pessoas colaboradoras da pesquisa, podemos compreender, na perspectiva discursivo-materialista, a relação entre a noção de usuário da informação/sujeito social e as ações afirmativas no complexo de enfrentamento à ordem dominante estabelecida na subjetividade histórico-social e cultural.

No primeiro movimento, destacamos os fragmentos das entrevistas que reverberam a história de vida dos colaboradores da pesquisa, que podem significar informações que impulsionam a interpretação do contexto das ações afirmativas nas particularidades dos sujeitos sociais.

Iniciamos nossa análise considerando o seguinte fragmento: *“eu fiquei com aquele material ali pensando... não tinha como devolver e o jeito era eu ir para Brasília*

e **eu fui...²**” (colaboradora 1). A partir desse fragmento, interpretamos o efeito dos contextos sociais impulsionando as decisões dos sujeitos sociais, as informações de atravessamentos e a significação do sujeito enquanto um ser social que constitui o lugar informacional vinculando as histórias de vida das pessoas, o que pode definir o lugar histórico, relacional e identitário (Serpa, 2007). Estabelecemos, ainda, uma relação informacional em que o discurso assume os efeitos da posição histórica dos sujeitos, a considerar que a colaboradora 1 expressa que **“chegava muita coisa sobre a questão do negro e as pessoas achavam que você é negra, você tem que responder”**; assim, as relações entre indivíduos e/ou destes com o meio vão constituindo e (res)significando os posicionamentos informacionais que podem romper ou fortalecer informações construídas historicamente.

No contexto de constituição histórico-social dos sujeitos, destacamos o fragmento expresso na entrevista com a colaboradora 2: **“Fui a filha mais *retinta*”**. Na experiência individual, há um encontro com o outro a considerar, pois a relação de alteridade evidencia a discussão da informação no conceito social, perpassando pela alteridade e reciprocidade informacional (Silva, 2017) no modo de produção dos enunciados como autoprodução do sujeito. Tais ações discursivas refletem nas relações entre indivíduos na dimensão ética da MI (Gomes, 2019, 2020, 2021), quando a informação é compartilhada e disseminada na sociedade, uma vez que compreende os sistemas simbólicos em movimento na interlocução.

Em destaque da movimentação na interlocução na produção de sentidos discursivos, temos, ainda, o fragmento da entrevista da colaboradora 2: **“sempre sofri racismo, desde o dia que nasci, a *minha cor no meu registro de nascimento está parda, não sou parda! Sou uma mulher negra*”**. Tal informação social (e socialmente contextualizada) a identifica em tempos e espaços diferentes. Isso também foi evidenciado na entrevista do colaborador 3 **“Sou negro e sou preto, sou preto/negro, embora meu registro de nascimento diz que sou pardo¹²”**.

Nos fragmentos, podemos interpretar elementos discursivos que demonstram o silenciamento histórico desse grupo social, bem como a relação da informação no contexto histórico-social, uma vez que eles expressam a informação como base nos comportamentos dos indivíduos que interagem com ela (Valentim; Ançanello, 2018). Neste ponto de análise, percebemos uma possível identificação do lugar de batalha informacional: **“não sou parda”** e **“diz que sou pardo”**; pode compreender como o não-lugar da informação determinada por outros no contexto sociocultural, gerando o

confronto informacional. Ainda na discussão da informação construída nas relações sociais e avançando na subjetividade, destacamos o contexto exposto na entrevista 4: “*eu descobri que já era feminista muito antes de saber que era feminista, sempre tive e lutei pelo meu espaço*”. O efeito de sentido da informação “sempre tive e lutei” na história de vida da pessoa entrevistada impulsiona construções informacionais que mantêm essa luta em prol de outras demandas da sociedade, perpassando pelo rompimento e reconstrução de signos culturais e sociais que expressam os lugares dos indivíduos. Tais impulsionamentos podem ser atravessados por conotações no decorrer da existência das pessoas, ganhando uma carga emotiva que impulsiona a (res)significação das informações nas relações humanas (Claval, 2007).

No processo de “escutar o material”, percebemos que, nos discursos apresentados pelos colaboradores da pesquisa, há apontamentos da presença do sujeito que narra e demonstra as tensões nas informações construídas historicamente, a destacar as posições dos sujeitos: “eu fui”; “mais retinta”; “costumo dizer”; “embora meu”; “muito antes de saber que era”. Isso demonstra uma posição de enfrentamento que tensiona a subjetividade na sociedade na relação sujeito/sentido/história/sociedade (Orlandi, 2017a).

A informação significada no contexto particular ultrapassa os limites do privado e se torna social quando identificamos os posicionamentos discursivos relacionados entre os diferentes entrevistados, de diferentes gerações e ambientes de vivências, explicitamente no enfrentamento à informação no registro de nascimento. Neste ponto, o sentido da informação é construído de forma solitária, vivenciado pelo sujeito, vinculado a sua história de vida, e enfrenta o efeito discursivo de dominação histórico-ideológica na relação preto/pardo. Dito de outra forma, há uma fissura discursiva que mostra os efeitos do silêncio histórico-ideológico nessa relação e, diante das pessoas entrevistadas, há uma ruptura com essa situação nos posicionamentos apresentados, demonstrando a construção de informações que rompem aquelas informações que expressam as relações construídas historicamente.

No desenvolvimento da reflexão teórica constatou de fato que isso acontece sobre ao lugar de enunciação, notamos que a informação perpassa pela subjetividade das relações socioculturais e transversaliza a diversidade dos sujeitos (Hall, 2006). Nessa complexidade, na interação com os semelhantes, no fluxo das relações entre as histórias de vida e o todo social, há elementos comuns que sustentam a construção

e permanência da experiência, ao mesmo tempo pessoal e coletiva. Assim, destacamos três fragmentos nas entrevistas:

Fiquei coordenando a UNEGRO esse tempo todo e **participando ativamente das políticas de igualdade racial** do Estado de Rondônia (Colaboradora 1).

Estive vinculado a um **movimento negro aqui**, em Rondônia, e em Brasília” (Colaborador 3).

Fiquei na coordenação do MNU, o movimento fez 45 anos agora, o MNU é uma potência (Colaboradora 4).

Nesses fragmentos discursivos, há a presença enunciada dos narradores para além da individualidade, adentrando as relações no coletivo que sustentam as informações nos discursos que visam mudanças sociais, evidenciando a importância dos movimentos sociais na luta pelas conquistas sociais. Nessa dinâmica, há uma movimentação, uma fluidez nas informações, com potencial para transformação da sociedade, destacando-se a importância do movimento negro para a política de cotas no ingresso superior. Tal percepção fica evidente no contexto geral das entrevistas, além da presença de posicionamentos informacionais quanto à transversalidade de raça, gênero e classe, revelando a complexidade das relações na sociedade brasileira; há, também, a importância do debate acerca das desigualdades sendo enfrentado no âmbito da educação, a considerar o ensino superior.

Nas relações dos sujeitos sociais, a informação perpassa pelo contexto social e pela história de vida dos indivíduos e evidencia o envolvimento dos colaboradores da pesquisa com os movimentos, seja de forma direta, coordenando, ou indireta, vinculando-se a eles. Nessa relação, vislumbramos o fortalecimento dos movimentos sociais, compreendendo-os como equipamentos informacionais que constroem, (res)significam e disseminam informações em prol de indivíduos excluídos socialmente. Mantendo a discussão sob o ponto de vista da CI, Pieruccini (2017) destaca a relação discursiva como dinâmica, ao considerar as experiências compartilhadas entre os sujeitos; neste ponto, nossa análise se alinha à compreensão dos movimentos sociais e/ou negros no processo de luta e ressignificação da memória social entre o subjetivo e o objetivo que delineiam as relações da sociedade brasileira.

No contexto da informação social para significação de ações afirmativas que busquem desconstruir desigualdades sociais, com vistas a reparações e oportunidades para todas as pessoas da sociedade, destacamos os fragmentos

discursivos abaixo, alinhando a perspectiva das pessoas entrevistadas com o universo da pesquisa:

[...] tinha que olhar para a periferia, **para a população negra e indígena que estava na periferia**" (Colaboradora 1).

[...] quando a gente discute **cotas raciais e não só a cota em si, mas as políticas afirmativas como um todo**, nós estamos discutindo uma população que dos mais de 500 anos de fundação desse país teve mais de 400 anos de escravidão, o negro brasileiro só pode ingressar no serviço e na escola pública na década de 40 do século passado" (Colaborador 3).

[...] que bom que nós não precisássemos trabalhar para estudar! **mas a nós não foi dado esse direito ao povo preto!**" (Colaboradora 4).

Em nossa análise discursiva, avançamos nos apontamentos da relação de crise, identificando as vozes/corpos historicamente excluídos e silenciados, com destaque na luta para inserção social, tentando romper com a dominância de sentidos normativos que impedem subjetivamente o acesso à concorrência com menor desigualdade social a cursos de ensino superior em instituições públicas, dentre outras demandas que geram exclusões de forma direta ou indireta. Assim, as expressões "periférica", "o negro só pode ingressar no serviço e na escola pública na década de 40", "a nós não foi dado esse direito", nos contextos apresentados, conduzem nossas reflexões acerca de discursos nos quais os sujeitos são alvos do processo de subjetivação.

Nessa argumentação, destacamos os estudos de Orlandi (2017b), por compreender a materialização do sujeito social na construção histórica, perpassando pela subjetivação desse sujeito enquanto indivíduo nas interações, significando e significando-se nos lugares sociais. Neste ponto, o reconhecimento dos/as colaboradores/as da pesquisa, no contexto de enfrentamento e na luta pelo acesso aos espaços negados, demonstra o efeito de sentido no processo de quebras de paradigmas subjetivados nas relações socioculturais que determinam o lugar de cada um na sociedade.

Primando pela percepção dos colaboradores da pesquisa sobre as ações afirmativas de forma direta, destacamos o seguinte posicionamento: "*A **UnB** foi uma das primeiras a fazer o regime de discussão de cotas e aplicar, uma coisa é fazer a discussão, muitas universidades fizeram, é um processo bem efervescente*" (Colaborador 3). O discurso de construção e consolidação sobre as ações afirmativas para ingresso no ensino superior transcorre pela produção de sentido construído

historicamente e evidenciado na história de vida dos sujeitos. No fragmento discursivo em destaque, identificamos a presença das circunstâncias do dito no contexto de implantação das ações afirmativas (Brandão, 2005; Cunha, 2017).

Identificamos, ainda, a presença do interdiscurso histórico na construção da argumentação que apresenta a UnB como uma das impulsionadoras da consolidação das cotas para o ingresso discente no ensino superior; essa situação pode ser interpretada na relação direta entre a universidade fazer a discussão e, de fato, aplicar as ações afirmativas, em que há uma configuração discursiva anteriormente discutida (a UnB como uma das precursoras) e a construção de um discurso a partir desse ponto, ou seja: há uma diferença entre discutir e aplicar e a UnB se destacou pela iniciativa.

Transversalizando a informação das ações afirmativas e as histórias de vida das pessoas entrevistadas, bem como pelo contexto histórico-social que impulsiona a construção dessa informação, destacamos o fragmento discursivo: “[...] *a gente realmente avançou muitas coisas, inclusive as **discussões de cotas**, a gente foi avançando na discussão de **cotas** para hoje vê muita gente falando: “haaa, mas essa discussão de cotas, porque é assim, porque foi fulano” ... Não foi! **Foi o movimento negro***” (Colaboradora 1).

O posicionamento do sujeito, enquanto coletivo (ao reconhecer o movimento negro) e não uma pessoa individual, possibilita a observação das práticas da sociedade (Maingueneau, 2015), especificamente o sentido discursivo de um grupo social que enfrenta as desigualdades no âmbito coletivo. Nessa compreensão, vislumbramos a relação do encontro do já dito com outro discurso: “*reconhecer a necessidade de cotas, **acho que ela é essencial para própria sobrevivência da nossa sociedade brasileira**, principalmente como uma política reparatória, de tudo isso que nosso povo passou*” (Colaborador/a 2). A identificação da tensão discursiva no funcionamento do discurso dominante (Orlandi, 2017a), representada pela certeza da mudança nas relações sociais para a sobrevivência da sociedade brasileira, evidencia que as ações afirmativas emergem diante de relações sociais que determinam subjetivamente a ausência ou a presença de determinados sujeitos sociais em determinados lugares de ascensão social.

Assim, a demanda por ações que rompem com essas desigualdades emerge nas tensões e ressignifica as informações que sustentam os discursos sociais. Tal compreensão está presente no fragmento discursivo: “[...] as **ações afirmativas**, a

*política de cotas, são reparações de 500 anos de escravidão, são 134 anos de uma abolição inacabada, as ações afirmativas, elas vêm reparar tudo isso para **termos direito a ascender** aos espaços e é só através dessas ações e já discutindo cotas que conseguimos chegar nos espaços” (Colaboradora 4).*

O contexto socio-histórico apresenta reflexões informacionais sobre a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido do sujeito social que se apropria de informações, as quais podem ou não conduzir para o sentido de rompimento de relações estabelecidas historicamente e vivenciadas no âmbito sociocultural. No caso do fragmento discursivo acima, há rompimento direto, uma vez que posiciona as ações afirmativas como reparação histórica e possibilidade de ascensão de determinados espaços sociais. Neste ponto, remetemos à argumentação do processo de MI, especificamente na compreensão do usuário, sujeito social, como subjetivo, flexível e diversificado, imerso em contextos socioculturais que podem abrir fissuras discursivas para o deslocamento de sentidos construídos historicamente.

A informação, pontuada no conceito pragmatista como essencialmente intersubjetiva (Araújo, 2014), evidencia as particularidades dos sujeitos que identificam e significam a informação na maneira de pensar, interagir e vivenciar as relações na sociedade, ampliando-se a compreensão do individual para o coletivo quando pensamos a disseminação da informação também na interação social. A compreensão e a percepção dos colaboradores da pesquisa sobre as ações afirmativas, de forma historicamente contextualizada, reportam a densidade e a complexidade da sociedade brasileira, bem como argumentações que fundamentam as lutas por acesso ao ensino superior público por todos.

A discursividade apresentada nas entrevistas coloca o sujeito social no centro da discussão, tanto em momentos enunciados na posição “eu”, como em momentos posicionados no âmbito coletivo; destacamos a compreensão direta da percepção sobre a informação nas ações afirmativas, no fragmento discursivo: **“é uma forma de alavancar a possibilidade dessas pessoas”** (Colaborador 3). Compreender a informação sobre as ações afirmativas como elemento que impulsiona as mudanças nas relações sociais ultrapassa as individualidades e significa a informação nas práticas sociais com produção de sentidos (Guaraldo, 2013). Há uma possível identificação da construção da produção de sentido em defesa das ações afirmativas vivenciada na história de vida das pessoas entrevistadas, nos fragmentos ditos:

Eu também **participei das cotas** quando fiz o seletivo para pós-graduação (Colaboradora 1).

[...] eu e uma colega branca, **ainda não tinha a política de cotas**, ironicamente não passei... nenhum dos meus colegas negros passaram, passaram pessoas brancas (Colaboradora 2).

Parafraseando com a quarta entrevista, há possibilidade de identificar o discurso que atravessa a compreensão apresentada nos contextos das entrevistas: **“o acesso à educação para o povo preto ela é muito mais difícil”** (Colaboradora 4). Tal situação também aparece no contexto discursivo dito nas entrevistas 2, 3 e 4, por enfatizar a existência das pessoas negras que não conseguem acessar o ensino básico particular e trabalham o dia todo; em contrapartida, identificam pessoas que estudam em um colégio pago para entrar nos melhores cursos de uma universidade pública. Sendo assim, a percepção das ações afirmativas se consolida como forma de possibilitar o acesso a cursos do ensino superior a pessoas excluídas socialmente.

A informação, representando a percepção dos sujeitos, reverbera, ainda, a importância das ações afirmativas para a sociedade brasileira e fortalece a reflexão sobre a inserção das pessoas negras em todos os espaços. Alinhando-se à compreensão sobre as políticas de ação afirmativas, especificamente as cotas para negros e pobres, Munanga (2007, p. 07) afirma que “parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros”.

Enquanto uma forma de resistência que surge nas fissuras discursivas (Orlandi, 2007) e se consolida nas conquistas, gerando novas informações nas pautas reivindicatórias dos movimentos sociais em geral, as ações afirmativas têm deslocamentos entre a aproximação e o distanciamento das tensões sociais. Neste aspecto, concebemos que as ações afirmativas, destacando as cotas para ingresso no ensino superior público, agem para aliviar os conflitos, as desigualdades, os silenciamentos e as invisibilidades existentes na sociedade brasileira.

Para desenvolver essas reflexões, destacamos alguns fragmentos discursivos que nos permitem verificar a informação organizada a partir da presença da voz ativa no posicionamento e na luta por direitos sociais:

As políticas são reais e eficazes, isso é fato, na época que entrei na universidade não se tinha ainda a política de cotas. **As políticas públicas são efetivas** (Colaboradora 2).

[...] cota racial é política afirmativa racial é um direito! É um direito! É um direito, não é benevolência estatal, não é benevolência de ninguém... é um direito a ser reconhecido pelo histórico terrível que essas populações negras tiveram” (Colaborador 3).

[...] a importância das ações afirmativas, das cotas raciais para acessar as universidades, não só a universidade pública, mas também as universidades particulares, todo esse sistema... quando você tem um cotista dentro da universidade particular, ele passa todos os tipos de racismo ‘esse ali é bolsista’, como se não tivesse capacidade e **sem as cotas não acessa esses espaços, não vai aparecer nesses espaços**, as empresas precisa entrar nesse sistema, as empresas precisam pensar nisso” (Colaboradora 4).

Diante desses fragmentos acima, consideramos a percepção acerca da informação sobre a política de cotas e alinhamos nossas argumentações para refletir sobre a MI no processo de garantia do direito social à educação superior. Os efeitos de sentidos produzidos nos discursos e as ações dessas pessoas impulsionam a luta pelas transformações na sociedade. As vozes das pessoas entrevistadas evidenciam o efeito da informação no contexto histórico que transcendeu os tempos, gerou silenciamentos e ainda hoje demanda por ações que rompam com o fato de existir grupos prejudicados por todo tipo de racismo (Almeida, 2021; Oliveira, 2021).

Essa reflexão considera o argumento discursivo exposto explicitamente no contexto discursivo da terceira entrevista, em que temos o rompimento e o deslocamento da relação entre a estrutura, a regra e a estabilização com o sujeito social, que significa e ressignifica os acontecimentos com informações que rompem os limites da construção social (Orlandi, 2017a); ou seja, o entrevistado expressa a efetivação, o direito e a importância das políticas públicas nas ações afirmativas, especificamente nas cotas para pessoas negras acessarem espaços dos quais historicamente foram e permanecem excluídas.

Os argumentos constitutivos expostos expressam que o discurso sobre as ações afirmativas perpassa pelo contexto histórico e atravessa a história de vida das pessoas entrevistadas e projetam efeito de sentido para outras gerações que precisam e precisarão das ações afirmativas para acessar espaços com oportunidades de ascensão social. A análise discursiva apresentada considera a diversidade (Hall, 2003, 2006, 2015), fundamentada na construção subjetiva e desigual da sociedade brasileira e embasada no campo da CI, por apresentar a informação significada no contexto social e, ao mesmo tempo, ultrapassando as individualidades do sujeito social, demandando por uma informação que atenda às necessidades e interesses da sociedade.

9.2 Mediação da informação: sentido e significação da informação

A construção da análise interpretativa se sustenta na proposta de ressaltar a informação no contexto sociocultural como elemento essencial no processo de mediação da informação, construção de sentidos e representação na contemporaneidade, enfatizando o papel social do usuário. Sendo assim, analisamos alguns fragmentos discursivos apresentados nos contextos das entrevistas a partir de pontos comuns, visando à produção de sentido na atualidade para as ações afirmativas (cotas) para ingresso no ensino superior.

Os pontos de análises, apresentados no início deste capítulo, nos permitiram perceber que a informação deve ser contextualizada no âmbito sociocultural das pessoas, visando ao alcance da demanda do sujeito e compreendendo que essa informação é, ao mesmo tempo, construída a partir da demanda dos indivíduos, podendo ser no âmbito individual, como no caso do universo desta pesquisa, quando o usuário da política de cotas é o principal demandante da informação para acessar o ensino superior, ou no âmbito coletivo (social), quando há pessoas que lutam e preservam o direito às cotas para as atuais e futuras gerações.

Com isso, aliado à discussão sobre o processo de MI, temos o contexto de análise perpassando pela compreensão de Gomes (2021), no campo da CI, ao defender a informação para além da fisicalidade, considerando as abstrações que movimentam a sociedade nos processos culturais e objetos da realidade. Assim, a reflexão sobre a materialidade da informação na complexidade social inter-relaciona a proposta de Orlandi (2017b, 2020) com a discussão acerca da MI. Partindo desse princípio e considerando as entrevistas como textos resultados da oralidade, podemos perceber o que diz e o que não diz o texto, bem como o que reafirma no contexto do interdiscurso, configurado nesta pesquisa como o *corpus* na informação sobre as cotas para ingresso na universidade pública.

A informação significada na individualidade expressa os posicionamentos, os conflitos e demandas particulares que passam a ser investigados também no comportamento e na interação dos indivíduos entre si e com a informação (Valentim, Ançanello, 2018; Silva, 2017) e analisada sob a produção de sentidos, que pode gerar novas informações; assim, temos a fluidez social no processo da MI (Almeida Júnior,

2015) para transformação social. Neste ponto, destacamos os seguintes fragmentos discursivos:

[...] quando cheguei no evento em Brasília fui realmente impactada pelas **políticas de igualdade racial que estava acontecendo no país**... a partir dali a minha vida mudou porque quando eu voltei não pensava em outra coisa a não ser **criar um programa**, um projeto dentro dessa secretaria que falassem dos negros... (Colaboradora 1).

A luta por políticas afirmativas raciais tem uma dimensão muito grande” (Colaborador 3).

[...] quando **a gente discute cota, a gente precisa discutir as cotas em todos os segmentos, não só na universidade**” (Colaboradora 4).

A relevância dos fragmentos está na discursividade produzida em relação aos posicionamentos dos narradores quanto às ações que geram fissuras de poder subjetivo na sociedade brasileira e alinham o lugar social de cada indivíduo. Na discussão da MI, Fadel *et al.* (2010) discorrem sobre uma mediação eficiente, considerando a dinâmica de retroalimentação da informação; assim, compreendemos que a informação sobre as ações afirmativas precisa ser disseminada para e por todos. Nesta abordagem, enfatizamos na palavra “grande”, expressa por uma das pessoas entrevistadas, vinculada à dimensão das políticas afirmativas raciais.

Nos fragmentos acima, o efeito de sentido nas formações discursivas pode ser textualizado na importância da informação nas políticas públicas (políticas de igualdade racial, políticas afirmativas raciais, nas discussões das cotas) que corrigem as desigualdades e democratizam o acesso ao ensino superior (Chauí, 2018), bem como impulsionam a construção de relações sociais que rompem com as desigualdades.

Há um sentido de enfrentamento ao poder subjetivo que não é dito explicitamente, mas se faz presente nas relações discursivas apresentadas nos contextos informacionais narrados pelas pessoas entrevistadas; nesse viés, direcionando a análise para a MI como um processo que adentra as relações socioculturais da sociedade, compreendemos que a mediação transcende os significados, sentidos, valores e representações dos indivíduos.

Assim, temos a MI pensada com base nas demandas e na diversidade da sociedade, em que esse sentido de enfrentamento materializado nas informações expressas nas histórias de vida das pessoas entrevistadas transversaliza pela pluralidade de culturas que influencia a diversidade de paradigmas científicos

(Canclini, 2007), por procurar romper com a lógica do funcionamento discursivo dominante da meritocracia e demonstrar as desigualdades existentes entre os indivíduos, seja na particularidade ou na coletividade de um grupo.

A partir dos fragmentos em destaque e mantendo as análises nas discussões sobre a MI, consideramos o efeito de sentido discursivo da palavra “luta”, como o elemento comum apresentado nas entrevistas, enfatizando o papel social dos sujeitos, bem como sua influência na construção de sentidos e representação das ações afirmativas na contemporaneidade. Antes da construção da informação (ação afirmativa), o sentido de “luta” está na informação e no efeito de sentidos gerados nas argumentações e relações que transcendem a vivência das ações afirmativas no ensino público superior.

Pensar a MI nas ações afirmativas perpassa pelos contextos históricos e culturais destacando-se a ressignificação da informação pelo sujeito social a cada momento de apropriação, impulsionando as forças simbólicas; a destacar o sentido de “luta”, que consolida as demandas da sociedade, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. A análise interpretativa e relacional entre passado (contexto) e presente (vivências) nos possibilitou compreender a consolidação do sentido da informação sobre/das ações afirmativas para os grupos que lutam e defendem a Lei de Cotas.

Avançando nessa análise, temos a MI inter-relacionada à proposta interpretativa da construção discursiva que envolve uma política pública com olhar para o contexto maior, complexo e diverso da sociedade brasileira, em que o discurso e o contradiscurso encontram o laço social que (re)produz as subjetividades no coletivo (Zoppi-Fontana, 2017). Assim, o interdiscurso apresentado nas entrevistas rompe com a lógica de que as vagas nas universidades públicas sejam potencialmente oportunizadas para indivíduos privilegiados na sociedade, a destacar as vagas em cursos de ascensão social, e propõe estratégias que tensionam o discurso da meritocracia, com vistas a atender ou aliviar as tensões sociais nas relações de ingresso no ensino superior.

Nas entrevistas, a partir da história oral de vida (Meihy, 2005) dos colaboradores e considerando o momento presente, encontramos apontamentos de sustentação discursiva das ações afirmativas, tanto no âmbito do ingresso discente em instituição pública como para além desse ambiente, ou seja, há abordagens das ações afirmativas no âmbito profissional (entrevista 2, 3 e 4), em instituições privadas

(entrevista 4), em outras formas de relações na sociedade (entrevista 3). Então, no universo desta pesquisa, o interdiscurso se faz presente quando os colaboradores enfatizam o já-dito, o cenário histórico e social que constitui e consolida o discurso das ações afirmativas.

Avançando na abordagem de análise da MI, entendemos que, quando há, de fato, a apropriação da informação, ocorre a geração de novas demandas informacionais (Almeida Júnior, 2015). Isso fica evidente nas entrevistas, ao expressarem outras formas de ações afirmativas para grupos excluídos histórica e socialmente. Percebemos, então, que há uma percepção positiva da eficiência das ações afirmativas, como as cotas para ingresso no ensino superior, que demandam por outras ações para a eliminação de formas desiguais na sociedade brasileira.

Na argumentação proposta, temos o alinhamento da Análise de Discurso, História Oral e a MI, de forma orgânica, fluida e complexa, uma vez que pontuamos a construção da sociedade brasileira na diversidade (Hall, 2003, 2006, 2015). Diante da abordagem construída e sustentando a defesa da informação no contexto sociocultural como elemento essencial no processo MI, no campo da CI, interpretamos o seguinte fragmento discursivo:

[...] então a minha militância dentro do movimento social negro ou do movimento negro, ela foi de uma forma tão extraordinária, a minha experiência, eu não fui uma pessoa que assisti, fui a protagonista, me entende... (Colaboradora 1).

No contexto de ‘como se diz’, a informação está apresentada de forma direta, é conclusiva a uma ideia narrada anteriormente, demonstrando a importância de ler e interpretar o contexto como todo; a colaboradora apresenta a afirmação relatando a imagem representativa da sua participação no movimento social, evidenciando a trajetória de luta. Neste ponto, visualizamos as particularidades da vida dos indivíduos materializadas nas informações (os sujeitos que compõem a informação) e socializadas no processo de reciprocidade entre eles (Silva, 2017).

Na abordagem de ‘o que diz’, pautada na subjetividade discursiva, a informação é (re)significada e manifestada pelo sujeito; sua relação de sentido com o texto e contexto apresenta analogia com outras informações de diferentes momentos da vida da pessoa, ou seja, a informação é exposta como um texto-produto “apreendido como um traço de uma atividade discursiva” (Maingueneau, 2015, p. 37). Posto isso, há o sentido de “luta” presente no fragmento discursivo, representado nas expressões

“extraordinária” e “protagonista”, em uma relação simbólica com o posicionamento social e as produções discursivas que impulsionam a construção, a interpretação e a apropriação da informação.

Analisamos possíveis circunstâncias discursivas na construção da informação materializada nas entrevistas, que demonstram a fluidez na significação, tanto na condição de tempo - pois há afirmação no presente, “minha militância”, e há expressão no passado, “foi” - quanto na condição de lugar, evidenciando a subjetividade da informação, uma vez que o lugar informacional não está relacionado a algo físico e fixo e sim à ação de “militância”, ou seja, “lugar pode se definir como histórico, relacional e identitário” (Serpa, 2007, p. 52).

Vejamos um fragmento discursivo da entrevista 2:

A minha militância começa nesse sentido, de ser quem sou, entendeu... e a partir disso passar a ser referenciada... isso passa **a ser referenciado de alguma forma, as pessoas passam a me reconhecerem, muitas vezes sou chamada para entrevistas... eu gosto disso, acho que é importante, sim, a gente se colocar** (Colaboradora 2).

No contexto de ‘como se diz’, a abordagem sobre a informação evidencia a materialização da necessidade da pessoa se posicionar na sociedade e sustenta essa argumentação com sua experiência de vida, exemplificando a importância de comparecer nas entrevistas e assumir os convites que recebe para representar o grupo social em questão. Nessa discursividade, analisamos que a informação está vinculada às práticas sociais e compreensão de mundo, ou seja, a discussão sobre a informação está na complexidade da ação humana e no contexto sociocultural (Araújo, 2018).

Na subjetividade discursiva da abordagem ‘o que diz’, pela antecipação, a informação construída se adianta, ao identificar a ação de ser referenciada e reconhecida, de alguma forma, a partir da compreensão da importância de dar visibilidade a pessoas excluídas histórica e socialmente, com efeito no rompimento de estereótipos dominantes e libertar da complexidade criada nas relações coloniais (Fanon, 2008).

Analisamos possíveis circunstâncias discursivas na relação entre as expressões que delimitam o passado, “começa nesse sentido”, e o presente, “passar a ser”; essas circunstâncias alinham a compreensão da informação sendo construída e significada com embates, lutas, dominação, imposição (Almeida Júnior, 2015). No caso, o rompimento das dominações impostas na compreensão da formação do

contexto histórico, que ultrapassa o tempo histórico e exerce influências nas atuais relações.

Considerando o contexto em análise, destacamos o fragmento discursivo da entrevista 3:

Milito em um partido político que me dá uma oportunidade de sair da caixinha e dizer tem que desafiar isso, porque essa aqui é a história contata (Colaborador 3)

No contexto de ‘como se diz’, a abordagem da informação se mantém na primeira pessoa discursiva, com o discurso sendo atravessado pelo reconhecimento da importância de desafiar o dito. Assim, temos a informação na ordem do coletivo e de uma construção social (Araújo, 2021), bem como compreendida como fluída, possibilitando visualizar os atravessamentos discursivos que influenciam o modo de vida e as demandas dos indivíduos.

Na abordagem ‘o que diz’, a informação enfatiza a importância de entender as formações sociais e impulsionar as transformações; destacamos a expressão “sair da caixinha”, que, no discurso da exterioridade da realidade, propõe romper com as construções ideológicas impostas e mostra os efeitos de silêncio nas fissuras discursivas (Orlandi, 2007), demonstrando, de forma direta, o envolvimento da pessoa entrevistada com a luta.

Aportando os estudos do sujeito em possíveis circunstâncias discursivas apresentadas no fragmento da entrevista 3, evidenciamos o posicionamento social e político que demarca o lugar discursivo compreendido na análise, carregado de sentido, para além da racionalidade funcional e econômica (Claval, 2007). A informação na subjetividade interpela o posicionamento da pessoa entrevistada e produz o sentido de “luta” expresso na identificação direta com a militância.

Em análise discursiva e no campo da CI, destacamos, também, o fragmento abaixo, na entrevista 4:

[...] começou a militância sindical, com 22 dias que eu tinha tomado posse estava iniciando uma greve e eu fui, **a gente já vai saindo como liderança**, você já começa a se organizar e organizar o pessoal, já tinha as primas que estavam na base da educação, quase toda minha família é da educação e da polícia militar... **eu já estava engajada no movimento negro**, venho para educação e a gente já vem com essa visão de fazer o recorte racial dentro do debate que não foi fácil... (Colaboradora 4)

A abordagem da informação no contexto de ‘como se diz’, nesse fragmento discursivo, encontra-se em primeira pessoa, de forma contextualizada e coerente,

demonstrando a trajetória envolvendo a militância, destacando o envolvimento da entrevistada com o movimento negro. No discurso apresentado, a informação se mistura a contextos históricos e sociais, com experiências próximas, definindo e identificando, por exemplo, o que seus semelhantes veem, sentem, pensam, imaginam (Geertz, 1997).

Avançando na subjetividade discursiva, analisando ‘o que diz’, a entrevistada enfatiza a expressão “a gente vai saindo como liderança”, com efeito de sentido no propósito de identificar e resolver problemas sociais, bem como apresenta a consciência da luta, retomada na ênfase “já estava engajada no movimento negro”; assim, podemos compreender que há uma interpelação que constitui o sujeito (Orlandi, 2020) nos efeitos de sentidos diante de seus posicionamentos nas lutas geradoras de mudanças sociais.

Na subjetividade discursiva, a informação apresenta a relação do passado “já estava” com o presente “começou”, a partir da experiência de vida e usada em determinada situação (Choo, 2003), ou seja, o efeito de sentido apresentado na informação perpassa o interdiscurso, vinculando-se às experiências de vida do sujeito, e adentra a concepção de lugar social da informação, no sentido de ser definido como histórico, relacional e identitário (Serpa, 2007).

Sob o ponto de vista da MI e considerando o contexto das entrevistas, com destaque para os quatro fragmentos discursivos selecionados, vinculamos nossa análise ao questionamento desta pesquisa sobre a informação significada no contexto da diversidade sociocultural e alinhando-se à argumentação sobre a reserva de vagas. Encontramos o atravessamento do efeito de sentido de “luta” em expressões como “militância”, “protagonista”, “se colocar”, “tem que desafiar isso”, “liderança”, dentre outras presentes nas narrativas dos entrevistados, o que se alinha à argumentação histórica sobre as ações afirmativas (Brandão, 2005; Feres Júnior *et al.*, 2018; Lemes; Severi, 2015; Meira, 2011; Pitinelli-Souza, 2021; Ribeiro, 2020; Vieira, 2016; Zimmerman, 2013).

Defendemos, então, a discussão e a compreensão da informação nos contextos sociais, uma vez que a informação é demandada por indivíduos que interagem entre si, disseminando, (res)significando e gerando novas demandas informacionais. Ao compreender essa complexidade social na subjetividade, na construção da sociedade, e deslizando discursivamente as análises para a MI, destacamos a ação de mediar como impulsionadora da disseminação da informação

e pautada nos atos cotidianos dos grupos sociais que buscam ou são envolvidos pela informação em questão; no caso desta pesquisa, as ações afirmativas para ingresso no ensino superior. Dito de outra forma, para a disseminação e apropriação da informação, é importante considerar o contexto histórico-social gerador dessa informação.

Na subjetividade das relações socioculturais se constitui o sujeito social que, na interação com o outro, ressignifica a informação e, assim, tem a “compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2020, p. 24). No processo de MI, é importante explicitar a multiplicidade e a particularidade organizadas enquanto processos, demonstrando que a relação dos sujeitos com o sentido/significação da informação é contínua.

Assim, a inter-relação da MI com a apropriação da informação é quase concomitante, ao compreender que toda ação de interferência na mediação objetiva a apropriação da informação e pauta-se nas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2019, 2020, 2021), possibilitando compreender a história de vida e demanda dos sujeitos sociais envolvidos nos contextos históricos e socioculturais da informação, a destacar as informações impulsionadoras de transformação social.

Santos, Arruda e Guaraldo (2020, p. 16) afirmam que, no atual contexto, há “maiores possibilidades mediacionais que se abrem com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cenário da chamada Sociedade da informação”. Desse modo, destacamos e defendemos os múltiplos ambientes e ambiências informacionais presentes na mediação e na apropriação da informação, os quais impulsionam possibilidades de disseminação da informação, com efeitos de significância para e pelos sujeitos sociais.

É possível estabelecer uma relação discursiva a partir da compreensão sobre a mediação implícita, destacando a ausência física do usuário, a seleção, o armazenamento, o processamento (Almeida Júnior, 2009) e acrescentamos a disseminação da informação, uma vez que a ação de interferência no processo de MI é pensada, planejada e executada para potenciais sujeitos sociais. No contexto desta pesquisa, notamos que a informação materializada na Lei 12.711/2012⁷⁰ dispõe sobre o perfil dos candidatos ao ingresso discente em instituições públicas federais:

⁷⁰Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei 13.409, de dezembro de 2016, e pela Lei 14.723, de 13 de novembro de 2023.

egressos de escola pública e os grupos sociais atendidos pela lei, por analogia com o processo de mediação da informação e compreendendo que a mediação implícita respalda as ações dos mediadores nos ambientes de informação (Almeida Júnior, 2015) temos a possibilidade de visualizar a disseminação da informação pelas instituições de ensino superior sobre a reserva de vagas (cotas) sendo pensada e planejada sem a presença física direta dos usuários dessa informação.

Assim, compreendemos a importância de ouvir e se apropriar das demandas da sociedade representada por indivíduos que, em suas histórias de vida, lutam e fundamentam as ações afirmativas para o acesso de indivíduos excluídos histórica e socialmente. Desse modo, e considerando as possibilidades mediacionais com uso das tecnologias, bem como a forma de mediação institucional, temos ações de disseminação da informação sobre o ingresso discente com uso de múltiplas linguagens informacionais, a exemplo dos manuais de candidatos, perguntas frequentes, vídeos informativos, arquivos interativos etc.

Nesse contexto, destacamos a compreensão apresentada na primeira entrevista, que enfatiza a política pública pelo viés social: *“quem faz movimento não faz para aparecer, faz para trazer a **política pública com viés social para a população da cidade que você vive e do país que você está**”* (Colaboradora 1). Em referência à mediação, as vivências dos sujeitos sociais delineiam a construção de sentidos e representação das informações; assim, vislumbramos uma fluidez na relação de encontro do sujeito social com as informações e, nesse processo relacional, há elementos socioculturais na significação das informações a serem mediadas entre indivíduos e/ou instituições e/ou sociedade.

No processo de interação entre indivíduos, relacionamos o efeito de sentido de “luta”, como posicionamento discursivo das pessoas entrevistadas, com o debate de Bento (2022) no que tange à defesa de uma política de diversidade e equidade nos ambientes profissionais, uma vez que, segundo a autora, as situações de discriminação no trabalho aparecem como se não fossem propriamente atos de racismo; a esse pensamento, aliamos as discussões sobre o racismo estrutural apresentadas por Modesto e Fontana (2020), Almeida (2021) e Oliveira (2021). Esse apontamento se vincula à segunda entrevista, por abordar a experiência de trabalho, conforme o seguinte fragmento: *“uma vez chegou um convite para que eu pudesse representar a secretaria como uma pessoa negra, dentro da questão racial, nessa ótica, e indicaram uma pessoa branca para ir”* (Colaboradora 2).

Isto posto, defendemos a MI perpassando pelos distintos contextos históricos, na relação passado/presente, em que o ser humano conduz a resignificação de conceitos elaborados (Gomes, 2021). Por isso, consideramos a importância da relação dos sujeitos com o mundo (Almeida Júnior, 2009) que, no contexto de nossa pesquisa, demonstra a compreensão da construção histórica de uma sociedade marcada pela tensão da diversidade sociocultural. Assim, ao considerar a construção histórica do país, compreendemos que a multiplicidade da significação da informação ultrapassa os ambientes educacionais, como exposto no fragmento discursivo sobre as relações nos ambientes profissionais.

Nossa argumentação sobre a informação no processo de mediação está pautada no modelo pragmatista e sociocultural (Araújo, 2018) e reconhecemos a importância da discussão social, pactuando com a afirmação de que “para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentidos” (Orlandi, 2020, p. 31). Concebemos que o sentido para a informação é atribuído pelo sujeito social, com base no contexto de sua vida, ou seja, a informação é significada pela história, especificando as experiências de vida do sujeito; portanto, temos o sentido da informação na relação determinada pelo sujeito e mediante seu contexto sociocultural.

No universo de nossa investigação, reiteramos a informação das/nas ações afirmativas como impulsionadora para a sociedade reconhecer a importância da reparação social e étnico-racial que tensiona as relações sociais e as diferenças existentes (Hall, 2015), disseminando informações que visam gerar a percepção real de enfrentamento as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Neste ponto, destacamos os seguintes fragmentos discursivos:

[...] a gente entende qual é o lado porque você se olha no espelho todos os dias e você vai ser negro (Colaboradora 1).

[...] é um apagamento, um silenciamento, sempre foi tido com algo ruim ser uma pessoa... a política de eugenia e de embranquecimento que toda sociedade brasileira passou, tudo isso é resultado (Colaboradora 2).

[...] será uma luta étnico-racial, contra o sexismo, das pessoas da diversidade sexual, ela vai ser sempre uma permanente luta contra tudo aquilo que é diferente e a sociedade conservadora quer banir do meio (Colaborador 3).

[...] a gente vive uma situação muito difícil no Brasil, uma falsa democracia racial que foi colocado que nós não resistimos, os negros não resistiram, quando sabemos que muitos negros ficaram pelo caminho (Colaboradora 4).

Na relação discursiva - e compreendendo que a produção de efeito de sentido está para além do sujeito e perpassando pelo processo histórico e ideológico -,

destacamos as expressões: “você vai ser negro”, “é um apagamento”, “uma permanente luta”, “uma falsa democracia racial”, em que os significados e o tempo são elementos deslocados constantemente, ou seja, no contexto exposto, o funcionamento do interdiscurso alinha o enfrentamento e a compreensão de discurso construídos em desfavor de indivíduos pretos/negros. A partir dessa compreensão, defendemos a significação da informação na discussão do sentido das palavras, que é fluido e dependente do contexto sociocultural dos indivíduos, ou seja, a palavra “cotas” tem sentido e funcionalidade diferentes para cada grupo social que compõe a sociedade brasileira.

Tendo como tema de abordagem a MI e considerando as relações estabelecidas entre a informação do que chega e do que preexiste (Santos, 2008), podemos interpelar as práticas discursivas simbólicas presentes nos fragmentos discursivos, evidenciando que a relação passado/presente, a partir da constituição histórica, gerou efeitos de sentidos nas relações sociais, fundamentando, atualmente, a importância das ações afirmativas. Desse modo, a informação materializada na reserva de vagas para ingresso no ensino superior público medeia essas tensões sociais e visibiliza grupos sociais com sub-representações em espaços de ascensão socioeconômica.

Defendemos a possibilidade de as instituições fazerem o processo de MI pautando-se nos instrumentos normativos legais, inter-relacionando com os contextos dos indivíduos que demandam pelas ações afirmativas e utilizando-se dos meios mediacionais, com uso de tecnologias e múltiplas formas de linguagem. Nesse sentido, entendemos ser possível sanar, ao menos momentaneamente, os ruídos no processo de disseminação da informação sobre as ações afirmativas, diante das múltiplas relações com estratégias de comunicação construídas intersubjetivamente entre instituições e indivíduos.

Ao visualizar a informação materializada nas entrevistas e inter-relacionada com a discussão teórica proposta, percebemos que tanto a mediação como a apropriação da informação se apresentam como conceitos que reconhecem as múltiplas formas de interação entre sujeitos e destes com o meio e alinhamos a outras discussões antropológicas, sociológicas e geográficas, por pactuarmos com o reconhecimento da importância dos movimentos disciplinares.

Na inter-relação de conceitos e discursos nos movimentos disciplinares, avançamos na compreensão da importância das ações de interferência da MI para

potencializar a apropriação da informação, haja vista que “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Orlandi, 2020, p. 37).

Por fim, as argumentações apresentadas compreendem o conceito de MI e da apropriação da informação, como produziram e ainda produzem sentidos para a análise do sujeito diante da informação, visto que tratam a relação deste com a informação a partir de sua demanda e possibilitam reconhecer a importância do contexto sociocultural de sua vivência.

9.3 Mediação da informação nas relações sociais

Nesta parte as análises têm o objetivo de apresentar uma reflexão discursiva, a partir das relações socioculturais dos sujeitos, para fins de interpretar a significação da informação com potencial para transformação social, mantendo como objeto da pesquisa a MI no universo das ações afirmativas para ingresso no ensino superior.

A Análise de Discurso sobre o tema da informação (ações afirmativas) impulsionou a reflexão acerca da responsabilidade individual e coletiva contra as discriminações presentes na sociedade. Nessa argumentação, temos outras formas de sentidos nas ações sociais, uma vez que uma universidade diversificada rompe com a hegemonia ideologicamente dominante (Chauí, 2018; Orlandi, 2017a, 2017b, 2020) e, nas fissuras da resistência discursiva sobre a meritocracia, outros discursos ganharam espaço, principalmente a partir da implementação da Lei 12.711/2012, que adentra no reconhecimento das construções das diversidades (Hall, 2003, 2015) nas experiências pessoal e social.

Há de se compreender que as práticas sociais não são neutras nos assuntos sociais e nos conflitos, diretos ou indiretos; elas expõem as demandas da sociedade, o que reflete na responsabilidade social da universidade. O alcance da produção de sentido da informação materializada na Lei 12.711/2012 é maior quando apropriada no contexto de vivências dos sujeitos que lutam pela permanência e demandam por outras informações que envolvem as ações afirmativas.

Nesse contexto introdutório, destacamos fragmentos discursivos presentes nas entrevistas, interpelando o posicionamento do sujeito quanto à necessidade de envolvimento e compreensão por parte de todos os indivíduos da sociedade para impulsionar a transformação social:

[...] **chegava muita coisa sobre a questão do negro e as pessoas achavam que você é negra, você tem que responder...** eu ia pesquisar nos livros de História para poder responder aqueles ofícios do MEC... na realidade em 2003 eu ainda não era do movimento negro e nem do movimento de mulheres negras nada... uma vez eu tive contato com grupos de negros aqui em Rondônia que vou contar mais na frente (Colaboradora 1).

[...] **quando alguém pede minha imagem para ser vinculada, seja em entrevistas, seja em fotos, sempre acho isso muito importante acho que isso é um papel social** (Colaboradora 2)

[...] quando um negro fala “eu sou o primeiro negro que formei da família” a dimensão sociológica disso passa de uma matéria jornalística na televisão, é muito infinitamente maior... ... se eu sou ativista, não sou, talvez eu seja um ativista de dizer que a gente tem muita luta pela frente (Colaborador 3).

[...] fazendo essa pesquisa na área **antirracista**, por uma educação antirracista, é o que pretendemos porque só vai haver transformação através da educação (Colaboradora 4).

Nos fragmentos elencados, identificamos informações construídas a partir das relações com o meio e, conforme Almeida Júnior (2015), podemos perceber que as informações precisam do sujeito social e do coletivo para existir; sendo assim, na concepção social, a informação consolida a discussão da MI e percebemos o processo de constituição da informação sendo contextualizado e vinculado aos contextos socioculturais dos indivíduos que se dela apropriam e ressignificam.

Em interpretação discursiva, essa argumentação se destaca nas expressões: **“as pessoas achavam que você é negra, você tem que responder”**; **“acho que isso é um papel social”**; **“a dimensão sociológica”**; **“só vai haver transformação através da educação”**. Essas expressões delineiam a interpretação das condições de produção de sentidos enquanto parte da vida das pessoas entrevistadas, enquanto sujeitos/membros de uma determinada forma de sociedade (Orlandi, 2020). Por isso, defendemos o processo de MI planejado e executado de forma crítica, para conhecer, problematizar e atender às demandas da sociedade e gerar novas demandas informacionais, acompanhando as mudanças sociais, uma vez que as ações do processo de mediação refletem (n)os indivíduos que fazem parte dos grupos que compõem a sociedade.

Nesse sentido, a reflexão discursiva da informação no âmbito da MI perpassa pela produção de sentido envolto na construção da informação e considerando o processo histórico, social e cultural da sociedade; logo, defendemos a (res)significação da informação como ação possível e contínua, ou seja, a informação compreendida como imaterial e fluída nas relações da sociedade. Aqui, destacamos o interdiscurso, por posicionar os sujeitos sociais nos contextos históricos geradores das

demandas por ações afirmativas, ou seja, o histórico da escravidão brasileira gerou efeitos de sentidos nos discursos construídos, atravessou os tempos e permanece nas relações atuais.

Configurando o *corpus* na informação sobre as cotas para ingresso no ensino superior, vislumbramos que “as cotas vão, sem dúvida, promover o acesso a uma educação superior de qualidade e, conseqüentemente, à capacidade competitiva dos alunos brancos, negros e índios” (Munanga, 2007, p. 18). Nesse contexto, consideramos as relações socioculturais como construtoras e impulsionadoras das ações afirmativas e vislumbramos os posicionamentos dos sujeitos sociais entrevistados quando expressam informações em prol de um coletivo, a destacar as ações de “estudar para responder os ofícios”, “dar entrevista”, “formei”, e, “antirracista”.

Em análise abrangente e na discussão da MI, reportamo-nos ao contexto discursivo e a informação sobre as ações afirmativas no ensino superior; nesse viés, salientamos a importância de discutir as relações de poder e as situações socioculturais particularizadas de cada grupo que constitui a sociedade brasileira, para fins de significar a informação com potencial para transformação social.

Ao reconhecer a importância dos contextos informacionais, compreendemos que eles estão vinculados à história de vida, concepção e interesses dos sujeitos sociais, bem como ao efeito de sentido da “luta” no enfrentamento às desigualdades e discriminações existentes nas relações entre indivíduos. Assim, na segunda entrevista, destacamos o posicionamento “*entendi a importância de saber me posicionar como mulher negra, no lugar aonde tinha que ser, o que tinha que fazer* (Colaboradora 2) e, na quarta entrevista, o posicionamento “*fiquei sozinha e fui para a luta, fui estudar, voltei para a sala de aula, trabalhava diuturnamente para cuidar de dois filhos*” (Colaboradora 4).

No processo interpretativo da significação da informação (Silva, 2017), temos a apropriação da informação que, nesta pesquisa, envolve os contextos de vida das pessoas entrevistadas, com a materialização do efeito de lutas e embates (Almeida Júnior, 2015) por direitos sociais, gerando demandas por ações afirmativas no ensino superior; assim, podemos compreender que o sujeito, a partir da sua história de vida, torna-se protagonista das ações e decisões no processo de ressignificação de informações.

Ao compreender a informação na fluidez das relações sociais, consideramos os efeitos de sentidos nos discursos presentes no processo de MI, impulsionando a construção de sentidos e representação na contemporaneidade, enfatizando o papel social do usuário, ressignificando, consolidando ou enfrentando relações na sociedade. Então, o discurso, sobre as ações afirmativas está interpelado (Orlandi, 2020) por lutas e embates que fluem discursivamente e geram mudanças nas relações entre indivíduos e destes com os espaços. Nesse ponto, compreendemos a existência de várias articulações e frentes de lutas visando mudanças, sendo a educação um desses caminhos.

Abaixo, destacamos os fragmentos discursivos:

[...] a questão dos negros foi mais para dentro da universidade da juventude negra por conta da questão de **cotas**... creio que se o Estado, o Governo Estadual, tivesse uma universidade estadual com certeza a gente também estava lá (Colaboradora 1).

[...] **acho que nem todo mundo tem que militar, mas se você se entender como pessoa dentro do lugar onde você está e tentar melhorar esse lugar, eu acho que é extremamente importante para todo mundo, acho que o mundo seria muito melhor** (Colaboradora 2).

[...] será uma luta étnico-racial, contra o sexismo, das pessoas da diversidade sexual, ela vai ser sempre uma permanente luta contra tudo aquilo que é diferente e a sociedade conservadora quer banir do meio (Colaborador 3).

[...] a *gente* não desistia e nessa época o que foi mais importante foram as formações, **toda a família foi para faculdade, para universidade, foram para os institutos, foram fazer suas formações e tudo isso incentivado ali pelo debate com o movimento negro** (Colaboradora 4).

Ao considerar as informações nos fragmentos discursivos e refletindo sobre as condições de produção de sentido no âmbito da MI, textualizamos as expressões “**cotas**”, “**se entender como pessoa dentro do lugar**”, “luta” e “**formações**” na significação da informação com potencial para transformação social, por apresentarem o efeito de sentido de possibilidade de acesso a espaços impulsionadores de ascensão econômica, a exemplo da educação, a destacar a educação superior, especificamente em cursos de prestígio social. As entrevistas expõem a constante busca pelo rompimento de elementos geradores das desigualdades e discriminações, o rompimento com a ideologia que domina e oprime (Freire, 1996).

Interpretando o efeito de sentido nos fragmentos discursivos, temos a informação com concepções e significados que extrapolam o aparente (Almeida Júnior, 2015). Compreendemos o processo de MI como social e coletivo e, uma vez

institucionalizado, também é técnico; então, a mediação é social, por considerar a contextualização de cada informação, e técnica, por pensar a disseminação da informação.

Avançando em nossas análises, a defesa e luta pelas cotas (ações afirmativas), se configuram no interdiscurso (memória discursiva) apresentado a partir das histórias de vida das pessoas entrevistadas, que sustentam o sentido das ações afirmativas e demandam por novas informações que atendam a outras necessidades dos grupos sociais. Apoiamos nossa percepção em Pitinelli-Souza (2021, p. 29), que temos a informação sobre uma ação afirmativa “sendo compreendida tanto como uma espécie de prevenção à discriminação, quanto como uma forma de reparação de seus efeitos”.

Ainda nos fundamentando nessa autora e considerando nossas percepções durante o desenvolvimento do trabalho, notamos que as demandas informacionais envolvendo o sentido e representação das ações afirmativas na sociedade englobam a complexidade e a subjetividade das relações na sociedade, ampliando a compreensão para além de uma política simplesmente antidiscriminatória, consolidando, assim, a defesa das ações afirmativas como informações com real potencial para transformação da sociedade. Nesse sentido, reportamo-nos ao processo de MI, por vislumbrarmos a aproximação dos sujeitos com a informação materializada, considerando os múltiplos meios informacionais e formas de linguagens que impulsionam a comunicação, visando à apropriação de determinada informação.

No contexto desta pesquisa, o processo de MI considera desde a organização documental, como a construção de instrumentos informacionais físico, até a subjetividade das relações sociais que delineiam a significação de uma informação. Vislumbramos o processo de MI no ingresso discente no ensino público federal desde o momento de implementação das informações iniciais na Lei 12.711/2012, perpassando pela busca por compreender o contexto que impulsionou/impulsiona a informação dessa ação afirmativa; a execução institucional que, na abordagem da mediação implícita, pode empreender ações como: estudos, planejamento, alinhamento entre setores, consultas que se fizerem necessárias, disseminação da informação com múltiplos instrumentos e ambiências informacionais etc.

Compreendemos a MI como um processo contínuo e, por isso, concebemos a mediação explícita no processo de interação social, relacionando-o discursivamente com as ações de interferências dos profissionais da informação, dada a importância

de pautar as demandas da sociedade com reflexões específicas que atendam às necessidades do momento e com ações no/para o coletivo.

Nesse sentido, os posicionamentos dos sujeitos sociais entrevistados demonstram a relação de poder subjetiva presente nas relações da sociedade, a destacar que **“as ações afirmativas tiram esse jovem dessa vulnerabilidade e coloca no espaço onde ele possa viver, onde eles conseguirão viver** (Colaboradora 4) e **“a questão de cota propícia essa criação da ideia de que eu posso”** (Colaborador 3). Esses fragmentos discursivos denotam a compreensão das ações afirmativas para negros como uma ação material que tensiona a construção discursiva e o modelo de ingresso nas universidades públicas que tornava exclusividade racial o acesso ao ensino superior. Como pontuado por Vieira (2016, p. 27), “elas provocam, problematizam e questionam os espaços sociais destinados à negritude e à branquitude”.

Assim, no universo desta pesquisa, o processo de MI, inter-relacionando às dimensões da mediação, com o intuito de modificar a situação e/ou solucionar problemas, transversaliza as histórias de vidas de pessoas que lutam pelas ações afirmativas, com amplos contextos sociais, e demonstram compreender os efeitos dessas ações para além das oportunidades de acessar o ensino superior. Todas essas ações avançam, gerando novas demandas informacionais, haja vista que identificamos posicionamentos para as cotas tanto no sistema público de ensino como no privado, cotas no âmbito profissional também no público e privado, bem como o reconhecimento da existência e da necessidade de usar os atuais meios e instrumentos informacionais (mídias sociais) para disseminar informações.

Percebemos as informações dependentes da relação do sujeito com o mundo (Almeida Júnior, 2015), uma vez que a informação sobre a reserva de vagas para o ensino superior público foi apropriada pelos sujeitos sociais a partir de uma demanda social - a destacar a organização dos movimentos negros - que gerou novas necessidades informacionais para outras ações afirmativas, seja em outros espaços sociais ou no âmbito das instituições de ensino, transformou, modificou e sinalizou a possibilidade de alteração nas relações na sociedade. Assim, o processo de MI se constrói em vários momentos, compreende a fluidez da informação e se refaz a cada instante; nesse sentido, vislumbramos a ressignificação das informações construídas historicamente a cada encontro com o sujeito social.

Avançando nas reflexões, destacamos os seguintes fragmentos discursivos:

[...] o que a gente pode falar mais sobre esse momento é que essas **políticas de igualdade racial** ficaram (Colaboradora 1).

Sempre gerava um certo constrangimento das pessoas entenderem, eu tinha lugar em uma posição de destaque, um cargo o qual tinha que assumir... e muitas pessoas durante muito tempo não entendiam (Colaboradora 2)

[...] **vencer essas desigualdades através da educação**, do debate, da sensibilidade, sensibilizar os que estão ao redor e fazer um trabalho muito nessa questão da política da inclusão (Colaboradora 4).

Em uma possível inter-relação dos fragmentos discursivos, compreendemos a produção de sentido geradora de efeitos na defesa às ações que possibilitam enfrentar e vencer as desigualdades sociais. Em Orlandi (2020, p. 89), temos o atravessamento discursivo “como efeitos de sentidos filiados a redes de significação”, o que nos possibilita inter-relacionar a constituição dos fragmentos discursivos com a história de vida das pessoas entrevistadas, fundamentando a compreensão da defesa das ações afirmativas no enfrentamento às discriminações raciais e vencendo as desigualdades através da educação.

A partir dessa compreensão, destacamos as palavras “ficaram”, “posição de destaque” e “educação”, produzindo a possibilidade de rupturas nos apagamentos discursivos que excluíram indivíduos historicamente e delinearam, na sociedade, as relações que determinaram o acesso aos espaços de poder e ascensão econômica, a exemplo do acesso ao ensino superior público e, especificamente, a cursos de graduação de prestígio social e econômico.

Alinhamos a discussão da informação sobre as cotas como uma ação que tensiona as relações na sociedade, por possibilitar a visibilidade e o rompimento da separação dos sujeitos sociais na contemporaneidade, considerando o contexto histórico e as desigualdades geradoras dos processos invisíveis que delineiam os lugares sociais de cada indivíduo. Assim, temos a compreensão das relações socioculturais fundamentadas discursivamente nas existências anômalas (Hall, 2015), por discorrer sobre a diversidade no encontro e/ou confronto das diferenças; no contexto das entrevistas, temos os posicionamentos dos sujeitos no reconhecimento das desigualdades sociais, a partir das suas histórias de vida, e na luta pelo enfrentamento a essas desigualdades.

No âmbito desta pesquisa, discorrer sobre as informações envolvidas no contexto das ações afirmativas perpassa pelo interdiscurso dos sujeitos sociais que produzem efeitos semelhantes. Nesse sentido, relacionamos o posicionamento da

Colaboradora 2 acerca do “constrangimento das pessoas”, diante da posição de destaque que entrevistada ocupa em seu no ambiente de trabalho, com o posicionamento da Colaboradora 4: **“é sobre ser mulher preta, estar nos espaços e ter que provar todos os dias que você está apta a estar nesse espaço”**. Aqui, temos a compreensão de que “as cotas para negros parecem ser o resultado de um percurso que se prolongou ao longo de séculos” (Vieira, 2006, p. 17).

Assim, defendemos as ações afirmativas com efeito para além do acesso a espaços físicos, pois percebemos que o discurso sobre essas ações “trabalha as relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida” (Orlandi, 2017a, p. 55). A informação é significada nessas relações e a materialização da informação nas/das ações afirmativas potencializa a transformação social no processo de reconstrução das relações na sociedade. Transversalizamos as reflexões sobre o espaço universitário a partir do discurso que oportuniza o acesso ao ensino superior a estudantes cujo perfil atenda ao sistema de cotas da Lei 12.711/2012; ora, o ingresso diversificado de estudantes gera novas demandas sociais, tanto no espaço universitário como em outros ambientes, em uma realidade social complexa, de modo que essas novas demandas possam impactar de positivamente na formação da sociedade.

Compreendemos a universidade como uma instituição que cria oportunidades para os indivíduos ascenderem socialmente; então, a partir dos discursos sobre as ações afirmativas, como a reserva de vagas para ingresso no ensino superior público, temos um avanço nas relações entre os diferentes e diversificados grupos, abrindo o acesso para aqueles que estiveram ausentes do espaço universitário.

Ao considerarmos que a informação é significada pelo sujeito e no centro do processo de MI, no contexto da pesquisa, os temas abordados são os lugares pertinentes à problemática dos discursos construídos nas relações sociais. Lugares que se entrecruzam as determinações econômicas, políticas, ideológicas, sociais e culturais, isto é, uma causalidade múltipla que os discursos trazem consigo suas características, de onde se pode pensar e operar as suas formas.

Apropriação social da informação se materializou nesta pesquisa a partir da discussão sobre as ações afirmativas, notamos que os discursos em prol dessas informações atendem a grupos excluídos historicamente e tensionam as relações na sociedade, possibilitando uma indicação discursiva como o resultado da análise que desloca para o efeito de sentido de resistência. Assim, diante das histórias de vidas

das pessoas entrevistadas e nas reflexões teóricas da MI, a pesquisa evidencia as relações socioculturais dos sujeitos como impulsionadoras no processo de significação da informação sobre as cotas, ou seja, uma informação com potencial para transformação social.

Na falha da reprodução discursiva da meritocracia para o ingresso discente há o impulsionamento de outros sentidos para o contexto e situação exposta, assim, a MI pensada e executada age considerando a possibilidade de rompimento ideológico que sustenta a produção que domina a formação social. Por fim, as relações são recombinações com os deslocamentos das relações sociais, em contextos e locais de interações, que transcendem extensões supostamente fixas e transmutáveis, adentram as subjetividades e são (res)significadas nas informações.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos processos de mediação e apropriação social da informação para ingresso no ensino superior por meio da reserva de vagas para um dos grupos sociais excluídos historicamente, com recorte para as experiências de vida de pessoas negras/pretas que impulsionam as vozes que reverberam na subjetividade e fluidez das relações na sociedade e delineiam as demandas informacionais em todos os locais de convivência dos seres humanos, possibilitando transformações sociais.

Considerando os aspectos educacionais e sociais geradores da tese, o estudo ressaltou a complexidade das relações existentes na sociedade, enquanto impulsionadoras de novas demandas informacionais, a partir de experiências dos sujeitos e de situações que exigem outras ações que evidenciem as regras e critérios especificados na informação exposta na Lei 12.711/2012.

Retomamos a compreensão da importância de mediar a informação contextualizada e historicizada acerca da política de cotas para ingresso no ensino superior, visando disseminá-la de forma explicativa, bem como atender às atuais demandas dos grupos sociais atendidos pela informação disposta na referida Lei. Compreendermos que a transformação social perpassa por um processo gradual para alterar as relações na sociedade, a destacar o acesso a espaços e cursos universitários de grande prestígio, com efeito também nos espaços profissionais, haja vista que a formação de profissionais atendendo à diversidade da sociedade brasileira gera mudanças em todos os âmbitos das relações.

Evidenciamos na CI a abertura para futuras discussões sobre o efeito da política de cotas para ingresso no ensino superior no campo econômico, inserção dos egressos cotistas no mercado de trabalho e o efeito dessa inserção nas organizações, ao proporcionar mudanças sociais e culturais, considerando competências e habilidades que se ajustem às realidades e demandas sociais marcadas pela diversidade, ou seja, o acesso ao ensino superior de forma igualitária a todos os concluintes do ensino médio impulsionando a formação de profissionais qualificados, que ganhem espaço em uma sociedade diversificada.

No cenário analisado, perpassamos o contexto sociocultural da sociedade brasileira e a complexidade da informação na Lei de cotas para a compreensão do ingresso discente em universidades públicas por candidatos excluídos socialmente,

alinhando-se à importância da pesquisa no âmbito social, considerando-se o acesso ao ensino superior baseado na equidade, oportunizando o ingresso de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, candidatos desfavorecidos economicamente e candidatos que se inscrevam a partir de sua identidade étnico-racial, reconhecendo as desigualdades construídas historicamente.

Nesse contexto, temos que a informação sobre a política de cotas para ingresso no ensino superior transcende a escrita e, uma vez apropriada pelo sujeito, abre espaços para vida social com práticas sociais reconstruídas e reformadas por uma informação renovada sobre a prática de ingresso discente, gerando constantemente seu caráter informacional conforme a demanda do momento, para além do ingresso temos a necessidade de compreensão da importância de uma universidade diversificada, uma reflexão sobre esse espaço para além da formação profissional.

As reflexões durante a construção discursiva da tese, incluindo o trabalho bibliográfico e de campo, possibilitaram a defesa de informações que impulsionam a formação do espaço universitário, na sua diversidade, compreendido na discursividade da sociedade brasileira, uma vez que o indivíduo, humaniza e o torna lugar de liberdade e ascensão para caminhos profissionais almejados pelos sujeitos. Nas relações construídas e vividas nesse espaço universitário a produção do conhecimento, individual e coletivo, perpassa pelas interações sociais.

A pesquisa demonstrou que, para além da compreensão do espaço físico, a informação na Lei de Cotas tem como efeito de sentido a configuração do espaço universitário considerando as novas relações construídas, a partir das implementações das ações afirmativas, assim, são nas relações entre os múltiplos elementos, os físicos e os subjetivos, os tangíveis e os intangíveis, dentre outros que (res)significamos as vivências que transformam as relações e atendem as demandas de grupos sociais que compõem o funcionamento de uma sociedade.

Pensando dessa forma e considerando os apontamentos discursivos nas análises documentais e nas entrevistas da pesquisa, percebemos o espaço universitário como um lugar de valorização da diversidade, os conhecimentos produzidos e vividos pelos indivíduos no coletivo. No processo de novas configurações e na inter-relação do ser humano com as instituições que concluímos, momentaneamente, a discussão sobre a informação das/nas ações afirmativas como sociocultural, mediada para a transformação na sociedade e com constante (res)significação de relações e valores no espaço universitário. Defendemos a

necessidade de pensar formas correspondentes de ingresso e apropriação desse espaço por todos, sendo um caminho constante que atendam as diversidades socioculturais do momento.

Nesse sentido, que percebemos os contornos de uma nova ordem espacial nas universidades, contornos sociais que oportunizam o ingresso de todas as pessoas, com o ensino médio completo, baseando-se na equidade, visando a igualdade, e ampliação da justiça social e redistributiva, reconstruindo as relações sociais que possam corrigir as desigualdades de acesso a qualquer curso de graduação de escolha do candidato (Lei 12.711, Brasil, 2012).

Dito isso, registramos que a implantação da política de cotas no ingresso discente caracterizou a descontinuidade de um modelo de ingresso que não atendia às demandas da sociedade na totalidade. Pactuamos com Chauí (2018, p. 95) “que a universidade se realize de tal modo que contribua para o advento de uma sociedade democrática – seria uma universidade para fazer surgir uma sociedade democrática”, assim, as formas como esses espaços universitários se organizam e constituem relações que são possíveis de pensar, avaliar e repensar a sociedade, em uma nova lógica na concepção de responsabilidade do espaço universitário acompanhando a movimentação e demanda da sociedade, a destacar as tensões discursivas para rompimento do silenciamento e apagamento de determinados indivíduos da sociedade.

As entrevistas foram realizadas com recorte para um dos grupos sociais excluídos e atendimentos pela Lei de cotas, contudo as argumentações, reflexões teóricas e apontamentos das análises expande para todos os contextos de implantação e disseminação de informações de ações afirmativas, uma vez que destacamos e compreendemos a movimentação dos grupos sociais que compõe a sociedade em uma multiplicidade das qualidades nas práticas humanas e com tensões discursivas que buscam a derrubada de barreiras subjetivas que foram construídas e desenham-se uma nova ordenação simbólica, que na relação espaço/tempo organizam as novas demandas da sociedade.

A mediação da informação se consolida no processo de (re)significação da informação para a construção de um espaço universitário de prática libertadora (Freire, 1996) e em atendimento a diversidade da sociedade, em outros termos, discutir a informação sobre o acesso à universidade perpassa atualmente pelo reconhecimento da multiplicidade sociocultural da sociedade brasileira, no sentido

discursivo da diversidade (Hall, 2003) em que nos espaços de diálogos se fazem importantes na relação e convivência de diversos grupos de uma sociedade.

Assim, ao teorizar e relacionar as experiências de pessoas historicamente excluídas, vislumbramos a possibilidade de romper com a invisibilidade de sujeitos como o pilar de transformação das relações na sociedade brasileira, por isso, abordamos a complexidade da sociedade brasileira na subjetividade das relações construídas historicamente e vivenciadas no âmbito social e cultural, perpassando pela discussão da diversidade no confronto as desigualdades, com efeito, nas relações entre indivíduo e espaços no atual contexto da sociedade.

A subjetividade presente nas relações da sociedade delinea a significação de uma informação que influencia no pensar e agir dos sujeitos sociais, por isso, a importância de discutir e demonstrar a fluidez nas relações e a viabilidade de desconstruções histórico-discursivas que geram as desigualdades e discriminações na sociedade. De forma geral, tais argumentações sustentam a discussão sobre a mediação da informação para transformação na sociedade, uma vez que fundamentaram a compreensão da importância de considerar as particularidades, individualidades e diversidade no processo de construção da informação a ser mediada. Considera, ainda, o fato da informação na Lei de cotas a ser mediada, ser explicitamente impulsionadora das mudanças na sociedade ao possibilitar o acesso ao ensino superior público a grupos excluídos historicamente desse espaço universitário.

Alinhando as discussões sobre a subjetividade das relações na sociedade, a informação e sua apropriação, evidenciamos a informação na concepção social por compreender que essa é construída e vivenciada por sujeitos com base no arcabouço discursivo da construção histórico-social-cultural, assim, a informação como ponto de partida para as reflexões sustenta-se na demanda e diversidade da sociedade. Por isso, pensar o lugar da informação ultrapassa o material, o físico e o estável e possibilita perceber os entre-lugares nos discursos de resistência que impulsionam as fissuras discursivas geradoras de demandas informacionais como as ações afirmativas, a destacar na pesquisa a informação na Lei de Cotas para o ingresso no ensino superior.

Nesse sentido, defendemos a argumentação da mediação da informação visando a apropriação da informação, a partir dos contextos sociais considerando, tanto as relações do macro como micro impulsionadora das demandas na sociedade.

Nas particularidades socioculturais e nos confrontos da diversidade, a inserção social alinha a defesa do ensino superior para todos com efeitos em ambientes que ultrapassam os limites universitários.

Para tanto, o contexto internacional e nacional das políticas de ações afirmativas se faz importante no processo de compreensão e sustentação dessa demanda e reporta a reserva de vagas para o ensino superior como uma informação a ser mediada. A pesquisa demonstra sua ação nas tensões sociais rompendo com discursos construídos historicamente, a exemplo da meritocracia, confronta e demonstra as desigualdades e discriminações ainda existentes na sociedade e impulsiona a resignificação de informações que possibilitam as mudanças na sociedade.

A pesquisa defendeu a mediação da informação como um processo contínuo que considera a subjetividade das relações na sociedade, para tanto destacou a importância da história de vida de pessoas evidenciando as especificidades que geram demandas informacionais, bem como as particularidades locais e temporais, assim, as narrativas/entrevistas foram interpretadas sustentadas na percepção da mediação da informação em contextos contemporâneos atravessados discursivamente pela construção histórica da sociedade brasileira. As reflexões possibilitaram a fluidez discursiva da mediação da informação na inter-relação com a abordagem das ações afirmativas, avançando no sentido e significação da informação e gerando possibilidades de mudanças quando essa é apropriada e vivenciada na interação com o outro e/ou com o meio.

Ainda em relação às análises das entrevistas, a pesquisa apresentou uma possível significação da informação no universo da discussão das ações afirmativas, considerando o efeito de sentido, o interdiscurso e a memória discursiva, a destacar quando as pessoas entrevistadas reportam há momentos vividos que alinham com o contexto histórico impulsionador da materialização da informação sobre as cotas na sociedade. Ela possibilitou uma argumentação interpretativa dos pontos comuns e do posicionamento do sujeito discursivo envolta da percepção da informação sobre as ações afirmativas.

Defendendo a mediação da informação como um processo que se pauta nas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2017, 2019, 2020, 2021), avançamos em considerar os contextos na significação da informação, bem como a defesa de que essa é significada pelo indivíduo, vivenciada no social e

expressa os posicionamentos, conflitos e demandas, por isso, a mediação e apropriação da informação de forma planejada e crítica possibilitam análises dos sujeitos, no sentido de conhecer problematizar, atender e gerar demandas da sociedade.

Refletimos sobre a mediação da informação visando a apropriação da informação e no entendimento da construção do discurso para significação de uma informação específica geradora de mudanças sociais. Assim, defendemos uma possível discussão acadêmica-científica no âmbito da mediação e apropriação da informação, contribuindo com a Ciência da Informação por vislumbrar a possibilidade da consolidação conceitual do processo de mediação da informação, a partir de um determinado meio social, fortalecendo as pesquisas nessa área e destacando, ainda, a possibilidade de pesquisa futuras que demonstram a importância de estudos acadêmicos que envolvem as conquistas sociais e impulsionam para o enfrentamento às desigualdades e discriminações presentes nas relações das sociedades, seja no contexto nacional como internacional.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Cleidiane Leite Bueno. **Do acesso ao sucesso**: análise da política de cotas e do PNAES na Fundação Universidade Federal de Rondônia. 2021.156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Fundação Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3183>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A dos.; SILVA, R. J. da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da Informação e a organização do conhecimento: Interrelações. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- ALMEIDA, Silva Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32439>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Práticas Informacionais como uma perspectiva de estudo dos usuários da informação. *In*: ARAÚJO, C. A. Á. (org.). **Estudos em práticas informacionais e cultura**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; PPGCI/UFMG, 2021, p. 41-66.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BASTOS, Eliane. **Aplicação da Lei de Cotas nos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Rondônia Campus Porto Velho**: política de ação afirmativa por justiça social com equidade. 2018. 348f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/86>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob

a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Cida. O pacto branquitude. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1982.

BORGES, Ellen Valotta Elias. **Apropriação da informação**: os elementos, o processo e a materialização da informação. 2018. 256f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180438> Acesso em: 2 ago. 2022.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira**: será esse o caminho? Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF, 23/12/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 8 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 2003. Disponível em: L10639 (planalto.gov.br). Acesso em 2 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 2010. Disponível em: L12288 (planalto.gov.br) Acesso em 16 ago. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão - **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186 (ADPF)**. Distrito Federal, 26 de abr. de 2012a. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> . Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1,

Página 1. Brasília, DF, 2012b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 3 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Página 3.

Brasília, DF, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 3 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Página 5. Brasília, DF, 2023a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 65.810**, de 08 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, DF, 1969. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012.

Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF, 2012c.

Disponível em: [planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.034**, de 20 de abril de 2017. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2017b.

Disponível em: [planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.781**, de 14 de novembro de 2023.

Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: [planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 18**, de 11 de outubro de 2012. 2012d. Disponível em: [mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 09**, de 05 de maio de 2017. 2017c. Disponível em: [mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 2.027**, de 16 de novembro de 2023. 2023c. Disponível em: mec.gov.br Acesso em: 16 dez. 2023

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 21 ago. 2021.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. *In*: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EN TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, 1., 2008, Leon. **Anais** [...] Leon: Universidad de Leon, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1494/1672>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33134>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CARVALHO, Angela Maria Grossi de. **A apropriação da informação**: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital. 2010. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/carvalho>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e conhecimento no contexto de ambientes organizacionais. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 212-254. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110767>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Organização de Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CLAVAL, Paul. Uma ou algumas, abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana? *In*: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 13-32.

COSTA, Benhur Pinós da; HEIDRICH, Álvaro Luiz. A condição dialética de produção do espaço social: microterritorializações (culturais) urbanas “a favor” e “contra” a sociedade. *In*: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org.). **Da percepção e cognição a representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007, p. 80-113.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uira. **Metodologia científica**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

CUNHA, Helvécio Damis de Oliveira. **Políticas públicas de ingresso no ensino superior brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, Mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.13-32. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110767>. Acesso em: 9 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toeste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ações afirmativas**: conceito, história e debates. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNEDA, Edberto; LANZI, Lucirene Andréa Catini; VIDOTTI, Silvana A. Borsetti Gregorio. O uso da voz e dos dispositivos móveis em narrativas orais em bibliotecas escolares. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A dos.; SILVA, R. J. da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 127-152.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (org.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2013. p.19-34. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/176667>. Acesso em: 3 set. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Copyright, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Vozes; 1997.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.).

Epistemologias, comunicação e informação. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (org.).

Informação e protagonismo social. Salvador: EdUFBA, 2017, p. 27-44.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação.

Logeion: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago.

2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644> Acesso em: 18 jan. 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./nov. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da Ciência da Informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 26, n. 4, p.109-145, out./dez. 2021. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/index>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GUARALDO, Tamara S. B. **Práticas de informação e leitura**: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo. 2013. 240f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103356> Acesso em: 8 fev. 2021.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Z Cultural** - Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em:

<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 07 out. 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André. (Ed.). **Tramas da Rede Sulina**, Porto Alegre, 2004, p. 39-63. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/64-JACOB-BIBAL-POR.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

LÁZARO, André. Ações afirmativas e inclusão: um balanço. Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. **Cad. do GEA**, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W8FF3bYIGCcJ:flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N2.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab Acesso em: 05 fev. 2021.

LEMES, Maurício Buosi; SEVERI, Fabiana Cristina. Contextualização histórica das políticas de cotas em universidades públicas federais no cenário de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). **Revista Digital de Direito Administrativo**, Ribeirão Preto. v. 2, n. 1, São Paulo, 2015. p. 221-237. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/88108> Acesso em: 5 fev. 2021.

LINTON, Ralph. **O homem**: uma Introdução à antropologia. 12. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

LOPES, Fernando Cruz; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Maria Nilza da. O negro e a mediação: a Ciência da Informação como campo de discussão étnico-racial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB (XVI ENANCIB), 2015, João Pessoa. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3026/1049>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na teoria arquivística**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2017.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTA, Roberto da. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. Modelo de comportamento informacional de usuários: uma abordagem teórica. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.127-142.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110767>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**. v. 23, n. 1, 2001, p. 171-209. Disponível em: D:\Estudos Afro-Asiáticos\Estudos Afro-Asiáticos.vp (scielo.br). Acesso em: 6 maio 2022.

MEIRA, André Vinícius Carvalho. O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil. **ALETHES**: Periódico Científico dos Graduandos em Direito da UFJF, v. 2, n. 3, maio 2011. Semestral. Disponível em: <https://www.ufjf.br/periodicoalethes/files/2018/07/periodico-alethes-edicao-3.pdf> Acesso em: 5 fev. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

METODOLOGIA DE PESQUISA - HISTÓRIA ORAL. [s. n.] Universidade Federal do Pará, 2022. 1 vídeo (2h05m). Publicado pelo Canal EDUJUS UFPA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11utGjEeoto>. Acesso em: 3 out. 2023.

MODESTO, Rogério. Interpelação Ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera**: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, v. 9, n. 17. 2018. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378>. Acesso em: 14 out. 2022.

MODESTO, Rogério; FONTANA, Larissa da Silva. “Terreiro” e “macumba”: tensões de raça e classe nas ordens das significações. **Porto das Letras**, v. 6, n. 5. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10070/17783>. Acesso em: 10 out. 2022.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 12. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, Maria Nilza da Silva. QUEIROZ, Jairo (org.). **O negro na universidade**: o direito a inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 7-20.

NEGREIROS, Dalila Fernandes de. **Educação das relações étnico-raciais**: avaliação da formação de docentes. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

ONU. Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 21 maio 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017b, p.13-36.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: S. Zizek (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.

PIERUCCINI, Ivete. Mediação e protagonismo cultural: a Estação Memória. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira *et al.* (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EdUFBA, 2017.

PITINELLI-SOUZA, Susane. Políticas de ação afirmativa na educação superior sob o olhar interseccional. In: SILVA FILHO, Penildon (org.). **Estudos interdisciplinares e**

as políticas de ações afirmativas: pesquisas em raça e gênero no Brasil. Jundiaí, SP: Paco, 2021, p. 65-82.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia: Brasiliense, 1961.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **Quem é negro no Brasil?** As ações afirmativas e o governo das diferenças. 2020. 189f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194250>. Acesso em: 24 set. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Marcela Arantes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ensino Superior, acesso à informação e mudanças sociais: uma inter-relação na Ciência da Informação. *In:* IX Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade [**Hispano**]. São Paulo: ECA-USP; Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Ciencias de la Documentación, Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003043525.pdf>. Acesso: 07 out. 2023.

RIBEIRO, Marcela Arantes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Informação e Mediação da Informação: uma relação para mudanças sociais. *In:* III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM), 2021, Marília. **Anais [...]**. Disponível em: <https://portalconferenciasppgci.marilia.unesp.br/index.php/IIIIEPIM/IIIIEPIM/paper/viewFile/102/237> Acesso em: 10 mar. 2023.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. [livro eletrônico]. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SANTOS, Beatriz Andreotti; ARRUDA, Maria Aparecida J.; GUARALDO, Tamara de Souza Brandão. A mediação da informação e da cultura: uma discussão contextual. *In:* SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; BORTOLIN, Sueli (org.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: ABECIN, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos; NUNES, João Arriscado. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. *In:* SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *In:* SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A concepção de apropriação da informação nos periódicos da área “Comunicação e Informação” e Anais do ENANCIB. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília.

Anais [...]. Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/546/688. Acesso em: 02 abr. 2022.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da Mediação da Informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 462f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181525>. Acesso em: 7 set. 2020.

SANTOS, Ricardo Ventura; BORTOLINI, Maria Cátira; MAIO, Marcos Chor. No fio da navalha: raça, genética e identidades. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010; Scielo Books.

SERPA, Ângelo. Culturas transversais: um novo referencial teórico-metodológico. In: KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa, GIL FILHO, Sylvio Fausto (org.). **Da percepção e cognição a representação**: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007, p. 36-56.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/68333999-Metodologia-da-pesquisa-cientifica-elementos-para-elaboracao-e-apresentacao-de-trabalhos-academicos.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I**: perspectivas em Ciência da Informação. São Paulo: ABECIN, 2017. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000042/00004231.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; SMIT, Johanna W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 1, n. 1, p. 33-57, 2007. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/30>. Acesso em: 5 fev. 2021.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massas. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de conhecimento. **DataGramZero**: Revista De Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr. 2008., Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_a03744a038_0007581.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção de conhecimento científico. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; ANÇANELLO, Juliana Venancio. Análise de conceitos sobre valor da informação no âmbito da Ciência da Informação. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, São Cristovão, SE, v. 1, n. 1, p. 26-46, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9343>. Acesso em: 6 set. 2021.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Para além das cotas**: contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Jundiaí, SP: Paco, 2016.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Introdução e organização H.H. Gerth e C. Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

WEBER, Max. **Sociologia**. 7. ed., São Paulo: Ática, 2003.

ZIMERMAN, Artur (org.). **Ações afirmativas e a educação para pessoas com deficiência**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da história. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L. J. S. (org.). **Análise de discurso e materialismos**: historicidade e conceito. Campinas: Pontes, 2017.